

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PRISCILA SANTOS DE ARAUJO

DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO NO SÉCULO XXI -
Desigualdade e Padrão de Reprodução

UBERLÂNDIA

2013

PRISCILA SANTOS DE ARAUJO

DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO NO SÉCULO XXI -

Desigualdade e Padrão de Reprodução

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho.

UBERLÂNDIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A663d Araujo, Priscila Santos de, 1980-
2013 Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI :
desigualdade e padrão de reprodução / Priscila Santos de Araujo. - 2013.

264 f. : il.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Desenvolvimento econômico - Teses. 3.
Capitalismo - América Latina - Teses. I. Almeida Filho, Niemeyer.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia.
III. Título.

CDU: 330

PRISCILA SANTOS DE ARAUJO

DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO NO SÉCULO XXI -

Desigualdade e Padrão de Reprodução

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Economia, na área de
Concentração: Políticas Públicas e
Desenvolvimento Econômico.

Uberlândia, 26 de agosto de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho, IE-UFU, MG (orientador)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento, IE-UFU/MG

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp, IE-UFU/MG

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce, IFCH-UFRGS/RS

Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo, UFMA/MA

Dedico este trabalho a todos aqueles que destinam parte
de suas vidas aos estudos da Teoria Marxista da
Dependência.

AGRADECIMENTOS

Expressar meu sentimento de agradecimento por aqueles que me acompanharam durante o desenvolvimento desta tese é tarefa difícil. Primeiro, porque, durante o doutorado, muitas mudanças ocorreram, casei-me, mudei de casa, passei em concurso, mudei de cidade, voltei e mudei novamente de trabalho. Nesse caminho, muitas pessoas me ajudaram e deram força para que eu não desistisse no meio do caminho. Entre elas, devo um agradecimento especial ao meu orientador, profx'essor Niemeyer, que, em alguns momentos, foi além das tarefas de um mestre, apoiando-me assim como um pai ou um amigo. Mesmo diante das minhas limitações e dúvidas do caminho percorrido, sempre esteve disponível com valiosas críticas e verdadeiras aulas a cada reunião. Levarei para minha vida seus ensinamentos, sua dedicação e compreensão.

Agradeço aos professores Carlos Alves, Mathias Seibel pelas contribuições ao trabalho, na ocasião da banca de qualificação e pelo aceite em participar da banca de defesa da tese, juntamente com os professores José Rubens e Elizeu Serra.

Este trabalho também é fruto dos grandes ensinamentos que tive desde a graduação em Vitória/ES. Aos professores do departamento de Economia da UFES agradeço, em especial, aos professores Reinaldo Antônio Carcanholo (em memória), Maurício Sabadini e Paulo Nakatani, que me apresentaram às discussões no campo marxista. Aos professores que tive no Instituto de Economia da UFU – Prof. Carlos Alves, Prof. Cesar Ortega, Prof. Flávio Vilella, Prof. Henrique Neder, Prof. José Rubens, Prof. Marcelo Carcanholo, Profa. Marisa Botelho e Profa. Vanessa Petrelli – agradeço pelo grande peso que deram à minha formação.

Agradeço aos colegas da turma do Doutorado 2009 – Clésio Marcelino, Ester William, Jucyele Cardoso, Michelle Borges e Nilton César –, apesar dos poucos momentos que passamos juntos, foram brilhantes as discussões em sala de aula. Agradeço, ainda, à minha querida amiga Karine Obalhe, pela atenção, companheirismo e contribuição no tratamento dos dados do primeiro capítulo.

Aos colegas do IFGoiano e do IFTM, especialmente, Prof. Breno Augusto, Prof. Bruno Arantes, Profa. Diane Belusso, Profa. Elisa Antônia, Profa. Iraci João, Prof. José Carlos, Profa. Miriellen e Profa. Sabrina de Cássia.

Devo prestar meus agradecimentos especiais à minha família. Meu pai Luiz Augusto, minha mãe Schirley Affonso, pela educação que me deram e pela compreensão da minha ausência em tantos momentos importantes. À minha irmã Débora, espero ser um exemplo da importância de se estudar “para ser alguém na vida”, ensinamento que nossos pais tanto prezam. Às minhas sobrinhas, Júlia e Caroline, ao meu irmão Marco Aurélio, agradeço o carinho, e aos meus avós, tios e primos, pelo apoio de sempre.

À família Santos que me adotou nos últimos anos, D. Luci, Sr. Randolfo, Raphael, Randolfo Júnior e Ana Júlia, devo agradecer pelo apoio e atenção. Sem a comidinha mineira da D. Luci, eu não teria saúde para terminar essa tese. Agradeço de forma particular ao meu amor Ricardo José, que acompanhou todos os meus medos, angústias e dúvidas durante toda essa jornada. Abriu mão da sua própria vida para viver comigo os desafios de fazer uma tese do doutorado. Seu amor e sua generosidade são algo que me faz admirá-lo ainda mais. Muito obrigada.

Não quero me ver pleno e cheio de certezas
Prestes a explodir em um golpe seco
Permitam-me celebrar dúvidas
Ilimites
O desprendimento de meus sapatos cansados
De tantos caminhos práticos
De tantas muralhas
Fossos e dragões (DOS SANTOS JR., 2011).

Hemos planteado que la dependencia es una relación de subordinacion politica entre naciones capitalistas. Desde otro punto de vista, ella corresponde a una forma peculiar de capitalismo, que surge en base a la expansion mundial de un sistema que configura diversas formas de explotacion. El capitalismo dependiente representa, en ese contexto, un tipo de capitalismo en el cual, dadas las relaciones de clases que allí se establecen, basadas en la superexplotación del trabajo, las contradicciones se hacen más agudas, configurándolo pues como el "eslabón debil" del sistema. Es por ello que a más desarrollo capitalista dependiente, más contradicciones sociales y mayor desarrollo de la lucha de clases (MARINI, 1993).

RESUMO

Esta tese sustenta, essencialmente, a existência de desigualdade na estruturação do sistema capitalista. Esta desigualdade é constitutiva de determinações históricas das formações sociais capitalistas, que são organicamente conformadas em um sistema global, hierarquizado e combinado, que tende a reproduzir-se. O foco principal é sobre as formações sociais latino-americanas, sua natureza e inserção global. A motivação para a escolha do tema surgiu quando o Banco Mundial apresentou em 2011 uma interpretação da evolução da Crise do *Subprime*. A ideia defendida apontava para uma mudança significativa na estrutura da economia mundial, com algumas “economias em desenvolvimento” assumindo funções de liderança na determinação da dinâmica global. Nossa argumentação é diversa, recuperando elementos centrais da interpretação de Marx a respeito da natureza do capitalismo e de autores da Teoria Marxista da Dependência que desenvolveram e aprofundaram essas suas proposições no tratamento concreto da Periferia. Assim, o objetivo principal é discutir a natureza do desenvolvimento dependente latino-americano como um desdobramento próprio da estrutura desigual do sistema capitalista mundial. No contexto do capitalismo contemporâneo, não há alterações da condição internacional das economias latino-americanas, pois são países que alimentam o capitalismo do centro do sistema ao mesmo tempo em que estão condicionados a eles. Na atual fase, deixaram de ser exclusivamente fornecedores de matérias-primas, pois diversificaram a sua indústria, mas mantiveram essencialmente um padrão de reprodução pautado nas exportações de bens primários complementando-as com bens mais sofisticados. Esses elementos mantêm uma dinâmica interna limitada, pois a forma de compensação dessa transferência continua sendo pela superexploração, conservando as dificuldades da realização da produção do valor. Diante desse quadro, indicamos que se mantém a organicidade do sistema capitalista e uma desigualdade econômica e social, intrínseca às economias periféricas. Essa é a natureza das economias dependentes latino-americanas. Assim, a partir da trilha aberta pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência essa tese contesta a perspectiva do campo dominante da economia que realça os avanços do capitalismo e dissimula os seus percalços, como uma conquista aberta a todos os países.

Palavras-Chave: Dependência. Desenvolvimento. Desigualdade. Organicidade.

ABSTRACT

This thesis supports basically the existence of inequality in capitalist system structure. This inequality is constitutive of historical determinations of capitalist social formations, which are organically formed into a global, hierarchical and combined system which tends to reproduce itself. The main focus is towards Latin-American social formations, their nature and global insertion. The motivation of choosing this theme arose when the World Bank presented, in 2011, an interpretation of the evolution of the Subprime Crisis. The defended idea pointed to a significant change in worldwide economy structure when several "developing economies" assumed leadership roles in determining the overall dynamics. Our argument is a different one, recovering main elements of Marx's interpretation concerning to capitalism nature as well other authors on Marxist Dependence Theory, who developed and deepened these propositions in their concrete treatment of Periphery. Thus, the aim of this study is to discuss the nature of Latin American dependent development as an offshoot of the unequal structure of the world capitalist system. In the context of contemporary capitalism, there is no modification in the international condition of Latin American economies, because they are countries that fuel the capitalism of the central system at the same time that they are conditioned to it. In the current phase, no longer exclusively providers of raw materials because their diversified industry, but remained essentially a reproduction pattern guided in exports of primary goods complementing them with more sophisticated ones. These elements keep a limited internal dynamic, as a form of compensation for such transfer remains by overexploitation, saving the difficulties of realization of production value. Given this situation, we indicate that remains the organist capitalism system as well a social and economic inequality intrinsic to peripheral economies. This is the nature of Latin-American dependent economies. So that, from the open trail proposed by theoreticians of Marxist Theory of Dependency, this thesis contests the approach from dominant field of Economy that highlights the advances of capitalism and conceal their mishaps, such achievements opened to all.

Keywords: Dependence. Development. Inequality. Organicity.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 – Variação do PIB (%)	27
GRÁFICO 2 – Investimento (% do PIB).....	29
GRÁFICO 3 – Variação do Volume das Exportações (%)	30
QUADRO 1 - Classificação Tecnológica das Exportações segundo Lall (2000).....	52
GRÁFICO 4 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Países Imperialistas	57
GRÁFICO 5 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Países Imperialistas.....	58
GRÁFICO 6 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Semiperiferia Imperialista.....	59
GRÁFICO 7 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Semiperiferia Imperialista	60
GRÁFICO 8 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economias de Capitalismo Tardio	60
GRÁFICO 9 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Economias de Capitalismo Tardio	61
GRÁFICO 10 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economia Chinesa	62
GRÁFICO 11 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) - Economia Chinesa	62
GRÁFICO 12 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – País Subimperialista Dependente.....	65
GRÁFICO 13 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – País Subimperialista Dependente	66
GRÁFICO 14 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economias Dependentes	69
GRÁFICO 15 – Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Economias Dependentes	70
GRÁFICO 16 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economias Periféricas	71
GRÁFICO 17 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Economias Periféricas.....	72
GRÁFICO 18 - Média do IDH por Grupo de Países – Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento	76
QUADRO 2 - Ondas longas na História do Capitalismo	185
QUADRO 3 - Política Econômica – Campo de aplicação, instrumento e ênfase da ação	191
QUADRO 4 - Caracterização da inserção internacional, formas de manifestação da dependência e padrão de reprodução dominante no Brasil	218

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Indicadores Selecionados – 2011.....	48
TABELA 2 – Produto Nacional Bruto per capita – US\$ (valores constantes a preços de 2005)	49
TABELA 3 - Exportações por categoria tecnológica em 2011 (US\$ bilhões)	56
TABELA 4 – Participação das exportações da China para a América Latina em relação às exportações totais da China por categoria tecnológica (%)	63
TABELA 5 – Participação das exportações da China para a América Latina em relação às importações totais da América Latina por categoria tecnológica.....	64
TABELA 6 – Participação das categorias tecnológicas nas importações da China e importações por categoria tecnológica em porcentagem do PIB	65
TABELA 7 – Participação das exportações do Brasil para a América Latina em relação às exportações totais do Brasil por categoria tecnológica.....	67
TABELA 8 – Participação das exportações do Brasil para a América Latina em relação às importações totais da América Latina por categoria tecnológica.....	68
TABELA 9 – Participação das categorias tecnológicas nas importações do Brasil e importações por categoria tecnológica em porcentagem do PIB	69
TABELA 10 – Estrutura do Emprego	73
TABELA 11 – Menor salário pago – U\$ 2005 (por ano)	74
TABELA 12 – IDH de países selecionados	77
TABELA 13 – Dados selecionados – Educação.....	78
TABELA 14 – Dados selecionados – Saúde	79
TABELA 15 – Dados selecionados – Distribuição de Renda	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - DESIGUALDADE DA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL	21
1.1 Disparidades do crescimento global	23
1.2 A organicidade do sistema global: a inviabilidade do <i>switchover</i> sem alterações estruturais	32
1.3 Uma proposta de análise da desigualdade da estrutura do sistema capitalista	45
1.4 Inserção no comércio internacional	50
1.4.1 <i>Classificação dos produtos exportados conforme conhecimento tecnológico</i>	51
1.4.2 <i>Evolução das exportações por categoria tecnológica</i>	55
1.5 O Desemprego e as condições de trabalho da classe trabalhadora	72
1.6 As condições de vida da população	75
1.7 A inviabilidade da dissociação dos indicadores econômicos e sociais	81
CAPÍTULO 2 - A CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE	84
2.1 As limitações das teorias do desenvolvimento e o surgimento da Teoria da Dependência ...	86
2.2 A contribuição da Teoria do Imperialismo para o entendimento das formações sociais dependentes	99
2.2.1 <i>O descobrimento do imperialismo por John Atkinson Hobson</i>	101
2.2.2 <i>Hilferding e a interpretação do Imperialismo como uma nova fase</i>	102
2.2.3 <i>O Imperialismo em Rosa Luxemburgo e a necessidades dos mercados externos</i>	106
2.2.4 <i>A interpretação do imperialismo e do ultraimperialismo de Karl Kautsky</i>	109
2.2.5 <i>O entendimento de Bukharin das transformações da economia mundial e o imperialismo</i>	113
2.2.6 <i>Capitalismo monopolista: o imperialismo de Lênin</i>	116
2.3 A Teoria da Dependência e o seu contexto histórico	122
2.4 A configuração do desenvolvimento capitalista dependente	126
2.4.1 <i>A configuração da dependência</i>	126
2.4.2 <i>A superexploração como elemento distintivo do capitalismo dependente</i>	134
2.4.3 <i>A formação do mercado periférico e sua função de garantir a escala da acumulação do centro: transferência de valor</i>	135
2.4.4 <i>A superexploração como um contíguo de modalidades que provoca o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor</i>	138
2.4.5 <i>Cisão entre as fases do ciclo do capital: as particularidades do ciclo do capital nas economias dependentes</i>	142
2.5 O Subimperialismo: elo da corrente imperialista	146

CAPÍTULO 3 - O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DAS ECONOMIAS DEPENDENTES	151
3.1 Padrão de reprodução: ciclos do capital, valores de uso e valorização do capital	152
3.1.2 <i>Os caminhos necessários para o entendimento do padrão de reprodução</i>	154
3.1.3 <i>Ciclo do capital dinheiro</i>	158
3.1.4 <i>A produção de valores de uso como determinante do padrão de reprodução</i>	164
3.1.5 <i>A valorização do capital e suas implicações no processo de superexploração da força de trabalho</i>	169
3.1.6 <i>Reprodução das contradições: as crises cíclicas e o ciclo longo</i>	175
3.2 O padrão de reprodução como elemento condicionador da política econômica	189
3.2.1 <i>O Estado e o padrão de reprodução do capital</i>	194
3.3 A nova fase do imperialismo e as implicações nas economias dependentes	203
3.3.1 <i>A instauração de uma nova forma econômica do capitalismo</i>	206
3.3.2 <i>O novo imperialismo</i>	213
3.4 A noção do padrão de reprodução e a dependência contemporânea	216
3.5 É possível mudar o curso do desenvolvimento dependente?	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS	240
APENDICE A - CLASSIFICAÇÃO TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES	252
APENDICE B - PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS TECNOLÓGICAS NAS EXPORTAÇÕES	260

INTRODUÇÃO

Esta tese sustenta, essencialmente, a existência de desigualdade constitutiva e de determinações históricas das formações sociais capitalistas, organicamente conformadas num sistema global, hierarquizado e combinado, que tende a reproduzir-se. O foco mais preciso é sobre as formações sociais latino-americanas, sua natureza e inserção global.

A motivação para a escolha do tema surgiu quando o Banco Mundial apresentou, em 2011, uma interpretação da evolução da Crise do *Subprime* que apontava uma mudança significativa na estrutura da economia mundial, com algumas “economias em desenvolvimento” assumindo funções de liderança na determinação da dinâmica global, na condição de “novas locomotivas”. A proposição foi respaldada pelo FMI e por diversos outros trabalhos, dos quais merecem destaque Anderson (2009), Brahmhadt e Da Silva (2009), El-Erian (2009), Rodrik (2009) e Moreno-Dodson e Bayraktar (2011).

Em resumo, a ideia era que parte significativa das economias em desenvolvimento continuava a manter, e, às vezes, até a ampliar, o nível de crescimento de antes da crise, num contexto em que as economias desenvolvidas diminuíam seus ritmos de crescimento. A projeção desta situação permitia desenhar um quadro global de distribuição da riqueza mundial crescentemente menos desigual.

A proposição reiterava, de algum modo, e em um contexto totalmente diverso, de crise econômica global, a tese histórica de que o desenvolvimento capitalista avançado – nível econômico e social de países da OCDE, por exemplo – está aberto a qualquer sociedade que venha a realizar a política econômica adequada. Em outras palavras, o desenvolvimento está aberto a toda sociedade que venha a implementar um conjunto de ações diversificado, apropriado a cada caso, porém com a característica comum de primazia do mercado na regulação social.

A proposição originária é dos anos 1950, período em que a economia soviética crescia fortemente, constituindo-se em paradigma alternativo ao desenvolvimento capitalista. O temor, sobretudo dos americanos, era que as economias subdesenvolvidas de então se desviassem para novos rumos. Isto as retiraria da influência direta, econômica e política, da economia americana. Naquele momento, foram propostas políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento, tendo em perspectiva o nível social médio americano.

Na vertente histórica, Rostow (1978) formulou as etapas do desenvolvimento econômico para explicar a desigualdade da época entre os níveis de desenvolvimento observados nas economias nacionais. Essas etapas seriam trajetórias necessárias e abertas ao conjunto das economias. Na vertente teórica, a partir do modelo de Solow (1956), houve a derivação da convergência das rendas per capita pelas fases do crescimento econômico em que ocorreriam rendimentos crescentes e decrescentes de escala.

O conteúdo ideológico das proposições recentes do Banco Mundial apresentava-se, na projeção para o crescimento das economias subordinadas, dependentes, da América Latina e de outras partes do mundo, de forma independente das economias avançadas, como se as economias pudessem se autonomizar umas das outras. Além disso, as proposições legitimavam as políticas neoliberais implementadas agudamente nos anos 1990, que teriam criado as condições atuais favoráveis a essas economias.

Nossa argumentação será diversa, recuperando elementos centrais da interpretação de Marx a respeito da natureza do capitalismo e de autores que desenvolveram e aprofundaram essas suas proposições no tratamento concreto da Periferia.

A Teoria da Dependência, na sua óptica marxista, formulada especialmente por Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, ainda nos anos 1970, apreendeu a condição de dependência como estrutural. Ela mostrava a impossibilidade do desenvolvimento capitalista na periferia na forma como este se evidenciava, sobretudo, na Europa e na América do Norte. Naquelas condições, esses autores percebiam as condições históricas como impondo a alternativa do socialismo ou da barbárie social, pela disseminação de ditaduras militares na região.

Conforme Almeida Filho (2013a), a questão que deve ser analisada é que “o desenvolvimento dos países da periferia está condicionado pelo desenvolvimento dos países centrais”. Mais ainda, que a riqueza gerada nos países periféricos serve de base para a aceleração do desenvolvimento dos países centrais. Este é um ponto intensamente trabalhado por Marini, mediante o uso do conceito de superexploração da força de trabalho, muito embora o argumento seja mais diretamente utilizado para interpretar as condições concretas dos países da América Latina e não da periferia em seu todo.

O trabalho de Marini (2000), “Dialética da Dependência”, faz longo percurso histórico, desde o período colonial, passando pela etapa de exportação capitalista, até os anos 1960, para

mostrar que a dependência é fruto de um processo histórico de inserção das economias periféricas no capitalismo global.

O argumento pode ser sintetizado, nos termos atuais, da seguinte forma. Desde os primórdios da divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, os países da América Latina inseriram-se como fornecedores de bens-salário e matérias-primas. O processo de industrialização tornou esta inserção mais diversificada, mas não a alterou na essência: a diversificação ocorreu na margem, conservando as antigas exportações e complementando-as com bens mais sofisticados. A inserção não permite uma dinâmica de acumulação a essas economias que seja baseada no progresso técnico, exigindo depreciação dos salários, o que, por sua vez, determina um mercado interno limitado.

A passagem à mais-valia relativa apreende a ênfase concorrencial no progresso técnico, com aumento de produtividade do trabalho pela incorporação de novas técnicas produtivas. Isto propicia o aumento da exploração do trabalho sem necessariamente aumentar o dispêndio de energia física do trabalhador, possibilitando, ainda, a aceleração da produção. A condição histórica precedente sustentava o aumento da exploração pela extensão e intensificação da jornada.

Segundo ele, para que isso ocorra, é essencial que as novas técnicas produtivas venham a diminuir o custo de reprodução da força de trabalho, determinando o piso para a sua reprodução. Assim, se pudéssemos imaginar uma economia isolada, haveria uma dinâmica especializada com parte dos setores produzindo bens-salário e parte produzindo bens de produção e bens de consumo capitalista. Os limites desta dinâmica seriam dados pela capacidade de consumo total de bens finais.

Porém a ideia de partir de uma divisão internacional do trabalho está precisamente justificada pelas mudanças que ela venha a produzir em cada uma das economias. O movimento de superação dos limites apontados acima é de incorporação de novos espaços de produção/consumo, o que foi efetivado pelo movimento imperialista. A divisão internacional do trabalho pode ser tomada como resultado desse processo.

De todo modo, segundo Marini, a divisão internacional do trabalho que resultou do primeiro movimento de internacionalização, com incorporação de novos mercados, reservou à América Latina a função de fornecedora de alimentos e matérias-primas.

As consequências desse papel para o desenvolvimento (capitalista) são claras. Em primeiro lugar, ocorrem trocas desiguais no comércio internacional. Os produtos industrializados

submetem-se ao processo concorrencial, cuja natureza é de obtenção de ganhos extraordinários pela via da incorporação do progresso técnico. Há queda de preços compensada pelo aumento de produtividade e aumento da produção. No que diz respeito ao comércio, esses produtos têm preços relativos mais altos que os produtos primários.

Explica Marini que essa condição dos países da América Latina traz consequências dramáticas para o desenvolvimento de suas economias. Isto porque, no trabalhador, aparecem duas características contraditórias: ele é produtor e consumidor de mercadorias. Essas características expressam-se em fases diferentes, sendo a de produtor de riqueza própria à fase da produção e a de consumidor próprio à fase de circulação. O desenvolvimento do capitalismo e a sua expansão acelerada da produção exigem que essa condição de consumidor seja exercida. De maneira que o padrão de consumo dos trabalhadores vai incorporando, mesmo que defasado, produtos próprios ao consumo capitalista, redefinindo, assim, o próprio custo de reprodução da força de trabalho.

Numa economia em que há superexploração, essa condição não é exercida da mesma maneira que em uma economia desenvolvida. Desta forma, a natureza da acumulação vai sendo redefinida. Segundo ele, o processo histórico de industrialização dessas economias não foi suficiente para alterar essa determinação estrutural. A diversificação que a industrialização produziu encontrou seus limites na expansão do mercado interno dessas economias, engendrando um novo ciclo de exportações de bens-salário e matérias-primas, uma espécie de reiteração da inserção histórica.

Marini (2000) assume que a divisão internacional do trabalho que se estabeleceu no século XIX sofre mudanças com o desenvolvimento da economia global. Assim, após o processo de industrialização das economias latino-americanas, que ocorreu na primeira metade do século XX, há mudanças qualitativas nessa divisão do trabalho, mas não se altera o aspecto que poderia ser tomado como fulcral. Persiste a característica da superexploração. Isto permite o autor denominar a ordem social da região como capitalismo dependente.

Marini (2000), na tentativa de alcançar as condições e peculiaridades do desenvolvimento dos países latino-americanos, com o objetivo de transformar a condição desses países, entende que essa apenas será modificada por uma ação política que reordene as economias nacionais, embora limitadas ao desenvolvimento capitalista.

Cabe indagar se essa formulação tem sentido geral de traduzir uma condição intrínseca das economias da região. Para isto, é importante assumir o recorte apresentado por Marini

(2000) de que essas determinações estruturais, que tendem a se reproduzir, estão postas em nível da economia. Entenda-se, com isto, que as determinações estão postas em nível das forças produtivas e das relações sociais de produção. Há pelo menos dois outros níveis teóricos referidos pelo autor e que são importantes: o político e o sociológico.

Entendemos que é esse o ponto final do ensaio de Marini que deve ser tomado como referência para uma atualização dos seus termos, já que a tese mais ampla é a de que não há alteração da condição internacional brasileira nos anos que se seguem à falência do socialismo real. A atualização justifica-se pela natureza mesma do desenvolvimento capitalista, que, na concepção marxista tem conteúdo de aumento da complexidade da sociedade, ampliando, gradualmente o campo direto da regulação feita pelo mercado.

Desde os anos 2000, essa interpretação vem sendo renovada por autores como Osório (2012), Carcanholo (2013), Amaral (2012), Almeida Filho (2013b) e Luce (2013), dentre outros, desvendando as recentes articulações da economia mundial, por meio de temas como dependência, imperialismo, superexploração da força de trabalho, divisão internacional do trabalho e padrão de reprodução.

A partir desse referencial, esta tese tem por objetivo central discutir a natureza do desenvolvimento dependente latino-americano, como um desdobramento próprio da estrutura desigual do sistema capitalista mundial, a partir das categorias de análise da teoria marxista da dependência.

A tese está estruturada em três capítulos, além desta introdução e uma conclusão ao final. O Capítulo 1 trata da desigualdade do sistema capitalista mundial. Nele, discutimos a organicidade da estruturação do sistema capitalista global em que os países dependentes possuem importâncias e alcances distintos. Esse será o primeiro passo para reconhecer mediante dados empíricos algumas tendências gerais do desenvolvimento capitalista, ou seja, as operações das suas leis em escala global no capitalismo maduro. O objetivo é indicar que as participações relativas na produção e no comércio dos países seriam conjunturais, não tendo potencial de aproximar, em um nível comum, as condições econômicas e sociais dos diferentes países.

O capítulo 2 discute as ideias originais dos autores da Teoria Marxista da Dependência na busca de compreender as condições concretas em que se dá o desenvolvimento capitalista latino-americano. Neste capítulo também apresentamos o contexto econômico, social, político e teórico da formulação da TMD, nascido ao mesmo

tempo como uma resposta crítica às teorias do desenvolvimento e à perspectiva Cepalina desenvolvida na América Latina, a partir dos anos 1950, e como uma complementação teórica às teses do imperialismo formuladas por seus autores clássicos.

Já o capítulo 3 procura mostrar como se configura a dependência no capitalismo contemporâneo a partir do emprego da proposta analítica em torno do padrão de reprodução. A análise irá considerar a existência de uma nova dinâmica no capitalismo, que faz com que o imperialismo se apresente de novas formas levando a um aguçamento da condição dependente das economias periféricas.

As considerações finais detalham a tese antecipada nesta introdução, isto é, a persistência histórica tanto da desigualdade e hierarquia do sistema mundial quanto as características constitutivas das economias latino-americanas.

CAPÍTULO 1

DESIGUALDADE DA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL

No campo crítico da Economia, o sistema global é visto como hierarquizado, em que existem vínculos orgânicos entre o conjunto de Estados Nacionais. Esta totalidade é fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo, construído a partir de sociedades diversas, que experimentaram transições em momentos distintos, desenhado com base em uma dinâmica liderada por um núcleo central que compele todas as demais nações.

Os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento¹ possuem importâncias e influências distintas quanto às dimensões econômica, territorial e de população, sendo que os primeiros são os definidores da dinâmica econômica global, dos padrões de consumo, além dos investimentos globais, e os países em desenvolvimento são caracterizados por serem mercados de consumo e fornecedores, na maior parte das vezes, de produtos primários e bens de produção.

Neste capítulo, vamos discutir a organicidade da estruturação do sistema capitalista global em que os países dependentes possuem importâncias e alcances distintos. Esse será o primeiro passo para reconhecer, por meio de dados empíricos, algumas tendências gerais do desenvolvimento capitalista, ou seja, as operações das suas leis em escala global no capitalismo maduro.

Acreditamos que essas tendências produzem um capitalismo desigual e manifestam-se de forma particular em diferentes condições históricas, mantendo, em última instância, a lógica do desenvolvimento capitalista. Entre tais tendências gerais, temos a da concentração e centralização do capital. Partimos da visão de Marx (2008) sobre o capital individual, entendendo-o como uma concentração dos meios de produção, ou seja, crescimento do capital social realizado, que possui o comando sobre o exército industrial de reserva, sendo que quanto maior for a concentração, maior será seu poder de comando. A tendência de concentração é acompanhada pela centralização do capital, que pressupõe a acumulação do capital nas mãos de poucos capitalistas. E ela se dá em todos os níveis, regional, nacional e global. Mas como esses capitais operam em determinadas jurisdições, levam a fornecer ao poder político, da jurisdição na qual atuam, posições de riqueza superiores, permitindo criar um ambiente de infraestrutura econômica mais favorável, inclusive mediante a atividade inovadora e explorando os efeitos da

¹Conforme nomenclatura dada pelas agências Multilaterais.

divisão social do trabalho do ponto de vista internacional. Isto evidencia que, no sistema capitalista global, os países possuem importâncias e influências distintas e o resultado disso é a formação de uma hierarquização da organização dessas jurisdições arroladas tanto de acordo com a parcela de apropriação da divisão internacional do trabalho, quanto de capacidades relacionadas a se apropriarem dos benefícios da divisão internacional do trabalho.

Porém não parece ser essa a base de muitas proposições em pauta nos dias atuais, omitindo elementos fundamentais de determinação e estrutura do sistema capitalista global, particularmente, aqueles associados à divisão internacional do trabalho. Proposições que serão apresentadas na primeira seção deste capítulo. Iremos nos voltar, particularmente, para os trabalhos de autores do Banco Mundial, o que é reiterado pelo Fundo Monetário Internacional. Boa parte dos argumentos apresentados por esses trabalhos justificam um melhor desempenho das economias em desenvolvimento comparado aos países desenvolvidos, e correspondem à ampliação recente da classe média nessas economias, da adoção de políticas macroeconômicas consideradas “melhores e mais favoráveis” ao crescimento dos países, além da lacuna tecnológica existente nas economias em desenvolvimento, uma vez que entendem que as tecnologias não exploradas formam um bom espaço para a melhoria da produtividade. Para esses autores, as melhorias sociais viriam como uma consequência do quadro favorável da macroeconomia. Parece que essas proposições pretendem justificar o enorme sacrifício realizado pelos países em desenvolvimento em cumprir recomendações de política econômica restritiva.

Como nossa argumentação é diversa, discutiremos, na segunda seção, argumentos a partir de trabalhos de Marini, Theotonio dos Santos e Arrighi, que apoiam a ideia da hierarquização da dinâmica capitalista, ou melhor, da organicidade do sistema global. Na terceira seção, para avançar na defesa do caráter particular do desenvolvimento dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e, por consequência, da organicidade do sistema capitalista, traremos uma proposta de análise empírica de uma amostra de países que serão divididos conforme as particularidades de suas inserções na dinâmica capitalista. Entendemos que é na desigualdade estrutural, na importância distinta e no poder de influência na dinâmica capitalista desses diferentes grupos de países, que as contradições do desenvolvimento capitalista são edificadas e encontram sentido.

Na quarta, quinta e sexta seção, discorreremos, respectivamente, sobre as participações desses grupos de países no mercado externo, as condições de trabalho da classe trabalhadora e as condições gerais de vida da população.

O objetivo nessas seções é indicar que as participações relativas na produção e no comércio dos países seriam conjunturais, não tendo potencial de aproximar as condições econômicas e sociais dos diferentes países, em um nível comum. A partir desses elementos, argumentamos que o desenho do capitalismo global não evidencia, em geral, alterações estruturais significativas e, portanto, mantém a organicidade e a desigualdade intrínseca à dinâmica capitalista.

Por fim, na última seção, seguiremos na defesa de que as diferenças estruturais na dinâmica global do modo de produção capitalista não são apenas econômicas, mas também sociais. Assim, uma relativa melhoria nos indicadores econômicos não tem o poder de aproximar os das condições sociais dos países caracterizados pela dependência a um padrão comum ao grupo das Economias Imperialistas centrais. Isso ocorre pela própria dinâmica intrínseca ao desenvolvimento capitalista. De tal modo, é possível identificar que a desigualdade do desenvolvimento capitalista, a partir da análise dos diferentes grupos de países, especialmente entre aqueles considerados imperialistas e os constituídos por um capitalismo dependente, antes de tudo, são estruturais.

1.1 Disparidades do crescimento global

A Crise do *Subprime* (mercado de financiamento imobiliário de maior risco) em 2007/2008 e os seus desdobramentos, desde então, para as economias nacionais e o mercado internacional tem levado ao desenvolvimento de estudos que buscam entender as disparidades do crescimento global que refletem possíveis transformações na estrutura do sistema capitalista. O tema consiste em discutir a crescente participação dos países em desenvolvimento na produção da riqueza e no comércio internacional.

Essa abordagem é tratada por vários estudos entre eles Anderson (2009), Brahmbhatt e Da Silva (2009), El-Erian (2009), Rodrik (2009) e Moreno-Dodson e Bayraktar (2011). Destacamos, ainda, um livro publicado pelo Banco Mundial, “*The day after tomorrow*”, e organizado por Canuto e Gilgale (2010). Nele, os autores descrevem os impactos da recente crise

no desenvolvimento econômico mundial, em particular, nas economias em desenvolvimento² e no direcionamento das políticas públicas, a partir de dados sobre o desempenho econômico relativo dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos, para fins de análise de um possível descolamento estrutural do dinamismo dos dois grupos³. Otaviano Canuto (2010b) em um dos artigos da publicação, “*Recoupling or Swithchover: Developing countries in the global economy*”, argumenta que há razões para sustentar que o sistema global apresenta uma nova estrutura e hierarquia, com alguns países em desenvolvimento, assumindo posições de liderança, condição, até então, pouco imaginada. Em grande medida, os componentes empíricos e teóricos estão norteados pelo trabalho de Brahmbhatt e Da Silva (2009), que fazem uma comparação entre a crise do *Subprime* e a crise dos anos 1930⁴. As proposições de Canuto (2010b) consistem em discutir se a liderança do crescimento mundial pelos países em desenvolvimento representa um descolamento ou uma troca de posição – “*decoupling or swithchover*” – dessas economias. Assim, apoiam-se no entendimento de que o desenvolvimento capitalista é um processo aberto ao conjunto dos países do mundo.

Essa discussão somou-se a outra anterior, que se relaciona com a caracterização dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul). Projeções realizadas, no ano de 2001, pela Goldman Sachs⁵, apontavam uma tendência de aumento do peso econômico desses cinco países no contexto global, no que diz respeito à população e produção de riqueza. Da mesma forma que o debate do descolamento, o relatório da formula tendências e resultados, neste caso, para os próximos quarenta anos, até 2050. A diferença é que o argumento assumido pela Goldman Sachs (O'NEILL, 2001) é sustentado na participação

²Podemos categorizar esse termo da concepção convencional, que concebe a situação de países em desenvolvimento como sendo semelhante à ausência de desenvolvimento, isto é, como uma “atraso” em relação às experiências históricas de desenvolvimento (CARCANHOLO, 2008). Assim, como será visto mais adiante, claramente, nessa perspectiva, seria possível extrair modelos de desenvolvimento das experiências das economias avançadas (economias desenvolvidas), com a definição de estágios que pudessem superar o atraso e atingir a modernidade. Aqui a nomenclatura para essa situação varia conforme as circunstâncias/conjunturas político-econômicas de cada momento, mas também da concepção dos autores que as utilizam. As economias nessa situação são chamadas de subdesenvolvidas, periféricas, mercados emergentes, dependentes e outros neologismos (CARCANHOLO, 2008).

³A base de dados utilizada é o WDI (*World Development Indicators*) do Banco Mundial para um período que vai de 1961 a 2010, com análise de tendência até 2012.

⁴Aparentemente, a avaliação da efetividade da ação dos Estados, ao longo dos anos 1930, persiste como um tema polêmico. A referência feita por Canuto a esses autores é centrada na discussão da crise do Subprime apenas, tomando os seus dados para realizar uma análise mais abrangente.

⁵Relatório “*Building Better Global Economic Brics*” de 2001 (O'NEILL, 2001).

significativa e crescente de um grupo mais restrito de países. O ponto em comum é o de firmar a posição de que o sistema global não é estruturalmente hierarquizado, admitindo mudanças a partir de circunstâncias de mercado, em uma provável direção de convergência de níveis de riqueza. Claramente, como será visto mais adiante, em função da perspectiva da Instituição, esse caminho dependeria de “boas práticas” na política econômica.

Inicialmente, a constatação desses trabalhos é de que o crescimento dos países em desenvolvimento vem superando o crescimento das economias avançadas, ou países desenvolvidos, desde antes dos anos 2000, porém, só na última década, houve uma flagrante disparidade entre os ritmos deste crescimento⁶. Os estudos são anteriores a 2011 e, de lá para cá, algumas revisões dos coeficientes de crescimento da economia global foram feitas, principalmente em função da subestimação dos impactos da crise nos países desenvolvidos e os seus consequentes choques nos países em desenvolvimento. Assim, nos trabalhos recentes das agências Multilaterais, como o Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, constata-se que a queda no crescimento das economias avançadas provocou uma desaceleração importante no desempenho do PIB das economias em desenvolvimento (CANUTO; LEIPZIGER; PINTO, 2012, WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2013).

Ao mesmo tempo, conforme indicam as passagens abaixo, mesmo após essas revisões, mantém-se o entendimento de que os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento, na sua maioria, seguem na trajetória de liderança do crescimento mundial.

Se não fosse pelo desempenho econômico da China, do Brasil e de outros mercados emergentes, a crise econômica mundial que se seguiu ao colapso financeiro de 2008 teria sido pior [...]. A emergência de novos mecanismos de crescimento e sua convergência de renda para os países mais avançados têm sido definitivamente saudáveis para a economia global (CANUTO, 2012, p. 01, tradução nossa).

[...] Com poucas exceções, as economias emergentes e em desenvolvimento permanecem como fontes de crescimento. Na

⁶Em “Decoupling, Reverse Coupling and All That Jazz” Canuto (2010) sustenta que os elementos de manutenção de crescimento dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento vão além da China e da Índia. Mesmo quando esses países são retirados das estimativas de crescimento, os países emergentes em seu todo ainda apresentam bom crescimento, pois, em 2009, a frequência de distribuição das taxas de crescimento individuais dos países em desenvolvimento mostrava uma média bem superior à dos desenvolvidos (2,7% em comparação a -3,6%).

maioria, a recuperação ultrapassou a reposição dos estoques e atingiu um aumento na produção industrial, com utilização da capacidade ociosa. Os fluxos de capital diminuíram e a concessão de crédito aumentou, exceto em alguns países da Europa Central e Ocidental, que foram o epicentro da crise emergente de mercado (CANUTO; LEIPZIGER; PINTO, 2012, p. 04, tradução nossa).

Assim, segundo Canuto (2012), sem o desempenho econômico dos países em desenvolvimento, em especial, da China e do Brasil, a crise econômica global de 2008 teria impactos piores. Não por acaso, as perspectivas para a economia mundial tornaram-se mais sombrias passados alguns anos após a Crise, quando essas economias mostraram sinais de diminuir a resistência contra a tração para baixo dos países avançados. No entanto, para o autor, o surgimento dos chamados “novos motores do crescimento” e sua convergência de renda para os países mais avançados foram definitivamente saudáveis para a economia global. Como indicado na passagem anterior, Canuto, Leipziger e Pinto (2012), seguem esta mesma linha, argumentando que os países em desenvolvimento permanecem robustos e são fontes de crescimento. Para os autores, a recuperação mudou-se para além da reposição de estoques e para consumo e investimento, na maior parte dos países, implicando importantes aumentos na produção industrial, em função do excesso de capacidade, soma-se a isso, o retorno dos fluxos de capital e o crescimento do crédito, com exceção de alguns países da Europa Central e Oriental, (CANUTO; LEIPZIGER; PINTO, 2012)

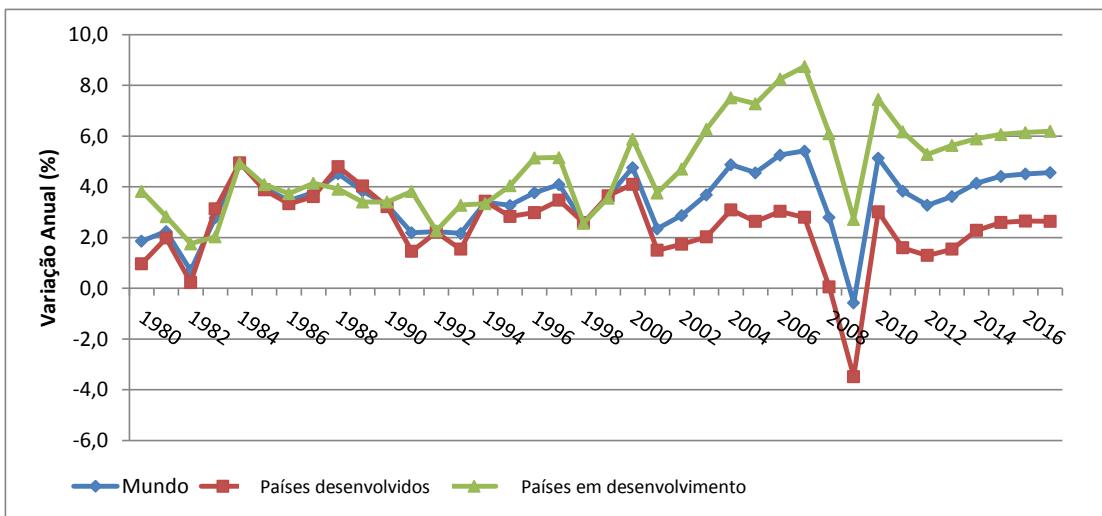
O gráfico 1 faz uma comparação entre a variação do PIB das economias avançadas, ou países desenvolvidos⁷, e dos países em desenvolvimento⁸ a partir dos dados do Fundo Monetário Internacional, e indica essa mesma trajetória.

⁷Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong SAR, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coréia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, San Marino, Singapura, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Província da China, Reino Unido e Estados Unidos (IMF, 2013).

⁸Afeganistão, Albânia, Argélia, Angola, Antígua e Barbuda, Argentina, Armênia, Azerbaijão, Bahamas, Bahrain, Bangladesh, Barbados, Belarus, Belize, Benin, Butão, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Botswana, Brasil, Brunei, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Camarões, Cabo Verde, República da África Central, Chade, Chile, China, Colômbia, Comores, República Democrática do Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Fiji, Gabão, Gâmbia, Geórgia, Gana, Granada, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Haiti, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Kiribati, Kosovo, Kuwait, República Quirguiz, Laos, Letônia, Líbano, Lesoto, Libéria, Líbia, Lituânia, Macedônia, Madagascar, Malawi, Malásia, Maldivas, Mali, Mauritanía, Maurício, México, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Moçambique, Mianmar, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Omã, Paquistão, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Qatar, Romênia, Rússia, Ruanda, Samoa, São Tomé, e Príncipe, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Seychelles, Serra Leoa, Ilhas Solomão, África do Sul, Sudão do Sul, Sri Lanka, São Cristóvão e Nevis, Santa Lucia,

Para o FMI, conforme o relatório econômico, *World Economic Outlook* (2013), as estimativas do crescimento dos países em desenvolvimento, apesar de não serem projetadas para repetir o desempenho de 2010 e 2011, estão no “caminho certo” para a construção de um crescimento no PIB em torno dos 5,5%, ante o crescimento bastante lento dos países desenvolvidos.

GRÁFICO 1 – Variação do PIB (%)



Fonte: World Economic Outlook Database (IMF, 2012).

Nota: Dados estimados a partir de 2010.

Diante disso, Canuto (2010a, 2010b) identifica alguns elementos teóricos e empíricos que justificam uma possível transformação no crescimento global, dada à disparidade do crescimento dos dois grupos de países à qual nos referimos anteriormente. Um dos motivos dessa disparidade, segundo o autor, é a existência, no bojo da Crise do *Subprime*, de uma forte ampliação da classe média dos países em desenvolvimento, que implicam o aumento do consumo interno e o investimento. Características que, na visão do autor, aparentemente, reforçam a condição, anterior à crise, de liderança no crescimento mundial dos países em desenvolvimento, já que vêm se recuperando muito mais rápido do que os países desenvolvidos.

Os estudos da UBS (ANDERSON, 2009), uma influente empresa de consultoria financeira, seguem nessa mesma linha de argumentação, pois, apesar de considerarem que todos os países são afetados por uma desaceleração da economia mundial, uma vez que

São Vicente Granadinas, Sudão, Suriname, Suazilândia, Syria2, Tajiquistão, Tanzânia, Tailândia, Timor-Leste, Togo, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Turcomenistão, Tuvalu, Uganda, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Uruguai, Uzbequistão, Vanuatu, Venezuela, Vietnã, Iêmen, Zâmbia e Zimbabwe (IMF, 2013).

entendem que a economia global é extremamente correlacionada, acreditam que o mundo emergente continuará a crescer muito mais rapidamente do que os países desenvolvidos. Sobre uma possível “dissociação” dos países em desenvolvimento, no sentido de completa independência dos choques globais, a UBS entende que a dissociação real reside no fato de esses países ainda estarem crescendo muito mais rápido do que os países considerados desenvolvidos, e esse quadro tende a não ser alterado (ANDERSON, 2009).

Uma segunda razão apontada para esse desempenho muito melhor dos países em desenvolvimento no período de crise, é o benefício de terem adotado políticas macroeconômicas “melhores⁹”, além de outras “políticas estruturais¹⁰”, que permitiram o uso dos instrumentos anticíclicos das políticas monetárias, financeiras e fiscais. Segundo Canuto (2010b), deve ser acrescida, nesse quadro favorável à manutenção do crescimento dos países em desenvolvimento, uma vasta gama de oportunidades de investimento em seus mercados, especialmente em infraestrutura, que podem se beneficiar de uma alavancagem financeira, tanto no setor público quanto no setor privado, o que possibilita, portanto, a manutenção dessa trajetória ascendente. No entanto o autor chama atenção que, para garantir o crescimento nessas economias, precisam ser mantidos o mecanismo e a capacidade de gestão do setor público.

Por fim, a lacuna tecnológica em relação à fronteira de conhecimento dos países desenvolvidos, que poderia ser considerada como um obstáculo à sustentação desse crescimento, segundo Canuto (2010b), deve ser vista como uma vantagem. O autor acredita que tecnologias não exploradas formam um bom espaço para a melhoria da produtividade, mediante a transferência de tecnologia e adaptação. Para Canuto (2010b), isso seria possível graças à esperada desaceleração no avanço da tecnologia nos países desenvolvidos. Em estudos mais recentes, o Banco Mundial, também, reafirma a importância da inovação nos países desenvolvidos para o retorno do crescimento econômico global (GUERRIERI; PADOAN, 2012).

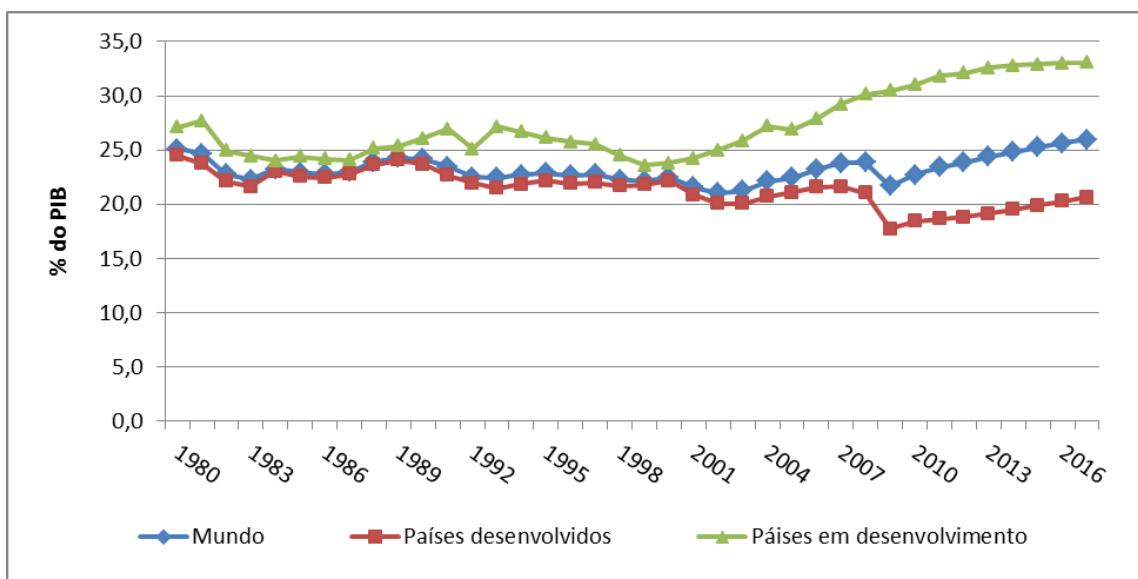
A trajetória de disparidade do crescimento do PIB é acompanhada pelas taxas de investimento relativo, o que, aparentemente, corroboraria os argumentos apresentados pelos autores citados anteriormente. O gráfico 2 exibe uma comparação da taxa de

⁹Essas políticas macroeconômicas melhores estão relacionadas a políticas restritivas e de estabilidade monetária.

¹⁰As políticas estruturais estão relacionadas, sobretudo, a políticas de redução dos gastos públicos.

investimento relativo (em porcentagem do PIB) entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mesmo com uma brusca queda após 2008, essas taxas de investimento permanecem maiores nas economias em desenvolvimento, em comparação às outras. Os dados indicam que, em 2000, os países desenvolvidos mantinham uma taxa de investimento em torno de 22,2% do PIB, ante a taxa de 23,1 % do PIB dos países em desenvolvimento. Em 2010, após os efeitos imediatos da crise, as taxas foram de 18,4% e 31% do PIB, respectivamente, e as projeções do Fundo Monetário Internacional para os demais anos, mantiveram essa disparidade.

GRÁFICO 2 – Investimento (% do PIB)



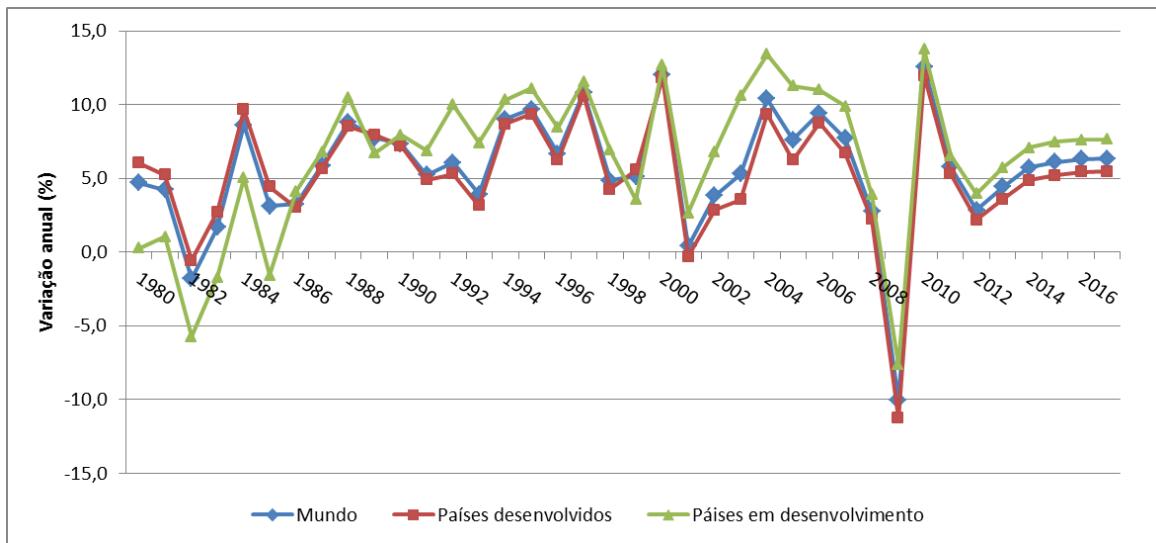
Fonte: World Economic Outlook Database (IMF, 2012).

Nota: Dados estimados a partir de 2010.

Canuto (2010b) também destaca o melhor desempenho no volume de exportações a favor dos países em desenvolvimento. Assim, no que diz respeito à participação relativa dos países em desenvolvimento, verifica-se, pelo gráfico 3, um aumento da participação dessas economias no volume das exportações. Mesmo com as recentes revisões sobre as tendências de crescimento dos países desenvolvidos e do comércio internacional, as projeções são de manutenção da elevação do volume exportado pelos países em desenvolvimento. Conforme o relatório do FMI (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2013), a lenta recuperação dos países desenvolvidos vem pesando sobre as exportações dos países em desenvolvimento, sobretudo sobre as commodities, que, além disso, mantêm uma tendência de queda do preço para o ano. Mas, ainda assim, as estimativas do Fundo são de

que o crescimento do volume das exportações dos países em desenvolvimento se mantenham superiores aos países desenvolvidos ou avançados.

GRÁFICO 3 – Variação do Volume das Exportações (%)



Fonte: World Economic Outlook Database (IMF, 2012).

Nota: Dados estimados a partir de 2010.

No que concerne às lacunas sociais, os trabalhos do Banco Mundial indicam que essas serão contempladas a partir das repercussões do desempenho produtivo das economias. Em Revenga e Chanduvi (2010), há uma síntese dos indicadores sociais nacionais de diversos países que revela a evolução dos indicadores sociais dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento, e conclui que a manutenção das “políticas econômicas adequadas¹¹” viabilizará o crescimento nas economias em desenvolvimento, ampliando o espaço fiscal necessário para a melhoria de oportunidades aos indivíduos. A partir disso, espera-se uma melhoria em relação aos indicadores de desigualdade. Segundo os autores,

A redução da pobreza, a erradicação da fome e a igualdade de oportunidades são essenciais para o desenvolvimento. O crescimento é essencial para que se atinjam os objetivos de progresso. A agenda pós-crise exige que se criem condições para sustentar o crescimento em direção a uma integração mais profunda nos mercados globais e a uma redução das ineficiências do fator mercado. Mas exige, de igual forma, fazer com que as condições para esse crescimento sejam traduzidas em empregos para os pobres e que aumentem níveis de produtividade para ajudar as pessoas a se mover da pobreza de forma

¹¹Políticas monetárias, financeiras e fiscais que mantenham a estabilidade macroeconômica e abertura dos mercados.

sustentável. Um crescimento que, ao mesmo tempo, fornecerá o espaço fiscal necessário para melhorar a igualdade de oportunidades para todos. Para que o crescimento possa traduzir-se em oportunidades para todos, é crítico que se estabeleça um processo redistributivo que possa atrelar um contrato social percebido pela maioria como suficientemente justo e com o qual vale a pena comprometer-se tanto financeira como politicamente. A equidade é um ingrediente essencial do desenvolvimento, juntamente com o crescimento. E para progredir na agenda de equidade, é provável que a dependência do Estado para fomentar e orientar esse processo tenha que ser maior (REVENGA; CHANDUVI, 2010, p. 21, tradução nossa).

Assim, Revenga e Chanduvi (2010) entendem que a redução da pobreza, a eliminação da fome e a igualdade de oportunidades são elementos essenciais do desenvolvimento, sendo que a agenda da maior parte dos países, após a crise de 2008, vem definindo as condições para o crescimento sustentado, por meio de uma integração mais profunda em mercados globais, e reduzindo a ineficiências dos mercados. Esse crescimento, segundo os autores, ao mesmo tempo, irá fornecer o espaço fiscal necessário para melhorar a igualdade de oportunidades e dar uma chance a todas as pessoas. Portanto, para Revenga e Chanduvi (2010), o crescimento potencial das economias em desenvolvimento pode tornar-se uma poderosa ferramenta para fixar a velocidade de redução da pobreza e da desigualdade. Com isso, a perspectiva do Banco Mundial é de que a melhoria das condições sociais viria como consequência das melhorias econômicas.

A abordagem até aqui levantada, sobre as possíveis transformações no sistema mundial, circunscreve-se a uma concepção mais restrita do objeto da economia, limitando-se a analisar dados de desempenho da produção econômica, implicitamente considerando que daí há repercussões mais amplas no interior das economias nacionais. Aparentemente, pretende-se justificar o enorme sacrifício realizado pelos países em desenvolvimento em cumprir recomendações de política econômica restritivas.

De tal modo, entendemos que, mesmo com as últimas ressalvas do Banco Mundial em relação à manutenção das taxas de crescimento elevadas das economias em desenvolvimento no crescimento mundial, as proposições apresentadas pelos estudos expostos caminharam no sentido da defesa do desenvolvimento capitalista, no sentido de evolução, como um processo possível ao conjunto dos países do mundo.

Desde os anos 1950, as proposições de políticas de desenvolvimento, orientadas pelas nações hegemônicas capitalistas e agências de fomento como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, cujas promessas originárias, no bojo das discussões de

superação do subdesenvolvimento, eram de alcance da condição econômica e social dos Estados Unidos, refletem o mito do desenvolvimento econômico. Furtado (1980) mostrou muito bem os resultados dessas promessas: persistência da desigualdade intra e inter Estados Nacionais. A história, certamente, mostrará que este futuro não é em nada mais promissor do que já foi para investigadores dos anos 1950.

Vejamos, nas próximas seções, se as variações dos últimos anos no crescimento dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, vistos nesta primeira seção, podem refletir mudanças estruturais na economia global e no desenvolvimento dos países em desenvolvimento, ou seja, mudanças na hierarquia dos países do sistema capitalista. Antes disso, analisaremos autores que defendem a existência de uma certa organicidade no sistema mundial que impede que qualquer variação do crescimento global possa ser interpretado como aproximação em um mesmo nível das condições econômicas e sociais das diferentes economias.

1.2 A organicidade do sistema global: a inviabilidade do *switchover* sem alterações estruturais

Sobre a organicidade do sistema mundial, entendemos que é importante destacar que a lógica de acumulação do sistema capitalista e sua evolução trazem consigo uma diferenciação do modo de desenvolvimento dos diferentes países, em termos políticos, sociais, econômicos e culturais. Esse sistema reflete uma hierarquização entre os países em que estes possuem importâncias e influências distintas. Esta totalidade é fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo, erigido a partir de sociedades diversas, de origem feudal ou colônia, que passaram por transições em diferentes momentos. O sistema assim arquitetado sustenta-se em um núcleo central a partir do qual a dinâmica do desenvolvimento é emulada.

Essa concepção do capitalismo global é formulada por diversos estudiosos do desenvolvimento capitalista: Prado Junior (1966), Dos Santos (1970), Wallerstein (1974), Frank (1977), Furtado (1980), Oliveira (1981), Cardoso de Mello (1982), Harvey (1982), Baran (1996), Marini (2000), dentre outros. Para esses autores, existe, ao mesmo tempo, uma relação histórica e orgânica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que tende a se manter, a menos que aconteçam modificações estruturais substanciais no comércio e na inserção internacional de todas as economias do globo.

Esse é um ponto importante a ser considerado no debate descrito na primeira seção, sobre a possível transformação no sistema capitalista, dada a disparidade, nos últimos anos, do crescimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A compreensão dos autores supracitados é de que as eventuais mudanças nas participações relativas dos países no comércio, produção ou fluxos financeiros globais, na ausência dessas alterações estruturais, seriam circunstanciais, ou seja, sem potencial de aproximar as condições econômicas e sociais das diversas economias em um nível comum.

Aqui iremos destacar a perspectiva teórica em torno da Teoria Marxista da Dependência, por meio dos trabalhos de Theotonio dos Santos (1970; 2000, 2011) e Ruy Mauro Marini (2000), e da análise do Sistema Mundo, basicamente, por meio dos trabalhos de Giovanni Arrighi (1996, 1997). Apesar de perspectivas teóricas diferentes, esses autores, que se debruçaram sobre as formações sociais periféricas, a partir do debate sobre Desenvolvimento Econômico, que ocorreu, notadamente, nos anos 1950 e 1960, levam em conta as teses do Imperialismo¹² e alcançam as particularidades da estruturação do desenvolvimento capitalista global. Isto é, partem do pressuposto de que, nesse sistema global, alguns países lideram o processo de desenvolvimento, enquanto outros são subordinados.

Assim, em que pesem as diferenças dessas perspectivas teóricas, iremos voltar nossos estudos, para fins deste capítulo, às proposições que esses autores fazem no que diz respeito à estruturação hierarquizada da economia global¹³. Com base nessas perspectivas, será possível afirmar que uma possível liderança contingente de alguns países, no que diz respeito ao dinamismo de suas economias no contexto global, teria um fôlego limitado precisamente na proporção da capacidade de autonomia relativa dos mercados internos. Além disso, não refletiriam transformações estruturais nessas economias, pois não são acompanhadas de mudanças estruturais no campo social, incluindo a distribuição interna de renda e riqueza, conforme será identificado nas próximas seções. Não obstante, como vimos, as suposições, em especial, do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, omitem elementos basilares de determinação da estrutura do sistema capitalista global, particularmente, aqueles relacionados à divisão internacional do trabalho.

¹²Sobre os principais expoentes da Teoria do Imperialismo, ver Capítulo 2.

¹³No capítulo 2, iremos aprofundar as proposições de Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, que compõem a Teoria Marxista da Dependência, pois entendemos que nela estão os elementos apropriados para se entender o papel particular das economias dependentes, mais especificamente da América Latina, na dinâmica capitalista global.

Para Dos Santos (1970, 2000, 2011) e Marini (2000)¹⁴, o desenvolvimento dos dois grupos de países, intitulados pela corrente convencional de desenvolvidos e em desenvolvimento, é marcado, sobretudo, pelas determinações estruturais de dependência, produto do processo histórico de sua inserção no capitalismo global. Para se referirem aos chamados países desenvolvidos, os autores utilizam o termo de países centrais, já para se referirem aos países em desenvolvimento, os autores recorrem ao termo periferia, subdesenvolvidos, dependentes ou periferia dependente.

Os países, nessa última situação, são marcados pela restrição no crescimento, fragilidade financeira, vulnerabilidade externa e perfil concentrado de renda e riqueza, porém essas características são estruturais, determinadas pela condição de dependência, não sendo passível de superação pelo mero manejo adequado de um instrumental de política econômica (CARCANHOLO, 2009). O conceito de dependência, aqui utilizado, é entendido como uma situação em que uma economia possui menores graus de influência na dinâmica capitalista mundial, fazendo com que sua dinâmica fique, fundamentalmente, condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra, isto é, é levada a ficar estreitamente conectada à expansão dos países centrais e, ao mesmo tempo, serve de base para a sua aceleração, logo, representando uma subordinação externa, porém, com manifestações internas no arranjo social, político e ideológico (CARCANHOLO, 2008).

Assim, não se trata, necessariamente, de um país ser dependente de outro, trata-se das relações sociais em um determinado espaço ou país dependerem ou estarem sujeitas, em maior grau, à lógica do capital. Nesse sentido, os países que evidenciam maior grau de independência, os países centrais, conseguem influenciar mais nessa lógica, já aqueles países que são mais dependentes, possuem menor grau de influência e, portanto, estão mais sujeitos às determinações dessa lógica.

Essas determinações fazem com que as relações de produção da periferia dependente sejam transformadas ou recriadas para garantir a manutenção do seu papel no desenvolvimento capitalista. Ou seja, existe uma relação histórica orgânica entre países centrais e dependentes, que tende a se reproduzir. Marini (2000) trabalha este tema mediante o uso do conceito de superexploração da força de trabalho. Embora o argumento seja mais diretamente empregado para interpretar as condições concretas dos países da

¹⁴Os autores estudam precisamente os países da América Latina, no entanto são determinações que, no seu âmbito mais geral, podem ser estendidas para as demais economias periféricas.

América Latina, podemos nos valer, nesta seção, das ideias gerais dessa teorização para entender parte das particularidades do desenvolvimento da periferia, indicando que seu desenvolvimento se dá de modo diferente dos países centrais, que dá forma a uma estrutura do sistema capitalista global desigual¹⁵.

Segundo Marini (2000), a América Latina, com base na sua capacidade produtiva do trabalho e mediante uma acumulação fundada na superexploração da força de trabalho, inseriu-se no mercado internacional e tornou-se auxiliadora do processo de acumulação de capital nos países centrais. Esta característica, da superexploração, pode ser estendida aos demais países periféricos, assim, a superexploração passa a determinar e delimitar os laços que ligam essas economias à economia capitalista mundial, sobretudo aqueles laços de interesses que unem as forças sociais dominantes entre os países subdesenvolvidos e os países centrais.

Para os objetivos desta seção, basta-nos entender que a superexploração da força de trabalho, para Marini (2000), é o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que resulta no aumento da taxa de mais-valia, quando o valor produzido pelo trabalhador em um determinado período é apropriado pelo capitalista, sob a forma de lucro¹⁶. Conforme Carcanholo (2013b), neste caso, a superexploração pode ser considerada como categoria, pois traduz elementos de limitação de escala dinâmica de acumulação, em função da recorrente concentração extraordinária da renda e da riqueza nos países centrais.

Marini (2000) ressalta que, desde os primórdios da divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, os países da América Latina inseriram-se como fornecedores de bens-salário e matérias-primas. A industrialização dos anos dourados tornou essa inserção mais diversificada, mas não a alterou na essência: a diversificação ocorreu na margem, conservando as antigas exportações e complementando-as com bens mais sofisticados. Assim, a inserção não permitiu uma dinâmica de acumulação, a essas economias, que fosse baseada no progresso técnico, exigindo depreciação dos salários, o que, por sua vez, determinou um mercado interno limitado.

Essa condição trouxe decorrências singulares para o desenvolvimento desses países, já que o trabalhador é produtor e consumidor de mercadorias. O autor salienta que o desenvolvimento do capitalismo e a sua expansão acelerada da produção vão exigir que essa condição de consumidor seja exercida o mais amplamente possível, de modo que um nível geral

¹⁵Um tratamento mais amplo dessa abordagem será feito nos próximos capítulos, nos quais a intenção é entender de forma mais ampla a configuração do capitalismo dependente.

¹⁶No próximo capítulo, será dado um tratamento um pouco mais amplo ao termo.

de salários relativamente mais baixo funciona como limitador potencial, em contraste, o aumento de salários permite a aproximação do padrão de consumo dos trabalhadores do padrão de consumo capitalista, deslocando, favoravelmente, as demandas por produtos mais sofisticados, que são os principais aceleradores da dinâmica da acumulação¹⁷.

Em uma economia em que há superexploração, essa condição não é exercida da mesma maneira que em uma economia desenvolvida. Desta forma, a natureza da acumulação vai sendo redefinida. Nesse sentido, segundo nosso autor, o processo histórico de industrialização dessas economias não foi suficiente para alterar a determinação estrutural. Ou seja, a diversificação da industrialização encontrou seus limites na expansão do mercado interno dessas economias, engendrando um novo ciclo de exportações de bens-salário¹⁸ e matérias-primas, uma espécie de reiteração da inserção histórica.

Para Marini (2000), após o processo de industrialização das economias periféricas, que ocorreu na primeira metade do século XX, há mudanças qualitativas nessa divisão internacional do trabalho. No entanto não é modificado o ponto que poderia ser tomado como fulcral - a propriedade da superexploração é conservada, e isto faz com que batize a ordem social da região (América Latina) como um capitalismo dependente.

Conforme Almeida Filho (2010), Marini, coerente com a sua motivação de apreender as condições de desenvolvimento da periferia para instrumentalizar uma ação política de transformação, aponta que essa determinação estrutural só será alterada por uma ação que reordene as economias nacionais, embora estas determinações estejam, segundo o autor, limitadas às leis do desenvolvimento capitalista.

Isso denota que, no sistema capitalista global, os países possuem estruturas de acumulação distintas e influências particulares quanto às dimensões econômica, territorial e de população. Além disso, ao mesmo tempo em que são causa e consequência de uma relação histórica orgânica entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, que tende a se reproduzir (ALMEIDA FILHO, 2010), dadas as leis gerais do desenvolvimento capitalista. Conforme foi indicado anteriormente, daí decorre a existência de uma divisão internacional do trabalho entre

¹⁷Particularmente, a China não se enquadra em parte dessas determinações, pois, como será visto nas próximas seções, vem desempenhando forte progresso no desenvolvimento de produtos com elevado conteúdo tecnológico, que desempenham um papel importante nas exportações, porém mantém uma estrutura de superexploração e uma estrutura social precária.

¹⁸Conjunto de bens que em cada país constitui a cesta de consumo básico do trabalhador, segundo seu padrão de vida. São formados pelos artigos de primeira necessidade para o trabalhador e sua família, como os alimentos, o vestuário e o transporte.

os países que fazem parte deste sistema global. A razão mais evidente para isto é que as economias que compõem esse sistema dispõem de diferentes recursos produtivos, porém há ainda outros elementos que dão sustentação a um debate histórico a respeito da possível estabilidade e reprodução dessa divisão internacional do trabalho. Para o entendimento desses outros elementos, é necessário recorrer a uma qualificação relevante ao conceito da dependência que é desenvolvido pela formulação do Sistema Mundo, que dá, em certo sentido, uma dimensão atualizada da TMD nos termos colocados por Marini (2000).

A análise do Sistema Mundo trabalha esse tema por meio do conceito da integração do sistema mundial. Sua formulação surgiu com os trabalhos de Immanuel Wallerstein, nos anos 1970, tendo como foco a formação histórica do sistema capitalista a partir da expansão do capitalismo europeu no século XVI, que decorreu da integração de novos territórios como parte de seu sistema. Seu reconhecimento resultou no desenvolvimento de uma nova apreciação sobre a história do capitalismo, dando corpo a uma formulação que se denomina de análise do Sistema Mundo¹⁹. A contribuição desse modelo, no nosso estudo, é sua unidade de apreciação do funcionamento do sistema capitalista mundial e irá fornecer mais subsídios para o entendimento das transformações que ocorrem no sistema mundial.

O avanço da análise do Sistema Mundo foi buscar o entendimento dessa dinâmica, identificando que existe uma interdependência de fatores internos e externos no desenvolvimento dos países, assim, não faz sentido examinar países centrais e periféricos de forma independente²⁰. Arienti e Filomeno (2007) definem bem a perspectiva:

Um sistema mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade de espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. [...] o sistema-mundo capitalista reúne sua economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p.103).

¹⁹ Apesar de a Teoria Marxista da Dependência também possuir uma análise integrada da economia capitalista mundial, muitos dos seus trabalhos ficam voltados à análise mais particular dos países latino-americanos.

²⁰ Segundo Luce (2011), a análise do Sistema Mundo, por não utilizar o conceito de mais-valia como categoria central, ao contrário do que ocorre com a Teoria Marxista da Dependência, apresenta limitações no alcance de sua crítica às relações sociais de dominação a nível sistêmico, fazendo com que seu horizonte não vá além da defesa de uma ordem multipolar. Por isso, nosso trabalho irá aprofundar-se, nos próximos capítulos, a análise da Teoria Marxista da Dependência.

Portanto, na análise do Sistema Mundo, são estudados os sistemas sociais em múltiplas escalas, consideradas interligadas pelos processos econômicos, políticos e culturais, porém, possuem uma dinâmica própria, diferenciações e interdependência, tudo ao mesmo tempo (ARIENTI & FILOMENO, 2007). Essa unidade de análise nas estruturas e nos processos é formada pela divisão social do trabalho. Isso traz um indicativo de que a unidade de análise do Sistema Mundo envolve toda a divisão social do trabalho configurada pela expansão do capitalismo. Tal divisão é organizada conforme os interesses capitalistas e ultrapassa barreiras locais e nacionais dadas, respectivamente, pelas estruturas culturais e políticas²¹.

Conforme Martins (2003), uma contribuição importante desse enfoque foi associar a economia-mundo à sua superestrutura política e avaliá-la como um sistema. A superestrutura da economia mundo é o sistema interestatal que estabelece uma assimetria estrutural entre a política e a economia, que permite situar o lucro como objetivo fundamental do sistema (MARTINS, 2003).

Essa discussão toma corpo mediante a construção do conceito de Núcleo Orgânico²² do capitalismo, formado pelos países que, nos cinquenta anos de 1938 a 1988, ocuparam as posições mais altas na hierarquia da riqueza global e, em virtude desta posição, estabeleceram (individual ou coletivamente) os padrões de riqueza a que todos os outros Estados aspiram. Esse conceito foi desenvolvido por Arrighi (1997) em “A ilusão do desenvolvimento”. O autor, ao analisar as relações centro-periferia, explora os efeitos da divisão social do trabalho do ponto de vista internacional, dividindo o mundo em três jurisdições. A primeira é a jurisdição do “Núcleo Orgânico”, que tende a se tornar o lugar privilegiado, onde se realizam atividades relacionadas a fluxos de inovação que a concorrência intercapitalista enseja que incluam a introdução de novos métodos de produção, novas fontes de suprimento, novas formas de organização, proporcionando

²¹Logo, conforme indicam Arienti e Filomeno (2007), um caminho apropriado para a compreensão das transformações do mundo moderno passa pela análise do Sistema Mundo, pois considera a complexidade do sistema, com suas múltiplas estruturas, porém com uma unidade orgânica determinada pela divisão de trabalho, que foi organizada historicamente por interesses capitalistas, a partir da modernidade do longo século XVI. A interligação dessas economias, dada pela divisão social do trabalho, descarta a necessidade de uma unidade política central.

²²O Núcleo Orgânico é formado por países de três regiões geograficamente distintas, incluindo a Grã-Bretanha, os países da Escandinávia e do Benelux, a Alemanha, a Áustria, a Suíça e a França; América do Norte (EUA e Canadá); e Austrália e Nova Zelândia. (Arrighi, 1997).

ganhos extraordinários, muito acima do lucro médio proporcionado pelas atividades rotineiras.

Arrighi (1997) esclarece que, quando um grupo de empresas de determinada localidade começa a inovar, elas fornecem, indiretamente, o poder político da jurisdição na qual operam (normalmente a jurisdição superior), conferindo maior liberdade para criar um ambiente de infraestrutura econômica mais favorável, seja por meio da atividade inovadora, seja ocupando posições de riqueza superiores. Estabelece, assim, os padrões de riqueza que todos os demais Estados ambicionam. Portanto, os países considerados como periféricos subordinam-se aos rumos determinados pelo primeiro grupo, exatamente nos termos colocados pelos dependentistas.

Arrighi (1997) afirma que a hierarquia da riqueza dessas jurisdições é organizada de acordo com a parcela de apropriação da divisão internacional do trabalho. Os que se posicionam no agrupamento superior se apropriam de uma parcela extremamente superior dos benefícios da divisão internacional do trabalho, consistindo, assim, no núcleo orgânico do capitalismo. Já os que estão posicionados no agrupamento inferior, a periferia do sistema, colhem os benefícios que, no máximo, cobrem seus custos a longo prazo da participação na divisão internacional do trabalho. Existe, ainda, o terceiro grupo, os semiperiféricos²³, que se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão internacional do trabalho, no entanto não é suficiente para que possam manter um padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do Núcleo Orgânico.

Conforme Arrighi (1997), essas três posições são definidas não apenas em termos quantitativos de apropriação de riqueza, mas qualitativamente também, no sentido de capacidades relacionadas a se apropriarem dos benefícios da divisão internacional do trabalho. Os dois processos são complementares, porém não são distintos. Os processos de exploração fornecem aos Estados do Núcleo Orgânico e a seus agentes os meios para iniciar os processos de exclusão, que geram a pobreza necessária para induzir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a buscar, continuamente, a reentrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do Núcleo Orgânico.

²³Conforme Luce (2011), alguns autores, ao indicarem uma fusão entre a Teoria Marxista da Dependência e a perspectiva do Sistema Mundo, entendem que os conceitos de semiperiferia e subimperialismo seriam equivalentes, levando a um ocultamento de contradições que Marini tanto insistia em caracterizar e que apenas seriam possíveis mediante o nível de abstração da Teoria Marxista da Dependência.

Segundo Arrighi (1997), a legitimidade e a estabilidade desse sistema, altamente desigual e polarizador, são reforçadas pela existência dos países semiperiféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação de atividades de núcleo orgânico e das economias periféricas. É justamente por essa combinação desenvolvida dentro de suas fronteiras que o autor supõe que os Estados semiperiféricos possuam poder de resistir à periferização, embora não tenham poder suficiente para superá-la e passar a fazer parte do Núcleo Orgânico.

A partir dessas proposições, o autor adverte que os Estados podem, sozinhos, conseguir cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semiperiferia da riqueza do núcleo orgânico, como ocorreu com o Japão, nos últimos anos. Todavia esses êxitos individuais ampliam o golfo para aqueles que ficam para trás, tornando inerentemente, mais difícil subir de “status”, já que as tendências excludentes mantêm-se ainda mais concentradas. Assim, torna-se necessário considerar que, no interior da economia capitalista mundial, por definição, os Estados não podem todos se desenvolverem simultaneamente no sentido de capacidade estrutural.

Ou seja, a característica intrínseca do sistema global que está posto é a concentração de riqueza²⁴, seja na dimensão das economias nacionais, seja na dimensão das unidades de capital, ou na dimensão interpessoal. Desse modo, mesmo que ocorra um aumento de participação da periferia em relação ao núcleo orgânico, mantém-se a ideia de concentração do comando. Isso quer dizer que existem limites estruturais ao desenvolvimento nacional dos países periféricos ou em desenvolvimento no contexto de uma ordem global capitalista. Esses limites apresentam-se em diferentes níveis ou escalas. Parte destes limites é comum aos países que estão fora do núcleo orgânico do capitalismo e parte está limitada por questões específicas de cada Estado nacional, em razão das características particulares de cada um deles.

Sobre uma troca de posições ou hegemonia no capitalismo maduro, Arrighi (1996, 2008) também desenvolve a abordagem de ciclos sistêmicos que contribuem para a construção da nossa perspectiva de análise. Sobre essa temática, segundo Arrighi (1996), no processo de formação e expansão do capitalismo, existe uma dinâmica com continuidades e descontinuidades de algumas estruturas e relações e, ainda, inovações em outras estruturas. Essas novas estruturas são caracterizadas por novas relações no seu funcionamento e na sua

²⁴Essa concentração de riqueza implica repercussões que vão além da produção.

reprodução. Isso proporciona uma ininterruptão fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital ao longo dos séculos²⁵.

Vejamos o que são esses ciclos sistêmicos, como eles são constituídos e quais seus efeitos para o conjunto dos países. Arrighi (1996) desenvolve, essencialmente, sua análise de Sistema Mundo com base nesses ciclos de acumulação a partir do modelo menshiano, que retrata fases de crise, reestruturação e turbulência, que vão recriando as condições do crescimento estável. De tal modo, é um modelo voltado para o crescimento e inovações em determinadas indústrias ou em determinadas economias nacionais.

No modelo estabelecido por Arrighi (1996), o que se desenvolve é a economia mundial capitalista em seu todo ao longo da sua existência. Seguindo essa linha de análise, Arrighi (1996) comprehende que o processo de expansão e consolidação do capitalismo até aqui se deu por meio de quatro ciclos sistêmicos de acumulação, que se sobrepueram e duraram mais de um século: ciclo genovês, do século XV ao início do século XVI; ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XX e que prossegue no século XXI marcado pela expansão financeira.

Em cada um desses ciclos, um determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais, a partir da aliança entre Estado e capital, passou a exercer uma hegemonia por meio de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de estruturas que resultou na organização e regulação da expansão da economia-mundo capitalista. Esses ciclos, portanto, são liderados por uma hegemonia mundial e caracterizam-se por serem ciclos sistêmicos de acumulação com ascensões e quedas.

O conceito de hegemonia mundial adotado por Arrighi (1996) refere-se, especialmente, à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Ela é entendida como o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de criar condições favoráveis para a máxima expansão dele, porém, na aparência, essa expansão é concebida e apresentada como sendo a força motriz de uma expansão universal. “Historicamente, [...] o governo de

²⁵Assim, ao usar o conceito de ciclo sistêmico em sua análise, Arrighi (1996) pretende explicar a formação, solidificação e qualificação dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da idade média até a dimensão atual.

um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema" (ARRIGHI, 1996, p. 27). Segundo o autor, esse poder é algo maior e diferente da dominação pura e simples. Na verdade, esse poder está associado à dominação, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral, nos termos de Gramsci, ou seja, está relacionado a uma combinação de consentimento e coerção²⁶.

Arrighi (1996) parte de uma investigação comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, em uma tentativa de identificar os padrões de recorrência e evolução da recente fase de expansão financeira e reestruturação sistêmica, que, segundo o autor, teve início na década de 1970. A partir desses estudos, Arrighi (1996) acredita que as anomalias da recente fase de expansão financeira podem levar a um rompimento com padrões anteriores de recorrência e evolução.

[...] as grandes expansões materiais só ocorreram quando um bloco dominante acumulou poder mundial suficiente para ficar em condições não apenas de controlar a competição interestatal, ou erguer-se acima delas, mas também mantê-la sob controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados. O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos [...], não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo²⁷ (ARRIGHI, 1996, p.13).

²⁶"Esse Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista" (ARENTE; FILOMENO, 2007, p. 21). Para Gramsci (1980), está enraizado na estrutura de classe, o Estado como um dispositivo de hegemonia. Segundo Carnoy (1994), a chave para compreender Gramsci, é entender que essa estrutura de classe é definida e vinculada às relações de produção. Ou seja, Gramsci produziu uma análise do desenvolvimento histórico, que entende que hegemonia e função hegemônica do Estado emanam ao mesmo tempo da natureza da burguesia, como uma classe ideologicamente abrangente e de sua posição específica de poder econômico na sociedade capitalista, e é da sua abordagem de hegemonia e de ideologia que Gramsci explica o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, ou a sua falta, que é tão importante para qualquer análise política marxista (CARNOY, 1994). O Estado, para impor o seu modo de organização, primeiramente, opera na arena da luta pela consciência em favor do poder econômico da burguesia, porém, quando ele não consegue, ele terá que recorrer ao seu poder coercitivo original de dominação. Assim, na perspectiva de Gramsci, a arena da consciência é a luta principal entre as classes dominante e a subordinada, e então como se dá a transformação.

²⁷A ideia de uma concentração cada vez maior do poder capitalista no moderno sistema mundial está implícita em um padrão desenvolvido por Karl Marx em *O Capital* (ARRIGHI, 1996).

Ou seja, nos últimos quinhentos anos, a expansão do poder capitalista esteve associada à competição interestatal pelo capital circulante, além da formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. As conclusões de Arrighi (1996) são de que todas as vezes em que tais processos de acumulação de capital, em escala mundial, atingiram seus limites de expansão, assistiu-se a longos períodos de luta interestatal. Essas lutas resultavam em um Estado que controlava ou passava a controlar fontes mais abundantes de excedentes de capital e tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior²⁸.

Porém, segundo Arrighi (1996) a própria análise dos ciclos sistêmicos não é determinística, ou seja, não quer dizer que, necessariamente, dada a crise financeira dos anos 2000, uma nova estrutura ressurgirá de uma nova hegemonia – pode ocorrer uma renovação da hegemonia, por meio da promoção e reorganização de uma nova expansão

²⁸Essa nova fase se dá quando a expansão do capital, liderada pela potência mundial, não consegue mais se manter, abrindo espaço para o surgimento de novas lideranças mundiais. A defesa é de que as expansões financeiras são consideradas como sintomas de uma situação em que os investimentos da moeda na expansão do comércio e da produção não são mais atendidos no objetivo de elevar o fluxo de moeda que vai para a camada capitalista com tanta eficiência. “Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD’)” (ARRIGHI, 1996, p. 08). Essa acumulação se dá em escala mundial, que, conforme o autor, são estratégias e estruturas mediante as quais os agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. Para Arrighi (1996), nesse processo, o capital se expande até que se chegue a um ponto em que as alianças entre os poderes do Estado e do capital, firmadas em resposta a essa concorrência, tornam-se tão impressionantes que eliminam a própria competição e, por conseguinte, a possibilidade de emergência de novas potências capitalistas de ordem superior. Com isso, o poder capitalista é ampliado até que seu poder no capitalismo mundial não consiga expandir-se mais sem que seja minada a concorrência interestatal pelo capital circulante em que se apoia tal expansão, resultando em lacunas para a manifestação de novas estruturas dominantes. Igualmente, as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico esgotam-se no período de expansão financeira, ou seja, não geram mais, em suas estruturas produtivas expectativas de lucros extraordinários, e um volume cada vez maior de capital irá procurar sua valorização na esfera financeira. Esse quadro gera uma crise da hegemonia em questão e abre espaços para o surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, possibilitando a geração de uma reorganização do sistema mundial (ARIENTI; FILOMENO, 2007). Essas mudanças geram um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do sistema de Estados nacionais vigentes e, conforme já afirmado, do surgimento de novos regimes de acumulação que provocam novos modos de governo e, portanto, de uma nova organização do sistema-mundo, agora sob nova liderança. Ou seja, nessa fase, são disseminados os alicerces para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, em função da superação da crise financeira. Essa reconfiguração possibilita transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. Portanto, essa é a crise terminal de um dado ciclo sistêmico de acumulação. Porém, é importante entender que o processo de expansão e queda de hegemonias vai além dos ciclos Kondratieff (são ciclos de constatações empíricas, que expressam a alternância de períodos menos e mais intensos da competição intercapitalista), uma vez que as expansões e quedas em períodos alternados estão interligadas aos regimes de acumulação liderados pela potência hegemônica.

material da economia mundial capitalista. Igualmente, segundo o próprio Arrighi (1996), as taxas de expansão da produção, em um sentido estrito, conforme foram apresentadas na primeira seção, são indicadores pouco fidedignos do sucesso ou fracasso das nações na luta pela vantagem competitiva em uma economia mundial capitalista e, portanto, de uma possível liderança no direcionamento da economia mundial.

As proposições aqui apresentadas nos levam a entender duas questões complementares: a hierarquização entre as economias e a necessidade do estudo do papel particular de cada economia no funcionamento do sistema capitalista, para apreender as especificidades de seu desenvolvimento inseridas em uma dinâmica mais geral, a do desenvolvimento global.

A análise do Sistema Mundo, a partir da integração do sistema mundial, demonstra que há uma hierarquização entre os países em razão da importância e influência distinta de cada país no funcionamento do sistema capitalista. Portanto, existe uma relação histórica orgânica entre países desenvolvidos e periféricos, que tende a se reproduzir, a menos que ocorram alterações estruturais no comércio e na inserção internacional de todos os países. Na ausência dessas alterações, as eventuais mudanças nas participações relativas dos países no comércio, na produção e nos fluxos financeiros globais, seriam conjunturais, não tendo potencial de aproximar-se, em um nível comum, às condições econômicas e sociais dos diferentes países. Por conseguinte, nas condições atuais, uma disparidade no crescimento produtivo dos países periféricos e países centrais não representa uma possibilidade efetiva de uma nova estruturação do sistema capitalista.

Além disso, as ideias aqui expostas também nos levam a apreender que, no estudo da dinâmica do sistema capitalista mundial, devem ser, ao mesmo tempo, consideradas as circunstâncias históricas particulares e as especificidades dos processos de constituição e desenvolvimento do capitalismo nos distintos países, pois a lógica de acumulação desse sistema e sua evolução trazem consigo uma diferenciação do modo de desenvolvimento dos diferentes países, em termos políticos, sociais e econômicos. Isso irá determinar as características da inserção internacional de cada país no sistema mundial, bem como as consequências nas condições econômicas e sociais de cada nação.

Nesse sentido, é possível já afirmar que a perspectiva apresentada na primeira seção não consegue captar que os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento possuem características qualitativamente diferenciadas. Portanto, a configuração dessas

diferenças parte da ligação antagônica e complementar dessas economias inseridas nas leis determinantes do capitalismo global. De tal modo, embora possuam desempenhos antagônicos, as duas situações pertencem à mesma dinâmica de acumulação de capital em escala mundial (CARCANHOLO, 2008), dada a estrutura hierárquica vigente.

Nas próximas seções, iremos entender o caráter distintivo da inserção internacional do trabalho das diferentes economias no capitalismo global no capitalismo maduro, e a configuração das condições sociais da população dessas nações que representam a configuração da desigualdade do sistema capitalista e a manutenção de uma estrutura hierarquizada. E, para entender a desigualdade e organicidade desse sistema, sairemos do caráter mais abstrato e partiremos para o entendimento das diferenças específicas dos processos de desenvolvimento – essencial dos distintos processos de desenvolvimento nacionais. A compreensão dessas diferenças é fundamental, pois explicam as distintas dinâmicas dos processos de desenvolvimento de cada país e, por consequência, da dinâmica do desenvolvimento do sistema capitalista global.

1.3 Uma proposta de análise da desigualdade da estrutura do sistema capitalista

Para que seja possível alcançar o caráter distintivo do desenvolvimento dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e, por consequência, da organicidade do sistema capitalista, faremos uma análise do desempenho de uma amostra de países que serão divididos conforme as particularidades de suas inserções na dinâmica capitalista, já que apreendemos que o sistema capitalista se estrutura de maneira desigual. Para isso, seguiremos o critério de estruturação do sistema mundial em alguns grupos, conforme desenvolvido por Osorio (2012a), porém com algumas modificações que indicaremos a seguir.

Osorio (2012a) segue a perspectiva da TMD e, em parte, da análise do Sistema Mundo e, por conseguinte, apreende que o sistema mundial se estrutura de maneira desigual, entre Centros, Semiperiferias e Periferias²⁹. No entanto, para o autor, dado o estágio de maturidade do desenvolvimento capitalista em função das transformações recentes desse sistema, que o tornou ainda mais complexo e contraditório, essa estrutura foi ampliada para: a) Países Imperialistas, como os Estados Unidos e Alemanha; b) Semiperiferia Imperialista, como a

²⁹Em um sentido muito próximo ao identificado por Arrighi (1997).

Espanha; c) Subimperialismo Dependente, como o Brasil; d) Economias Dependentes, como Peru e Chile; e e) Periferias, como os países da África³⁰.

No nosso entendimento, é com base nas relações desses diferentes grupos de países que as contradições do desenvolvimento e subdesenvolvimento são edificadas e encontram maior sentido. Uma visão distante das diversas escolas econômicas, inclusive daquela apresentada no início deste capítulo.

Conforme Osorio (2012a), nos três primeiros grupos de países, prevalece a apropriação do valor, porém, a partir dos segundos, também há cedência de valor, assim, iremos considerar que esses últimos países são caracterizados pela dependência³¹. Já nos dois últimos grupos de países, o que prevalece é a transferência de valor para todos os anteriores, por meio de diversos mecanismos que são, recorrentemente, recriados a cada momento histórico.

No nosso estudo, inserimos, no grupo de países denominado de Economias Dependentes, a Índia, já que é um país de origem colonial e desenvolvimento capitalista, que, não obstante suas características culturais, ocupa um dos principais lugares entre os países coloniais. Os colonos ingleses, ao se apoderarem da Índia, transformaram o país em seu apêndice agrário e fornecedor de matérias-primas, assim, predominaram, nessa economia, as relações agrárias implantadas e cultivadas pelos colonizadores ingleses, e cuja base foi constituída pelo regime feudal-latifundiário de posse da terra (ARAUJO, 1950). Além disso, trate-se de um país com população enorme, conforme pode ser visto na tabela 1, e que, nos últimos anos, vem sendo, frequentemente, estudada em função do destaque de seu desempenho econômico.

Inserimos, também, a África do Sul, em decorrência da inserção dessa economia na divisão internacional do trabalho e das transformações recentes que daí vieram. A África do Sul uma economia colonizada por europeus (colonos holandeses, britânicos e, em menor parte, franceses e alemães), começando pela Holanda, que buscava recursos primários, fato que enraizou a expansão da atividade agropecuária como modo de vida da população sul africana. Nos últimos anos, o PIB do país representou cerca de 20% do PIB africano, 48% do PIB da África Subsariana e 60% do PIB da SADC (*Southern African Development Community*), portanto, possui

³⁰Para a escolha da análise dos países africanos, foi selecionado um país para cada região do continente (África Setentrional, África Ocidental, África Central, África Meridional e África Oriental), com destaque no território e na população. Inserimos a África do Sul no grupo de países dependentes, dada a sua inserção na divisão internacional e as consequentes transformações.

³¹Elemento teórico que será melhor trabalhado nos demais capítulos.

forte influência na região. Soma-se a isso o fato de o país possuir uma economia moderna comparada aos seus vizinhos africanos, sendo responsável por mais de 60% de todo estoque de IED (Investimento Externo Direto) para o continente (RIBEIRO; MORAES, 2010).

Além disso, em razão das particularidades de algumas economias na inserção no capitalismo mundial e, por isso, não se inserirem na estrutura acima, incluímos, nessa estruturação do sistema mundial, dois grupos: f) Economias de Capitalismo Tardio, como a Rússia e a Polônia; e g) Economia Chinesa, em função da inserção particular da China no sistema capitalista nos últimos anos.

As Economias de Capitalismo Tardio são compostas por países do Leste Europeu, consideradas, pela abordagem tradicional, economias de terceiro mundo, que foram integradas tardiamente à dinâmica do sistema capitalista. O direcionamento das políticas implementadas nesses países, durante o socialismo, trouxe, para os tempos atuais, consequências particulares tanto na participação dessas economias no comércio internacional, quanto na dinâmica das condições sociais da população desses países.

Já a Economia Chinesa será enquadrada em uma categoria a parte, por entendermos que a ascendência da China, como líder do renascimento econômico da Ásia Oriental, modificou o cenário das relações internacionais. Isso tem levado muitos autores a investigar o que faz a China ter desempenho tão surpreendente nos últimos anos³².

A tabela 1 mostra a importância relativa dessas economias em termos de território, população e produção nacional.

³² Entre esses autores temos Giovanni Arrighi (2008), com o livro “Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX”. Neste trabalho, o autor, para entender a disparidade crescente do desempenho da China, retoma a evolução socioeconômica da China durante os últimos séculos, em especial, no século XVIII

TABELA 1 – Indicadores Selecionados – 2011

Ranking do IDH	País	Território (Km ²)	População	Densidade Populacional	PIB per capita (US\$)
Países Imperialistas					
3	Estados Unidos	9.147.420	311.591.917	34,1	48.112,00
5	Alemanha	348.610	81.726.000	234,4	44.060,00
Semiperiferias Imperialistas					
23	Espanha	489.800	46.235.000	94,4	31.943,00
Economias de Capitalismo Tardio					
39	Polônia	304.200	38.216.000	125,6	13.463,00
55	Rússia	16.376.870	141.930.000	8,7	13.098,00
Economia Chinesa					
101	China	9.327.480	1.344.130.000	144,1	5.445,00
País Subimperialista Dependente					
85	Brasil	8.459.420	196.655.014	23,2	12.594,00
Economias Dependentes					
40	Chile	743.530	17.269.525	23,2	14.394,00
77	Peru	1.280.000	29.399.817	23,0	6.018,00
121	África do Sul	1.240.470	50.586.757	40,8	8.070,00
136	Índia	2.973.190	1.241.491.960	417,6	1.498,00
Economias Periféricas					
93	Argélia	2.381.740	35.980.193	15,1	5.244,00
153	Nigéria	910.770	162.470.737	178,4	1.502,00
173	Etiópia	1.000.000	84.734.262	84,7	357,00
180	Rep. Centro Africana	622.980	4.486.837	7,2	489,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2011) e do WordBank (2013).

Nota: Território é a área total de um país, com exclusão de áreas de rios e lagos principais, reivindicações de território.

De um lado, observa-se, em todos os grupos de países, uma grande desigualdade quanto à população, área territorial e dimensão absoluta dos produtos sociais (tabela 1). De outro, observa-se que o primeiro grupo de países apresenta um PNB per capita elevado, variando de 43,0 a 34,8 mil dólares por habitante (tabela 2).

TABELA 2 – Produto Nacional Bruto per capita – US\$ (valores constantes a preços de 2005)

Ranking do IDH	País	1980	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Países Imperialistas										
3	Estados Unidos	25.426	31.651	40.259	43.130	44.206	43.771	43.161	41.439	43.017
5	Alemanha	20.794	25.971	30.262	31.740	33.133	33.954	34.294	32.709	34.854
Semiperiferia Imperialistas										
23	Espanha	15.205	19.595	24.911	26.990	27.547	27.873	27.536	26.510	26.508
Economias de Capitalismo Tardio										
39	Polônia	-	-	11.695	13.480	14.243	15.061	16.010	16.172	17.451
55	Rússia	8.363	7938	8.380	11.560	12.482	13.678	14.331	13.172	14.561
Economia Chinesa										
101	China	530	1.115	2.642	4.130	4.623	5.271	5.738	6.247	7.476
País Subimperialista Dependente										
85	Brasil	7.306	6.978	7.698	8.260	8.526	8.986	9.332	9.213	10.162
Economias Dependentes										
40	Chile	5.174	6.233	10.078	11.090	11.018	11.569	12.392	12.251	13.329
77	Peru	5.825	4.339	5.377	5.910	6.179	6.685	7.362	7.397	8.389
123	África do Sul	8.388	7.668	7.443	8.420	8.795	9.035	9.282	9.114	9.469
121	Índia	896	1.229	1.747	2.280	2.463	2.688	2.753	2.985	3.468
Economias Periféricas										
93	Argélia	6.167	6.009	5.802	6.820	6.927	7.223	7.317	7.368	7.658
153	Nigéria	1.597	1.271	1.289	1.530	1.739	1.742	1.829	1.886	2.069
173	Etiópia	575	555	541	630	707	746	822	868	971
180	Rep. Centro Africana	955	820	766	672	686	698	700	698	716

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Undp (2013).

A evolução desses dados, nos últimos anos, ainda que limitados para análises mais profundas, já evidencia que não parece ocorrer nenhuma mudança estrutural na proporção do PNB per capita dos países considerados desenvolvidos, que podem ser representados, na nossa divisão do mundo, pelos dois primeiros grupos de países, e Países Dependentes, podendo ser representados pelos demais grupos de países (Economias de Capitalismo Tardio, Economia Chinesa, País Subimperialista, Economias Dependentes e Periferia do Capitalismo). Apesar do crescimento considerável em parte das economias inseridas nos últimos grupos de países, em especial, a Economia Chinesa, a concentração de riqueza continua se dando, essencialmente, nos dois primeiros grupos de países. Na grande maioria dos países analisados, persiste uma situação periférica, apresentando um desempenho econômico muito inferior.

Para tornar nosso diagnóstico de uma desigualdade da estruturação do sistema capitalista mundial mais consistente, a seguir, veremos a participação dessas economias aqui

representadas, i) no mercado externo, uma vez que pode indicar a estrutura produtiva interna, ii) nas condições de trabalho da classe trabalhadora e iii) nas condições de vida da população. O ponto importante que pretendemos assinalar nas próximas seções é que o desenho do capitalismo global, visualizado pelas inserções dos diversos países na divisão internacional do trabalho e pelas condições sociais da população, enfim, visualizados pelas participações relativas na produção da riqueza global e em alguns indicadores sociais, não apresentam, em geral, alterações estruturais significativas e, portanto, mantêm a desigualdade intrínseca à dinâmica capitalista.

1.4 Inserção no comércio internacional

Conforme indicado na primeira seção, o Banco Mundial e o FMI enfatizam o aumento da importância do volume exportado pelos países considerados em desenvolvimento em comparação aos países desenvolvidos - o gráfico 3 corrobora essa ampliação. Porém, o que essas agências não consideram, é em quais condições os países em desenvolvimento se aproximam dos países desenvolvidos, se é que se aproximam.

Para complementar nossa contraposição a esse diagnóstico, voltaremos a algumas considerações levantadas na seção 2. Como vimos, a TMD leva em conta as particularidades da inserção das economias periférica no desenvolvimento capitalista mundial, que, em certa medida, pode ser estendida aos cinco últimos grupos de países aqui analisados. Entre elas, temos uma inserção internacional do trabalho que, historicamente, baliza as possibilidades na participação da produção de produtos de maior teor tecnológico e em financiamentos concretos em todo o globo. Segundo Marini (2000), desde o nascimento da divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, os países periféricos foram inseridos, primordialmente, como fornecedores de bens-salários e matérias-primas. O que veremos, a seguir, é que, de forma geral (com exceção da China), esses países, ainda que tenham diversificado a atuação no mercado externo com produtos mais sofisticados, dado o processo de industrialização ocorrido em cada uma dessas economias, na essência, a inserção não foi modificada.

O primeiro grupo de países apresenta-se como o centro de poder de comando, predominando em sua dinâmica de produção atividades que permitem o controle do excedente das cadeias produtivas, assim como de produção e difusão de novas tecnologias.

Já os últimos grupos assumem papel secundário na estrutura de poder mundial e, por consequência, na divisão internacional do trabalho, operando de forma subordinada na apropriação de excedente econômico e dependente na geração de novas tecnologias.

Hoje está difundido um padrão de consumo, estabelecido pelo centro do sistema, que se tornou universal a todo o conjunto dos países, ou seja, de forma geral, os países possuem as mesmas formas de vida e objetivam o consumo de uma cesta de produtos que é comum a todas as famílias das diferentes economias. A partir disso, entendemos que a análise dos dados das exportações dos países determina o que é importado por aquele país, portanto, é um bom indicativo do que é importado pelo país e, consequentemente, da sua estrutura produtiva.

Para fazer essas considerações, faremos uma análise da pauta de exportação das economias aqui estudadas, a partir da base de dados da COMTRADE (*Commodity Trade Statistics Database*) das Nações Unidas, com base na metodologia desenvolvida por Lall (2000), que promove a classificação de produtos conforme a atividade tecnológica incorporada por eles. Isso nos permitirá identificar não apenas quantitativamente a evolução das participações relativas dos países no comércio mundial, mas também qualitativamente. Ou seja, será possível avaliar a evolução, nos últimos anos, das exportações por categoria tecnológica e trazer indícios da conservação da inserção dependente da periferia dependente no comércio mundial.

1.4.1 Classificação dos produtos exportados conforme conhecimento tecnológico

Lall (2000) estabelece uma categorização dos produtos conforme a utilização da atividade tecnológica na fabricação e no conhecimento da tecnologia industrial necessária para o seu desenvolvimento, baseada em rankings tecnológicos de produtos manufaturados, que pode ser vista no quadro 1. A categorização é dada por cinco grandes grupos: produtos primários (PP), produtos baseados em recursos naturais (RB), produtos industrializados de baixa tecnologia (LT), produtos industrializados de média tecnologia (MT) e produtos industrializados de alta tecnologia (HT).

QUADRO 1 - Classificação Tecnológica das Exportações segundo Lall (2000)

Classificação	Exemplos
Produtos primários (PP)	Frutas frescas, carne, arroz, cacau, chá, café, madeira, carvão, petróleo bruto, gás
Produtos manufaturados	
<i>Manufatura baseada em recursos (RB)</i>	
Baseado em recursos agro/florestais (RB 1)	Preparados carnes / frutas, bebidas, produtos de madeira, óleos vegetais
Outros produtos baseados em recursos (RB 2)	Concentrados de minérios, petróleo, produtos de borracha, cimento, pedras cortadas, vidro
<i>Manufaturas de baixa tecnologia (LT)</i>	
Moda/Textil (LT 1)	Tecidos, vestuário, artefatos de uso semelhante, calçados, couro fabrica, artigos de viagem
Outros de baixa tecnologia (LT2)	Cerâmica, simples peças metálicas / estruturas, móveis, joias, brinquedos, produtos plásticos
<i>Manufaturas de média tecnologia (MT)</i>	
Produtos automotivos (MT 1)	Veículos passageiros, veículos comerciais, motocicletas e peças
Indústrias de processo de média tecnologia (MT 2)	Fibras sintéticas, produtos químicos, tintas, fertilizantes, plásticos, tubos, ferro
Indústrias de engenharia de média tecnologia (MT 3)	Motores, máquinas industriais, bombas, aparelhagem, navios, relógios
<i>Manufaturas de alta tecnologia (HT)</i>	
Produtos eletrônicos e elétricos (HT 1)	Equipamentos de telecomunicação e de processamento de dados, máquinas e aparelhos elétricos, transmissores, turbinas, equipamentos de geração de energia, aparelhos de eletrodiagnóstico
Outras altas tecnologias (HT2)	Aparelhos e equipamentos fotográficos, produtos farmacêuticos, instrumentos de medição ópticos, câmeras, turbinas à vapor
Outras transações	Eletricidade, filmes de cinema, impressos, transações especiais, ouro, arte, moedas, animais de estimação

Fonte: Elaboração própria a partir de Lall (2000).

Segundo o autor, para a classificação dos Produtos Primários (e outras transações) não é necessária a análise em termos da base tecnológica de vantagens comparativas. Os produtos primários são representados por aqueles que não passaram por qualquer tipo de

industrialização, ainda que se saiba que, na sua produção, é de extrema importância a utilização de tecnologias avançadas que deem conta de ampliar a qualidade e a produtividade de sua produção.

No grande grupo de produtos manufaturados, as categorias tecnológicas e subcategorias são as seguintes:

Baseada em Recursos (RB): os produtos tendem a ser simples e com a necessidade de trabalho intensivo (por exemplo, comida simples ou processamento de couro), apesar de também haver segmentos que utilizam capital em escala e habilidades tecnológicas intensivas (por exemplo, refino de petróleo ou modernos alimentos processados). A vantagem competitiva desses produtos surge geralmente - mas não sempre - a partir da disponibilidade dos recursos naturais, mas que não resultam em vantagens competitivas importantes. No entanto os segmentos com habilidades e intensivos em tecnologias levantam importantes demandas de competitividade. O autor estabelece uma distinção entre RB1 e RB 2. A classificação RB 1 é baseada em produtos agrícolas, como peixe defumado, farinha de trigo, preparados de cereais, preparados de frutas, sucos de frutas, tabaco fabricado, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, miudezas de carne, manteiga, queijos e queijão, papel, gorduras e óleos vegetais, materiais de borracha e madeira. Já o RB2, classificado como outros produtos, é pautado em produtos como minério de ferro e seus concentrados, óleos de petróleo, produtos petrolíferos residuais, hidrocarbonetos, elementos químicos inorgânicos, perfumes, cal, cimento, pérolas e pedras preciosas ou semipreciosas, copos entre outros.

Baixa tecnologia (LT): os produtos desta categoria tendem a ter tecnologias estáveis e bem difundidas. As tecnologias são, usualmente, incorporadas no equipamento de capital e possuem requisitos de competências relativamente simples. Muitos produtos comercializados são levados a competir via preço, isso faz com que a queda dos custos trabalhistas tendam a ser um elemento importante de competitividade. Como são de baixa tecnologia, as economias de escala e as barreiras à entrada são, geralmente, baixas. O mercado consumidor final tende a crescer lentamente, porém existem exceções a esses recursos. Alguns produtos de baixa tecnologia, em segmentos de alta qualidade, em especial, em função da marca, habilidades, design e sofisticação tecnológica estão presentes nesta classificação – a baixa tecnologia não permite a esses produtos atingir os níveis de outras categorias. Devemos notar que os produtos de grande interesse para os países em

desenvolvimento tendem a constar nos segmentos de menor qualidade, e são, habitualmente, estruturados em preços e em tecnologias simples. O autor faz a distinção entre LT 1, grupo de baseado em produtos têxteis, vestuário e calçado, enquanto que os produtos da classificação LT2, são outros de baixa tecnologia, como copos, cerâmica, talheres, pregos, recipientes metálicos, produtos laminados de ferro ou aço, móveis, roupa de cama, artigos de plástico, material de escritório e papelaria, joias, instrumentos musicais entre outros.

Média tecnologia (MT): compreende a maior parte de habilidade e escala intensiva em tecnologias em bens de capital e produtos intermediários, estão fortemente presentes nas economias desenvolvidas. Os produtos dessa categoria tendem a ter tecnologias relativamente complexas, com moderados níveis de P & D. Os produtos de engenharia automotiva e seus subgrupos precisam de interação considerável entre as empresas para a eficiência técnica. Lall (2000) divide essa categoria em três subgrupos. MT1, são classificados como produtos automotivos. Conforme o autor, esses produtos são de interesse particular para exportação. Já a classificação MT2 engloba indústrias de processo, principalmente produtos químicos e metais básicos, são diferentes em seus recursos tecnológicos da classificação de MT3, que é suportado em indústrias de engenharia. Conforme Lall (2000), as indústrias de processo têm produtos estáveis e indiferenciados, muitas vezes, com instalações de grande escala e de esforço tecnológico considerável na melhoria do equipamento e otimização complexa de processos. Segundo o autor, o deslocamento de trabalho intensivo dessas indústrias para os países de baixos salários ocorre, porém não é generalizado: pois a indústria precisa de recursos avançados para atingir padrões mundiais.

Alta tecnologia (HT): é baseada em produtos com tecnologias avançadas e em rápida mudança, com altos gastos em P & D. As tecnologias mais avançadas requerem infraestruturas tecnológicas sofisticadas, altos níveis de competências, técnicas especializadas e interações estreitas entre empresas e universidades ou instituições de pesquisa. No entanto alguns produtos, como os eletrônicos, implicam trabalho intensivo na montagem final. Estes produtos levam novos sistemas internacionais de produção integrada em diferentes processos. O autor separou essa categoria em HT1, produtos eletrônicos e elétricos de HT2, outros produtos de alta tecnologia. Além de eletrônicos, outros produtos de alta tecnologia (equipamentos geradores, instrumentos de aeronaves, precisão e

farmacêuticos) tendem a ser enraizados em economias com altos níveis de competências, tecnologia e redes de fornecedores.

Segundo o autor, com alguns riscos de simplificação, os produtos RB e LT são qualificados como de "fácil" tecnologia, sendo que as dotações de recursos naturais estão concentradas no primeiro caso e em baixos salários no segundo. Os produtos da classificação MT e HT possuem, segundo o autor, tecnologias "difíceis", com alta habilidade, aprendizado complexo e exigente atividade tecnológica. A intenção do autor com as categorizações baseadas na tecnologia não é de sugerir que algumas categorias de exportações permanecem competitivas sem esforço tecnológico, pois todas as atividades industriais, independentemente do nível de tecnologia, precisam atualizar-se constantemente para manter a competitividade internacional (isto também se aplica a muitos produtos primários). Além disso, o autor ressalta que a natureza das capacidades e os tipos de esforço tecnológico necessários são, obviamente, diferentes e não há nenhuma atividade que é imune à mudança técnica.

Para uma análise dos níveis tecnológicos das exportações dos grupos de países aqui analisados, foi utilizada a *Standard International Trade Classification* (SITC) revisão 3³³, por entendermos ser uma classificação mais atualizada e em nível de 3 dígitos. Neste nível, por ser relativamente desagregado, pode unir atividades em diferentes níveis de complexidade tecnológica sob a mesma categoria de produtos, e isso nos dá uma melhor percepção do predomínio dos produtos exportados por grau de tecnologia nos diferentes países aqui analisados.

1.4.2 Evolução das exportações por categoria tecnológica

A tabela 3 traz os valores exportados por economia, conforme o conteúdo tecnológico. Verifica-se que as economias do primeiro grupo de países mantêm valores expressivos na exportação de produtos de média e alta tecnologia, sendo superado, no somatório total dessas duas categorias, apenas pela economia chinesa.

³³Lall (2000) utiliza a revisão 2 (SITC). Entendemos que a revisão 3 (SITC) é uma classificação mais atualizada com a realidade das exportações no capitalismo contemporâneo. Para isso, foi necessário a classificação de categorias de produtos não contemplados pela revisão 2 e exclusão de outras categorias de produtos não contempladas pela revisão 3. Esta adaptação foi uma elaboração própria com base em Lall (2000) e Pavitt (1984).

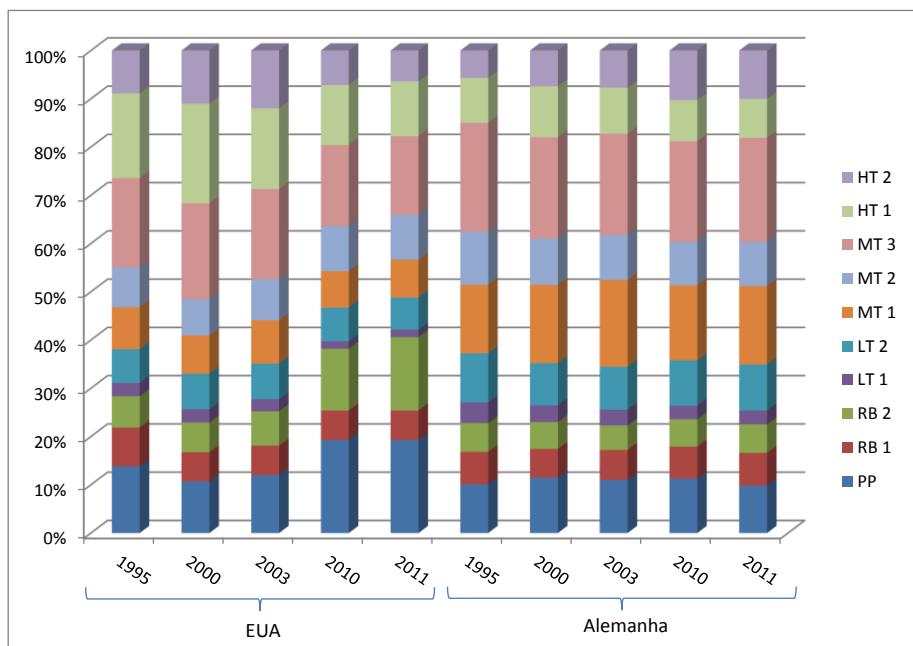
TABELA 3 - Exportações por categoria tecnológica em 2011 (US\$ bilhões)

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total	PIB
Países Imperialistas												
EUA	271,981	86,736	214,830	21,533	93,895	111,268	131,468	229,824	160,864	90,191	1.412,59	14.991,30
Alemanha	142,246	97,558	85,632	41,756	137,467	235,059	132,547	311,051	116,955	144,805	1.445,08	3.600,83
Semiperiferias Imperialistas												
Espanha	39,744	33,372	36,120	17,080	27,338	50,031	26,205	30,231	13,787	17,972	291,88	1.476,88
Economias de Capitalismo Tardio												
Polônia	15,564	24,959	14,087	6,982	30,419	23,022	15,661	32,667	17,462	3,799	184,62	514,50
Rússia	336,133	16,904	110,157	0,667	10,487	1,645	28,269	5,705	3,911	1,636	515,51	1.857,77
Economia Chinesa												
China	65,874	63,916	98,927	298,852	273,991	45,239	113,452	310,689	522,868	60,544	1.854,35	7.318,50
Subimperialismo dependente												
Brasil	77,718	44,070	58,496	4,882	7,975	12,974	18,689	17,150	4,488	6,363	252,804	2.476,65
Economias dependentes												
Chile	40,974	10,665	21,302	0,807	1,264	0,916	2,255	1,156	0,322	0,183	79,845	248,585
Peru	12,724	1,659	17,382	1,926	0,740	0,037	0,705	0,280	0,078	0,069	35,598	176,925
Africa do Sul	27,112	4,941	22,570	0,555	4,481	7,095	9,176	7,024	0,970	1,027	84,951	408,237
Índia	48,772	8,518	107,547	31,996	31,216	9,442	18,845	21,128	4,902	12,627	294,995	1.847,977
Economias Periféricas												
Etiópia	2,103	0,104	0,035	0,200	0,006	0,013	0,009	0,008	0,004	0,006	2,489	30,247
Nigéria	106,761	0,412	15,346	0,993	0,383	0,067	0,275	1,281	0,042	0,074	125,634	243,986
Rep. Cetral Africana	0,070	0,027	0,001	0,000	0,000	0,002	0,000	0,002	0,000	0,000	0,101	2,195
Argélia	60,524	0,353	12,373	0,033	0,053	0,000	0,078	0,014	0,004	0,003	73,434	188,681

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Os gráficos abaixo fazem uma análise da participação (em porcentagem) das categorias tecnológicas nas exportações e exportações, por categoria tecnológica em porcentagem do PIB. Os dados estão agrupados conforme a estruturação do sistema mundial em grupos, conforme indicamos anteriormente. No gráfico 4, é analisada a participação relativa das categorias tecnológicas nas exportações do grupo de países formado pelos Países Imperialistas, Estados Unidos e da Alemanha.

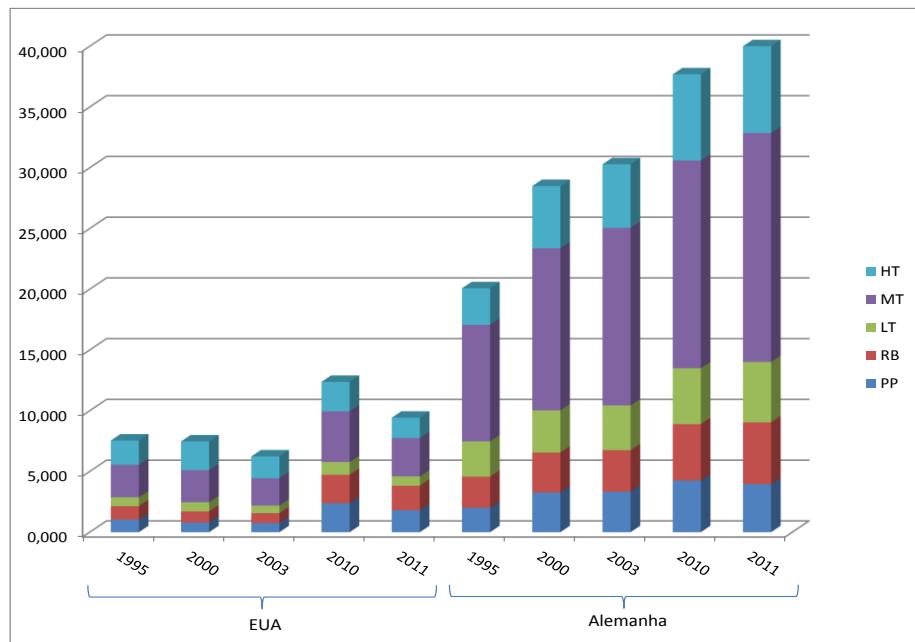
GRÁFICO 4 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Países Imperialistas



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

A Alemanha teve uma pequena queda na participação relativa das exportações de produtos primários e um aumento na exportação de produtos de alta tecnologia entre 1995 e 2011. Assim, nesse mesmo período, as exportações em proporção do PIB alemão foram elevadas, lideradas, em especial, pelos produtos de média e alta tecnologia.

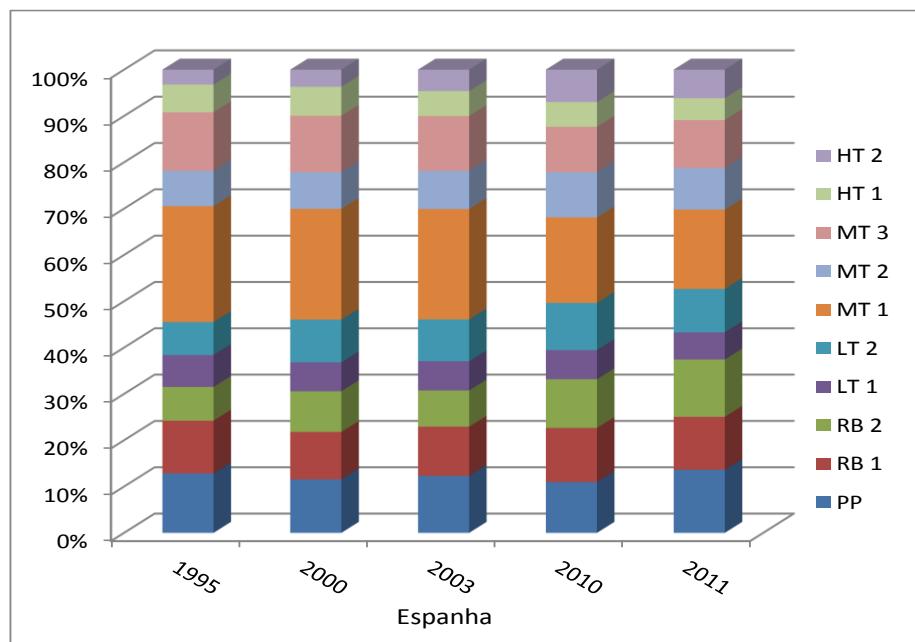
GRÁFICO 5 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Países Imperialistas



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Os Estados Unidos, apesar do aumento da participação relativa nas exportações de produtos primários e queda de produtos de alta tecnologia entre 1995 e 2011, em proporção do PIB mantiveram ampliações em, praticamente, todas as categorias agregadas (PP, RB, LT, MT).

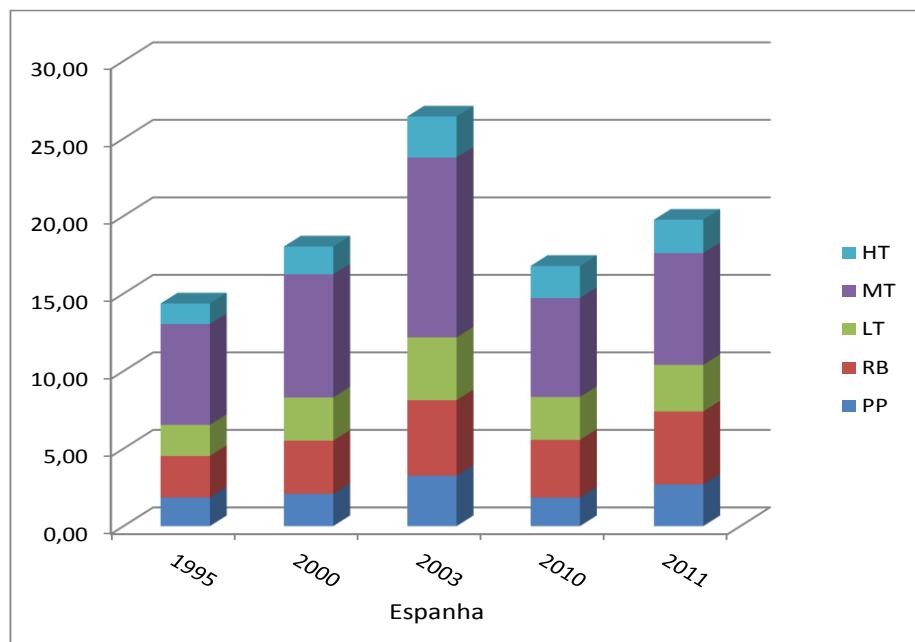
GRÁFICO 6 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Semiperiferia Imperialista



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

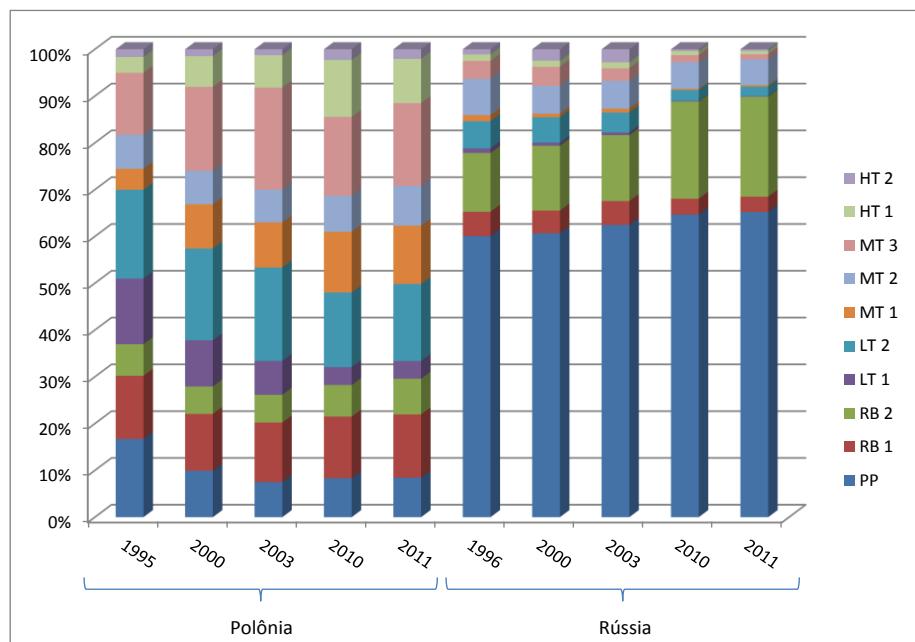
A Semiperiferia Imperialista não apresentou mudanças relevantes das participações relativas nas exportações por categoria tecnológica, manteve uma pequena queda das participações relativas de produtos de média e alta tecnologia. A crise de 2007/8 interrompeu o que parecia ser uma tendência à elevação das exportações espanholas em proporção do PIB, apresentando uma queda importante em 2010. No entanto, já em 2011, as exportações proporcionais ao PIB voltaram a crescer, lideradas, sobretudo, por produtos baseados em recursos naturais (aumento de 2p.p), em seguida, produtos de baixa tecnologia (aumento de 0,99 p.p.) e produtos primários (aumento de 0,85 p.p.) - nesta sequência.

GRÁFICO 7 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Semiperiferia Imperialista



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

GRÁFICO 8 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economias de Capitalismo Tardio

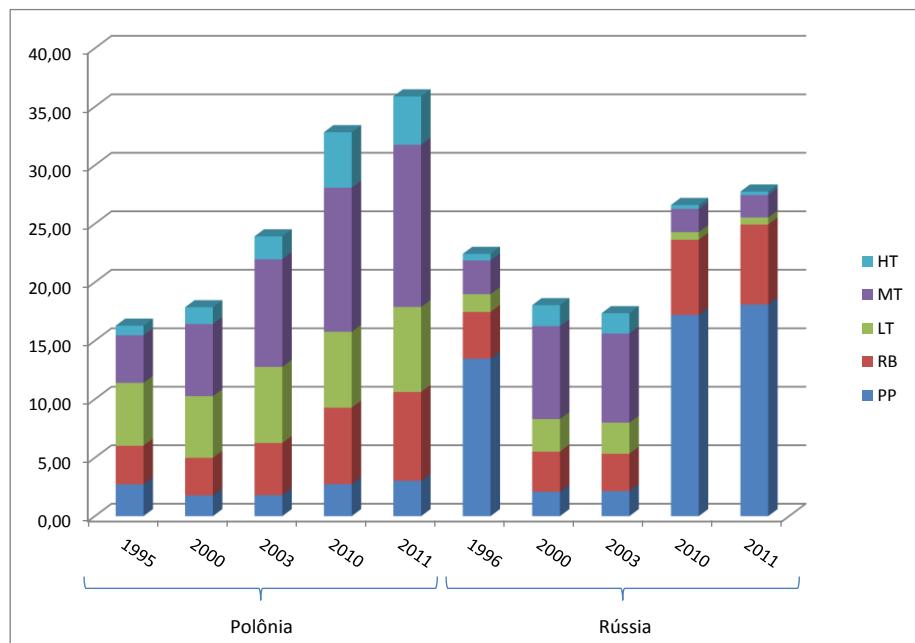


Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Entre 1995 e 2011, a Polônia ampliou a participação das exportações dos produtos de média e alta tecnologia nas exportações totais do país. Em proporção do PIB, nesse mesmo

período, todas as categorias de produtos foram ampliadas, sobretudo dos produtos de média tecnologia, em 9,8 p.p, produtos baseados em recursos naturais, em 4,29 p.p. e produtos de alta tecnologia, em 3,31 p.p.

GRÁFICO 9 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Economias de Capitalismo Tardio

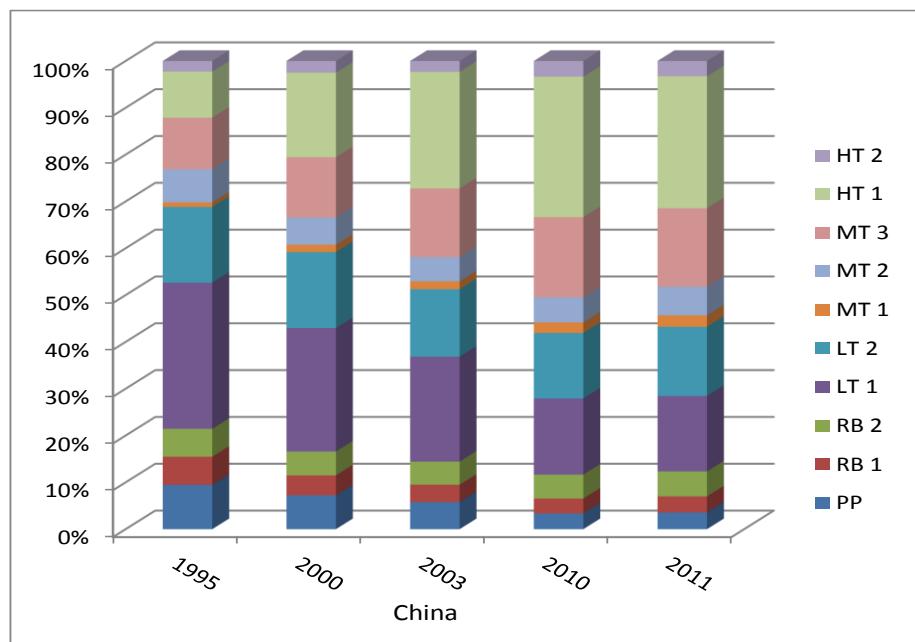


Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Já a Rússia, na análise desse mesmo período, ampliou a participação das exportações de produtos baseados em recursos naturais e produtos primários. Em proporção do PIB, as exportações totais se ampliaram, em virtude da ampliação das exportações de produtos primários e produtos baseados em recursos naturais. Apesar do aumento das exportações totais em proporção do PIB, os produtos baseados em baixa, média e alta tecnologia apresentaram queda nas exportações.

Os dados da China mostram que esta economia modificou significativamente a participação da sua pauta de exportação por categoria tecnológica, ampliando a exportação de produtos de alta tecnologia e média tecnologia.

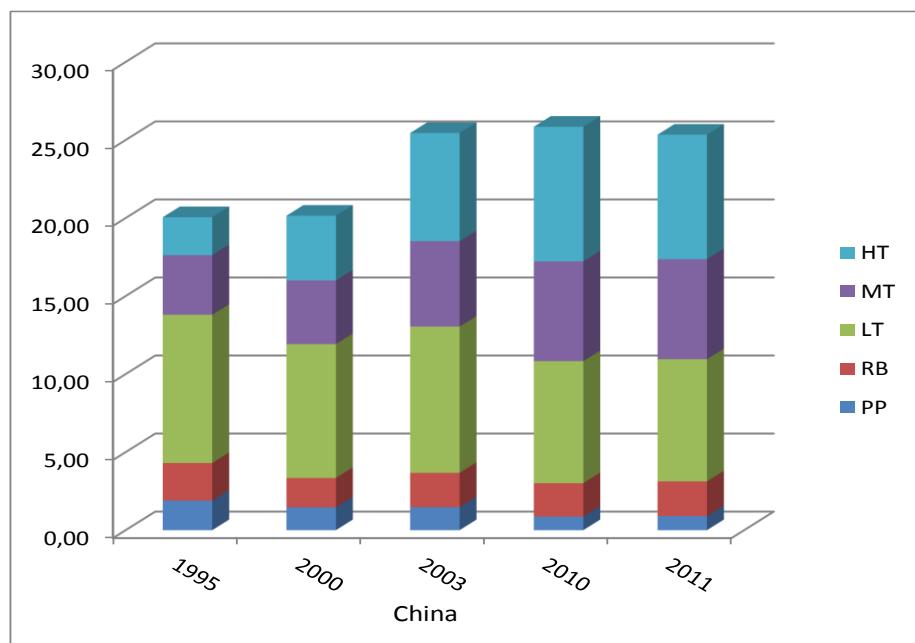
GRÁFICO 10 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economia Chinesa



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Este quadro também foi verificado nos dados em proporção do PIB, as demais categorias de produtos apresentaram queda.

GRÁFICO 11 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) - Economia Chinesa



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Dada a especificidade dessa economia e sua crescente participação nas importações da América Latina, apresentamos a tabela 4, que registra a participação das exportações da China para a América Latina em relação às exportações totais da China, por categoria tecnológica. Esses dados excluem o Brasil (entre outros países, em função da indisponibilidade dos dados) para uma posterior comparação do peso das exportações dessas duas economias nas importações da América Latina. A tabela mostra que a participação das exportações chinesas totais para a América Latina, em relação ao total exportado pelo país, ampliou significativamente entre 1995 e 2011, em todas as categorias, em especial, na categoria MT1. Em termos de valores exportados, as exportações da Economia Chinesa, em 2011, para a América Latina são lideradas por produtos da categoria MT3 e HT1.

TABELA 4 – Participação das exportações da China para a América Latina em relação às exportações totais da China por categoria tecnológica (%)

Categoria tecnológica	Exportações da China para a América Latina ¹ em relação às exportações totais da China (%)					Exportações da China para a América Latina (US\$)
	1995	2000	2003	2010	2011	
PP	0,336	0,791	0,754	2,322	4,147	2.731.765.700,00
RB1	0,740	1,576	1,556	4,738	4,991	3.189.917.002,00
RB2	1,306	2,534	3,396	6,288	6,831	6.758.022.754,00
LT1	1,991	3,227	3,244	4,566	5,183	15.488.484.662,00
LT2	1,694	2,412	1,933	3,834	4,075	11.165.937.338,00
MT1	5,685	4,122	4,172	9,486	10,781	4.877.171.214,00
MT2	1,546	3,383	4,102	5,433	5,801	6.580.987.721,00
MT3	3,114	4,360	3,800	6,980	7,529	23.390.391.702,00
HT1	1,153	1,313	1,072	2,814	3,110	16.262.853.061,00
HT2	2,378	1,591	1,980	5,130	5,738	3.473.988.993
Total	1,724	2,595	2,428	4,547	5,065	93.919.520.147,00

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Nota: ¹ Exclui o Brasil. 1995 exclui Antigua e Barbuda, Bahamas, Cuba, Guiana, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2000 exclui Bahamas, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2003 exclui Amtigua e Barbuda, Bahamas, Haiti e São Cristovão e Neves; 2010 exclui Bahamas, Granada, Haiti, Honduras, Santa Lucia, São Cristovão e Neves e Uruguai; e 2011 exclui Bahamas, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Honduras, Jamaica, Santa Lucia, São Cristovão e Neves, Trinidad e Tobago e Uruguai.

Em referência à participação das exportações da China para a América Latina, em relação às importações totais da América Latina por categoria tecnológica, o peso das exportações chinesas é cada vez maior.

TABELA 5 – Participação das exportações da China para a América Latina em relação às importações totais da América Latina por categoria tecnológica

Categoria tecnológica	Exportações da China para a América Latina em relação às importações totais da América Latina ¹ (%)					Importações da América Latina (US\$)
	1995	2000	2003	2010	2011	
PP	0,22	0,36	0,56	1,70	3,15	86.752.165.291,00
RB1	0,45	0,77	1,04	5,06	6,05	52.757.493.850,00
RB2	0,81	1,35	2,95	6,41	6,52	103.673.384.613,00
LT1	11,57	13,25	20,52	42,03	47,16	32.840.632.450,00
LT2	2,06	2,77	3,66	13,16	16,04	69.595.682.093,00
MT1	0,57	0,58	1,12	5,72	6,98	69.842.615.841,00
MT2	0,90	1,72	2,98	7,24	8,83	74.504.008.761,00
MT3	1,49	2,51	4,49	17,52	18,72	124.946.536.445,00
HT1	0,79	1,17	2,68	13,43	15,51	104.853.290.275,00
HT2	1,34	0,88	1,60	7,92	8,88	39.104.685.665,00
Total	1,49	2,09	3,53	10,97	12,38	758.870.495.284,00

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Nota: ¹ Exclui o Brasil. 1995 exclui Antigua e Barbuda, Bahamas, Cuba, Guiana, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2000 exclui Bahamas, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2003 exclui Amtigua e Barbuda, Bahamas, Haiti e São Cristovão e Neves; 2010 exclui Bahamas, Granada, Haiti, Honduras, Santa Lucia, São Cristovão e Neves e Uruguai; e 2011 exclui Bahamas, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Honduras, Jamaica, Santa Lucia, São Cristovão e Neves, Trinidad e Tobago e Uruguai.

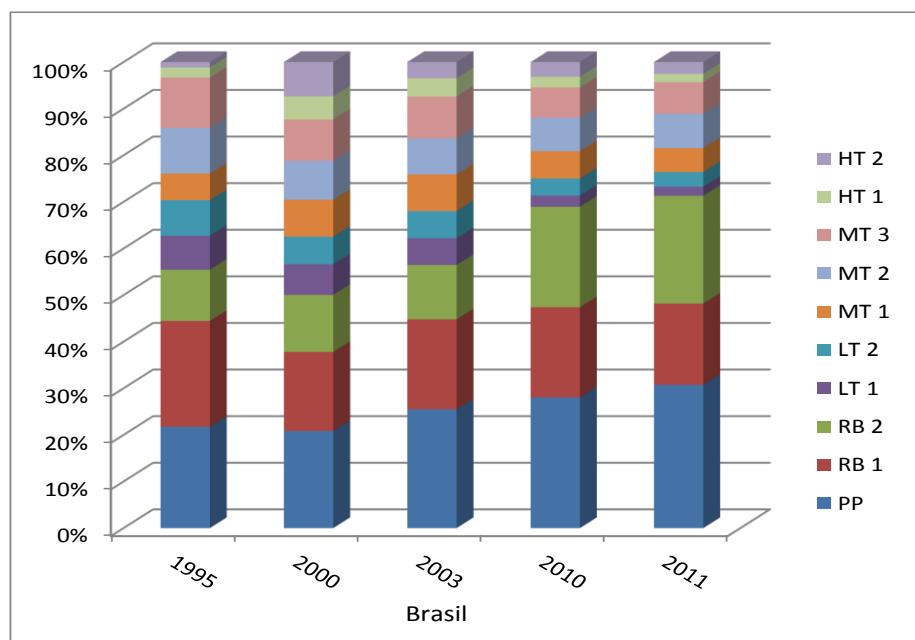
A tabela 6 assinala que as importações totais chinesas cresceram em proporção do PIB entre 1995 e 2011. Por categoria, as importações diminuíram nas seguintes categorias RB1, LT1, LT2, MT1 e MT2. Apesar de a Economia Chinesa ser uma grande exportadora, ela também é uma grande importadora – esse quadro se mantém quando são analisadas as exportações de produtos inseridos nas categorias de alta tecnologia.

TABELA 6 – Participação das categorias tecnológicas nas importações da China e importações por categoria tecnológica em porcentagem do PIB

Categoria Tecnológica	Importações - 1995		Importações - 2000		Importações - 2003		Importações - 2010		Importações - 2010	
	Categoria tecnológica (%)	% do PIB								
PP	11,656	2,069	15,969	2,911	12,321	2,999	21,234	4,896	24,636	5,777
RB1	6,854	1,217	6,218	1,133	5,076	1,236	4,270	0,985	4,516	1,059
RB2	7,059	1,253	8,478	1,545	8,234	2,004	15,106	3,483	16,327	3,828
LT1	8,138	1,445	5,966	1,088	3,979	0,969	1,724	0,398	1,585	0,372
LT2	7,434	1,320	6,290	1,147	7,263	1,768	3,513	0,810	3,168	0,743
MT1	2,057	0,365	1,633	0,298	2,929	0,713	3,597	0,829	3,793	0,889
MT2	16,183	2,873	14,226	2,593	11,579	2,819	8,761	2,020	8,102	1,900
MT3	24,161	4,289	15,080	2,749	16,645	4,052	13,100	3,020	12,436	2,916
HT1	13,135	2,332	22,311	4,067	25,234	6,143	21,622	4,985	19,142	4,488
HT2	3,324	0,590	3,828	0,698	6,740	1,641	7,073	1,631	6,295	1,476
Total	100	17,752	100	18,228	100	24,343	100	23,057	100	23,447

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

GRÁFICO 12 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – País Subimperialista Dependente

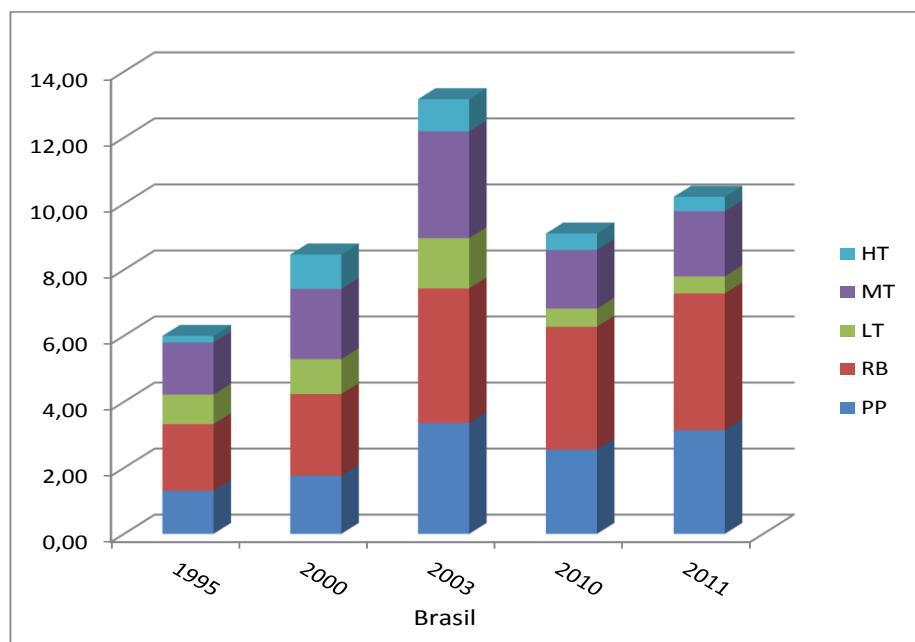


Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

O gráfico 12 registra valores percentuais da participação das categorias tecnológicas nas exportações brasileiras. Nele, fica evidente que, desde os dados apresentados de 1995, vem ocorrendo, sistematicamente, uma ampliação das exportações de produtos primários e produtos baseados em recursos naturais, somando mais de 65% na participação das exportações nacionais totais. O gráfico 13 mostra que, em proporção do PIB, as exportações

brasileiras apresentaram queda em 2010, comparadas a 2003, mas voltaram a crescer em 2011. Em comparação a 1995, em 2011, as exportações de produtos baseados em recursos naturais foram ampliados em 2,12 p.p., e os produtos primários foram ampliados em 1,83 p.p. nesta mesma análise, a produção de produtos de média e alta tecnologia ampliou apenas 0,39 p.p. e 0,24 p.p., respectivamente.

GRÁFICO 13 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – País Subimperialista Dependente



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Como o Brasil, historicamente, é um grande exportador de produtos de maior tecnologia para a América Latina, vamos à tabela 7, que exibe os valores percentuais da participação das exportações do Brasil para a América Latina, em relação às exportações do Brasil por categoria tecnológica. Entre 1995 e 2011 e entre 2010 e 2011, a participação das exportações totais brasileiras para a América Latina, em relação às exportações totais do Brasil, registram queda. Comparando os valores de 1995 e 2011, a queda foi causada pelas participações das exportações de produtos baseados em recursos naturais (RB1 e RB2), produtos classificados como HT2. Em valores reais, dentre as categorias mais exportadas pelo Brasil para a América Latina, os produtos classificados como M1 prevalecem.

TABELA 7 – Participação das exportações do Brasil para a América Latina em relação às exportações totais do Brasil por categoria tecnológica

Categoria tecnológica	Exportações do Brasil para a América Latina em relação às exportações totais do Brasil (%)					Exportações do Brasil para a América Latina (US\$)
	1995	2000	2003	2010	2011	
PP	6,05	7,36	8,44	13,02	11,89	9.238.768.716,00
RB1	14,04	17,05	10,68	11,80	12,52	5.515.552.751,00
RB2	18,69	15,75	13,67	9,82	9,58	5.602.058.204,00
LT1	18,21	24,84	20,48	29,10	33,76	1.648.244.026,00
LT2	38,33	45,61	32,24	49,71	50,58	4.033.319.317,00
MT1	61,27	63,04	55,82	81,71	85,37	11.076.070.458,00
MT2	31,99	34,46	32,07	35,78	32,01	5.981.695.326,00
MT3	37,72	36,93	31,62	49,90	45,27	7.763.428.172,00
HT1	48,10	51,08	28,68	60,75	53,88	2.418.216.435,00
HT2	26,65	6,19	14,03	27,48	25,78	1.640.600.085,00
Total	22,87	24,83	20,18	23,44	21,72	54.917.953.490,00

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Nota: 1995 exclui Antigua e Barbuda, Bahamas, Cuba, Guiana, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2000 exclui Bahamas, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2003 exclui Amtigua e Barbuda, Bahamas, Haiti e São Cristovão e Neves; 2010 exclui Bahamas, Granada, Haiti, Honduras, Santa Lucia, São Cristovão e Neves e Uruguai; e 2011 exclui Bahamas, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Honduras, Jamaica, Santa Lucia, São Cristovão e Neves, Trinidad e Tobago e Uruguai.

A tabela 8 assinala a participação em valores percentuais das exportações brasileiras para a América Latina, em proporção das importações da América Latina. Os dados são apresentados por categoria e total importado. A partir destes, é possível perceber que o Brasil vem mantendo sua participação com relativa ampliação no agregado nas importações da América Latina em produtos primários, produtos de média tecnologia e produtos de alta tecnologia.

TABELA 8 – Participação das exportações do Brasil para a América Latina em relação às importações totais da América Latina por categoria tecnológica

Categoria tecnológica	Exportações do Brasil para a América Latina em relação às importações totais da América Latina (%)					Importações da América Latina (US\$)
	1995	2000	2003	2010	2011	
PP	2,92	2,19	4,81	10,16	10,65	86.752.165.291,00
RB1	10,14	7,57	6,45	9,74	10,45	52.757.493.850,00
RB2	6,69	4,54	4,88	5,38	5,40	103.673.384.613,00
LT1	7,80	5,73	5,77	5,02	5,02	32.840.632.450,00
LT2	6,95	4,33	4,31	5,67	5,80	69.595.682.093,00
MT1	11,35	10,12	12,17	16,10	15,86	69.842.615.841,00
MT2	8,16	5,67	6,06	8,20	8,03	74.504.008.761,00
MT3	5,59	3,32	3,98	6,04	6,21	124.946.536.445,00
HT1	2,29	2,82	1,97	2,86	2,31	104.853.290.275,00
HT2	2,40	2,27	2,93	5,02	4,20	39.104.685.665,00
Total	6,23	4,51	5,11	7,19	7,24	758.870.495.284,00

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Nota: 1995 exclui Antigua e Barbuda, Bahamas, Cuba, Guiana, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2000 exclui Bahamas, Haiti, República Dominicana e São Cristovão e Neves; 2003 exclui Amtigua e Barbuda, Bahamas, Haiti e São Cristovão e Neves; 2010 exclui Bahamas, Granada, Haiti, Honduras, Santa Lucia, São Cristovão e Neves e Uruguai; e 2011 exclui Bahamas, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Honduras, Jamaica, Santa Lucia, São Cristovão e Neves, Trinidad e Tobago e Uruguai.

A tabela 9 exibe a participação em valores percentuais das categorias tecnológicas nas importações do Brasil e importações por categoria, em proporção do PIB. Na comparação entre 1995 e 2011, ocorreram ampliações das importações totais em proporção do PIB, lideradas pela categoria MT2, RB2 e PP - essa ampliação só não ocorreu na categoria RB1. Em relação à participação das categorias tecnológicas nas importações do Brasil, a categoria que obteve maior ampliação foi de produtos de alta tecnologia, seguido por produtos de média e baixa tecnologia.

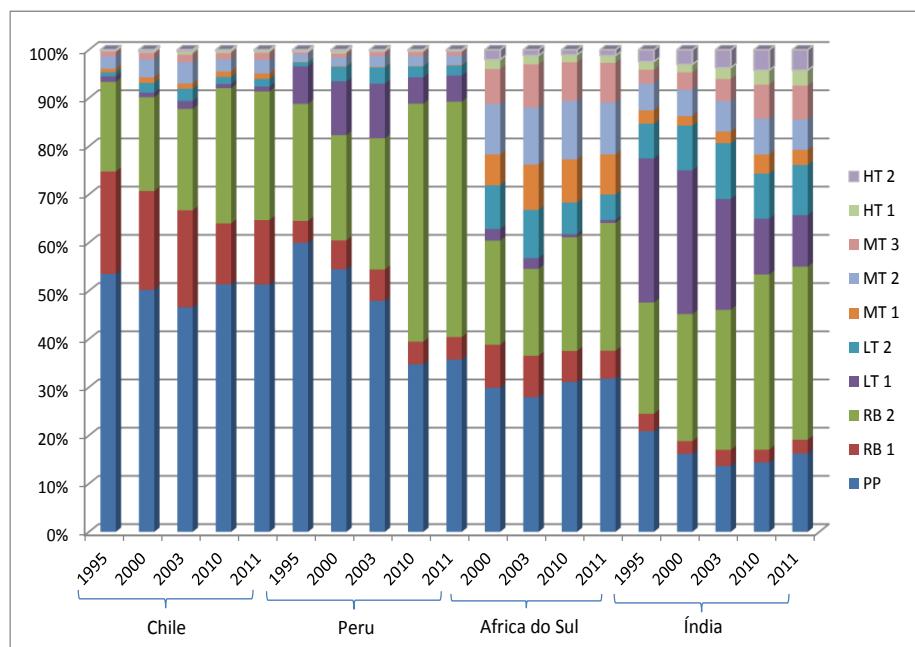
TABELA 9 – Participação das categorias tecnológicas nas importações do Brasil e importações por categoria tecnológica em porcentagem do PIB

Categoria Tecnológica	Importações - 1995		Importações - 2000		Importações - 2003		Importações - 2010		Importações - 2011	
	Categoria tecnológica (%)	% do PIB								
PP	15,606	1,068	15,824	1,343	19,352	1,665	15,531	1,287	16,251	1,464
RB1	10,394	0,712	5,734	0,487	4,784	0,412	4,692	0,389	4,624	0,416
RB2	12,424	0,850	14,061	1,193	13,096	1,127	13,431	1,113	14,262	1,285
LT1	3,369	0,231	2,368	0,201	1,968	0,169	3,060	0,254	3,017	0,272
LT2	4,827	0,330	4,006	0,340	4,005	0,345	6,852	0,568	5,804	0,523
MT1	10,975	0,751	6,753	0,573	5,266	0,453	9,226	0,765	9,993	0,900
MT2	10,017	0,686	10,823	0,919	13,157	1,132	11,640	0,965	12,978	1,169
MT3	17,185	1,176	17,161	1,456	17,213	1,481	16,589	1,375	16,032	1,444
HT1	11,190	0,766	16,017	1,359	13,407	1,154	11,771	0,975	10,990	0,990
HT2	4,014	0,275	7,252	0,615	7,754	0,667	7,208	0,597	6,049	0,545
Total	100	6,846	100	8,487	100	8,606	100	8,287	100	9,008

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

No que tange ao grupo de países denominado de Economias Dependentes, o ano de 2011 marca a manutenção da participação das exportações de produtos primários e produtos baseados em produtos naturais acima de 50% das exportações totais dessas economias, conforme pode ser visto no gráfico 14.

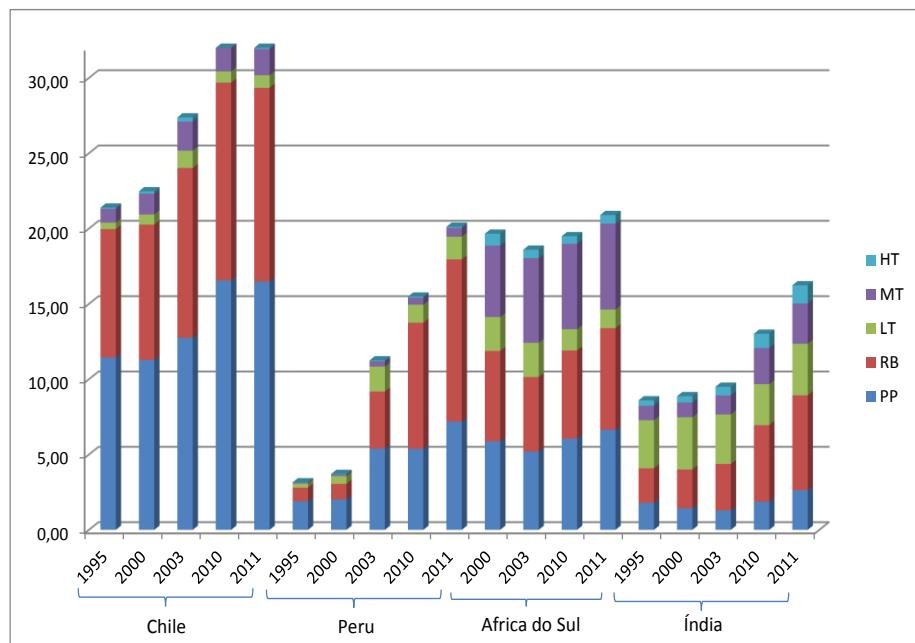
GRÁFICO 14 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economias Dependentes



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

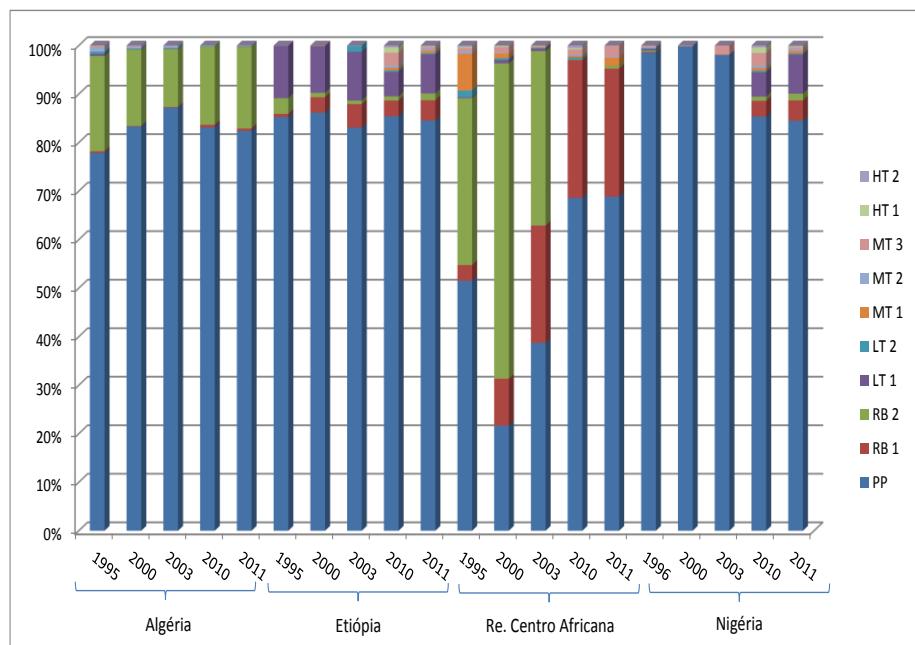
Assim, apesar da crise de 2007/8, Chile, Peru, África do Sul e Índia mantiveram a tendência de ampliação das exportações totais, lideradas, sobretudo, por produtos primários e produtos baseados em recursos naturais.

GRÁFICO 15 – Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Economias Dependentes



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

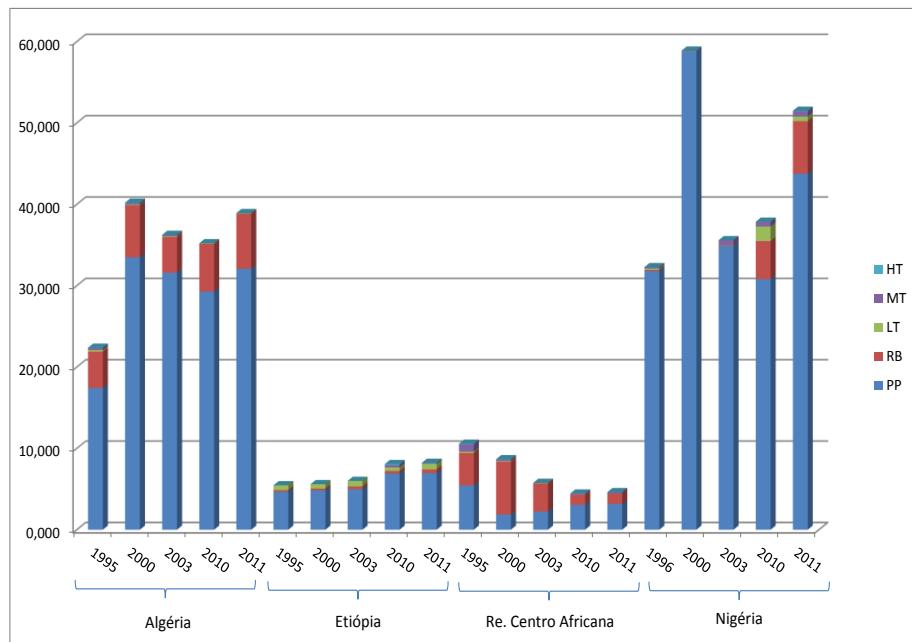
GRÁFICO 16 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) – Economias Periféricas



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

O quadro verificado nas Economias Dependentes parece também ocorrer no grupo de países formado pela Economias Periféricas, como pode ser visto nos gráficos 16 e 17. Porém, nesses últimos países, prevalecem, sobretudo, as exportações de produtos primários.

GRÁFICO 17 – Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – Economias Periféricas



Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013.

Os dados apresentados nesta seção indicam a forma como se dá a divisão internacional do trabalho no capitalismo maduro. A despeito de uma crescente participação da China na divisão internacional por meio da exportação de produtos em categorias tecnológicas de maior conteúdo tecnológico, e apesar de, também, evidenciarem forte participação de importações dessa mesma categoria de produtos, a estrutura se mantém como aquela indicada nas seções anteriores. De modo que os países centrais possuem uma participação predominante das exportações, em especial, em produtos em categorias tecnológicas de maior conteúdo tecnológico. Já os demais grupos de países ocupam, fundamentalmente, um papel importante como fornecedores de bens primários e produtos em categorias tecnológicas de menor conteúdo tecnológico. Esse quadro traz implicações que vão além das econômicas, pois, conforme indicado pela TMD, a compensação será a superexploração da força de trabalho e pelas péssimas condições de vida da população da periferia do capitalismo.

1.5 O Desemprego e as condições de trabalho da classe trabalhadora

A crise financeira de 2007/8 provocou um aumento da taxa de desemprego, em especial, nos Estados Unidos, Alemanha e Espanha, conforme indicam os dados da tabela 10.

No entanto, entre aqueles que estão empregados, parte significativa contam com trabalho assalariado, uma estrutura discrepante daquela apresentada pelo Brasil, ou pelo grupo de países denominados de Economias Dependentes e Economias Periféricas, aqui analisados. Emprego assalariado indicado na tabela inclui qualquer trabalho assalariado sob contrato tanto na economia formal quanto a informal.

TABELA 10 – Estrutura do Emprego

Ranking do IDH	País	Emprego (%)						Emprego em áreas urbanas (%)			Taxa de Desemprego (% total da força de trabalho)							
		Trabalho Assalariado			Atividade não Assalariada			Emprego Rural			1995 2005 2010			1995 2005 2010				
		1995	2005	2010	1995	2005	2010	1995	2005	2010	1995	2005	2010	1995	2005	2008	2009	2010
Países Imperialistas																		
3	Estados Unidos	-	89,3	-	-	10,1	-	-	0,6	-	-	77,5	-	5,6	5,1	5,8	9,3	9,6
5	Alemanha	-	90,7	92,0	-	8,3	7,6	-	1,0	0,4	-	81,5	84,9	8,1	11,1	7,5	7,7	7,1
Semiperiferia Imperialista																		
23	Espanha	-	83,1	83,9	-	14,3	14,1	-	2,6	2,0	-	75,3	75,4	22,7	9,2	11,3	18,0	20,1
Economias de Capitalismo Tardio																		
39	Polônia	78,7	80,1		8,6	8,9		12,8	11,0		55,7	54,7	13,3	17,7	7,1	8,2	9,6	
55	Rússia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78,8	-	9,4	7,2	6,3	8,4	7,5
Economia Chinesa																		
101	China	-	-	-	-	-	-	48,0	36,8	25,8	28,0	38,0	45,6	2,9	4,2	-	4,3	-
País Subimperialista Dependente																		
85	Brasil	58,7	62,9	66,5	22,0	22,3	21,7	19,3	14,9	11,8	77,4	81,6	83,7	6,0	9,3	7,1	8,3	-
Economias Dependentes																		
40	Chile	74,5	75,8	76,3	19,9	20,8	20,8	5,6	3,4	3,0	85,8	88,8	88,5	4,7	8,0	7,8	9,7	8,1
77	Peru	41,8	39,7	42,8	31,9	29,4	30,9	26,3	31,0	26,3	66,4	63,4	65,9	7,1	11,4	6,4	6,3	-
121	África do Sul	-	-	78,6	-	-	18,5	-	-	2,9	-	65,9	69,2	16,9	26,7	22,9	23,8	-
136	Índia	43,3	45,1	50,5	17,1	21,0	20,3	39,6	33,9	29,2	22,0	23,4	25,8	2,2	4,4	-	-	-
Economias Periférica																		
93	Argélia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,9	15,3	11,3	10,2	11,4
153	Nigéria	9,0	19,3	-	23,2	57,7	-	67,7	23,0	-	-	43,1	-	-	-	-	-	-
173	Etiópia	9,7	6,0	-	4,8	11,7	-	85,6	82,3	-	12,4	11,7	-	3,1	5,4	-	20,5	-
180	Rep. Centro Africana	10,0			24,5			65,5		42,9				-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de World Development Report on Jobs (2013) e WorkBank (2013).

A tabela 11 complementa os dados anteriores e indica o menor salário pago por uma empresa privada da cidade mais populosa do país a um trabalhador com 19 anos de idade, e no mais baixo cargo. Apesar das limitações destes dados, observa-se uma disparidade importante dos salários pagos entre os dois primeiros grupos de países e os demais a favor dos primeiros.

TABELA 11 – Menor salário pago – U\$ 2005 (por ano)

Ranking do IDH	País	Menor salário pago (US\$ 2005 por ano)	
		2007	2010
Imperialistas			
3	Estados Unidos	13.992,00	13.488,00
5	Alemanha	9.816,00	12.276,00
Semiperiferias imperialistas			
23	Espanha	9.432,00	11.400,00
Economia em transição			
39	Polônia	2.724,00	4.080,00
55	Rússia	2.544,00	3.816,00
Economia chinesa			
101	China	1.080,00	1.728,00
Subimperialismo dependente			
85	Brasil	2.136,00	3.000,00
Economias dependentes			
40	Chile	0	0
77	Peru	1.728,00	2.004,00
121	África do Sul	5.472,00	5.556,00
136	Índia	204,00	264,00
Periferia			
93	Argélia	1.848,00	2.460,00
153	Nigéria	0	0
173	Etiópia	0	0
180	Rep. Centro Africana	408,00	432,00

Fonte: Elaboração própria a partir de World Development Report on Jobs (2013).

Nota: Menor salário que pode ser pago a um trabalhador no mais baixo setor de uma empresa com 19 anos de idade, sem experiência e na cidade mais populosa do país em questão.

Assim, como os Países Imperialistas possuem atividades produtivas de exportação e, por consequência, de produção voltada para categorias produtivas de maior conteúdo tecnológico, demandam, crescentemente, mão de obra mais qualificada, que recebe maiores salários, portanto, se encontram em melhores condições de trabalho, na maior parte das vezes, comparativamente aos países dos demais grupos. A Economia Chinesa, em especial, apesar de ter, cada vez mais, um papel importante nas exportações de produtos inseridos em categorias de maior tecnologia, não mantém, em sua estrutura, uma média de salário compatível com o nível tecnológico de seus produtos. Isso traz indícios de que seu desempenho econômico extraordinário dos últimos anos é sustentado, em grande parte, por uma ampla superexploração da força de trabalho.

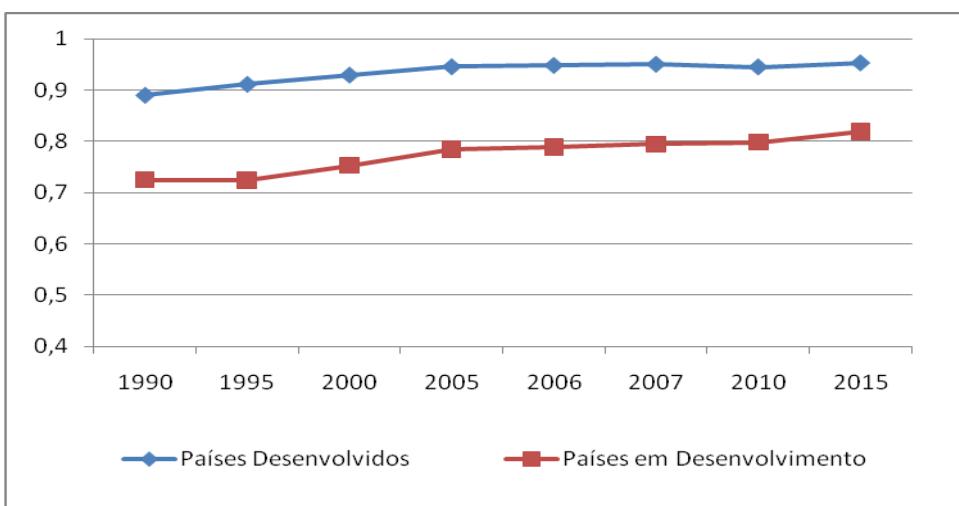
Agora vamos, a partir de dados sobre a distribuição de renda, saúde e educação, verificar as condições de vida da população dos países aqui analisados.

1.6 As condições de vida da população

No que diz respeito à análise das condições de vida da população, não há indicadores universais do desenvolvimento social dos países. O indicador contemporâneo mais utilizado, para aferir a condição social dos países, é o IDH³⁴ (Índice de Desenvolvimento Humano). O gráfico a seguir, mostra a disparidade de nível desse indicador para os países estudados. Como se pode observar o hiato vem se mantendo mais ou menos estável no período em que os dados estão disponíveis e que coincide com aquele apresentado na primeira seção, apontado como sendo o de melhor desempenho econômico dos países em desenvolvimento. Assim, no que tange ao IDH, a disparidade se mantém a favor dos Países Desenvolvidos, conforme indicado no gráfico 18.

³⁴Ressalta-se que o IDH não é um índice social puro, pois incorpora como uma de suas dimensões o PIB per capita, que traduz desempenho econômico.

GRÁFICO 18 - Média do IDH por Grupo de Países – Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento



Fonte: PNUD (2009; 2010). Alguns poucos países não apresentam dados para o período todo, porém, no conjunto, são de peso insignificante.

Essa disparidade também é mantida, ao compararmos, individualmente, os países aqui analisados. De tal modo, para uma melhor apreciação, essa comparação foi detalhada na tabela 12.

A tabela apresenta, também, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que foi criado pelo PNUD, em 2010, cujo objetivo é ajustar o IDH à desigualdade na distribuição de cada dimensão pela população³⁵. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Econômico (PNUD, 2011), o IDHAD exprime as desigualdades nas dimensões do IDH, “descontando” o valor médio de cada dimensão (PIB *per capita*, educação e saúde), de acordo com seu nível de desigualdade. Portanto, o IDHAD é igual ao IDH, quando não existe desigualdade entre as pessoas, mas diminui em relação ao IDH, à medida que a desigualdade cresce. Conforme o Relatório (PNUD, 2011), este índice é o valor efetivo do desenvolvimento humano (tomando em consideração a desigualdade), por outro lado, o IDH é visto como um índice do desenvolvimento humano “potencial”, que pode ser alcançado se não existir desigualdade.

Assim, ao analisar o desempenho dos IDHAD dos países selecionados, verifica-se uma perda significativa nos quatro últimos grupos de países, comparados, em especial, com os três primeiros.

³⁵Para um detalhamento maior desse cálculo, ver PNUD (2011).

TABELA 12 – IDH de países selecionados

Ranking do IDH	País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								IDH ajustado à desigualdade		Esperança de Vida à nascença			
		Valor								Valor	Perda (%)	Valor			
		1980	1990	2000	2005	2009	2010	2011	2012			2000	2005	2011	2012
Países Imperialistas															
3	Estados Unidos	0,843	0,878	0,907	0,923	0,929	0,934	0,936	0,937	0,821	12,4	77,0	77,9	78,5	78,7
5	Alemanha	0,738	0,803	0,870	0,901	0,907	0,916	0,919	0,920	0,856	6,9	77,7	79,1	80,4	80,6
Semiperiferia Imperialista															
23	Espanha	0,698	0,756	0,847	0,865	0,874	0,884	0,885	0,885	0,796	10,1	78,5	80,5	81,4	81,6
Economias de Capitalismo Tardio															
39	Polônia	-	-	0,778	0,798	0,808	0,823	0,824	0,821	0,740	9,9	76,1	76,3		
55	Rússia	-	0,730	0,713	0,753	0,770	0,782	0,784	0,778	-	-	66,1	65,0	68,8	69,1
Economia Chinesa															
101	China	0,404	0,490	0,588	0,633	0,674	0,682	0,687	0,699	0,543	22,4	70,5	72,5	73,5	73,7
País Subimperialista Dependente															
85	Brasil	0,522	0,590	0,669	0,699	0,710	0,726	0,728	0,730	0,531	27,2	67,7	71,1	73,5	73,8
Economias dependentes															
40	Chile	0,638	0,702	0,759	0,789	0,800	0,813	0,817	0,819	0,664	19,0	75,3	78,3	79,1	79,3
77	Peru	0,580	0,619	0,679	0,699	0,716	0,733	0,738	0,741	0,561	24,3	68,8	70,7	74,0	74,2
121	Africa do Sul	0,570	0,621	0,622	0,604	0,609	0,621	0,625	0,629	-	-	52,1	50,8	52,8	68,4
136	Índia	0,345	0,410	0,463	0,507	0,525	0,547	0,551	0,554	0,392	29,3	63,3	63,7	65,4	65,8
Economias Periféricas															
93	Argélia	0,461	0,562	0,625	0,680	0,691	0,710	0,711	0,713	-	-	69,6	71,7	73,1	73,4
153	Nigéria	-	-	-	0,434	0,448	0,462	0,467	0,471	0,760	41,4	51,7	46,5	51,9	52,3
173	Etiópia	-	-	0,275	0,316	0,350	0,387	0,392	0,396	0,269	31,9	43,9	51,8	59,3	59,7
180	Rep. Centro Africana	0,285	0,312	0,294	0,308	0,316	0,344	0,348	0,352	0,209	40,5	44,3	43,7	48,4	49,1

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD (2002, 2008, 2011 e 2013).

Os últimos relatórios do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), até mesmo o mais recente de 2012, revelam uma grande precariedade do nível escolar dos países das últimas unidades de análise. No Brasil, pelos dados de 2011, apenas 21% da população brasileira, com idade superior a 24 anos, alcançam, pelo menos, educação secundária.

Taxa bruta de escolarização, apresentada na tabela a seguir, mede o total de estudantes em determinado nível de ensino (primário, secundário ou terciário), independente de idade, em relação à população na faixa etária oficialmente correspondente a esse nível. Neste aspecto, a tabela registra que, no que tange ao ensino primário, não existe uma discrepância muito grande entre os países. Já no ensino secundário, de forma geral, a China, Índia, Nigéria, Etiópia e República Centro africana expõem indicadores mais alarmantes. Já para o ensino terciário, há uma significativa discrepância entre os três

primeiros grupos de países (Países Imperialistas, Semiperiferia Imperialista e Países de Capitalismo Tardio) e os demais a favor dos primeiros.

TABELA 13 – Dados selecionados – Educação

Ranking do IDH	País	Taxa de Alfabetização (% 15 anos ou mais)		Taxa Bruta de escolarização (%)			População com pelo menos educação secundária (% com idade igual ou superior a 25 anos)	Média de Anos de Escolaridade	Relação Professor Aluno
				Primário	Secundário	Terceário			
		2000	2005-2010 ^a	2011	2011	2011			
Países Imperialistas									
3	Estados Unidos	–	–	98,2	93,6	85,9	89,7	13,3	13,9
5	Alemanha	–	–	106,4	99,0	59,0	97,2	12,2	18,3
Semiperiferia Imperialista									
23	Espanha	97,6	97,7	107,2	120,8	73,4	46,9	10,4	13
Economias de Capitalismo Tardio									
39	Polônia	99,7	99,5	97,1	98,9	71,4	60,6	10,0	9,6
55	Rússia	99,6	99,6	96,8	84,4	77,2	99,5	11,7	17,4
Economia Chinesa									
101	China	84,1	94,3	112,7	78,2	24,5	38,4	7,5	17,2
País Subimperialista Dependente									
85	Brasil	85,2	90,3	127,5	100,8	34,4	21,9	7,2	23,0
Economias Dependentes									
40	Chile	95,8	98,6	100,6	90,4	54,8	51,8	9,7	24,6
77	Peru	89,9	89,6	109,1	89,1	34,5	50,5	8,7	20,9
121	África do Sul	85,3	88,7	101,2	93,9	–	57,9	8,5	30,7
136	Índia	57,2	62,8	116,9	60,0	13,5	22,2	4,4	–
Economias Periféricas									
93	Argélia	66,7	72,6	107,7	96,6	30,6	25,9	7,6	23,0
153	Nigéria	63,9	61,3	89,5	30,5	10,1	–	5,2	46,3
173	Etiópia	39,1	39,0	102,5	34,4	3,6	–	2,2	57,9
180	Rep. Centro Africana	46,7	56,0	91,3	12,4	2,5	9,3	3,5	84,3

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD (2001; 2010; 2011 e 2013).

Nota: ^a Os dados referem-se ao ano mais recente durante o período especificado.

Quando se trata da população com idade igual ou superior a 25 anos com, pelo menos, educação secundária, dados de 2010 revelam que apenas 21,9% da população brasileira com idade superior a 25 anos alcançam, pelo menos, educação secundária, significativamente inferior ao que ocorre nos Estados Unidos e na Alemanha (89,7% e 97,2%, respectivamente). Esse déficit da educação também é percebido nos demais países, com exceção da Polônia e da Rússia, por se tratar de economias que viveram o socialismo real e que preservam, em parte, uma dinâmica social menos precária, comparado aos países inseridos nos grupos de países caracterizados pela dependência.

A análise dos dados sociais em saúde, conforme indica a tabela abaixo, expõe diferenças ainda mais alarmantes. A esperança de vida, na maior parte dos países inseridos no grupo de países denominado de Economias Periféricas (como Nigéria, Etiópia e República Centro Africana) e de Economias Dependentes (como a Índia e a África do Sul), em média, não passa dos 69 anos.

TABELA 14 – Dados selecionados – Saúde

Ranking do IDH	País	Saneamento			Esperança de Vida à nascença			Taxa de Mortalidade (Por 1.000 nascimentos)			Incidência da tuberculose (por 100.000 pessoas)			
		Melhorado (% da População com acesso)			2000	2005	2010	2000	2005	2011	2012	2000	2005	2011
		2000	2005	2010	2000	2005	2011	2000	2005	2011	2012	2000	2005	2011
Países Imperialistas														
3	Estados Unidos	100	100	100	77,0	77,9	78,5	78,7	9	8	8	7	5	4
5	Alemanha	100	100	100	77,7	79,1	80,4	80,6	5	5	4	12	7	5
Semiperiferias Imperialistas														
23	Espanha	100	100	100	78,5	80,5	81,4	81,6	7	6	4	22	19	15
Economias de Capitalismo Tardio														
39	Polônia	90	90	90 ^a	73,3	75,2	76,1	76,3	10	8	6	34	37	23
55	Rússia	72	71	70	66,1	65,0	68,8	69,1	21	17	12	127	135	97
Economia Chinesa														
101	China	44	55	64	70,5	72,5	73,5	73,7	35	24	15	109	92	75
Paíse Subimperialista Dependente														
84	Brasil	74	76	79	67,7	71,1	73,5	73,8	36	25	16	60	51	42
Economias Dependentes														
40	Chile	92	96	96	75,3	78,3	79,1	79,3	11	9	9	26	20	18
77	Peru	63	67	71	68,8	70,7	74,0	74,2	39	28	18	184	140	101
121	África do Sul	75	77	79	52,1	50,8	52,8	68,4	74	78	47	576	925	993
136	Índia	25	30	34	63,3	63,7	65,4	65,8	88	75	61	216	209	181
Economias Periféricas														
93	Argélia	92	94	95	69,6	71,7	73,1	73,4	46	38	30	87	93	90
153	Nigéria	34	32	31	51,7	46,5	51,9	52,3	188	156	124	172	175	118
173	Etiópia	9	14	21	43,9	51,8	59,3	59,7	139	107	77	421	342	258
180	Rep. Centro Africana	22	29	34	44,3	43,7	48,4	49,1	172	170	164	1.074	690	400

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD (2011; 2013) e WordBank (2013).

Nota: ^a Dados de 2008.

A diferença é mais expressiva no que diz respeito à mortalidade de crianças menores de 5 anos. Na Índia, a cada 1.000 crianças que nasceram em 2011, 60 faleceram até os 5 anos de idade. Nos EUA, por exemplo, essas mortes não passaram de oito.

O saneamento melhorado, segundo a PNUD (2011), abarca a percentagem da população multidimensionalmente pobre sem acesso a uma instalação sanitária melhorada³⁶, uma condição básica de infraestrutura e saúde para a população que atinge 100% nas economias imperialistas e na Espanha. Nas demais economias, apesar das melhorias das condições sanitárias dos últimos anos, parte importante da população ainda está em situação precária.

TABELA 15 – Dados selecionados – Distribuição de Renda

Ranking do IDH	País	Índice de Gini					Parte da Renda Guardada pelos 10% mais ricos				Parte da Renda Guardada pelos 10% mais pobres				População que vive abaixo da linha da pobreza nacional (% população)			
		1990	2000	2005	2008	2010	2000	2005	2008	2010	2000	2005	2008	2011	2000	2005	2008	2010
Países Imperialistas																		
3	Estados Unidos	-	40,8	-	-	-	29,9	-	-	-	1,9	-	-	-	-	-	-	-
5	Alemanha	-	28,3	-	-	-	22,1	-	-	-	3,2	-	-	-	-	-	-	-
Semiperiferias Imperialistas																		
23	Espanha	-	34,7	-	-	-	26,6	-	-	-	2,6	-	-	-	-	-	-	-
Economia Chinesa																		
101	China	32,4	39,2 ^e	42,5	-	-	29,7 ^e	32,0	-	-	2,7 ^e	1,8	-	-	-	2,8 ^g	-	-
Economias de Capitalismo Tardio																		
39	Polônia	26,9 ^b	32,9	34,9	34,2	34,1 ⁱ	26,1	27,2	27,2	27,1 ^j	3,3	3,0	3,2	3,3 ^j	-	-	-	-
55	Rússia	23,8 ^a	39,6 ^f	37,5	42,3	40,1 ^j	30,4 ^f	28,6	33,5	31,7 ^j	2,5 ^f	2,7	2,6	2,8 ^j	-	11,9	-	-
País Subimperialista Dependente																		
85	Brasil	61,0	60,1 ^f	57,4	55,1	54,7 ^j	47,7 ^f	45,5	43,9	42,9 ^j	0,5 ^f	0,7	0,8	0,8 ^j	-	30,8	22,6	21,4 ^j
Economias Dependentes																		
40	Chile	55,3	55,3	51,8 ^h	-	52,1 ^j	45,3	42,0 ^h	-	42,9 ^j	1,3	1,6 ^h	-	1,5 ^j	20,2	13,7 ^h	-	15,1 ^j
77	Peru	-	50,8	51,1	49,0	48,1	38,4	39,7	36,9	36,1	1,1	1,4	1,3	1,4	-	55,6	37,3	30,8
121	Afárica do Sul	-	57,8	67,4 ^h	-	63,1 ^j	44,9	57,5 ^h	-	51,7 ^j	1,3	1,1 ^h	-	1,2 ^j	38,0	23,0 ^h	-	-
136	Índia	31,9 ^b	-	33,4	-	-	-	28,3	-	-	-	3,8	-	-	-	37,2	-	29,8
Economias Periféricas																		
93	Argélia	40,2 ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
153	Nigéria	45,0 ^d	-	42,9 ^g	-	48,8	-	32,4 ^g	-	38,2	-	2,0 ^g	-	1,8	-	54,7 ^g	-	-
173	Etiópia	-	30,0	29,8	-	-	25,4	25,6	-	-	3,9	4,1	-	-	-	38,9 ^g	29,6	-
180	Rep. Centro Africana	61,0 ^d	-	44,0 ^g	56,0	-	-	33,0 ^g	46,1	-	-	2,1 ^g	1,2	-	-	-	62,0	-

Fonte: Elaboração própria a partir do WordBank (2013).

Nota: ^a dados de 1988, ^b dados de 1989, ^c dados de 1991, ^d dados de 1992, ^e dados de 1999, ^f dados de 2001, ^g dados de 2004, ^h dados de 2006, ⁱ dados de 2007 e ^j dados de 2009.

A tabela 15 apresenta alguns indicadores comparativos relacionados à distribuição de renda. De forma geral, a desigualdade de renda é menor nos primeiros grupos de países, apesar de os dados dos primeiros serem de 2000. Dos dados disponibilizados e países

³⁶Instalação sanitária melhorada são considerados autoclismos ligados a sistemas de esgotos entubados ou tanques sépticos, latrinas de fossas melhoradas ventiladas, latrinas de fossas com laje e sanitas de compostagem (PNUD, 2011). As instalações não são consideradas melhoradas, quando são compartilhadas com outras famílias ou abertas ao público.

selecionados, o Brasil é o que apresenta a pior distribuição de renda para a parcela da população que representa os 10% mais pobres.

A tabela mostra que os países agrupados como Economias Periféricas e Economias Dependentes, juntamente com o Brasil, ainda possuem parcela significativa da população abaixo da linha da pobreza. De tal modo, embora parte desses países venha implementando políticas de combate à pobreza, o número de pessoas nesta situação ainda é significativo.

Portanto, ao mesmo tempo em que a dinâmica da divisão internacional impõe limites à formação de empregos de maiores salários aos países dos demais grupos de países de Capitalismo Dependente, paralelamente, ocorre a elevação no grau de desigualdade na distribuição da renda, saúde e educação das populações desses mesmos grupos de países.

1.7 A inviabilidade da dissociação dos indicadores econômicos e sociais

Os dados anteriores corroboram que, ainda hoje, se mantém a inserção dos países periféricos na divisão internacional, conformada pela produção de produtos de menor valor agregado e menor conteúdo tecnológico e importação de produtos com de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico.

Essa estrutura não pode ser compensada por outra forma se não pela superexploração típica dos países dependentes³⁷. Esse processo, conforme indica Osorio (2012b), é sustentado pela transferência de valores para os centros imperialistas e pelo uso de recursos como a superexploração da força de trabalho, portanto, como mecanismo de compensação de tais transferências e de suporte para o capital - que opera nos grupos de países com características de dependência - enfrentar a concorrência nos mercados internacionais.

Ao mesmo tempo em que é causa e consequência, amplia-se a necessidade da inserção externa para que os produtos produzidos sejam então consumidos. O problema é maior, pois, como vimos, na sua maioria, essa inserção é pautada pela detenção de produtos sem inovações radicais, portanto, são exportações de baixo valor agregado, ampliando ainda mais a necessidade de compensação dessa desigualdade pela via da superexploração.

³⁷ Ampliaremos a discussão desse tema no próximo capítulo.

Além disso, a massa da população nacional assalariada não é responsável pela dinamização da realização da mais-valia³⁸. Isso implica tendências profundas que, independentemente dos governos em questão, não conseguem resolver com políticas compensatórias - apesar da grande dinamização que elas possam produzir - ou pequenos acréscimos dos gastos sociais, o desastre social dessas nações.

Aqui, apresentamos uma realidade singular, em que, nos marcos do capitalismo maduro, mantém-se nessa dinâmica a produção de padrões de reprodução e, conforme identificam Ouriques e Paiva (2006), regulações nos grupos de países caracterizados pela dependência, bastante distintas dos países centrais. Distinção esta que é reposta a todo momento em escala ampliada.

Assim, a disparidade do desenvolvimento capitalista nos diferentes países, nos termos de Marx (2008), pode ser percebida pelos dados econômicos e sociais das últimas seções, porém essas diferenças são integrantes de uma totalidade complexa, que é o modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista, por sua vez, tende a reproduzir essas disparidades, já que ele só existe, porque existem essas diferenças, mas não só elas. Isso sugere que essas desigualdades não são conjunturais, ainda que, em determinadas conjunturas, possam ser menos evidentes. Elas são próprias do modo de ser da totalidade do desenvolvimento capitalista.

De tal modo, é próprio da dinâmica dos países dependentes, inserida em uma totalidade maior, que haja a má distribuição de renda, a supereexploração da força de trabalho e a não incorporação da classe trabalhadora na dinâmica de realização produtiva.

No que diz respeito à economia chinesa, mesmo que ela possua, evidentemente, um grande fluxo de exportações de alta tecnologia³⁹, sua estrutura produtiva não é dinamizada fundamentalmente pela população trabalhadora, uma vez que atua de forma mais significante na produção e não na realização. O resultado disso é a propagação de condições sociais desastrosas e piores do que o Brasil, sendo, portanto, questionável qualquer tese que pressuponha uma ascensão dessa economia de forma que se aproxime da dinâmica da economia norte-americana. Países como a Polônia e a Rússia, que possuem, em parte, condições sociais superiores aos países incorporados no grupo Economias Dependentes,

³⁸No terceiro capítulo, faremos um tratamento teórico mais ampliado que corrobora essa posição.

³⁹Embora também importe uma quantidade expressiva de produtos nessa mesma categoria.

ainda possuem resquícios de uma estrutura social construída no período socialista, apesar de suas exportações serem dinamizadas, em especial, por produtos primários.

Toda essa dinâmica dificulta a sustentação de elevados níveis de crescimento do PIB, o que, por sua vez, inviabiliza uma atuação compensatória mais ampla do Estado, para além de suas limitações intrínsecas, em políticas sociais de melhoria das condições de vida da grande população ou até mesmo em auxílios ao setor privado, em razão da sua capacidade inferior de competir no mercado internacional. Torna-se inviável, por muito tempo, a dissociação dos indicadores econômicos e sociais.

Portanto, as diferenças estruturais na dinâmica global do modo de produção capitalista não se refletem apenas em diferenças econômicas, mas também sociais pelos motivos apontados. A desigualdade do desenvolvimento capitalista, nos diferentes grupos de países, em especial, entre aqueles considerados imperialistas e os constituídos por um capitalismo dependente, antes de tudo, são estruturais.

Assim, o conteúdo ideológico das proposições apresentadas pelas agências multilaterais de que o desenvolvimento capitalista é um processo aberto, podendo todas as economias chegarem a um nível comum, desde que sigam em sua trajetória as “políticas econômicas adequadas”, parece justificar e convencer o sacrifício realizado pelos países periféricos em seguir as proposições de política econômica restritivas.

Segundo Carcanholo (2008), os países são ligados não só por um antagonismo, mas também por uma complementariedade, ou seja, apesar de serem situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lei de acumulação de capital em escala mundial. Essa é a dialética do desenvolvimento, em que a precariedade do desenvolvimento de algumas economias resulta, fundamentalmente, do que determina o desenvolvimento dos demais. E é essa lógica que a TMD tenta desvendar e que buscaremos entender melhor nos próximos capítulos.

Assim sendo, nos próximos capítulos, aproximar-nos-emos das particularidades impostas à dinâmica interna dos países caracterizados pela dependência, mais precisamente, a dos países latino-americanos e do Brasil, em que pesem as suas particularidades históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas.

CAPÍTULO 2

A CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Há, no debate atual, uma tendência de rejeição ou negação das formulações teóricas críticas sobre a realidade da configuração do sistema capitalista mundial que levem em conta a essência do desenvolvimento capitalista e que incluem o imperialismo e a dependência. No nosso entendimento, ao contrário, o uso dessas categorias torna-se o fio condutor para entender não só as transformações em curso no século XXI, mas ainda a permanência das determinações impostas pela forma de capitalismo dependente.

Essa formulação teórica crítica, que ficou conhecida como Teoria Marxista da Dependência (TMD), revolucionou o pensamento latino-americano, pois assumiu elementos categóricos, articulando-os entre si, como dependência, divisão internacional do trabalho, luta de classes, superexploração, subimperialismo e padrão de reprodução, na busca da compreensão das formas concretas em que se dão as contradições do capital em economias excluídas do arquipélago do capitalismo imperialista central. A formulação da TMD possui, como pano de fundo, as contradições do capitalismo dependente na América Latina, e é nelas que iremos nos pautar.

A partir disso, o objetivo deste capítulo é apreender a configuração do capitalismo dependente latino-americano a partir da formulação da TMD desenvolvida ao longo do século XX. Entendemos que as bases desta teoria são indispensáveis para todos aqueles que estão comprometidos com a compreensão da natureza dos países inseridos em unidades de análise com características dependentes e, em especial, das possibilidades de sua transformação.

Segundo Bambirra (1978), os alicerces da Teoria da Dependência são apropriados para isso, pois possuem uma formulação teórica e verificação empírica sistematizada e demonstrada em um conjunto de obras importantes em um nível de abstração capaz de reconhecer a combinação específica dos modos de produção existentes na América Latina sob a hegemonia do capitalismo⁴⁰.

⁴⁰ Segundo Bambirra (1978), a Teoria da Dependência deve ser entendida como a aplicação criadora do marxismo-Lêninismo à compreensão das especificidades que assumem as leis do movimento do modo de produção capitalista em países como os latino-americanos, cuja economia e sociedade foram, primeiramente, produtos do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa e, em seguida, dos Estados Unidos, e são redefinidas em função das possibilidades estruturais internas, vale dizer da diversificação do aparato produtivo.

Para atingir os objetivos deste capítulo, na primeira seção, iremos estudar o contexto das formulações da TMD, que tinham como propósito superar aspectos predominantes de interpretação do processo de desenvolvimento do continente, na época em que foi elaborada, como se fosse necessário seguir certa trajetória para se conquistar o nível econômico dos países centrais. A intenção é mostrar que a teoria leva em conta não só o capital, mas também as relações de classe. Portanto, trata das relações sociais capitalistas que estão subordinadas em um maior grau da lógica contrarrestante do capital.

Como a TMD é entendida como um complemento às teses do imperialismo, na segunda seção, iremos abordar as primeiras formulações da teoria do Imperialismo. Veremos que o capitalismo, por intermédio do imperialismo, engendra certas formas e estruturas que têm como propósito ampliar e intensificar a circulação do capital em todos os recantos do mundo, sendo que, nas economias dependentes, este capital, atua de forma particular. Consideramos que a reflexão sobre as teorizações originais do imperialismo como modo de funcionamento do sistema capitalista mundial permite-nos entender as consequências desse sistema, que ligou todos os países entre si pelo modo de produção capitalista por meio do comércio, formando um só organismo político e econômico.

A intenção na terceira seção é compreender o contexto histórico da TMD, que segue na tentativa de estabelecer uma crítica à condução da política econômica do período, indicando as limitações do caminho percorrido.

Utilizaremos trabalhos que fazem parte das primeiras formulações dessa linha de pensamento e indicam: i) as transformações que ocorreram no sistema produtivo dos países dependentes latino-americanos em virtude de sua inserção na divisão internacional do trabalho; ii) como se desenvolveu a indústria; e iii) como esta tendeu a se articular com o sistema produtivo criado. Esses elementos serão tratados na quarta seção e formam as bases em que foi estabelecida a dinâmica que opera hoje nessas economias e no capitalismo mundial - e que serão estudadas no terceiro capítulo, dando forma a um padrão de reprodução que subordina ainda mais essas economias às leis do desenvolvimento capitalista.

A quinta e última seção deste capítulo tratam do fenômeno do subimperialismo que habita na conjunção das leis próprias da economia dependente, com a nova divisão internacional do trabalho procedente do movimento de capitais do pós-guerra. É importante

caracterizar o subimperialismo, pois ele mostra como ocorre o deslocamento de parte das contradições intrínsecas ao desenvolvimento capitalista dependente.

Assim, os fenômenos identificados pelos autores da TMD e discutidos neste capítulo, mesmo que hoje sejam manifestados de formas diferentes e ainda mais flagelantes, contribuem para a nossa discussão, pois são a base para entendermos as manifestações das leis do desenvolvimento capitalistas nos países dependentes no capitalismo maduro.

2.1 As limitações das teorias do desenvolvimento e o surgimento da Teoria da Dependência

Para o entendimento do amplo quadro de referência teórica da formulação da Teoria da Marxista da Dependência (TMD), é necessário voltar um pouco mais na história e compreender os antecedentes teóricos desse pensamento latino-americano, uma vez que a tentativa da TMD era a de superar os aspectos predominantes de interpretação do processo de desenvolvimento do continente daquela época: a elaboração feita pelos partidos comunistas, sob a influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que, por sua vez, possuía forte ligação com as formulações das teorias do desenvolvimento.

Com a Primeira Grande Guerra, tem-se o início de uma crise do colonialismo e que foi acentuada no final da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, tornou-se inevitável que as ciências sociais passassem a refletir sobre aquela nova realidade, colocando em debate algumas interpretações sobre a evolução histórica da sociedade.

Os novos Estados na Ásia, na África e na América Latina, reconhecidos internacionalmente, após o fim da Segunda Guerra, passaram a ser denominados como países do Terceiro Mundo. A ideia propalada era de que esses novos Estados poderiam e deveriam chegar ao chamado Primeiro Mundo. A literatura da época entendia que os países que não faziam parte do Primeiro Mundo possuíam uma ausência de desenvolvimento, cujo atraso era explicado pelos obstáculos que neles existiam para o seu pleno desenvolvimento.

Segundo Dos Santos (2000), o surgimento da civilização ocidental e da revolução industrial foi apreendido, na época, como um grande processo social criador da modernidade. Essa modernidade, segundo o autor, foi encarada por muitos como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir, pois correspondia ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática, tendo como modelo a

sociedade norte-americana. O resultado dessa discussão foi registrado em uma ampla literatura destinada ao estudo do tema sob o título geral de teorias do desenvolvimento.

Conforme Dos Santos (2000), o que prevalecia, nas obras que compunham essas teorias, era o entendimento de que o desenvolvimento era composto pela adoção de normas de comportamento, valores e atitudes identificadas como parte da racionalidade econômica moderna, diferenciada pela busca da produtividade máxima, geração de poupança e de criação de investimentos que levassem à acumulação permanente dos indivíduos e da sociedade nacional. Em alguns casos, a ideia era de que o crescimento quantitativo da renda seria capaz de provocar melhorias nas condições de vida da população. Em contraposição, o subdesenvolvimento é associado à baixa renda e, em certos casos, à incapacidade de manter as condições sociais da população. Os teóricos utilizavam uma combinação de argumentos teóricos (de inspiração clássica, keynesiana e/ou schumpeteriana) e históricos (amparados nas experiências bem sucedidas de industrialização da Europa ocidental, Estados Unidos e União Soviética), contudo procurando defender e justificar a necessidade da industrialização (BONENTE, 2011).

Assim, as particularidades deste período influem na evolução das teorias clássicas do desenvolvimento, que tinham como objetivo explicar e apontar as saídas para o subdesenvolvimento, conforme veremos em seguida. Muitos autores, mesmo nos tempos atuais, ainda são influenciados por essa perspectiva teórica, em especial, as agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que disseminam a lógica de acumulação capitalista norte-americana no mundo inteiro.

Com o objetivo de oferecer um panorama geral do pensamento predominante no período em que se formou a TMD, trataremos, nesta seção, das principais ideias dos formuladores das teorias do desenvolvimento.

Uma das mais influentes obras do período foi a de Walt Whitman Rostow, “As Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista”, publicada, originalmente, em 1952. Essa obra foi considerada o ponto mais radical da teoria do desenvolvimento, ela traz consigo uma sintetização da ideia desenvolvida por muitos autores do período no que tange à visão do desenvolvimento como etapa. O autor sugere que todas as economias podem se desenvolver e que todas estão, necessariamente, em uma etapa do processo, rumo ao desenvolvimento. As proposições de Rostow (1978) colocam como certo que toda a população pode participar desse progresso econômico, chegando a ser tão desenvolvida

quanto a economia norte-americana, desde que fossem implementadas medidas econômicas voltadas para a ideologia desenvolvimentista. Assim, o autor possui uma visão etapista do desenvolvimento, tendo como modelo a economia norte-americana, ou seja, o desenvolvimento não depende de ações revolucionárias, conforme ocorreu com a União Soviética.

Segundo Fiori (1999), Rostow (1978) retoma e vulgariza a visão neoclássica do desenvolvimento como um processo natural, progressivo e linear de transição por etapas das sociedades atrasadas ou tradicionais em direção a uma modernidade eurocêntrica, uma fórmula considerada universalmente válida e capaz de orientar a ação de todos os planejadores estatais competentes.

Ragnar Nurkse (1994) é outro autor bastante influente no período. Nurkse (1994) faz a defesa do crescimento equilibrado, que se daria por meio da diversificação da economia doméstica sustentada pelo planejamento governamental ou mediante ações espontâneas da iniciativa privada. Essa perspectiva foi desenvolvida pelo autor em 1952, na obra “Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico”. O autor foi influenciado, fundamentalmente, pelo conceito subjacente ao modelo Harrod-Domar de “crescimento equilibrado” e levanta alguns aspectos universais do desenvolvimento econômico, fazendo uma crítica à teoria das vantagens comparativas. O autor argumenta que os países subdesenvolvidos podem ou não se desenvolverem tecnologicamente e, portanto, podem adquirir vantagens ou desvantagens no comércio internacional⁴¹.

O autor define o subemprego como a característica básica do subdesenvolvimento, ou seja, as chamadas “áreas subdesenvolvidas” em confronto com as avançadas, são aquelas que se encontram subequipadas de capital em relação à sua população e recursos naturais. Olhando para o lado da oferta, Nurkse (1994) defende que o subemprego dos recursos leva à baixa produtividade, que, por sua vez, resulta em uma renda real baixa e, consequentemente, uma baixa capacidade de poupança. Ao mesmo tempo, a baixa

⁴¹Destaca, com isso, a questão do “efeito demonstração”, já que os países subdesenvolvidos possuem uma parcela da sua população que consome produtos luxuosos, trazendo, além de graves problemas no Balanço de Pagamentos (uma vez que exporta produtos de baixo valor agregado), um problema de falta de investimento. Nurkse (1952) define que a lei de Say pode ser válida, ao se pensar em vários setores: o investimento em vários setores da economia contribui para a ampliação do setor produtivo, gerando um aumento da demanda, acarretando, assim, no desenvolvimento. Portanto, bastava que esse investimento fosse bem distribuído, isso poderia ficar a cargo do mercado ou Estado. Destarte, nota-se a importância do investimento para o processo de desenvolvimento, mas, para isso, é necessário que parte do excedente dos capitalistas seja pouparado e, assim, revertido, contribuindo para a formação de capital - para o autor, poupança é igual a investimento.

produtividade leva a um baixo poder de compra, não estimulando o investimento, configurando, portanto, em um “ciclo vicioso da pobreza”. Por outro lado, sua perspectiva teórica define que os países subdesenvolvidos podem chegar ao desenvolvimento, desde que sigam o modelo norte-americano. Para isso, porém, é necessário poupança e investimento. Segundo o autor, seja por meio de planejamento governamental, ou seja por meio da iniciativa privada, com a ampliação dos investimentos é possível reverter o ciclo, chegando-se, assim, a um equilíbrio.

Segundo Bonente (2011), apesar da repercussão que tiveram os trabalhos de Nurkse (1994), pode-se dizer que a ênfase no subemprego como característica principal do subdesenvolvimento encontrou sua expressão mais efetiva no trabalho de Arthur Lewis (1994). Assim como Rostow (1978), Lewis (1994) também defende a ideia de que o desenvolvimento pode ser alcançado a partir da superação de algumas etapas. Para isso, segundo o autor, é de grande importância que os lucros auferidos ocorram a favor da classe industrial e não a favor da renda da terra, como ocorre especialmente nos países subdesenvolvidos⁴². Nessa perspectiva, o problema do desenvolvimento econômico estaria na insuficiência de capital. Sua obra influenciaria outras teorias que foram desenvolvidas no período, como a vertente da Cepal, apesar de ter uma percepção do desenvolvimento diferente.

A perspectiva de Myrdal (1989) e Hirschman (1961) evidencia algumas apreensões diferentes das formulações anteriores, pois se opõe à ideia de equilíbrio, já que os autores acreditam na existência de desequilíbrios nas economias. Além disso, trazem para o debate a relação entre centro e periferia. Os autores defendem a tese da “causação cumulativa” e do “crescimento desequilibrado”, respectivamente, que são influências, segundo Bonente (2011), do estruturalismo latino-americano.

Myrdal em 1957, no trabalho “Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas”, desenvolve o termo “efeito circular acumulativo”. Segundo o autor, o fato de o país ser pobre acarreta efeitos que aprofundam ou aceleram sua condição de país pobre. Nesse

⁴²Lewis (1994) apresentou soluções para os capitalistas quando a acumulação de capital alcançasse a oferta de trabalho e seus excedentes diminuíssem pelo aumento dos salários de subsistência do país: incentivo à imigração, para trabalhar no setor de subsistência, impedindo que ocorra aumento dos salários; e exportação de capital para países em que não existisse mão de obra em abundância, evitando o aumento do salário dentro do próprio país.

esquema, Myrdal (1989) destaca dois efeitos: propulsão e regressão⁴³. Nessa linha, o autor realça a importância de instituições que desenvolvem regiões subdesenvolvidas, revertendo, assim, o efeito acelerador da regressão, deste modo, o Estado pode reverter essa tendência. Para Myrdal (1989), o sistema bancário pode se transformar em um instrumento que drene poupança das regiões mais pobres para aquelas mais ricas, onde a remuneração do capital é mais segura e alta⁴⁴. O problema da falta de desenvolvimento, portanto, está essencialmente na carência de recursos para investimentos.

Hirschman em “A Estratégia do Desenvolvimento Econômico”, publicado originalmente, em 1958, acompanha, em parte, a linha de Lewis e toma como fator mais importante para o desenvolvimento a capacidade empreendedora dos industriais⁴⁵. Com isso, ressalta que a escolha não deve ser o Investimento que envolva maior lucro ou menos custos, mas, sim, a sequência ótima de investimentos, que trará efeitos como o chamado “investimento induzido⁴⁶”. O investimento induzido, nas economias subdesenvolvidas, seriam aqueles investimentos que ocorrem pelo efeito pressão, ou seja, gargalos da economia ou excessos de oferta e demanda. Aqui, está a importância dada por Hirschman (1961) ao desequilíbrio para o desenvolvimento. Essa sequência ótima seria responsável por efeitos para frente e para trás em termos de novos setores, que teriam gargalos para o investimento. Hirschman (1961), assim como Myrdal (1989), lança a importância do Estado em investir em segmentos nos quais o setor privado não investiria, possibilitando assim o encadeamento dos investimentos e o investimento induzido⁴⁷.

A partir dessa breve exposição das primeiras teorizações sobre o desenvolvimento, é possível apreender algumas semelhanças na compreensão do desenvolvimento econômico

⁴³Por exemplo, uma região que possua vários investimentos, além de atrair mais investimentos para ela, pode beneficiar regiões próximas, ou regiões que fornecem matéria-prima. Por outro lado, a expansão de uma determinada região cria processos regressivos em outra, por meio da imigração, movimento de capital e comércio para a região já desenvolvida. Assim, as regiões que são subdesenvolvidas podem ser mais subdesenvolvidas porque os investidores preferem regiões em que os lucros seriam maiores. Há, portanto, desequilíbrios nas economias

⁴⁴O problema está, justamente, nos Investimentos que são maiores nas regiões mais ricas e a menor disposição dos bancos de oferecer crédito nas regiões periféricas.

⁴⁵A partir disso, Hirschman (1961) defende que “o livre funcionamento do mercado pode levar à má alocação dos recursos”.

⁴⁶Ou seja, Investimento adicional.

⁴⁷Consequentemente, para Hirschman (1961), o grande problema dos países subdesenvolvidos é essa capacidade de decisão que refletiria em elevações ainda maiores dos investimentos, gerando, portanto, o desenvolvimento dos países. Assim, o problema desses países não é a escassez de fatores de produção (capital, trabalho etc.) que impede a industrialização (ou o desenvolvimento econômico), mas, sim, a subutilização dos fatores de produção.

ou da sua “falta”. Primeiramente, nessas perspectivas, o desenvolvimento é entendido como o crescimento da produção nacional. Em segundo, de forma geral, as proposições sugerem a possibilidade do alcance geral das condições excepcionais das nações mais ricas. Conforme Bonente (2011), como só a mercadoria tem valor, essa noção de desenvolvimento pressupõe que o produto tenha forma mercantil, ou seja, faz supor a mercadoria como forma elementar da riqueza e, mais do que isso, a generalização da forma mercadoria e, consequentemente, da articulação de unidades produtivas por meio da troca, colocando a necessidade da produção de riqueza material e valor em escala crescente.

Dessa forma, as teorias do desenvolvimento lançam sobre toda a história e sociedades as formas de riqueza e trabalho que são, historicamente, específicas do capitalismo, dando inteligibilidade científica ao impulso no aumento da riqueza, uma das determinações mais importantes da dinâmica capitalista (BONENTE, 2011).

Dos Santos (2000) faz uma observação importante sobre essas construções teóricas: por mais que essas formulações alardeassem serem neutras, superando qualquer filosofia histórica, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos, como um ideal a alcançar⁴⁸, uma meta sociopolítica a conquistar, tendo como um dos objetivos a eliminação do socialismo⁴⁹.

Assim, ao mesmo tempo, muitos ataques foram feitos a essas teorizações, uma vez que havia um conjunto importante de teóricos que reconheciam a importância política, ideológica e científica de Karl Marx. Soma-se a isso o fato de que, com a Guerra Fria, a experiência da União Soviética ficava evidente - na verdade, a Revolução Russa foi a primeira tentativa de conduzir racionalmente uma experiência de desenvolvimento econômico por meio do planejamento estatal centralizado (DOS SANTOS, 2000, p. 18).

⁴⁸ Esta época foi marcada pela “Era de Ouro”, que propiciou o financiamento da expansão dos países, fundamentalmente dos países do Primeiro Mundo, permitindo que a economia norte-americana fosse o modelo de sociedade a ser conquistado. Glyn; Lipietz e Singh (1988, p. 5, tradução nossa) traz alguns números do período: “Poucos duvidam que o quarto de século que seguiu a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial foi um período sem precedentes de prosperidade e de expansão para a economia mundial. Entre 1950 e 1975, a renda per capita nos países em desenvolvimento aumentou, em média, 3% ao ano, acelerando de 2% em 1950 para 3,4% nos anos 1960. Essa taxa de crescimento não teve precedentes na História desses países e excedeu o alcançado pelos países desenvolvidos em seu período de industrialização fomentada pelo Banco Mundial nos países desenvolvidos propriamente ditos (1978). [...] [O] crescimento do PIB e da renda per capita cresceu quase duas vezes mais rápido que em qualquer período desde 1820. A produtividade do trabalho cresceu duas vezes mais que em qualquer período precedente e houve maciça aceleração na taxa de crescimento nos estoques de capitais. O aumento do capital social representou um *boom* de investimentos de extensão e de força sem precedentes históricos”.

⁴⁹ Esse objetivo tornava-se ainda mais necessário em função da ameaça de avanço do “bloco comunista” no globo, sendo uma opção política de desenvolvimento.

Aqui, vale perguntar o lugar ocupado pelo pensamento social latino-americano na questão do desenvolvimento econômico. Segundo Dos Santos (2000), esse pensamento seguiu dentro de um quadro local e regional, mas evoluiu em direção a uma contestação do pensamento social dos países centrais até ganhar uma universalidade que levou a influenciar outros esforços teóricos em todo o mundo. Durante o século XX, segundo o autor, na região, essa temática foi dominada pela dicotomia entre o moderno e arcaico, urbano e rural, progresso e atraso – o conceito de progresso passou a ser uma das categorias fundamentais do pensamento das classes médias latino-americanas. Com isso, tem-se, em 1949, o surgimento de uma corrente estruturada e, em alguns aspectos, original de pensamento na região a partir do Relatório Econômico da América Latina, publicado pela Comissão Econômica para América Latina (Cepal).

A Cepal foi fundada, em 1948, como uma agência regional da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como finalidade colaborar para o desenvolvimento econômico da América Latina e, a partir, fundamentalmente, das contribuições de Prebisch (2000a, 2000b) e Furtado (1959), coordenar as ações destinadas a sua promoção, além de promover as relações econômicas dos países da região entre si e com as demais nações do mundo. Segundo Martins (2003) Prebisch e Furtado desfecharam um importante ataque ao liberalismo e à teoria das vantagens comparativas⁵⁰, propondo a industrialização como solução para os impasses do desenvolvimento periférico. Consoante a corrente cepalina, dada a debilidade da burguesia nacional para trilhar por conta própria os caminhos do empresário schumpeteriano e do desinteresse do capital estrangeiro em industrializar a periferia, esse processo de industrialização deveria ser organizado mediante ações do Estado nacional (MARTINS, 2011).

Para Bonente (2011), apesar das inegáveis peculiaridades da teoria cepalina, é possível identificar algumas semelhanças entre o entendimento veiculado pela instituição e aquele encontrado nas demais teorias do desenvolvimento produzidas no imediato pós-guerra. Segundo Marini (1992), a Cepal consiste, na realidade, em uma agência de difusão das teorias do desenvolvimento, entendendo, portanto, que o conceito de subdesenvolvimento, característico dos países latino-americanos, corresponde ao de uma

⁵⁰ Abordagem, introduzida no início do século XIX por David Ricardo, na qual o comércio internacional é resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho, em que o comércio de dois países pode beneficiar ambos os países, se cada um produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas, conhecido como modelo ricardiano (KRUGMAN E OBSTFELD, 2001).

situação de desenvolvimento pré-industrial, ou seja, uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno.

Assim, o primeiro relatório da Cepal, *“El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas”*⁵¹, elaborado por Prebisch e discutido em Havana em 1950, marcou a posição da Cepal em relação à desigual polarização das economias em centro e periferia. Foi considerado um verdadeiro manifesto terceiro mundista, em razão dos argumentos em favor da industrialização da América Latina. Os estudos da Cepal demonstravam, empiricamente, que as trocas entre os países do centro e da periferia geravam resultados negativos para a periferia e positivos para os países do centro. Essa diferença foi entendida como fruto das desigualdades na estrutura produtiva entre os países, já que os países centrais eram os exportadores de manufaturas e os países periféricos de produtos primários. De acordo com Prebisch (2000a), consolida-se aí uma divisão internacional do trabalho em que coube aos países latino-americanos, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel particular de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais.

Conforme Bielschowsky (2000), a Cepal identificava as características centrais da periferia, que seriam distintas daquelas dos países centrais: a periferia possuía uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente desigual; já os países centrais contavam com um aparelho produtivo diversificado e produtividade homogênea – possuíam mecanismos de criação e difusão de tecnologia, além de transmissão social de seus frutos (inexistente na periferia)⁵². Para Bielschowsky (2000), o padrão periférico determinava um padrão específico de inserção na economia mundial, produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica e importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão e absorvedora de padrões de consumo e tecnologia adequada ao centro, mas, frequentemente, inadequadas à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia.

Rodríguez (1986) faz um exame detalhado das contribuições cepalinas e sintetiza a argumentação da instituição quanto às questões inerentes ao desenvolvimento periférico: desequilíbrio externo; desemprego da força de trabalho e a deterioração dos termos de

⁵¹Este relatório foi escrito como introdução ao *“Estudio económico de la America Latina”*.

⁵²Nossa intenção é apenas apontar as ideias principais da Cepal, pois não pretendemos fazer uma exposição detalhada, uma vez que já existem importantes trabalhos sobre o tema.

intercâmbio. De tal modo, como os países latino-americanos não possuíam seu parque industrial desenvolvido, não conseguiam promover a elevação dos índices de produtividade e absorver maior quantidade de mão de obra ao processo produtivo, o que levou a uma redução salarial e à menor capacidade de absorção do excedente de mão de obra.

Conforme já mencionado, como o subdesenvolvimento era explicado pelas diferenças entre o centro e a periferia, isso leva a instituição a defender a necessidade do estabelecimento da indústria nacional por meio do processo de substituição de importação. Este modelo passou a ser amplamente discutido a partir da publicação do trabalho de Maria da Conceição Tavares, no início dos anos 1960 (republicado em 2000). Tavares (2000) ressalta que o Modelo de Substituição de Importação (MSI) não significava ser autossuficiente, mas, sim, possibilitar que os países se beneficiassem dos frutos do progresso técnico, o que permitiria a elevação progressiva do padrão de vida das massas. No entanto, para isso, seria forçosa a importação de bens de produção e, assim, a necessidade de se ter divisas internacionais. Dentro dessa linha de pensamento, o crescimento das exportações era considerado fundamental para o modelo. Diante do exposto, ao Estado nacional caberia o investimento na geração da infraestrutura básica em energia, transportes e siderurgia para a industrialização e o desenvolvimento do mercado interno (MARTINS, 2011).

Entretanto os resultados desse processo, em parte, não foram os esperados. A elevação das importações necessárias ao desenvolvimento da indústria conduziu a fortes pressões sobre as divisas e exigiu uma participação crescente do capital estrangeiro para o financiamento dos investimentos (MARTINS, 2011). Segundo Furtado, a Política de Substituição de Importações não levou aos resultados esperados, porque a classe burguesa objetivou a diversificação da produção (produção essa voltada para a classe média) e não a ampliação em todos os setores do progresso técnico. As alterações na divisão social do trabalho não foram acompanhadas por uma mutação na divisão internacional do trabalho, e isso impossibilitou a ampliação da massa de consumo, resultando na concentração de renda⁵³ e elevação da dependência das economias subdesenvolvidas⁵⁴. Ou seja, a

⁵³Com o grande problema de concentração de renda que era ampliado nas economias subdesenvolvidas, a Cepal, na década de 1960, trabalhava com a necessidade de reforma agrária. Furtado (1961) foi um dos formuladores dessa reforma, porém ela não foi efetivada.

industrialização, que seria a chave para a superação da situação periférica das economias latino-americanas, apesar de ter eliminado a maior parte dos obstáculos anteriormente percebidos pela própria corrente cepalina, criou novos problemas e tensões mais agudas, que resultaram em uma crise geral na América Latina.

As evidências das limitações do pensamento cepalino, refletidas na crise econômica pela qual passava a América Latina, marcaram uma crise no pensamento nacional desenvolvimentista, abrindo espaço para as contribuições dos teóricos da Dependência. Na sua vertente marxista, a Teoria da Dependência foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini (1992, 2000, 2012), Theotonio dos Santos (1970, 2011), André Gunder Frank (1977, 1976), Vânia Bambirra (1978), entre outros.

Segundo Marini (1992), um dos precursores da corrente dependentista, a Cepal desempenhava um papel de domesticação ideológica do Terceiro Mundo - trazia as soluções para as perturbações acendidas pelo nascimento de diversos novos Estados nacionais e manifestação de desigualdades de renda no plano internacional. Logo, a Cepal era fiel à ideia do desenvolvimento como uma continuidade, pois não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, opostos e, ao mesmo tempo, complementares, fruto do processo histórico da acumulação de capital (MARINI, 1992). Portanto, apesar dos avanços da corrente cepalina no pensamento latino-americano, conforme visto anteriormente, esta não foi formulada para propor uma ruptura à dinâmica dependente das economias subdesenvolvidas.

Nesse sentido, a Teoria da Dependência nascia como uma resposta crítica à perspectiva cepalina desenvolvida na América Latina a partir dos anos 1950. Segundo dos Santos (1970), a Teoria da Dependência tenta mostrar que as relações da dependência a que os países da América Latina estão sujeitos se conformam a um tipo de estrutura internacional e interna que lhes conduz ao subdesenvolvimento ou, mais precisamente, a uma estrutura dependente que aprofunda e agrava os problemas fundamentais de seus povos⁵⁵.

⁵⁴Conforme identificado no primeiro capítulo, a nomenclatura para essa situação modifica de acordo com as circunstâncias/conjunturas político econômicas de cada momento, iremos adotar, ao longo de todo trabalho, a nomenclatura dada pela corrente teórica abordada.

⁵⁵No entanto não existe uma abordagem homogênea dessa perspectiva, mas sim percepções diferenciadas do desenvolvimento latino-americano, em que se considere a configuração da inserção dos países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. Essas abordagens sobre a dependência se diferenciam

Trata-se de explicar porque nós não nos temos desenvolvido da mesma forma que os países hoje desenvolvidos. Nosso desenvolvimento está condicionado por algumas relações internacionais definíveis como relações de dependência. Essa situação submete nosso desenvolvimento a determinadas leis específicas que o qualificam como um desenvolvimento dependente, modificado pelo momento histórico da economia internacional e por nossa posição nessa economia. Trata-se, pois, de estudar quais são essas relações de dependência e quais são as características fundamentais desse tipo específico de desenvolvimento dependente, bem como de que forma ele se adapta às determinações das variadas estruturas nacionais ou locais sobre as quais opera (BAMBIRRA, 1978, p. 21, tradução nossa).

A chamada vertente crítica da Teoria da Dependência possui um viés marxista, porém incorpora, em parte, os avanços provenientes do pensamento nacionalista de esquerda e desenvolvimentista. Para Bambirra (1978), seria absurdo negar que os teóricos dos partidos comunistas ou historiadores que buscavam explicar o materialismo histórico, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Sergio Bagú, entre outros, desenvolvimentistas como Prebisch, Aníbal Pinto e Celso Furtado, apenas para citar alguns, não teriam contribuído em nada no conhecimento da realidade latino-americana, apesar das reconhecidas limitações dessas obras. A Cepal, mesmo com suas limitações essenciais, possuía importantes análises e documentos sobre aspectos da realidade latino-americana.

Segundo Bambirra (1978, p. 22, tradução nossa), a Cepal,

Descreveu e analisou fenômenos como a "deterioração dos termos de troca", "substituição de importações", "investimento estrangeiro", "dívida externa", "dependência externa", desenvolveu inclusive uma metodologia para a análise da balança de pagamentos, analisou o status da América Latina, etc, mas pelas limitações teórico-metodológicas e políticas de sua abordagem nunca conseguiu capturar os aspectos essenciais da situação de dependência.

Assim, a TMD buscou questionar os métodos de análise da corrente cepalina, os supostos teóricos e políticos, o enfoque dos problemas e das soluções que preconizava. Conforme Martins (2011), este enfoque assinala que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada, constituída por

no âmbito metodológico e na filiação teórica e, em especial, na filiação política. Essas diferenças serão abordadas nas próximas páginas.

classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior, e os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam a circulação de capitais e tendiam a ajustar a seu favor o aparato comercial, financeiro e produtivo. O autor acrescenta que as decisões daquele período estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam, positivamente, a esses condicionamentos, em que o controle do Estado era visto como um importante recurso para suavizar as debilidades e buscar melhores condições dos países na inserção internacional.

Portanto, a dependência,

(...) significava a existência de uma estrutura econômica, social, política e ideológica simultaneamente nacional, internacional e específica dentro da economia mundial. E o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial (MARTINS, 2011, p. 230).

Seguindo essa mesma análise, Cristóbal Kay (1989) entende que os dependentistas críticos discordavam do controle por parte do capital estrangeiro sobre o processo de desenvolvimento nacional e investimento. Com isso, a análise da dependência responsabilizou, em parte, o capital estrangeiro pelo estado de estagnação e, mais especificamente, pelos defeitos da industrialização na América Latina.

Vânia Bambirra (1978) salienta que a reprodução dependente das economias latino-americanas teve como marco a subordinação ao capital estrangeiro e não foi visualizada pela corrente cepalina. Bambirra (1978) recorre aos esquemas de departamentos, desenvolvidos, inicialmente, por Marx, para mostrar a dinâmica da economia brasileira a partir da década de 1950. Segundo a autora, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento latino-americano, em um primeiro momento, os setores de bens de produção (setor I) e de bens de consumo manufaturados (setor II) estavam no exterior, logo, com o desenvolvimento do processo de industrialização promovido a partir das proposições da corrente cepalina, o setor de bens manufaturados se desenvolveu no centro das economias latino-americanas, porém o setor de bens de produção não. Essa dinâmica fez com que, para que o sistema pudesse se reproduzir, fosse necessária a importação da maquinaria. A partir da década de 1950, o setor I de bens de produção começava a ser instalado na América Latina (em alguns países, em alguns anos antes), porém seguiu dependendo, para o seu funcionamento próprio, da expansão da importação de máquinas

estrangeiras. Estas, em seguida, passaram a chegar não como mercadorias, mas como capital, ou seja, como forma de investimento direto estrangeiro.

O resultado dessa dinâmica foi a troca desigual que trouxe consequências drásticas para as economias dependentes, entre elas, a superexploração, uma das especificidades da reprodução dependente do sistema de acumulação dessas economias. Como a acumulação de capital passa pelo exterior por meio da importação de máquinas, logo, quando esta começa a ser produzida internamente⁵⁶ fica controlada diretamente por grupos estrangeiros, e quando começa a suprir a necessidade de máquinas do setor II, que, certamente, também passa a ser controlado em grande parte pelo capital estrangeiro, segue dependendo de bens de capital do setor I dos países desenvolvidos⁵⁷.

Segundo Bambirra (1999), a compreensão desse processo de reprodução dependente é crucial para apreender as limitações específicas e objetivas do desenvolvimento desses países, principalmente quando se pretende entender os mecanismos que atuam sobre as estruturas acumulativas da dependência como a descapitalização, provocadas pelas múltiplas formas de remessas de lucros, os consequentes déficits da balança de pagamento, a necessidade crescente de novos empréstimos e ‘ajudas’ do capital estrangeiro e seus resultados: crescimento do serviço da dívida ou déficits externos progressivos e círculo vicioso da necessidade de mais capital⁵⁸.

Amaral (2012) aponta os traços mais gerais e relativos à visão dessa perspectiva:

[...] no âmbito do processo de integração das economias nacionais ao mercado global, as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas, e isto leva a transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre os seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, em função da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho [...] (AMARAL, 2012, p. 33).

⁵⁶Somente em alguns países e com muitas limitações nos setores de ponta, como eletrônica, energia nuclear entre outras, são monopólios dos países mais desenvolvidos.

⁵⁷O desdobramento dessa formulação será mais bem tratado nas próximas sessões, aqui temos apenas a intenção de introduzir o pensamento da Teoria da Dependência como uma crítica à perspectiva cepalina.

⁵⁸Nesta nova etapa do desenvolvimento dependente os mecanismos de reprodução da dependência são modificados, porém mantendo a essência na expropriação.

Algumas atualizações dessa teoria precisam ser feitas para essa nova etapa do capitalismo, porém isto não retira a importância e a necessidade da recuperação dos elementos principais dessa teorização, bem como sua problemática e contextualização histórica. Apesar da TMD ainda ser uma vertente pouco utilizada pelos estudiosos do desenvolvimento econômico, existem trabalhos importantes que contribuem para a evolução desse debate, e é disso que trataremos nas próximas seções. Antes de nos aprofundar um pouco mais nessas obras, vamos às contribuições dos autores que compõem a teoria do imperialismo. O objetivo não será fazer uma apresentação exaustiva dessa teoria, mas uma exposição das suas principais ideias que irão contribuir tanto para o entendimento das particularidades do desenvolvimento dos países dependentes, quanto para o entendimento das proposições da TMD.

2.2 A contribuição da Teoria do Imperialismo para o entendimento das formações sociais dependentes

A reflexão sobre as teorizações originais do imperialismo, como modo de funcionamento do sistema capitalista mundial, permite-nos entender as consequências desse sistema que ligou todos os países entre si pelo modo de produção capitalista e pelo comércio, formando um só organismo político e econômico. Esse será nosso ponto de partida para perceber não só as proposições da TMD, mas também as particularidades do capitalismo contemporâneo, suas consequências para o globo e, em especial, para os países dependentes⁵⁹.

De uma forma geral, os principais autores que formulam a Teoria do Imperialismo desenvolveram suas interpretações sobre o imperialismo, definindo, como linha comum, o entendimento de que o capitalismo, naquela época, passava por uma fase histórica nova. O período dos escritos desses autores foi marcado por acontecimentos históricos que transformaram a trajetória do capitalismo mundial, tanto econômica quanto politicamente: eclosão da 1^a grande Guerra Mundial (1914); Revolução Russa (1917), Crise de 1929 e a 2^a

⁵⁹Istívan Mészáros(2003) no livro “Século XXI: socialismo ou barbárie”, ressalta que agora estamos na fase mais perigosa do imperialismo na história. Segundo o autor, está em jogo não apenas o controle de uma parte do globo ou a desvantagem de alguns rivais, mas o controle da totalidade por uma superpotência hegemônica, econômica e militar. Assim, é necessário voltar aos clássicos do imperialismo para entender os traços constituidores da presente formação social, incorporando, na nossa análise, suas contribuições sobre as particularidades do domínio dos países centrais sobre o globo.

Guerra Mundial (1939), que reconfiguraram as relações entre as frações do capital da esfera produtiva e financeira.

Esses autores buscavam entender a nova realidade do desenvolvimento capitalista, que se colocava entre o final do século XIX e início do século XX, e suas consequências para o mundo. Segundo Hobsbawm (2009), algumas características marcaram o período, entre elas, o mundo tornava-se cada vez mais global, e o vale entre países ricos e pobres tornava-se cada vez maior.

Conforme Teixeira (2002), os estudiosos e homens de negócios da época acreditavam que o crescimento econômico no capitalismo seguia um movimento cíclico, com fases de expansão, recessão, depressão e recuperação, com cerca de dez anos de duração. Porém, a Grande Depressão, que ocorreu no final do século XIX, possuía um caráter peculiar, pois significou um logo período em que as atividades econômicas não conseguiram se recuperar como nos períodos anteriores. Apesar disso, a produção industrial continuou a crescer, o que revela uma transformação estrutural mais profunda, marcada pela mudança de base técnica, resultando na emergência de um novo padrão manufatureiro, novos setores líderes, como aço, química pesada, mecânica pesada, ferrovias etc. Esses novos setores apresentavam rendimentos crescentes, exigiram novos modelos industriais e novos requerimentos financeiros.

Além disso, o final do século XIX foi caracterizado pelo nascimento de uma série de inovações no desenvolvimento capitalista, a configuração dos grandes conglomerados industriais e bancários, que pareciam colocar por terra as teses sobre a livre concorrência. Os bancos passaram a ser proprietários de capital produtivo, portanto, indo além do financiamento da acumulação capitalista. Outra novidade foi o aparecimento das sociedades anônimas e ampliação da importância e do significado do capital fictício na Praça de Londres e nos Estados Unidos. Acrescenta-se a isso a transformação da política colonial das novas e velhas potências; a influência, sobre as colônias em geral, da luta pela independência travada no continente americano cerca de cinquenta anos antes; e, ainda, o fato de que tanto conglomerados industriais quanto conglomerados bancários eram capazes de exercer poder interna e externamente às fronteiras nacionais em cujos limites haviam “nascido” – que levantava ainda uma série de questões essenciais sobre o caráter dos Estados capitalistas e sobre o funcionamento do sistema interestatal (GOUVÊA, 2011)

Assim, o estudo dos clássicos do imperialismo ajuda-nos a entender a dinâmica complexa do capitalismo, os mecanismos operativos estruturantes da sociedade global e a influência estrutural do imperialismo nas relações entre os países, conforme é tratado na TMD.

2.2.1 *O descobrimento do imperialismo por John Atkinson Hobson*

John A. Hobson é um dos principais precursores dos estudos sobre o imperialismo. A primeira edição do livro “Imperialismo: um estudo” foi, originalmente, publicado em 1902. Hobson jamais foi marxista, apesar de ter contribuído para a formulação do imperialismo de autores considerados marxistas, era considerado um socialdemocrata, defensor das reformas sociais e um crítico dos avanços imperialistas da Inglaterra por meio da guerra na África e no oriente.

O autor tem como objetivo fazer uma crítica às guerras imperialistas, entendendo o imperialismo como uma irregularidade do percurso do capitalismo que surge das contradições de luta por mercados e territórios, em virtude da incapacidade das fronteiras nacionais em adquirir a totalidade de produtos produzidos, em decorrência da concentração de renda existente. Assim, a política imperialista é caracterizada pela abertura de mercados internacionais, porém por meio da força. Para o autor, esse processo concentrador é fruto do próprio processo de livre concorrência, mas que pode ser resolvido por meio de políticas de Estado para uma melhor distribuição de renda.

Nesse sentido, uma das contribuições de Hobson (2002) para a época foi indicar que o imperialismo era fruto do desenvolvimento do capitalismo moderno, uma vez que percebeu a ligação entre a expansão colonial, do final do século XIX e início do século XX, com as transformações por que passava o capitalismo. Hobson (2002) via, na expansão dos mercados, a possibilidade dos capitalistas em realizarem vendas dos seus produtos não vendidos internamente, dada a concentração de renda no país (subconsumo das massas) e, portanto, a limitação do mercado interno⁶⁰.

⁶⁰Segundo Hobson (2002), uma era de competição predatória, seguida por um rápido processo de fusões, lançou uma quantidade enorme de riqueza nas mãos de um pequeno número de capitães da indústria, nenhum padrão de vida que essas classes pudessem alcançar, por mais luxuoso que fosse, poderia corresponder ao crescimento de sua renda, e um processo de poupança automática ocorreu em escala sem

O autor via que a concentração das indústrias em trusts e cartéis limitava a quantidade de capital que poderia ser, efetivamente, empregado e aumentado. Segundo o autor, a luta por mercados, a voracidade dos produtores em comercializar seus produtos, maior que a vontade dos consumidores em adquiri-los, são a prova completa da traiçoeira economia de distribuição. É essa situação econômica dos negócios, segundo Hobson (2002), que forma a principal raiz do imperialismo. Ou seja, o imperialismo é, para o autor, fruto dessa falsa economia: “não é o progresso industrial que demanda a abertura de novos mercados e áreas de investimento, mas a má distribuição do poder de consumo que impede a absorção de mercadorias e capital dentro do país” (HOBSON, 2002, p. 430).

Porém Hobson (2002) apreendia o imperialismo como um desajuste provocado na economia capitalista e que poderia ser resolvido. Assim, uma “*reforma social*”, por meio de políticas de Estado para a distribuição de renda seria capaz de resolver as atrocidades do imperialismo. Para ele, o propósito da reforma social é aumentar o padrão saudável de consumo público e privado em uma nação, de modo a capacitá-la a elevar ao máximo seu nível de produção. Portanto, apesar de o autor não ter sido influenciado pela teoria marxista, e, por isso, se diferenciar dos demais autores imperialistas que descreveremos a seguir, era um crítico radical do imperialismo britânico da época em que escreveu a sua obra e influenciou, em alguma maneira, as demais obras que veremos a seguir.

2.2.2 Hilferding e a interpretação do Imperialismo como uma nova fase

No livro “O capital financeiro”, Rudolf Hilferding (1985) busca entender os fenômenos econômicos referentes ao desenvolvimento capitalista na virada do século XIX para o século XX, o diagnóstico do período era de que o capitalismo iniciava uma nova etapa histórica⁶¹. A obra de Hilferding (1985) foi considerada uma continuidade às formulações de Marx (2008), porém com a incorporação de novos fenômenos referentes ao capitalismo da época⁶².

precedentes. O investimento dessas poupanças em outras indústrias ajudou a colocá-las sob essas mesmas forças concentradoras.

⁶¹Este livro de Hilferding (1985) tornou-se um grande clássico, junto com a obra de Hobson, foi a principal fonte para as teorias marxistas sobre o imperialismo que se seguiram.

⁶²Corrêa (2011), em um trabalho recente, considera que Hilferding (1985) possuía um olhar mais concreto ou mais particular a partir de um olhar mais geral e abstrato de Marx. Segundo Corrêa (2011), a afirmação de um

O traço mais marcante identificado naquele período, chamado pelo autor de “capitalismo moderno”, foram os processos de concentração que vinham emergindo por meio da abolição da livre concorrência, mediante a manifestação em escala maiores de trustes e cartéis, e, ao mesmo tempo, da ligação cada vez mais inseparável entre o capital bancário e o capital industrial. Essa ligação possibilitava a manifestação do capital na forma de capital financeiro, entendido, por Hilferding (1985), como sua forma mais abstrata e elevada⁶³.

Conforme o autor, um aspecto econômico importante no crescimento das empresas foi a liberação do capitalismo industrial de sua função de empresário industrial. Segundo Hilferding (1985), em uma empresa individual, o capitalista monetário atua apenas como credor, não possui nenhum interesse em saber o que é feito com seu capital no processo de produção, apesar disso, a expectativa de sucesso desse emprego é a condição necessária para que o empréstimo seja feito. Nestas condições, a função do capitalista monetário é, exclusivamente, ceder seu capital para recuperá-lo com juros depois de um determinado tempo.

Já nas sociedades anônimas, conforme Hilferding (1985), o capitalista monetário, que é posto à disposição em forma de ações, não recebe juros determinados previamente, mas, sim, uma participação no rendimento (lucro), portanto, não há uma garantia de retorno como na indústria individual descrita anteriormente. Além disso, segundo o autor, o movimento das ações não é movimento de capital, pois representa apenas uma compra e venda de títulos de renda, e as oscilações nos preços dessas ações não afetam diretamente o capital industrial realmente empregado, cujo rendimento elas representam, mas não o seu valor. Ou seja, o somatório dos preços dos títulos de renda capitalizados não necessita coincidir com o capital financeiro originalmente empregado, transformado em capital industrial. Isso permite a venda de ações acima do valor do capital efetivamente investido na

novo estágio histórico confunde aspectos conjunturais da realidade social com aspectos estruturais e colapsa numa só coisa: o capitalismo em si e sua forma mais concreta de manifestação (CORRÊA, 2011).

⁶³ Carcanholo (2010) assinala que o autor procurava dar conta da unificação/fusão do capital produtivo com o capital bancário, sob a hegemonia deste último, e seria uma das formas preponderantes do capital na sua fase imperialista clássica, e esta noção não pode ser confundida com a de capital fictício que será tratado mais adiante. Carcanholo (2010) ressalta que é inescapável notar que, na concepção de Hilferding (1985), a categoria capital financeiro, ou capital bancário – como ele mesmo afirma – não apresentaria tantos elementos categoriais, assim que o distinguisse de outras categorias já formuladas por Marx, como capital portador de juros e capital bancário. Este último, aliás, tratado em certos momentos quase como sinônimo de capital financeiro.

sociedade anônima, especialmente, nos períodos em que a taxa de juros torna-se menor do que os rendimentos das ações.

Esses novos parâmetros colocados à dinâmica da acumulação privada, dada a materialização da riqueza sob a forma de títulos, modificam os critérios de alocação dos recursos comparados à fase anterior.

Assim, a sociedade anônima é uma sociedade capitalista que é constituída por meio da inversão de capital em ações, ou seja, o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido, seu direito a voto e sua influência, naturalmente, se regulam pelo tamanho de seu investimento. Todo o poder de mando se concentra nas mãos do acionista majoritário e, com isso, para poder exercer o controle da sociedade anônima, basta ser proprietário da metade, isso duplica o poder dos grandes capitalistas, pois a outra metade, conforme Hilferding (1985) destaca, fica liberta para outras aplicações. “O poder de controle sobre o capital alheio é, todavia, da maior importância, e o domínio da empresa, independente de tudo mais, é importantíssimo para influenciar o movimento de compra e venda das ações na bolsa” (HILFERDING, 1985, p. 122).

Como resultado desse processo, o capital do grande acionista pode controlar o capital dos outros acionistas e, em troca, o capital total da empresa atrai o capital de fora sob a forma de empréstimo, tornando-se ainda mais poderoso. Por outro lado, o lucro proveniente da compra das ações incentiva a formação de empresas pautadas nas sociedades anônimas, estimulando a centralização do capital e, consequentemente, a formação e manutenção de empresas gigantescas.

O resultado dessas mudanças no capitalismo da época permitiu a formação de conglomerados capitalistas sob a forma de cartéis e trustes, que passaram a controlar ramos industriais inteiros, apresentando interligações cada vez maiores com o setor bancário e estendendo-se, também, para além de sua área geográfica original. As conclusões dessas novas variações do capital financeiro, Hilferding (1985) tratou no final do seu livro, sendo consideradas, por muitos autores, a grande contribuição da sua obra.

Conforme o autor, a dependência da indústria em relação ao capital bancário é consequência das relações de propriedade, assim,

Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve

mobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista individual. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, deste modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas na verdade a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 219).

Nesse sentido, voltando às novas possibilidades de captação de capital com a criação da sociedade anônima, segundo Hilferding (1985), o capital financeiro formou-se a partir do desenvolvimento da sociedade anônima e alcançou seu apogeu com a monopolização da indústria, assim, o rendimento industrial ganhara um caráter seguro e contínuo. Junto com isso, as possibilidades de investimento industrial passavam a ser cada vez mais intensas. Mas o banco dispõe de capital bancário, e os proprietários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco, e com a concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital, que dá poder à indústria, são cada vez mais as mesmas pessoas (HILFERDING, 1985). “E isso é tanto mais verdade quando [...] cada vez mais o grande banco obtém o poder de dispor o capital fictício” (HILFERDING, 1985, p. 219).

Assim, a partir desses novos mecanismos do capital, o autor entende que o capital financeiro passava a significar a uniformização do capital, uma vez que os setores do capital industrial, comercial e bancário, antes considerados separados, passaram a se encontrar sob a direção comum das altas finanças, nas quais passaram a ser reunidos os senhores da indústria e dos bancos.

Nesse cenário, a evolução da indústria faz com que a concentração do banco se desenvolva e o próprio sistema bancário seja um importante motor para a realização da concentração capitalista, em especial, nos cartéis e trustes. Assim, a indústria fica cada vez mais dependente do capital bancário. Ou seja, o capitalista financeiro possui toda a concentração de capital nacional em forma de capital bancário. Com isso, a capacidade de mobilização do capital por parte do capitalista bancário, ou melhor, capitalista financeiro, fica cada vez maior e sua expansão fica cada vez mais acentuada. As consequências desse

processo faz com que Hilferding (1985) entenda que os elementos que possibilitam essa nova forma de capital, capital financeiro, representem uma nova fase do capitalismo.

Para que o capital financeiro pudesse resistir às crises e superar períodos de depressão, foi fundamental que sua expansão fosse além de seus territórios. Assim, aqui é importante tratarmos também do debate que Hilferding (1985) faz da exportação de capital nas colônias. Conforme o autor, a exportação de capital acelera a colonização dos países estrangeiros, desenvolve amplamente suas forças produtivas e, ao mesmo tempo, amplia a produção das mercadorias que são enviados ao exterior, convertendo-se em uma poderosa força motriz da produção capitalista. Esse processo resulta na formação de áreas de vendas de mercadorias excedentes das metrópoles, exploração do proletariado e expropriação sumária dos nativos. Com isso, a riqueza capitalista, nesses países, se concentra rapidamente nas mãos de poucos. E são os maiores bancos e os maiores ramos industriais que conseguem para si as melhores condições para a exportação de capital nos mercados externos. Cabem então aos grandes bancos e à grande indústria, os volumosos lucros extras, em cuja participação as forças capitalistas menores não podem nem pensar (HILFERDING, 1985).

Para sua expansão, o Estado passa assumir o papel de criar o maior território possível, ou seja, de possibilitar o desenvolvimento capitalista e converter o território nacional em áreas de exploração para as associações monopolistas, ou seja, manter políticas que favoreçam o capital financeiro. A partir disso, Hilferding (1985) considera o imperialismo não apenas como o predomínio e expansão de uma forma de capital, mas uma forma de política, pois nele o Estado passa a ser o gerenciador dos interesses capitalistas. As percepções de Hilferding (1985) sobre o imperialismo proporcionaram uma profunda influência sobre os autores de que trataremos a seguir, em especial, em BuKharin (1988, 1982) e Lênin (1982), mas, antes disso, veremos as contribuições de Rosa Luxemburgo (1984).

2.2.3 O Imperialismo em Rosa Luxemburgo e a necessidades dos mercados externos

Rosa Luxemburgo (1984) desenvolveu a obra “Acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo”, originalmente, em 1913. Propôs, em oposição às ideias desenvolvidas por Kautsky (2011), estudar a acumulação de capital, partindo do ponto de vista da reprodução social total e da culminação de crises de realização. Seu objetivo era

mostrar que o imperialismo não se trata de uma política que possa ser evitada, mas consequência inevitável para a manutenção do capitalismo.

Assim, seu trabalho é resultado do debate da teoria marxista das crises, extraído dos esquemas de reprodução de Max. Será visto que a saída proposta por Luxemburgo (1984) às crises é o avanço do mundo capitalista sobre outras áreas do globo, dada a necessidade de trocas com outros setores não capitalistas e com países atrasados. As políticas inerentes a essa tendência seriam a noção da autora sobre o imperialismo. Desse modo, para a autora, o imperialismo é algo inerente ou necessário ao processo de acumulação capitalista.

A partir desses elementos, Rosa Luxemburgo (1984) dedica as primeiras partes da sua obra para tratar dos esquemas de reprodução de Marx, expondo suas interpretações e críticas. O objeto da sua investigação é o entendimento da reprodução do capital social em seu conjunto e das suas condições para efetivação. Ao analisar o volume II e III de “O Capital”, a autora acredita que Marx comete alguns erros no que diz respeito à acumulação do capital, a realização da mais-valia e, desta forma, da importância do mercado externo para a manutenção do capitalismo.

Carcanholo (2007), no texto “Apontamentos críticos sobre a teoria da crise em Rosa Luxemburgo”, apreende a essência da interpretação da autora sobre o processo de reprodução do capital: para Rosa Luxemburgo, as condições da reprodução do capital social, como processo de acumulação do capital, implicam algumas circunstâncias para sua efetivação que exprimem a contradição interna existente entre a produção privada e o consumo, de um lado, e o elo social de ambos. Desta forma, a autora busca responder à forma em que a economia capitalista conseguiria realizar sua mais-valia, garantindo a acumulação, que, segundo ela, passa pelo abandono da hipótese de que capitalistas e operários são os únicos representantes do consumo social. Segundo a autora, sociedade capitalista alguma esteve sob o domínio exclusivo da produção. Ou seja, Luxemburgo (1984) parte do entendimento de que, no interior das sociedades capitalistas, existem mercados que são externos a essa reprodução capitalista. Os mercados externos seriam a única solução presumível para que a mais-valia destinada para a acumulação seja efetivada. Assim, para Luxemburgo, a crescente demanda por mercadorias seria garantida pelos mercados externos, e isso é apreendido como condição necessária para a acumulação.

Esses mercados externos são entendidos como fazendo parte de um contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece meios de produção e força

de trabalho para a reprodução capitalista. Porém não se trata de caracterizar os mercados por limites geográficos, pois esses podem ser constituídos por países com a denominada economia natural pré-capitalista, e por parte dos próprios países capitalistas que não estão integrados à produção capitalista. Ou seja, podem ser integrados grupos sociais e instituições inclusas do espaço capitalista, porém que não façam parte do mercado consumidor.

Dando continuidade à interpretação, o processo produtivo é estabelecido um valor para $c + v + m$, em que 'c' é a demanda dos capitalistas para reposição dos meios de produção, 'v' é realizado pelos trabalhadores na compra de bens de consumo e 'm' a realização da mais-valia, considerada como essencial na acumulação capitalista. Segundo Carcanholo (2008), para Luxemburgo (1984), a existência de um mercado externo é condição vital para que a acumulação ocorra. Assim, a autora entende que a economia capitalista apenas consegue realizar $c + v + m/x$, em que ' m/x ' refere-se, justamente, à parcela da mais-valia utilizada para consumo improdutivo. Assim, o que seria causa da crise para Luxemburgo (1984) é a incapacidade dos mercados externos em realizar toda a mais-valia produzida. Este é resultado da contradição entre a capacidade limitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social, ou seja, a insuficiência da demanda é capaz de romper com o processo de acumulação capitalista, em razão da incapacidade de realização da mais-valia a ser acumulada, entendida por subconsumo.

Portanto, a autora parte da premissa da existência não só de um mercado interno capitalista, formado por capitalistas e proletários, mas também de um mercado externo à esfera capitalista. Nesse sentido, a autora busca mostrar a necessidade e os efeitos da extensão do modo de produção capitalista para esses mercados externos.

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital. Geograficamente, essas áreas abrangem, mesmo hoje, vastas regiões da Terra. Em comparação com a massa enorme de capital já acumulado nos velhos países capitalistas, do capital que luta por encontrar novos mercados para seu mais-produto e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, e em função da rapidez com que hoje se transformam as culturas pré-capitalistas em capitalistas, ou em outras palavras, em comparação com o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital, esse campo que lhe resta para a expansão parece mínimo. É isso que determina a forma de atuação do capital internacional no cenário mundial. Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada

vez mais violenta entre os países capitalistas na conquista das regiões não-capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista, como agrava as contradições entre os países concorrentes (LUXEMBURGO, 1984, p. 305)

Ou seja, os movimentos internos e externos do capital fazem parte do modo de produção capitalista. A conquista dos mercados externos seria dada, conforme Luxemburgo, por sistemas de empréstimos internacionais, políticas das esferas de influência e as guerras. Na conquista desses mercados externos, faz-se alargar a fração do globo que opera dentro do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, amplia-se a rivalidade internacional.

Essa competição pelo domínio de áreas ainda não conquistadas pelo capital é o imperialismo para Luxemburgo. E essa é uma das grandes contradições do capitalismo percebidas pela autora: o capitalismo precisa, ao mesmo tempo, expandir interna e externamente, por meio das nações não capitalistas, possibilitando, portanto, a transformação dessas economias não capitalistas em capitalistas, destruindo, portanto, as bases para a sua própria extensão. Estas ‘novas’ economias são não só exploradas, mas também tornam-se dependentes das economias centrais. De tal modo, Luxemburgo (1984) apreende o imperialismo como um estágio específico do modo de produção capitalista, pois, para a autora, é possível caracterizar o início do século XX como um período em que o capitalismo foi levado para patamares globais. Ao mesmo tempo, a autora entende que o imperialismo está presente em qualquer tempo, já que é um desdobramento próprio do processo de acumulação de capital. Assim, Luxemburgo vê o imperialismo como algo inerente ao modo de produção capitalista, não como uma fase como fazem os demais autores do imperialismo aqui tratados.

2.2.4 A interpretação do imperialismo e do ultraimperialismo de Karl Kautsky

O texto “O Imperialismo”, de Karl Kautsky, foi publicado, originalmente, em 1913-1914 na *Die Neue Zeit*, revista da SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – o Partido Social Democrata Alemão (MUSSE, 2005). Kautsky tornou-se um dos principais divulgadores do marxismo, mesmo que sua perspectiva congregasse fortes elementos da teoria da revolução de Darwin.

Assim como Rosa Luxemburgo (1984), Kautsky (2000a, 2000b, 2011) defendia que a ditadura do proletariado consistia na maneira de aplicar a democracia, não na sua supressão. O autor inicia “O imperialismo”, rebatendo o uso do termo imperialismo usado por Rosa Luxemburgo (1984), entendendo-o como um acontecimento do capitalismo daqueles tempos. Segundo o autor:

Somos, assim, levados a resumir no termo imperialismo todos os fenômenos do capitalismo moderno: cartéis, impostos protecionistas, poder financeiro e política colonial. Entendido desse modo, o imperialismo é naturalmente uma necessidade vital para o capitalismo. Mas essa interpretação é senão uma frágil tautologia, que não nos diz outra coisa a não ser que o capitalismo não pode existir sem capitalismo (KAUTSKY, 2011, p.443).

A partir dessas críticas, o autor propõe uma nova perspectiva de entendimento do imperialismo. Conforme Kautsky (2002a, p. 444),

O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste no impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões agrárias cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam.

Para desenvolver essa perspectiva, Kautsky (2002a) busca explicar a interação entre a agricultura e a indústria no modo de produção capitalista e o descompasso tendencial da produção desses dois setores⁶⁴. Para que o processo de produção, em sua totalidade, possa desenvolver-se sem desequilíbrio, segundo o autor, a produção dos meios de produção e dos meios de consumo deve ser mantida constantemente em uma determinada relação recíproca, que deve ser estendida também para a indústria e a agricultura. No entanto essa relação se altera com a mudança das condições técnicas e sociais. Segundo Kautsky (2002a), qualquer desvio dessa relação recíproca é produzido por oscilações dos preços e crises.

Segundo o autor, a indústria poderia expandir-se invariavelmente, desde que possuísse matérias-primas e força de trabalho suficiente. Na agricultura, conforme Kautsky (2002a), o processo seria diferente, pois opera com a produção de organismos vivos, que não poderiam ser acelerados ou ampliados apenas com o aumento do trabalho. Assim, o

⁶⁴“Caso se produza uma quantidade de meios de produção superior à que é necessária para produzir os meios de consumo, uma parte da primeira não será vendida e seus produtores já não terão a possibilidade de trocá-los por meios de consumo. Se, ao contrário, produz-se uma quantidade inferior, é a produção dos meios de consumo que se paralisa” (KAUTSKY, p. 445, 2002a).

autor busca indicar que, na fase de produção capitalista, a relação entre o setor industrial e a agricultura seria diferente da fase anterior.

O efeito dessa diferença é desenvolvido pelo autor:

Sem o fornecimento constante de novos produtos agrícolas não poderemos sobreviver nem um instante, enquanto, em caso de emergência, poderemos resistir por certo período à falta de toda uma série de produtos industriais. A cidade não resistiria à inexistência de abastecimento diário de leite e farinha, de carne e verduras, enquanto não seria o fim do mundo continuar a usar, por algum tempo ainda, um casaco ou um chapéu gastos. Um industrial do algodão, por exemplo, não poderia prosseguir com seus negócios sem um contínuo fornecimento de algodão [...] (KAUTSKY, 2002a, p. 453).

No entanto não é apenas isso, na indústria capitalista, existe uma grande luta entre as diversas empresas para vender seus produtos, diferentemente do que ocorre com o agricultor. Essa situação caminha para uma condição ainda mais desfavorável para o industrial:

(...) de fato, quanto mais rápida é a acumulação de capital na indústria, tanto mais a agricultura permanece atrás, tanto mais a população industrial aumenta e cresce sua demanda de meios de subsistência e de matérias-primas, enquanto diminui sempre mais a população agrícola e se restringe sempre a demanda global de produtos industriais. Na concorrência, entretanto, a empresa de maior dimensão e tecnicamente mais avançada tem melhores perspectivas de afirmação em comparação com a menor. Quanto mais acirrada for a concorrência, mais deve cada empresa procurar expandir-se e adotar técnicas mais avançadas (KAUTSKY, 2002a, p. 453).

Daí nasce um grande problema. Se somente um rápido desenvolvimento da indústria pode impedir o crescimento da sociedade, para Kautsky (2002a), por outro lado, o crescimento da indústria acirra ainda mais a diferenciação de produção entre a indústria e a agricultura. A solução desse problema deve ser a ampliação constante da área agrícola para abastecer de forma suficiente a indústria, sem implicar crises periódicas. Aqui, está o eixo norteador do conceito de imperialismo de Kautsky (2002a) citado anteriormente: o imperialismo é resultado do impulso de todas as nações capitalistas industriais a dominar e incorporar regiões agrárias cada vez mais extensas. Assim, para o autor, o imperialismo é fruto do capitalismo industrial altamente desenvolvido, “[...] é um tipo particular de política capitalista” (KAUTSKY, 2002b, p. 471). Ou seja, o imperialismo foi precedido por outra forma, o liberalismo, considerado, meio século atrás, como a última forma do capitalismo, assim

como se faz com o imperialismo, de tal modo, o imperialismo seria, para Kautsky (2002a), uma continuidade do liberalismo.

Segundo Kautsky (2002a), com o crescimento das exportações de capital dos Estados industriais para os territórios agrários do mundo, desenvolveu-se a intenção de submeter politicamente esses territórios. Com isso, os Estados agrários têm coragem necessária para garantir a independência própria, o capital externo não é voltado unicamente para instalar ferrovias, mas também para desenvolver uma indústria nacional própria, como aconteceu com os Estados Unidos e a Rússia. Nestes casos, a importação de capitais dos velhos Estados capitalistas patrocinou, apenas temporariamente, a sua exportação industrial, aumentando ainda mais a concorrência industrial no estado agrário (KAUTSKY, 2002a). Conforme o autor, aí está o motivo do desejo dos Estados capitalistas em evitar que o desenvolvimento industrial desses países agrários sobrevenha, para manter suas condições de acumulação.

No impulso de todas as nações capitalistas industriais a dominar e incorporar regiões agrárias, existe, no imperialismo, a tendência, portanto, à ocupação e à subordinação dos territórios agrários. A partir disso, Kautsky (2002a) acredita que existam oposições de regiões agrárias mais desenvolvidas que não ameacem um Estado imperialista, mas ameaçam-nos em bloco. Existe, também, uma crescente resistência do proletariado dos países industriais, e existem, ainda, uma corrida armamentista e expansões coloniais que ameaçam o processo de acumulação e a exportação de capital, que é a base do imperialismo. Segundo Kautsky (2002a), essas tendências resultam em forte rivalidade, que vai além do âmbito comercial, e na possibilidade de guerras entre os Estados.

Para Kaustsky (2002a), haveria a possibilidade de que o capitalismo vivesse uma nova fase, a fase do ultraimperialismo. Nela, o autor se distancia das proposições revolucionárias na Europa e defende que o imperialismo poderia evoluir para uma nova fase, em decorrência da concentração de capital e do poder de alguns Estados. Uma fase na qual a política dos cartéis transferisse para a política externa dos Estados, portanto, obedeceria a uma união dos Estados capitalistas mais potentes a um poder único. Ou seja, a ilusão de Kautsky (2002a) era de que poderia surgir um acordo das grandes potências que pusesse fim à corrida armamentista e que poderia ser o fim do próprio imperialismo⁶⁵.

⁶⁵Conforme o autor, “Se a corrida armamentista aumentar ainda mais o seu ritmo, agravando assim a pressão sobre o mercado de capitais, a situação do pós-guerra não somente não melhorará como estará destinada a piorar. Desse modo, o imperialismo cava seu próprio túmulo e, de instrumento de desenvolvimento do capitalismo, torna-se um obstáculo” (KAUTSKY, 2002a, p. 461).

2.2.5 *O entendimento de Bukharin das transformações da economia mundial e o imperialismo*

Bukharin (1988) estuda os acontecimentos inerentes à economia mundial no tocante ao imperialismo, caracterizando-o pela existência de monopólios e pela exportação de capitais. Assim, como Hilferding (1985), pondera que o capitalismo estaria em uma fase, em seu mais elevado estado de desenvolvimento⁶⁶. Portanto, o autor leva em consideração a maturidade das forças produtivas, entendendo que a economia mundial estaria ainda mais complexa e interligada.

De tal modo, a extraordinária rapidez de expansão da economia mundial, no final do século XIX e início do século XX, foi provocada pelo desenvolvimento surpreendente das forças produtivas do capitalismo internacional. Para o autor, a importância da indústria pesada define o nível de desenvolvimento econômico dos países industrializados. Isso explica o surto das forças econômicas do capitalismo mundial, encontrando sua expressão mais clara no desenvolvimento e expansão desses ramos industriais.

Esse desenvolvimento, apoiado no crescimento das forças produtivas, tem como implicação o estreitamento das relações de produção entre os diferentes países, portanto, a multiplicação e a materialização das relações capitalistas em geral, e principalmente o surgimento de novas formações econômicas, desconhecidas nas épocas anteriores do desenvolvimento capitalista.

Bukharin (1988) entende que o processo de organização da economia mundial acusa progressos que são traduzidos na formação de sindicatos industriais, cartéis e trustes internacionais. A internacionalização desses cartéis e trustes é, geralmente, financiada por bancos, provocando, consequentemente, uma internacionalização voraz do capital bancário⁶⁷, que, “[...] por meio do financiamento de estabelecimentos da indústria, se

⁶⁶No prefácio da obra de Bukharin (1988), Lênin entende que é de extrema importância levar em consideração a transformação do feudalismo para o capitalismo e seu prolongamento das tendências mais profundas e mais essenciais. Entre elas Lênin, destaca o desenvolvimento das trocas, do crescimento da grande produção, internacionalização das relações econômicas, a condução a partir da grande produção a substituição da livre concorrência pelos monopólios, assim, o típico dessa época já não são mais empresas que se entregam à livre concorrência, no interior de cada país e em diferentes países. O soberano passavam a ser os sindicatos de empresários, trustes, detentores de monopólios, crescimento do capital financeiro – móvel, flexível, não possui vínculo direto com a produção, concentrador -, que se amanharam no interior de cada país e no plano internacional.

⁶⁷O autor destaca a importância que os grandes bancos desempenham no financiamento das empresas estrangeiras.

transforma em capital industrial e constitui, assim, uma categoria especial de capital financeiro" (BUKHARIN, 1988, p. 51).

Na segunda parte do livro, o autor descreve o caráter específico do capitalismo da época e a formação dos trustes capitalistas de Estado, entendendo que sua estrutura econômica está ligada a uma política imperialista. Bukhararin (1988) procura sustentar que o imperialismo é produto do capitalismo financeiro. Para o avanço desses trustes capitalistas de Estado, Bukhararin (1988) relaciona três objetivos que entende serem essenciais da política de conquista dos Estados capitalistas contemporâneos: posse dos escoadouros de mercadorias, dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital. Esses objetivos conduziriam o novo desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em capital financeiro, refletindo aspectos do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção.

Bukhararin (1988, p. 97) cita a definição de Hilferding dos objetivos essenciais da política moderna: "A política do capital financeiro", escreve ele, possui tríplice objetivo, primeiramente, a criação de um território econômico tão vasto quanto possível, em segundo lugar, a proteção desse território contra a concorrência estrangeira, através de barreiras aduaneiras, e, por fim, sua mutação em um ambiente de exploração para os monopólios do país. Bukhararin (1988) completa e explica o mecanismo de cada um desses objetivos:

A expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do dumping. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo (BUKHARIN, 1988, p. 98).

Portanto, com o desenvolvimento da economia mundial, seriam estendidas as relações entre os países, sendo apreendidas como complementariedade da produção e, ao mesmo tempo, como concorrências entre os produtores. Neste sentido, a economia nacional torna-se um grande truste combinado e fazem parte deste os grupos financeiros e o Estado, por isso, o termo "trustes capitalistas de Estado". Acrescenta-se a isso que o imperialismo, implica métodos violentos, pois a ampliação do território nacional é a guerra,

deste modo, o elemento que o autor entende ser determinante é o fato de a guerra ser a expressão da política do capital financeiro.

De acordo com Bukharin (1988), o período imperialista é marcado pela luta intensificada por parte dos trustes capitalistas de Estado, em que o poder militar do Estado, sua "*Machtpolitik*", adquire enorme importância. Outra marca dessa época, segundo o autor, é a importância sem precedentes do poder do Estado na vida "interna" dos povos. É nesse exato momento que a ação do poder do Estado é voltada para "matar e destruir" os povos para o bem dos assuntos de negócios das classes dominantes. A orientação para os interesses de classe do proletariado internacional foi substituída por uma orientação para os interesses do Estado imperialista (BUKHARIN, 1982). Em uma passagem importante, o autor indica os elementos principais do seu pensamento em que o poder e a grande produção desses grandes magnatas estão vinculados aos bancos, sua concorrência está relacionada à concorrência entre os Estados nacionais e, em especial, nas transformações do capitalismo em imperialismo e seus efeitos no conjunto do sistema.

Conforme Bukharin (1988), qualquer política das classes dominantes tem uma função claramente definida. Assim, desenvolvendo-se no terreno de um modo de produção dado, ela serve de instrumento para a reprodução simples e ampliada de determinado tipo de relação de produção, ou seja, na política do capital financeiro reproduz, em medida ampliada, a base de produção do capital financeiro. Assim, "[...] o imperialismo é uma política de conquista. No entanto nem toda a política de conquista é imperialismo" (BUKHARIN, 1988, p. 107). Além disso, conforme dito, no imperialismo, estão relatadas as relações de produção em que essa política de conquista se reproduz. O desenvolvimento da concorrência faz com que o desenvolvimento contínuo da concorrência entre unidades econômicas menos importantes agrave a concorrência entre as grandes unidades. Esse processo é acompanhado de modificações inusitadas de luta.

Segundo Bukharin (1988), o capital financeiro fundiu a quase totalidade de suas mudanças em uma 'única massa reacionária', agrupada em grande número de organizações centralizadas. Por outro lado, as tendências 'democráticas' e liberais cedem lugar à tendência monárquica, claramente expressa no imperialismo moderno, que tem a maior necessidade de uma ditadura do Estado. Em certa medida, o parlamento é entendido, pelo autor, apenas como um cenário onde se fazem aplicar as decisões previamente elaboradas nas organizações patronais e onde a vontade coletiva do conjunto da burguesia organizada

vai buscar apenas sua consagração formal. Assim, para o autor, a tendência é o chamado “truste nacional”, proveniente da integração dos interesses industriais e bancários com o poder do Estado - esse é o imperialismo.

2.2.6 Capitalismo monopolista: o imperialismo de Lênin

Conforme Sampaio Júnior, no prefácio da edição do livro escrito por Lênin em 1916, “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, a recuperação do pensamento do autor é um rico manancial de conhecimento sobre a ciência da luta de classes e a arte da revolução na era do imperialismo. Seus escritos ajudam a compreender uma época marcada pela instabilidade econômica, intensificação das tendências autocráticas do regime burguês, pela ausência de qualquer limite à guerra econômica entre as grandes empresas multinacionais, que disputam o controle do mercado mundial, e pela revitalização de formas explícitas de colonialismo que acompanham a divisão do mundo pelas grandes potências imperialistas.

No prefácio à edição alemã, Lênin (1982) ressalta que o livro ajuda a entender que a guerra de 1914-1918 foi uma guerra imperialista, ou seja, uma guerra de conquista, de pilhagem, de partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das zonas de influência do capital financeiro⁶⁸. O capitalismo, segundo ele, se transformou em um sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países avançados.

Essas e outras questões foram condensadas na definição de Lênin (1982) do imperialismo:

- 1) Concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira; 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; 5) termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas (LÊNIN, 1982, p. 88).

⁶⁸Lênin (1982) faz críticas à ideia de Kautsky (2002a, 2001b, 2011) sobre o ultraimperialismo. Lênin enfatiza a impossibilidade de essa tendência ser realizada, uma vez que entende que os monopólios engendram atritos particulares agudos e intensos, assim, a natureza competitiva e conflituosa do capitalismo impede que a tendência à formação de um monopólio único seja realizada.

Assim, desenvolve sua obra trabalhando cada uma dessas características do imperialismo. Inicia o primeiro capítulo do livro, indicando que a concentração e a centralização do capital originaram a formação dos monopólios. Utiliza elementos empíricos para mostrar que o enorme desenvolvimento da indústria e o processo de concentração extremamente rápido da produção, em empresas cada vez mais importantes, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo.

Destaca a grande concentração da produção nos Estados Unidos, “cerca da metade da produção total do país é fornecida pela centésima parte do total das empresas” (LÊNIN, 1982, p.17). O efeito desse quadro é que apenas uma parte das empresas, fundamentalmente, as gigantescas, possui a oportunidade de crescer facilmente. Por outro lado, isso resulta na dificuldade de concorrência e a tendência para o nascimento do monopólio. “Essa transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes - senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno” (LÊNIN, 1982, p. 17).

O autor identifica as principais fases da história dos monopólios. A primeira fase vai dos 1860 até 1880, período que marca o ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência, em que os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis. A segunda fase tem início pós a crise de 1873, período de grande desenvolvimento dos cartéis⁶⁹, porém eles ainda aparecem apenas a título excepcional, carecem, ainda, de estabilidade e possuem caráter ainda transitório. Por fim, a terceira fase, marcada pela expansão do fim do século XIX e crise de 1900-1903. Nesse período, os cartéis tornaram-se uma das bases de toda a vida econômica, o capitalismo se transformou em imperialismo.

Assim, o século XX marca o ponto de partida da virada em que o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o domínio do capital em geral. Conforme o autor, a concorrência transforma-se em monopólio, que resulta em um grande progresso na socialização da produção e, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. A partir da apreensão dessa terceira fase, o autor

⁶⁹Conforme Lênin (1982), os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, repartem mercados entre si, determinam quantidade dos produtos a fabricar, fixam preços e repartem os lucros entre as diversas empresas.

expõe como o monopólio se relaciona com a mudança do papel dos bancos na oligarquia financeira e como ele compõe em um dos artifícios fundamentais do imperialismo.

À medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todo-poderosos, dispendo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constitui um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista (LÊNIN, 1982, p.30).

Nesse aspecto, cada vez mais, a última palavra do desenvolvimento dos bancos é o monopólio. Conforme Lênin (1982), passa a ser cada vez mais recorrente a união pessoal dos bancos e das indústrias, a fusão de uns com os outros e, até mesmo, com o governo, assim como identificou Bukharin (1988).

Lênin (1982) apoia-se em algumas evidências empíricas, para mostrar esse processo de monopolização dos bancos e da indústria, e adverte que essa integração condiciona a reprodução ampliada do capital e é responsável pelo processo histórico de mutação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista. O capital financeiro, portanto, se dá pela fusão do monopólio bancário e industrial⁷⁰, em que os bancos possuem um papel estratégico nessa fusão, pois ampliam as bases técnicas e financeiras do capital e modificam as leis do movimento do capitalismo.

O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com tributo e benefício dos monopolistas (LÊNIN, 1982, p.52).

⁷⁰“Concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpretação dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro (...)" (LÊNIN, 1982, p. 46)

Assim, o imperialismo não é considerado, por Lênin (1982), como uma política, assim como fez Hilferding (1985). Para Lênin (1982), o imperialismo é uma fase, uma nova fase do desenvolvimento capitalista, uma fase superior⁷¹.

No entanto o embasamento das ideias de Lênin (1982) é a apreensão que Hilferding (1985) faz do capital financeiro. Porém o autor entende que as proposições de Hilferding⁷²(1985), em relação ao banco e ao capital financeiro, são incompletas, pois silencia, segundo ele, a importância da concentração da produção e do capital, ao ponto de seu desenvolvimento monopolista. Segundo Lênin (1982, p. 39), “Os poucos bancos que, graças ao processo de concentração, permanecem à frente de toda a economia capitalista, tendem, cada vez mais acentuadamente, para acordos de monopólios, para um truste de bancos”.

Acrescenta-se a isso que a gestão exercida pelos monopólios capitalistas fica, inevitavelmente, sob o domínio de uma oligarquia financeira.

Como regra geral, o que é próprio do capitalismo é separar a propriedade do capital da sua utilização na produção; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo; separar aquele que vive apenas dos rendimentos obtidos do capital-dinheiro, não só industrial, como de todos aqueles que participam diretamente da gestão dos capitais. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros. Pode avaliar-se a dimensão deste processo através da estatística das emissões, ou seja, de colocar em circulação títulos de toda a espécie (LÊNIN, 1982, p. 58).

⁷¹Lênin (1982) enfatiza que sua apreensão do imperialismo como fase também é oposta ao conceito estabelecido por Kautsky. Kautsky segundo Lênin (1982, p. 89), vem “declarando que por imperialismo é preciso não entender uma ‘fase’ ou um degrau da economia, uma política determinada, mas precisamente a que ‘prefere’ o capital financeiro, e, precisando, que não poderá ‘identificar’ o imperialismo com o ‘capitalismo contemporâneo’, que, se é necessário entender por imperialismo ‘todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo’ – cartéis, protecionismo, supremacia dos financistas, política colonial – então a questão da necessidade do imperialismo para o capitalismo reduzir-se-á à ‘mais completa tautologia’, pois, então, ‘resulta por si que o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo’, etc.”

⁷²Para Hilferding (1985), uma parte, sempre crescente, do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam – estes últimos só alcançam a sua disponibilidade através dos canais do banco que é, para eles, o representante dos proprietários deste capital. Por outro lado, segundo o autor, o banco dispõe-se investir na indústria uma parte, cada vez maior, dos seus capitais. E, assim, o banco torna-se, cada vez mais, um capitalista industrial. A este capital bancário, – isto é, a este capital-dinheiro – que, assim, se transforma em capital industrial, Hilferding (1985) dá o nome de capital financeiro. Assim, o capital financeiro é, para Hilferding (1985), um capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam.

No imperialismo, são diminuídas as barreiras temporais e espaciais à acumulação de capital, fazendo crescer sua capacidade de comandar o trabalho e disputar as oportunidades de negócios em escala mundial.

Outra característica do imperialismo, apreendida pelo autor, é que as exportações dos capitais, diferentemente das exportações de mercadorias, adquire uma importância especial⁷³. Certamente, não seria necessário tratar a questão do excedente de capitais, se o capitalismo fosse capaz de desenvolver, em nível desejado, a agricultura, a indústria e o padrão de vida das massas. Pois se assim fosse, o capitalismo não seria o capitalismo, uma vez que é justamente a disparidade entre a agricultura, indústria e subalimentação das massas as premissas básicas do seu modo de produção. Conforme Lênin (1982), uma vez que o capitalismo continue a ser capitalismo, o excedente de capitais será afetado, no entanto “[...] não a elevar o nível de vida das massas de um dado país, pois daí resultaria na diminuição de lucros para os capitalistas, mas a aumentar esses lucros, mediante a exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos” (LÊNIN, 1982, p. 61).

Conforme o autor, essa possibilidade de exportação de capital é possível, em função, justamente, da existência de países atrasados na engrenagem do capitalismo mundial e daí ser possível o desenvolvimento industrial. “A necessidade de exportação dos capitais resulta da ‘maturidade excessiva’ do capitalismo em certos países, onde (sendo a agricultura atrasada e as massas miseráveis) o capital cresce de colocações ‘vantajosas’” (LÊNIN, 1982, p. 61).

A partir desses elementos, que explicam o crescimento das exportações de capital, é possível compreender mais um pouco sobre os elementos apreendidos por Lênin na definição do imperialismo, qual seja, a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si.

Consoante Lênin (1982), os grupos de monopólios capitalistas-cartéis, sindicatos e trustes dividem o mercado interno entre si, assegurando-se da posse, mais ou menos integral, de toda a produção do seu país. No entanto, no imperialismo, o mercado interno liga-se, necessariamente, ao mercado externo. Conforme o autor, há muito tempo, o

⁷³“O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de capitais” (LÊNIN, 1982, p. 60).

capitalismo criou um mercado mundial. À medida que se alargava a exportação de capitais e se ampliavam, por todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as zonas de influência dos maiores grupos monopolistas, conduzia-se a formação de cartéis internacionais. Esse novo grau de concentração dos capitais, segundo o autor, é infinitamente superior à fase anterior.

Acrescenta-se a isso o fato de que a exportação de capitais tornava-se um meio de fomentar a exportação de mercadoria. Assim, para Lênin, o capital financeiro lança suas redes a todos os países do globo.

A época do capitalismo moderno mostra-nos que entre os grupos capitalistas, se estabelecem certas relações baseadas sobre a partilha econômica do mundo e que, paralela e consequentemente, se estabelecem entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na ‘luta pelos territórios econômicos’ (LÊNIN, 1982, p.74).

Segundo Lênin, desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, deve-se notar que o capital financeiro e a política internacional, que com ele se conforma e que se reduz à luta pela partilha econômica e política do mundo entre as grandes potências, criam entre os Estados diversas formas transitórias de dependência. Como resultado, esses países, mesmo gozando de independência política, estão presos, conforme o autor, a uma dependência financeira e diplomática.

Aqui, podemos voltar ao ponto em que o autor afirma que o imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento em que se asseguram a superioridade e a dominação dos monopólios e do capital financeiro. Pois, nesse processo, a exportação dos capitais adquiriu uma importância elementar, para qual começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e quando se pôs termo à partilha de todo o território do globo entre as maiores potências capitalistas.

Assim, outro elemento importante da definição de imperialismo é o termo partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. Segundo Lênin, “se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 1982, p. 87). Essa acepção, segundo o autor, englobaria o essencial do termo imperialismo, pois o capital financeiro é o resultado da fusão do capital

de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; mas também porque a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente repartido⁷⁴.

As proposições de Lênin (1982), somadas às proposições dos demais teóricos do Imperialismo, apesar de haver diferenças importantes entre eles⁷⁵, indicam a constituição de um imperialismo que demonstrava a ferocidade do capital em todos os cantos do mundo, que, por sua vez, levava à decadência da força dos trabalhadores. Porém a teoria do imperialismo não trouxe grandes avanços na identificação das consequências dessas transformações na periferia do capitalismo, e é justamente nesse aspecto que a Teoria Marxista da Dependência procurou prosseguir. Nas próximas seções, nosso propósito é justamente identificar o avanço dessa teoria no entendimento das particularidades do desenvolvimento nos países dependentes.

2.3 A Teoria da Dependência e o seu contexto histórico

O conceito de dependência, empregado pelos dependentistas, tem como seu ponto de partida uma ampla tradição teórica produzida no interior do pensamento marxista. Entre elas, podemos destacar as análises de Marx e Engels (1998) sobre a situação colonial, a teoria do imperialismo, elaborada por Hilferding (1985), Bukharin (1988, 1982), Rosa Luxemburgo (1984), Lênin (1982) e pelo intento de Paul Baran, nos anos 1950, de entender o subdesenvolvimento.

Além disso, sua formulação parte da tentativa de superação das vertentes teóricas de interpretação do processo de desenvolvimento, em especial, da elaboração feita pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Segundo Bambirra (1978), naquele momento, havia a necessidade do questionamento e da superação das correntes de pensamento predominantes na América Latina. Segundo a autora, a crise generalizada do período – econômica, política social e cultural – colocava em xeque a concepção dos partidos comunistas fundada no

⁷⁴“Os países exportadores de capitais partilham (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo” (LÊNIN, 1982, p. 65).

⁷⁵Para um aprofundamento nessas divergências ver Corrêa (2012).

entendimento da necessidade da aliança das classes exploradas com a burguesia nacional progressista – dentro da qual, o proletariado deveria lutar pela sua hegemonia –, para alcançar a instalação de governos nacionalistas e democráticos. São colocados em xeque também todos os supostos básicos nos quais se assentava a teoria desenvolvimentista da Cepal, entre eles, a necessidade dos países latino-americanos seguirem o mesmo modelo de desenvolvimento calcado pelos países desenvolvidos.

Segundo Bambirra (1978), o “projeto de desenvolvimento” implementado no Brasil, pautado pelo pensamento da Cepal, desvendava o novo caráter da dependência da América Latina e liquidava, definitivamente, a possibilidade de implementação de uma política nacional autônoma no continente. Este novo caráter da dependência, que teve início a partir do pós-guerra, ocorreu em função da penetração do capital estrangeiro não se circunscrever apenas no setor primário exportador, mas, cada vez mais, no setor manufatureiro, por meio de investimentos diretos em capital-maquinaria. Segundo Bambirra (1978), a burguesia industrial – no momento em que teve a possibilidade histórica de desenvolver-se como tal – não vislumbrou outra opção para sobreviver como classe a não ser associar-se ao capital estrangeiro, porém, na condição de sócio menor.

A desnacionalização da propriedade privada dos meios de produção tendia a determinar o fim dos projetos nacionais e autônomos. A consequência, no plano político desse processo, conforme Bambirra (1978), foi, sem dúvida, o abandono da ideologia que preconizava políticas nacionais anti-imperialistas, por parte da burguesia nacional, com base na pretendida aliança com as classes dominantes.

Essa oposição ao sistema, em alguma medida, posta nos países latino-americanos, tende a configurar-se de forma expressiva e ameaçadora, em especial, em função dos avanços ao socialismo da revolução cubana. Assim, a revolução cubana indicava a possibilidade de outro caminho direcionado para a libertação da sociedade nacional da dominação imperialista.

Nesse contexto, as burguesias latino-americanas não têm qualquer proposta política exequível em interesse dos povos. Só lhes restam estados de emergência, única forma de conter a propagação do movimento popular revolucionário, para possibilitar a implementação de uma política econômica de estabilização monetária — preconizada pelo FMI — cujo objetivo é conter a inflação, proporcionar segurança aos investidores estrangeiros, gerar, em suma, os pré-requisitos para um novo ciclo de

acumulação, com base principalmente na contenção de trabalhadores assalariados e restringindo o crédito para pequena burguesia. Isso favorece as grandes empresas controladas por capital estrangeiro e acelera o processo de desconcentração, centralização e monopólio da economia. Esse novo modelo de acumulação, proposto pelo imperialismo, é incompatível com a democracia e só poderia ser implementado por regimes de caráter neofacista (BAMBIRRA, 1978, p. 06, tradução nossa).

Assim, em 1964, é instaurado o novo modelo repressivo no qual prevalece a associação do grande capital nacional com as grandes corporações imperialistas a partir do golpe militar. Segundo Bambirra (1978), esse modelo inaugurado no Brasil, logo se transportaria como inspiração aos demais países da América Latina, servindo como intenções fraudulentas de ações democráticas e com a intenção da superação do capitalismo dependente por meio a utilização da democracia burguesa. Esse contexto histórico-político explica os motivos da Teoria Marxista da Dependência ter suas primeiras aparições no Brasil na década de 1960, por meio de intelectuais da esquerda revolucionária.

Segundo Carcanholo (2010), já no final dos anos 1960, a economia mundial chega ao limite de uma etapa de expansão, que caracterizou o pós-guerra, inaugurando, portanto, um novo período de crise, que perpassa pelos anos 1970, manifestando duas formas clássicas desse fenômeno no capitalismo: reduções da taxa de lucro e superacumulação de capital. Nesse período, a economia capitalista começa a construir os elementos que vão permitir, na nova etapa, a manutenção da acumulação do capital. O tratamento desses novos avanços do capitalismo e suas consequências para o mundo e para as economias dependentes serão analisadas no próximo capítulo.

Conforme Dos Santos (1997), nesta análise, deve ser considerada a luta interna gerada pelo avanço da industrialização. Deve ser avaliado, ainda, que as camadas da tecnocracia civil e militar, setores de trabalhadores e da própria burguesia nunca abandonaram totalmente o projeto nacional democrático, embora tenham perdido o seu caráter hegemônico, mesmo que tenha havido alguns momentos de irrupção no poder central durante a ditadura. No Brasil, na década de 1980, nos anos de transição à democracia, ele voltou a influenciar eleições locais e, sobretudo, a constituição de 1988. No entanto, com as eleições de 1989 e, em especial, de 1994, a reorganização dos setores hegemônicos da classe dominante levou-os à retomada do poder.

A solução encontrada à crise dos anos 1970, que transcorre pela década de 1980 e atinge a década de 1990, é constituída pela expansão do capital fictício, transferência do excedente produzido na periferia para o centro, implementação de reformas para abertura comercial e financeira, flexibilização das leis trabalhistas, expansão dos mercados e implementação de mecanismos que permitem a aceleração da rotação do capital⁷⁶ (CARCANHOLO, 2008).

Segundo de Marini (1995),

O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 1980, denominado globalização, caracteriza-se pela superação das fronteiras nacionais em direção ao mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, de circulação e de consumo de bens e de serviços, assim como alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país (MARINI, 1995, p. 3, tradução nossa).

A natureza nova, na dinâmica capitalista, é marcada pela dominância financeira entendida como a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Nessa fase, as economias nacionais, em particular, as latino-americanas, passam ser marcadas pela ampliação da natureza financeira e fictícia da riqueza e pela capacidade das finanças em gerir o ritmo da economia capitalista. Por outro lado, o atraso tecnológico dessas economias, em função do domínio e da superioridade no campo da pesquisa dos países centrais, possibilitando a manutenção de monopólios, agrava a situação de economias dependentes. Nesse contexto, o debate em torno do desenvolvimento econômico⁷⁷, nos termos do avanço das forças produtivas e, sobretudo, das concepções da Teoria da Dependência, apresenta um claro declínio⁷⁸.

⁷⁶A resposta dada à crise que se conformava não só no capitalismo latino-americano, mas em todo o globo, foi entendida como uma nova fase do capitalismo contemporâneo, marcada, sobretudo, pelo processo de financeirização das economias.

⁷⁷Nos anos 1980, em especial, as agências Multilaterais, entre elas, o Banco Mundial, voltam a discutir o desenvolvimento, porém, no bojo dessas discussões, está a superação da deterioração do meio ambiente, redução da pobreza e da fome etc. Por outro lado, as agendas do Consenso de Washington apresentam uma proposta de política padronizada que se traduz na ideia de que o desenvolvimento é marcado pela estabilização que deve vir acompanhada da implementação de reformas, com o objetivo de uma abertura total e irrestrita dos mercados, que permita que o mercado atue livremente em todas as economias, embora o grau de intervenção do Estado, eventualmente, seja até maior.

⁷⁸Dadas essas grandes mudanças do capitalismo dos últimos anos, os dependentistas buscam entender como são as manifestações atuais dos traços definidores da dependência, compreender em até que ponto ela ocorre, mas também identificar as novas características da dependência latino-americana; estas questões serão tratadas no Capítulo 3.

Como nossa intenção é entender a desigualdade do capitalismo desde o início do século XXI, são de suma importância o resgate e a atualização dessa concepção, e é isso que faremos no próximo capítulo, porém, antes, vamos entender como é que se configura a dependência nos países latino-americanos.

2.4 A configuração do desenvolvimento capitalista dependente

2.4.1 A configuração da dependência

Theotonio dos Santos⁷⁹ publica, em 1978, no México, o livro *“Imperialismo y dependencia”*, que, conforme Martins (2011), é um dos clássicos das ciências sociais latino-americanas e expressa sua projeção internacional, já que nele o autor reúne e reelabora trabalhos anteriores: *“La crisis norte americana y América Latina”* e *“Dependencia y cambio social”*, ambos publicados, originalmente, em 1972, e *“Imperialismo y corporaciones multinacionales”* publicado em 2000. No livro, um dos pontos mais destacados é a análise do desenvolvimento dependente que se concebe, particularmente, no pós-guerra. Aqui vamos fazer uma breve exposição das principais ideias do autor nesta obra, uma vez que entendemos que nela está contida parte das bases da Teoria Marxista da Dependência. Nessa exposição, estarão algumas das ferramentas necessárias para a apreensão da constituição e funcionamento das economias dependentes integradas à economia mundial, sob a perspectiva do imperialismo e da hegemonia de operação das leis do capitalismo.

Dos Santos (2011) inicia a discussão sobre o subdesenvolvimento, tencionando caracterizar a dependência como um fenômeno da dinâmica do modo de produção capitalista, não sendo, portanto, considerado como resultado e, sim, parte integrante, como uma unidade dialética entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

⁷⁹Theotonio dos Santos é um dos grandes formuladores da Teoria da Dependência. No período da ditadura no Brasil, exilou-se no Chile, quando passou a ser professor da Faculdade de Economia da Universidade do Chile e pesquisador do Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO). Nos anos 1960 e 1970, o CESO foi um dos principais centros de estudos do desenvolvimento latino-americano, tendo como foco a Teoria da Dependência. Boa parte dos membros da POLOP integra-se à CESO. Conforme Martins (2011), entre 1967-2000, formam seus quadros, além de Theotonio os Santos, nomes como os brasileiros Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Emir Sader, Marco Aurélio García, Jorge Mattoso y Teodoro Lamounier; os argentinos Tomás Vasconi e Inés Recca; os cubanos Germán Sánchez e José Bell Lara; o alemão André Gunder Frank; o francês Régis Debray; e os chilenos Pío García, Orlando Caputo, Marta Harnecker, Cristóbal Kay, Sergio Ramos, Roberto Pizarro, Jaime Osorio, Cristian Sepúlveda, Álvaro Briones e Silvia Hernández, entre outros.

Enfocar a dependência como uma condição que configura determinado tipo de estruturas internas significa tomar o desenvolvimento como um fenômeno histórico mundial; como resultado da formação, da expansão e da consolidação do sistema capitalista. Tal perspectiva implica a necessidade de integrar, em uma só história, a perspectiva da expansão capitalista nos países hoje desenvolvidos e seus resultados para os países por ela afetados. Mas não se trata de tomar esses resultados como meros “efeitos” do desenvolvimento capitalista, mas como parte integrante e determinante dele (DOS SANTOS, 2011, p. 356-357, tradução nossa).

O autor entende que, apesar de a dependência ser situada como um quadro global da teoria do imperialismo, possui sua realidade própria, que se constitui em características particulares dentro do processo global, sobre a qual o imperialismo atua sobre ela de maneira específica. Assim, compreender a dependência, conceituá-la e estudar seus mecanismos e sua legalidade histórica, significa não só ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a melhoria da sua reformulação.

Dos Santos (2011) defende que é necessária, também, uma reformulação de alguns equívocos ocorridos em Lênin (1982), quanto ao desenvolvimento da Teoria do Imperialismo, decorrentes de sua forma genérica de interpretar certas tendências de sua época. Segundo o autor, no seu enfoque do desenvolvimento desigual e combinado, Lênin (1982) não configurou claramente os diferentes efeitos dos investimentos externos nos países já independentes economicamente, como os Estados Unidos e a Austrália, daqueles investimentos em países, essencialmente, exportadores e com mão de obra barata. Dos Santos (2011) acredita que, a partir das tendências encontradas naquela época, esse questionamento poderia ocorrer e traria um grande salto à ciência econômica, pois os desdobramentos desse tema explicariam os motivos por que os países dependentes mantiveram uma posição de profundo retardo ante os países imperialistas.

Como Lênin (1982) não estudou os efeitos da exploração do capital sobre as economias dos países atrasados, não identificou que este capital reforçou os interesses da oligarquia comercial exportadora, elevando a dependência dos países periféricos para uma nova etapa, “[...] se houvesse tratado do tema de maneira mais específica, teria visto que esse capital se convertia na modernização da velha estrutura colonial exportadora e, portanto, aliava-se a fatores que mantinham o atraso desses países” (DOS SANTOS, 2011, p. 358, tradução nossa).

Segundo Dos Santos (2011), o exemplo indica a necessidade de focar com maior amplitude o tema da dependência, sendo necessário superar uma perspectiva unilateral, que se limita a analisar o problema do ponto de vista do centro hegemônico. Assim, é necessário integrar as áreas periféricas ao conjunto das análises do imperialismo, como parte de um sistema de relações econômicas e sociais em nível mundial. Aqui, vale considerar que André Gunder Frank (1976, 1996) desenvolveu um conjunto de trabalhos⁸⁰ que já considerava o caráter capitalista das economias latino-americanas. Dos Santos (2011), apesar de algumas críticas, destaca os mais importantes avanços dos estudos de Frank:

a) A América Latina foi colonizada pela Europa em sua fase de expansão capitalista mercantil e a economia que nela se formou é complementar a essa economia mundial; b) a maior parte da produção é para exportação, portanto é mercantil e não se pode falar em feudalismo; c) as regiões de maior subdesenvolvimento na América Latina são as que tiveram um auge exportador e, portanto, mercantil. É, pois, absurdo ligar o subdesenvolvimento ao feudalismo; d) o sistema capitalista se formou como um conjunto de satélites que circulam em órbita de um astro central. Esse astro central explora todo o sistema de satélites e subsatélites que, por sua vez, exploram todos os que estejam abaixo deles. Nos países subdesenvolvidos há, portanto, um sistema de exploração interna que se liga ao sistema internacional (DOS SANTOS, 2011, p. 359, p. tradução nossa).

Portanto, a corrente dependentista parte da tese da não existência do feudalismo clássico nas economias latino-americanas⁸¹, pois entende que o subdesenvolvimento não é um estado atrasado e anterior ao capitalismo, e sim uma consequência de uma forma específica de desenvolvimento⁸².

Dos Santos (2011) explicita esse argumento, ao indicar as condições da expansão do modo de produção capitalista na Europa, criada pela Revolução Industrial, que transformou o regime de produção dominante nesses países. Isso ocorreu, precisamente, porque o período mercantil manufatureiro preparou a divisão entre a propriedade, os meios de produção e a força de trabalho livre; organizou, também, as condições para uma intensa

⁸⁰Entre eles *“Capitalismo y subdesarrollo em América Latina”* e *“Political Economy of Development and Underdevelopment”*.

⁸¹No entanto, para Dos Santos (2011), nessas economias, precisamente por não criarem um mercado interno – já que o grosso da sua renda era proveniente da exportação –, não se constituíram em uma economia capitalista mercantil manufatureira, como ocorreu na Europa, mas, sim, em uma economia servil que se desenvolve no marco de uma economia colonial exportadora.

⁸²Frank (1976) sugere que a economia brasileira, incluída a agricultura, era parte do sistema capitalista, além disso, mostra a relação entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

acumulação primitiva de capitais pautada no monopólio do comércio internacional, na concentração e na agilidade da atividade financeira; na destruição da economia camponesa privada; e, por fim, promoveu o avanço da divisão do trabalho nas atividades manufatureiras que se davam a partir de um mercado interno e externo de grande crescimento.

Essas condições não foram configuradas na América Latina. Ao contrário, os países latino-americanos eram produtores de metais e produtos tropicais – um importante mercado para a Europa e não para a própria América Latina. Nos países latino-americanos, sobravam os restos desse mercado e teriam que pagar grandes somas à coroa e aos comerciantes. Isto, conclui Dos Santos (2011), levou os países latino-americanos a sofrer os vestígios desse regime colonial, estabelecendo os parâmetros das condições futuras, uma vez que resultou em uma estrutura interna particular que as condicionou a uma situação internacional de dependência.

A partir disso, Theotonio dos Santos (1991) entende que a dependência está inserida em três elementos que constituem a sua essência: primeiramente as estruturas do capitalismo em nível internacional e a forma particular que adquirem na fase imperialista mediante os fenômenos de monopolização e de internacionalização do capital; em segundo lugar, as relações que se estabelecem entre os países que são objetos da expansão do capitalismo e as relações econômicas internacionais, como comércio exterior, transferência de tecnologia etc; e por fim, as estruturas internas dos países objeto da expansão do capitalismo, que manifestam o encontro dialético dos elementos internos das economias dependentes com a estrutura econômica internacional e as relações econômicas internacionais. A partir disso o autor define a dependência como,

[...] [U]ma situação condicionante, no sentido de que cria as condições nas quais estas estruturas internas se desenvolvem, mas não as determina, posto que são os fatores internos que, em última instância, vão definir a forma concreta destas estruturas (DOS SANTOS, 1991, p. 47).

A expansão do modo de produção capitalista configurou uma integração das economias nacionais ao mercado global, baseado em uma relação de interdependência entre os países dominantes e dependentes. Essa relação em que os países dominantes podem se expandir e se autossustentar, enquanto nos países dependentes isso se daria

apenas como reflexo daquela expansão, evidencia a desigualdade da relação de produção entre países desenvolvidos e dependentes.

Essa desigualdade éposta pela disposição comercial, tecnológica, financeira e sociopolítica dos países dominantes sobre os dependentes. Assim, naqueles países, as operações do capital se dão de forma mais ampla. Isso permite não só a imposição de formas diferentes de operação dos capitais nas economias periféricas latino-americanas, mas, fundamentalmente, é retirada dos países dependentes, a favor dos países dominantes, grande parte de seus excedentes de produção. Esse excedente, portanto, passa a integrar a dinâmica de acumulação das economias centrais e não dos países subdesenvolvidos. Portanto, as operações do desenvolvimento capitalista, nos países dominantes, se dão à custa dos países dependentes.

Por isso que, apesar da desigualdade da divisão internacional do trabalho, a condição de país dependente propicie a formação, por exemplo, de uma indústria nacional, porém limitada e submetida às categorias de crescimento levadas pelos centros de dominação mundial.

A situação condicionante à qual estão sujeitos os países subdesenvolvidos é marcada pela determinação dos limites e das possibilidades de desenvolvimento nesses países. Para Dos Santos (2011), esses limites e possibilidades que são estabelecidos não são considerados estagnados por dois motivos. Primeiro, porque as situações concretas de desenvolvimento estão formadas tanto pelas condições gerais de dependência, como pelas características específicas da situação condicionada, que redefinem e particularizam a situação condicionante geral. Em segundo, a própria situação de dependência pode mudar e de fato se altera, como se alteram as estruturas hegemônicas e as mesmas estruturas dependentes.

Porém essas mudanças ocorrem sem que sejam rompidas as relações que dão forma à essência da condição dependente. Elas são simplesmente reorientadas (por exemplo, da dependência mercantil para a industrial-financeira), ou são rompidas, buscando consolidar uma economia independente, como no caso dos países socialistas do Terceiro Mundo, apesar dos problemas que possam advir, devido à herança deixada pela velha estrutura.

Para expressar melhor essa proposição, Dos Santos (2011) identifica três formas de desenvolvimento da dependência⁸³. Essas formas são constituídas a partir da configuração

⁸³ A história da dependência e sua definição se confundem com a história do sistema capitalista mundial e suas diferentes configurações históricas.

do desenvolvimento capitalista mundial, que possui suas próprias leis de funcionamento, pelo tipo de relações econômicas dominantes nos centros capitalistas e pelo modo como se expandem para o exterior. Além disso, estão presentes, nessas diferentes formas de dependência, as relações econômicas existentes no interior dos países dependentes e no seio das relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista. Essas formas possibilitam entender como se estruturam as economias nacionais dependentes dentro e em função desse sistema mundial, bem como as leis que regem o desenvolvimento dessas sociedades.

O primeiro tipo de dependência identificado pelo autor é a dependência colonial, que corresponde à hegemonia dos capitais comerciais e financeiros sobre a economia mundial. Nessa forma de dependência, o capital comercial e financeiro, aliado ao Estado colonialista, domina as relações econômicas nas economias europeias e coloniais, mediante o monopólio do comércio. A estrutura interna é baseada em monopólios de propriedade da terra e no trabalho servil ou escravo.

O segundo tipo é a dependência financeiro-industrial. Este tipo de dependência foi consolidado nos países latino-americanos no final do século XIX e é caracterizado pelo domínio do grande capital nos centros hegemônicos. A expansão do grande capital do centro hegemônico para o exterior busca intervir na produção de matérias-primas e produtos agrícolas voltados para o consumo da Europa⁸⁴. Essa estrutura configura, nos países dependentes, um arcabouço produtivo dedicado à exportação desses produtos, produzindo o que a Cepal denominou de “exportação para fora”.

Nas duas primeiras formas de dependência, a estrutura produtiva foi voltada para os produtos exportadores, ou seja, a orientação da produção estava condicionada pela demanda dos centros hegemônicos. Esse quadro resultou em uma estrutura produtiva interna, que se caracteriza por uma rígida especialização. Como a maior parte da renda nacional era proveniente da exportação, o mercado interno era limitado, e a maior parte da renda era utilizada para a compra de insumos da produção exportadora e para o consumo de luxo, especialmente, da classe mais rica. Além disso, como a mão de obra existente era formada por trabalhadores superexplorados, o consumo interno era limitado, pois, por sua

⁸⁴Nessa fase, ocorreu a Revolução Industrial nos países dominantes, que necessitou das matérias-primas e dos produtos agrícolas produzidos nos países dependentes.

vez, era formado por uma economia de subsistência. Essa economia de subsistência, nos períodos de recessão, servia como complemento à renda nacional.

A terceira forma de dependência é tecnológico-industrial. Este novo tipo de dependência foi consolidado no período do pós-guerra, caracterizado fundamentalmente, pelo domínio tecnológico-industrial das empresas multinacionais, que passaram a se instalar nos países dependentes, destinadas ao mercado interno desses mesmos países.

Nessa forma de dependência, a produção industrial que se desenvolveu estava condicionada, de várias formas, à existência de capital estrangeiro para a compra de máquinas e bens de capital importados, já que não foi configurada, nesses países, uma indústria de bens de capital que atendesse às necessidades da indústria de transformação. Isso fez com que o sistema produtivo que se montou nesses países fosse essencialmente condicionado por essas novas relações de dependência.

Assim, a dependência tecnológico-industrial se deu, basicamente, em função da dependência para a geração de novos investimentos, de recursos financeiros, de moeda estrangeira, para comprar máquinas e equipamentos industriais que não eram produzidos no interior dos países. As tecnologias industriais importadas eram consideradas relativamente obsoletas nos países centrais, já que novas tecnologias eram implementadas. Mas, nas economias dependentes, a tecnologia incorporada trazia certa modernização para a indústria nacional. Esta compra ficava, então, restrita pelas limitações dos recursos gerados pelo setor exportador, pelo monopólio e patentes de empresas ligadas aos grandes centros econômicos. A partir disso, as corporações multinacionais atuam como verdadeiros monopólios associados ao capital internacional e passam a protagonizar o curso do desenvolvimento nacional.

Esse modelo é apoiado pelo Estado, que intervém na economia nacional, ampliando a infraestrutura, preservando as estruturas agrárias tradicionais, porém mais modernas para sustentar um superávit comercial que sustente a necessidade de importação da estrutura de que se compõe. Esses fatores impõem, indiscutivelmente, limites estruturais ao desenvolvimento dos países periféricos.

Conforme Dos Santos (2011), o que se percebe, com essas três formas históricas de dependência, é que as relações produzidas pelo processo de constituição de uma economia mundial que integra as demais economias nacionais em um mercado mundial de

mercadorias, capitais e de força de trabalho, dada a divisão internacional do trabalho, são desiguais e combinadas.

A desigualdade dessas relações é sustentada pela geração dos altos excedentes por parte dos países dependentes. Esses são gerados, não pela disposição de tecnologias mais avançadas, pois essas se encontram concentradas no centro do sistema, mas pela superexploração de sua mão de obra, na qual se converte na limitação do desenvolvimento de seu mercado interno, assim como para o desenvolvimento da capacidade técnica, cultural e física de seus povos. A combinação dessas desigualdades e transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes aos mais avançados e dominantes se transforma em um elemento essencial nessa economia mundial⁸⁵. Nisso, portanto, se configura o desenvolvimento combinado.

Portanto, a configuração da dependência desigual e combinada constitui-se em uma situação que condicionou as relações internacionais dos países subdesenvolvidos, mas, fundamentalmente, condicionou as estruturas internas de produção, acumulação, social e política. Isso nos permite perceber que os obstáculos mais graves que enfrentam tais economias não são provenientes de um suposto atraso, conforme concluíam as teorias do desenvolvimento estabelecidas a partir dos anos 1950.

Ao contrário, conforme as proposições de Frank (1996) relativas ao desenvolvimento do subdesenvolvimento, quanto mais se desenvolvem e quanto mais se articulam com o sistema internacional, mais exacerbadas são suas próprias leis de desenvolvimento dependente. Assim, seria um erro alegar uma suposta falta de capacidade de crescimento da economia dependente, o que a condenaria à estagnação econômica.

De acordo com Marini (1992), mesmo quando tratam as economias dependentes como um desenvolvimento insuficiente, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. O entendimento desse tipo de capitalismo, chamado por Marini (2000) de capitalismo *sui generis*, somente pode ser entendido quando este é verificado em âmbito nacional e, notadamente, em âmbito internacional. A necessidade desse tipo de análise ocorre porque o capitalista do país dependente é obrigado a competir em condições de desigualdade com o

⁸⁵Portanto, não se trata de incapacidade de gerar valor, mas de apropriar-se dele. Pois grande parte do valor e mais valor produzido nas economias dependentes é apropriado pelas economias centrais.

capital internacional, no interior de suas fronteiras. Assim, são impostas relações de superexploração da força de trabalho para dividir o excedente econômico interna e externamente.

A reprodução desse sistema de produção e tais condições de desenvolvimento do capitalismo dependente reproduzem os fatores que impedem os países periféricos de alcançar uma situação em que as leis do desenvolvimento capitalista atuam de forma menos perversa no seu interior.

A partir desses elementos, vamos, adiante, entender as particularidades da dinâmica que se dá no interior da economia dependente latino-americana, a partir das proposições de Marini (2000).

2.4.2 A superexploração como elemento distintivo do capitalismo dependente

Marini (2000) desenvolve “*A Dialética da Dependência*”, publicada, originalmente, em 1972, considerado por autores da economia política o ponto mais alto no esclarecimento das especificidades da reprodução do capitalismo latino-americano dependente, pautado, basilarmente, na superexploração da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho representa a primeira e mais importante categoria que fundamenta o capitalismo dependente. Somam-se a ela duas outras categorias, a transferência de valor e a cisão entre as fases do capital, que veremos nas próximas seções.

Marini (2000) parte do conceito de exploração da força de trabalho em Marx (2008), porém recorre a um tratamento de abstração menor, que é a relação da sociedade das economias periféricas latino-americanas dependentes dentro de um contexto de capitalismo mundial⁸⁶. O objetivo é explicar uma especificidade concreta da exploração da força de trabalho dessas economias. Esse nível de abstração menor utilizado por Marini (2000) ocorre porque Marx, em “*O Capital*”, trata das leis gerais do modo de produção capitalista e, portanto, das leis gerais de exploração da força de trabalho.

Para Marx (2008), a exploração da força de trabalho significa explorar o valor de uso da força de trabalho, ou seja, consumir o valor de uso da mercadoria específica força de

⁸⁶Para um aprofundamento dessa categoria, ver Carcanholo (2013a).

trabalho, que é o trabalho⁸⁷. Todo capitalista que possui meios de produção e que consegue pagar o valor da força de trabalho, com base no salário (que depende da oferta e demanda da força de trabalho, podendo ou não coincidir com o valor da força de trabalho), possui o direito de usar o valor de uso dessa mercadoria, como qualquer outra mercadoria (CARCANHOLO, 2013). Assim, o capitalista compra uma mercadoria, a mercadoria força de trabalho, que é a única capaz de, ao ser consumida, produzir valor.

Em “Dialética da Dependência”, Marini (2000) está falando de uma categoria da superexploração da força de trabalho, que é específica no capitalismo dependente⁸⁸, portanto, sai das leis gerais, pois se trata das formas próprias utilizadas nos países dependentes de aumentar a taxa da mais-valia, dado o processo de transferência de excedente, que ficou conhecido como troca desigual e que será visto mais adiante.

2.4.3 A formação do mercado periférico e sua função de garantir a escala da acumulação do centro: transferência de valor

A percepção das bases em que se dá a superexploração da força de trabalho na América Latina será elemento essencial para se entender a formação do mercado periférico e compreender sua função de garantir a escala de acumulação do centro.

Marini (2000) busca esse entendimento, partindo da assimilação do papel das economias dependentes latino-americanas no funcionamento do mercado mundial. Marini (2000) acredita que a criação da grande indústria dos países centrais teria sido obstaculizada ou limitada, se não houvesse contado com os países dependentes, pois o desenvolvimento industrial necessita da disponibilidade de bens agrícolas que permitem a especialização por

⁸⁷Segundo Marx (2008, p. 219), “O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...] Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia. Ao trabalhador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”.

⁸⁸Nascimento; Dillenburg e Sobral (2013), em uma perspectiva diferente, procuram mostrar que a superexploração da classe trabalhadora pelo capital é própria de qualquer economia capitalista, em que ocorre a concorrência entre capitais e que os graus de superexploração que se diferenciam de uma economia para a outra, depende, fundamentalmente, da capacidade da luta de suas respectivas classes trabalhadoras – e de como se formam essas classes em cada país.

parte da sociedade no setor industrial. Além disso, o aumento da produtividade da classe trabalhadora, nos países centrais, tornaria cada vez mais crescente a necessidade de abastecimento de matérias-primas, possibilitada pela oferta dos países dependentes.

Porém, é necessário ressaltar que as funções exercidas pela América Latina, na economia capitalista internacional, não são limitadas ao fornecimento barato de alimentos e matérias-primas, mais do que isso. Os países latino-americanos também contribuirão para que o eixo de acumulação na indústria dos países centrais se concentre na capacidade produtiva do trabalho e não na superexploração da força de trabalho nos níveis dos países subdesenvolvidos.

Portanto, em virtude da forma de atuação subordinada das economias latino-americanas no capitalismo mundial, grande parte do valor e do mais valor produzidos nessas economias é transferido, acumulado e apropriado pelas economias centrais. Essa transferência faz parte da dinâmica de acumulação das economias dependentes, o que as obriga a recorrer à superexploração da força de trabalho para gerar um excedente ainda maior⁸⁹. Isso ocorre para que, mesmo que uma parcela crescente seja exportada para o capitalismo central, sobre algo para os capitalistas dos países dependentes, possibilitando, então, a manutenção de uma certa dinâmica. Aqui temos a segunda categoria que configura o capitalismo dependente, a transferência de valor.

Como resultado, a América Latina torna-se peça central para que o eixo da acumulação da indústria do centro se desloque da produção de mais-valia absoluta para a produção da mais-valia relativa. É nesse papel e nessa relação de produção no conjunto do sistema capitalista, que são arquitetadas as armadilhas do desenvolvimento dependente. A mais-valia relativa configura-se na forma de exploração da força de trabalho assalariado que, essencialmente, com base na transformação das condições técnicas da produção, promove a desvalorização real da força trabalho. Essa redução possibilita uma extração maior da mais-valia, pois é rebaixado o tempo necessário de trabalho destinado ao pagamento do valor da força de trabalho e, em consequência, é elevado o tempo de trabalho excedente, portanto, o total do valor apropriado pelo capitalista.

⁸⁹ Luce (2013) lembra que são constantes os equívocos interpretativos da categoria superexploração. Entre eles, temos a confusão entre a superexploração e a exploração baseada na mais-valia absoluta, a interpretação de que a superexploração é sinônimo de pauperização e, por fim, o entendimento da superexploração como um determinado grau que os níveis de exploração atingem, quando a taxa de mais-valia se eleva acima de um certo patamar (LUCE, 2013).

Isso se deve ao fato de que o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade da força de trabalho em si, mas o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor se sua força de trabalho) (MARINI, 2000). Segundo o autor, apenas na alteração dessa proporção, favorável ao capitalista, isto é, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, é possível modificar a cota de mais-valia.

Carcanholo (2013b) apresenta três elementos que ajudam a explicar o mecanismo da troca desigual percebido por Marini (2000) e que possui relação com o que acabamos de apresentar. Primeiramente, considerando que uma mesma mercadoria, com diferentes graus de produtividade, pode ser produzida por distintos capitais, isso implica que cada um dos capitais possuiria valores individuais diferentes. O aumento da produtividade permite que o trabalhador crie mais produtos no mesmo tempo e não mais valor. Considerando que a mercadoria é vendida pelo seu valor social, conforme o tempo de trabalho socialmente necessário, os capitais com produtividade acima da média venderiam seus produtos pelo valor de mercado, portanto, alcançando um aumento da mais-valia superior a de seus concorrentes (mais-valia extraordinária). O autor ressalta que, nesse nível de abstração mais elevado, a lei do valor no plano mundial sugeriria que economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor do que aquele de que realmente conseguem se apropriar.

Esse desnível na produtividade de mercadorias produzidas tanto em uma (economia central) quanto em outra (economia dependente) permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última e que é apropriada/acumulada na primeira (CARCANHOLO, 2013b, p. 195)

O segundo mecanismo de transferência percebido pelo autor está relacionado a um menor nível de abstração nas trocas mercantis. Setores que produzem determinadas mercadorias com uma composição orgânica⁹⁰ do capital acima da média venderão suas

⁹⁰A composição orgânica do capital é representada pela fórmula $q = c/v$, onde c é o capital constante (determinada pelo valor dos meios de produção) e v o capital variável (determinada pelo valor da força de trabalho - resultado da soma global dos salários). A composição orgânica é considerada aqui como a própria composição do capital.

mercadorias por um preço que lhes possibilitará apropriar-se de mais valor do que lançaram no mercado (CARCANHOLO, 2013b).

Como as economias subdesenvolvidas possuem uma produtividade inferior às economias centrais, mantém-se a transferência de mais-valia produzida nas economias dependentes em favor das economias centrais. Esse mecanismo é acelerado pelo grau de monopólio de algumas mercadorias ou mercados pelos capitais do centro, configurando o terceiro mecanismo de transferência. Assim, trata-se do mecanismo que opera entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas (MARINI, 2000). O fato de uma produzir o que a outra não produz ou não pode produzir com a mesma facilidade, possibilita que as primeiras vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, resultando em um intercambio desigual⁹¹.

De tal modo, a América Latina, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, exerce um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. Conforme Carcanholo (2009), esses mecanismos resultam em recorrentes problemas de estrangulamento interno e externo, restrições ao crescimento, sendo que a única maneira para as economias dependentes de compensar essa perda é, mais uma vez, aumentando o seu excedente por meio da superexploração da força de trabalho.

2.4.4 A superexploração como um contíguo de modalidades que provoca o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor

A partir de Marini (1978, 2000), Amaral e Carcanholo (2009) apreendem que há quatro formas principais da superexploração da força de trabalho: i) intensificação do trabalho, ou seja, aumento da mais-valia, conseguida por meio da maior exploração do trabalhador e não do incremento de produtividade; ii) prolongamento da jornada de trabalho, isto significa o aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica, trata-se de aumentar o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue

⁹¹Para Carcanholo (2009), adicionalmente, dada a característica de aprofundamento da desregulamentação e abertura financeira, deve-se ressaltar o funcionamento de outros três mecanismos de transferência de valor, além daquele próprio do comércio internacional. Nesta fase, segundo o autor, o capital externo, na forma de investimento direto na periferia, tende a repatriar lucros e dividendos para o centro. Além disso, na sua forma de endividamento, a transferência de valor se dá a partir do pagamento de amortizações e juros da dívida. Tem-se, também, a dependência tecnológica, em que o valor produzido na periferia é transferido por meio do pagamento dos royalties.

produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para o seu próprio consumo; iii) a apropriação, por parte do capitalista, do fundo de consumo do trabalhador – convertido, então, em fundo de acumulação capitalista, isso consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal pelo qual o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em uma de acumulação de capital. Esse mecanismo é possibilitado pela existência do exército industrial de reserva - os trabalhadores empregados se submetem a salários muito baixos, dada a pressão dos desempregados a se sujeitarem a uma remuneração inferior em troca de trabalho; e iv) ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

É necessário observar que, nos mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de serem negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se, assim, seu esgotamento prematuro; no terceiro porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos, que podem se dar individualmente ou de forma combinada (o que geralmente ocorre), significam que o trabalho se recupera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000).

Osorio (2009) faz considerações importantes sobre as dimensões e violações do valor da força de trabalho tratadas por Marx em “O Capital”, já que possuem relações íntimas com o mecanismo da superexploração da força de trabalho. Assim, a partir de Marx, Osorio (2009) salienta que, sobre o valor da força de trabalho, se encontram presentes duas dimensões: valor total e valor diário.

Na primeira dimensão, o valor total pondera o tempo total de vida útil do trabalhador, ou seja, o total de dias em que o detentor da força de trabalho pode vender a sua mercadoria no mercado em condições apropriadas, assim, deve considerar, também, os anos de aposentadoria em que não participará na produção. Para a segunda dimensão, também é levado em conta o valor total da força de trabalho, pois este determina o seu valor diário. Deste modo, o valor diário da força de trabalho deve ser contabilizado

considerando o tempo de vida útil dos trabalhadores e o tempo de vida total, conforme as condições do período em questão⁹².

Para o autor, a superexploração descrita por Marini remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho, seja pela maneira direta sobre o seu valor diário, via apropriação de salários, seja de maneira indireta, via prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho, que, mesmo que venham acompanhados de aumentos salariais, afetam o valor total da força de trabalho, e, por intermédio disso, o seu valor diário.

Um salário insuficiente ou um processo de trabalho que gere um desgaste para além das condições normais, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho, que resultem no encurtamento de vida útil total e de vida total, constituem um caso no qual o capital está se apropriando, hoje, dos anos futuros de trabalho e de vida. Constitui-se em um processo de superexploração, uma vez que se infringe o valor da força de trabalho.

O aumento da jornada de trabalho ou a sua intensificação, mesmo com o pagamento das horas extras ou elevação do salário pelo aumento das mercadorias produzidas, leva a reduzir a vida útil e, portanto, a vida total do trabalhador. Isso ocorre porque, mesmo que se possa atingir a quantidade necessária ou maior de bens que conformam os meios de vida para garantir a reprodução do trabalhador, este não pode alcançar as horas e os dias de descanso necessários para repor a corrosão física e mental de extensas e intensas jornadas de trabalho – se dá, portanto, quando o salário extra só compensa uma parte dos futuros anos de que o capital se apropria com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado (OSORIO, 2009). O autor acrescenta que isto implica que a remuneração da força de trabalho pelo seu valor não pode ser reduzida a um assunto puramente salarial, já que o trabalhador “deve encontrar um conjunto de condições indispensáveis para produzir e reproduzir sua força de trabalho, e, dentro delas, o salário é importante, mas não é o único elemento” (OSORIO, 2012a, p. 51).

⁹²Osorio (2009) entende que devem ser considerados, por exemplo, os avanços na medicina que possibilitam elevar a expectativa de vida, pois elevam o tempo de vida produtiva e o de vida total. Isso implica que, caso, um indivíduo trabalhe por trinta e cinco anos sob condições normais, o pagamento diário da força de trabalho deve permitir a ele se reproduzir de tal forma que possa apresentar-se no mercado de trabalho durante trinta e cinco anos e viver por um determinado número de anos de aposentadoria em condições normais, e não menos (OSORIO, 2009).

Osorio (2009) esclarece que o valor diário da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência e a reprodução do seu possuidor, levando em conta um tempo normal de vida útil de trabalho e de vida média total (valor total da força de trabalho), aí surgem as necessidades referidas de alimentação, vestuário, moradia, educação, saúde etc. Portanto, devem ser levados em conta, neste aspecto, o lugar geográfico, questões ligadas à cultura dos povos, educação, necessidades consideradas básicas para cada época. Por exemplo, hoje, contar com uma televisão constitui uma necessidade tão essencial como contar com o pão. Assim, diz Osorio (2009, p. 178), “a reprodução dos trabalhadores [...] não pode ser calculada como a soma de um montante determinado de calorias, proteínas e vitaminas que se encontrem em quaisquer bens”. Existem elementos morais e históricos de cada época que não podem deixar de ser ponderados. Neste sentido, no mínimo, os cálculos dessas calorias devem considerar os alimentos que fazem parte da cultura e da história alimentar de cada povo.

Com isso, o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, com o incremento do número de bens necessários, pressiona para a elevação do valor da força de trabalho, no entanto, “[...] em geral, o aumento da produtividade e o barateamento dos bens indispensáveis atuam em sentido contrário, de modo que o valor da força de trabalho se veja permanentemente pressionado por essas forças” (OSORIO, 2009, p. 179).

A partir disso, o autor levanta uma questão importante e que foi trabalhada no tópico anterior: se a produtividade do trabalho é mais elevada nos países imperialistas (ou centrais), é coerente julgar que ela também se desdobra aos ramos produtores de bens de salários, com os quais o valor da força de trabalho e os salários, nesses países e regiões, precisam ser mais baixos do que nos países dependentes? O que ocorre, no período estudado, é justamente o oposto, devido, precisamente, à atuação da América Latina no mercado mundial, que contribui para reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais.

Nos países dependentes, tem-se o predomínio da superexploração da força de trabalho e não da produtividade. Porém, aqui, mais uma vez, é importante entender que a TMD não nega que exista superexploração da força de trabalho nas chamadas economias centrais, conforme constatado pelo próprio Marx. Osorio (2009) esclarece que a diferença reside em que, nas economias dependentes, essa modalidade de exploração se encontra no

centro da acumulação, não sendo conjuntural nem tangencial à lógica de como essas sociedades se organizam.

2.4.5 Cisão entre as fases do ciclo do capital: as particularidades do ciclo do capital nas economias dependentes

Marini (2000), dando sequência à sua linha de investigação, mostra as particularidades do ciclo do capital nas economias latino-americanas, a partir da vinculação subordinada dessas economias à dinâmica do capitalismo global. Com a formação da economia industrial nas economias latino-americanas, em função das particularidades que adquire a supereexploração da força de trabalho nessas economias, surgem fatores que agravam os problemas de realização, pois o que é produzido nacionalmente passa a ser realizado nas economias centrais.

Portanto, Marini (2000), partindo da produção até chegar à circulação, desvenda como a vinculação da América Latina ao mercado mundial desenha um mercado interno do trabalho marcado por estruturas precárias.

A América Latina, ao desenvolver sua economia mercantil, em função do mercado mundial, é levada a reproduzir internamente as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, determinando seu caráter e sua expansão. Assim, nasce para atender às exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação foi constituído pelos países centrais e centrado sobre o mercado mundial.

O papel desempenhado pela América Latina e a forma em que foi constituído o mercado nacional fizeram com que sua produção não dependesse, para a sua realização, da capacidade interna de consumo. Dá-se, portanto, do ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias⁹³, cujo efeito é fazer com que apareça, de maneira peculiar na economia latino-americana, a contradição intrínseca à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital e o trabalhador como vendedor e comprador de mercadorias(MARINI, 2000). Sendo que essa oposição que gera o duplo caráter do trabalhador, o de produtor e consumidor, mesmo que seja efetiva, ocorre de forma contraposta à forma que assume o ciclo do capital.

⁹³Nas economias centrais esses dois momentos ocorrem ao mesmo tempo.

Esse é um ponto importante, na perspectiva de Marini (2000), no que diz respeito às especificidades das economias periféricas dependentes daquele período. Vamos entender, a partir de Marini (2000), como isso opera: de forma geral, apesar de o capital privilegiar o consumo produtivo do trabalhador – o consumo de meios de produção que implica o processo de trabalho – e se inclinar a deixar de lado o consumo individual – que o trabalhador emprega para repor sua força de trabalho –, isto lhe aparece como consumo improdutivo. Isso acontece justamente no momento da produção. Ao abrir-se a fase de realização, juntamente com o consumo dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral, essa contradição aparente, entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital, desaparece. O consumo (somado aos dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral) restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para começar um novo ciclo, isto é, na forma dinheiro. Ou seja, o consumo individual dos trabalhadores representa uma das condições na criação da demanda para as mercadorias produzidas. É elemento decisivo⁹⁴ para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação⁹⁵, superando, assim, a situação inicial de oposição em que se encontrava⁹⁶ (MARINI, 2000).

Porém, nas economias latino-americanas, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua, basicamente, no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, mesmo que determine a taxa de mais-valia (MARINI, 2000). O autor complementa advertindo que, em consequência, a tendência natural do sistema constituído nos países dependentes será a de superexplorar a força de trabalho do operário ao máximo, não tendo, portanto, a preocupação em criar as condições para que ele a reponha, pois, sempre que necessário, é possível substituí-lo.

⁹⁴ Assim, o consumo improdutivo não possui conotação de consumo irrelevante.

⁹⁵ Segundo Marini (2000), apenas à medida que a economia dependente vai se convertendo de fato em um verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação, é que se manifestam, plenamente nelas, suas leis de desenvolvimento, que representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto. Neste momento, os elementos constitutivos da circulação que se exibem na economia dependente, deixam de corresponder, primariamente, a problemas de realização da nação industrial a que ela está subordinada para tornar-se, cada vez mais, problemas de realização referidos a seu próprio ciclo de capital.

⁹⁶ Segundo Marini (2000), esta é uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a canalizar-se por meio da mais-valia relativa – que implica no barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo do trabalhador.

A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2000, p. 134).

Ocorre uma estratificação do mercado interno, pois o consumo individual, fundado no salário, denominado por Marini (2000) de esfera baixa, que o sistema busca reduzir por meio de supereexploração, baseia-se na produção interna. Já os não trabalhadores engendram a mais-valia não acumulada, denominada por Marini (2000) de esfera alta, que é sistematicamente, ampliada e realizada por meio das importações, ou seja, pela produção externa. O resultado desse processo é que o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores, ou a restrição do consumo individual dos trabalhadores, em favor da manutenção de um sistema produtivo voltado para a exportação ao mercado mundial e pautado na supereexploração, deprime os níveis de demanda interna.

Quanto mais essa dinâmica se consolida, mais o país fica dependente dela. Essa contradição incidirá de maneira elementar na formação da economia industrial interna dos países latino-americanos, em especial, a partir da política de substituição de importações defendida pela Cepal, que jamais modificou a essência ou a dinâmica dependente do desenvolvimento econômico desses países.

A formação da indústria nacional latino-americana, por meio de uma política de reorientação da demanda da esfera alta, criou um mercado interno específico e diferente do que prevalecia na economia capitalista clássica.

Diante disso, a participação dos trabalhadores, no início da industrialização, não produziu sua própria demanda, pois foi dedicada à produção de bens que não faziam parte da composição da cesta de consumo popular, ou faziam-no de forma muito escassa. Em função disso, o industrial não se preocupou com o aumento da produtividade do trabalho para baratear o valor da unidade do produto. Ao contrário, como ele não dependia da demanda do trabalhador, era levado à intensificação da exploração na busca do aumento da mais-valia e do rebaixamento dos salários, porém além do seu limite normal. Assim, conclui Marini (2000):

Partindo, então, do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. [...] Já não é a dissociação entre produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire caráter muito mais radical (MARINI, 2000, p. 141).

A partir disso, é razoável apreender que a transição de um modo de acumulação para outro se torna difícil e desencadeia um mecanismo que, em longo prazo, agirá para obstruir qualquer tipo de transição⁹⁷.

A economia exportadora constitui a etapa de transição para uma autêntica economia capitalista nacional, que só configura quando emerge ali a economia industrial, e que as sobrevivências dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam ainda em um grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (MARINI, 2000, p.153).

Assim, à medida que a industrialização nos países latino-americanos avança pautada na importação de produtos semielaborados e maquinaria, modifica-se a composição das suas importações que, antes, eram centradas em bens de consumo. Essa importação seria sustentada pelas exportações, porém, em decorrência da crise do setor exportador da região, passa a adquirir grande importância, também, a importação de capital externo, sob a forma de financiamento e investimentos na indústria nacional. A atração desses capitais estrangeiros é facilitada pela nova configuração que assume a economia internacional com o período de pós-guerra, marcado pelo avanço da concentração do capital nas mãos de grandes corporações imperialistas, que, em razão da abundância de recursos, buscavam novas aplicações.

Segundo Marini (2000), a industrialização⁹⁸ dos países da América Latina corresponde, assim, a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transfere aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se,

⁹⁷Em trabalho recente, Luce (2013) mostra que as bases dessa superexploração se mantêm no capitalismo brasileiro contemporâneo.

⁹⁸Conforme visto, nessa fase, cresce o empenho das economias centrais de estimular nas economias latino-americanas o processo de industrialização, com a finalidade de criar mercados para a exportação de máquinas e equipamentos já obsoletos da indústria pesada.

para os centros imperialistas, as etapas mais avançadas, como a produção de computadores, indústria eletrônica pesada, exploração de novas fontes de energia e monopólio da tecnologia correspondente. Assim, tem-se uma “nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho [...]” (MARINI, 2000, p. 145).

Para essa nova fase da divisão internacional do trabalho, as economias latino-americanas iriam procurar no exterior o instrumento industrial, tecnológico e financeiro que sustentaria sua indústria nacional e, portanto, o incremento da produtividade do trabalho. Porém, iria manter a tendência de remuneração da força de trabalho em proporção inferior ao seu valor real.

Nessa medida, visto que a indústria nacional foi pautada por produtos que não interferiam no consumo dos trabalhadores, o aumento da produtividade, induzida pela importação de tecnologia não foi traduzida em maiores lucros por meio da elevação da mais-valia. E à proporção que é comprimido o salário do trabalhador e, portanto, sua capacidade de consumo, o estímulo ao investimento do setor voltado a atender ao consumo popular é ainda menor (esfera baixa), em função disso, sucede justamente o contrário na indústria de produtos suntuários (esfera alta). O processo de industrialização mantém, portanto, a estratificação das duas esferas, assim como ocorria, predominantemente no período do desenvolvimento voltado para a exportação.

Esse quadro marca a terceira categoria configuradora do capitalismo dependente: a cisão entre as fases do ciclo do capital. Com ela, concluímos que a absorção do progresso técnico, conforme defendida pela Cepal e pelas teorias do desenvolvimento, não trouxe a solução aos entraves do desenvolvimento latino-americano, ao contrário. Pela incapacidade das economias dependentes em superar esses fatores desarticuladores, a solução foi a de voltar novamente para o exterior, não apenas por meio dos bens primários, mas também dos bens essenciais e produtos suntuários - isso se deu, em especial, no Brasil conforme veremos na seção posterior.

2.5 O Subimperialismo: elo da corrente imperialista

A expansão mercantilista europeia do século XVI passava, cada vez mais, a incorporar economias como as latino-americanas, engendrando, nessas nações, situações conflitivas.

Segundo Marini (2012b), ao longo dos três primeiros quartos do século XIX, tem-se a afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa, fundamentalmente na Inglaterra. Nesse período, a região latino-americana foi inserida de forma mais ativa na divisão internacional do trabalho, como vimos, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção europeia. Como resultado, iniciava-se uma forte integração dessas economias à dinâmica do capitalismo central.

A Segunda Guerra Mundial correspondeu à culminação de um longo período de crises da economia capitalista internacional e provocou o deslocamento de forças entre as potências imperialistas e o surgimento de novas tendências, no que se refere à acumulação de capital - etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Nesse processo, o resultado foi a necessidade da formação de um novo esquema de divisão internacional do trabalho e novas formas de relação entre os países latino-americanos e os países centrais imperialistas. Aos primeiros foram transferidas certas etapas inferiores do processo de produção, e reservaram-se, aos países centrais, as etapas mais avançadas e o controle tecnológico. Conforme Marini (2012b), cada avanço da indústria latino-americana resultaria em uma dependência econômica e tecnológica diante dos centros imperialistas ainda mais fortes, por outro lado, eram estabelecidos níveis ou hierarquias entre os países da região, conforme os ramos de produção que se desenvolveram ou que possuíam condições de se desenvolver. Como consequência, aos demais países negou-se o acesso a certos processos de produção, tornando-os meros mercados consumidores. Tudo isso deu base à reafirmação imperialista e à formação de centros subimperialistas associados, por sua vez, aos países centrais, no intuito de explorar os países vizinhos.

Assim, o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho transferiu de forma desigual etapas da produção industrial para os países dependentes. Nesse processo, os países centrais ampliaram sua especialização nas etapas de produção superiores, além de aprimorarem as estruturas de funcionamento e de controle do capital financeiro, e de desenvolvimento tecnológico dos países dependentes em todo o mundo. O resultado foi um alargamento e intensificação da circulação do capital, possibilitando, sobretudo a diversificação da acumulação, pois passariam a ser incorporadas novas economias, mas sob seu controle e benefício. As tendências dessa dinâmica são mais desigualdades, dadas a concentração e a centralização da acumulação capitalista nas economias centrais, mas

ampliando para nações de composição orgânica intermediária como o Brasil. A partir disso, tem-se, segundo Marini (2012b), o subimperialismo, definido, portanto:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, especificamente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 2012b, p. 40)

Assim, conforme bem percebeu Luce (2011), a gênese do fenômeno subimperialista habita na conjunção das leis próprias da economia dependente, com a nova divisão internacional do trabalho, procedente do movimento de capitais do pós-guerra, processo marcado pelo domínio de investimentos externos na indústria de bens duráveis com a presença cada vez maior do capital norte-americano.

Marini (2012b) entende que a reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, nos marcos da integração imperialista e diante do recrudescimento das lutas de classe na região, resultou na implementação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático, com dupla tarefa: promover ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; ao mesmo tempo, reprimir a aspiração de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas. Isso ocorre pois a integração da região ao imperialismo da forma em que se dava não era mais viável dadas as perdas sofridas.

O objetivo assumido pelo subimperialismo brasileiro passou a ser o de adentrar na etapa dos monopólios e do capital financeiro, sobretudo em seus vizinhos latino-americanos, ao mesmo tempo em que corporações multinacionais, em especial, norte-americanas, viam no país um centro especial de multiplicação de sua expansão na região.

O governo militar de Castelo Branco, em sua política interna e externa, segundo Marini (2012b), manifestou sua decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana, mas, ao mesmo tempo, converteu-se no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina. Assim, não se tratava mais de aceitar passivamente as decisões do império norte-americano, mas, sobretudo, de colaborar para a expansão

imperialista. Por fim, seria uma forma de compensar as perdas sofridas pela relação dependente e subordinada da fase anterior, pois seria possível agora a ampliação do mercado da indústria de bens duráveis para os países vizinhos, dada a sua restrição de ampliação do consumo interno em função da estrutura de superexploração aqui existente (problemas de realização no ciclo do capital). Esse processo possibilitou à economia subimperialista replicar a transferência para economias ainda mais fracas, podendo apropriar-se de um valor a mais produzido. Assim, o subimperialismo implica um esquema singular de realização do capital-mercadoria, em que sua lógica cumpre a função de deslocar parte das contradições intrínsecas ao desenvolvimento capitalista dependente (LUCE, 2011)

Esse processo acarretou a elevação do nível tecnológico das empresas, revertendo em maiores possibilidades de absorção de bens de capital, em especial, por meio do capital norte-americano, e na necessidade de forte atuação do estado brasileiro para dar base à infraestrutura necessária à expansão do mercado de bens de produção implicando a ampliação da composição orgânica do capital.

Para concretizar o subimperialismo brasileiro, o país utilizou uma política de hegemonia regional, que teve como objetivo implementar uma esfera de influência, em especial, na América-Latina. Todos esses elementos são apontados por Marini (2012b), que entende o subimperialismo,

[...] como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa do monopólio e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média em escala mundial dos aparelhos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas se acompanha de maior integração ao sistema produtivo imperialista mas também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (MARINI, 2012B, p.17, tradução nossa).

O autor completa que, dados esses elementos, apesar dos esforços da Argentina e de outros países na tentativa de ascender a um patamar subimperialista, apenas o Brasil conseguiu expressar na América Latina essa formação.

Luce (2011) completa nossa breve intenção de apresentar uma forma particular de dependência própria da dinâmica do capitalismo, no que tange à sua atuação hegemônica no plano econômico, já que a economia subimperialista faz dos países vizinhos verdadeiros mercados consumidores, que absorvem seus produtos manufaturados; controlando as

atividades extractivas e produtoras de matérias-primas materiais auxiliares (insumos e energias) do seu entorno geográfico, de forma que reduzam os custos operacionais de suas indústrias, proporcionando, em alguns casos, a obtenção de lucros extraordinários; e atuando de forma a estabelecer uma divisão regional desigual do trabalho, de forma a possibilitar ao subimperialista apropriar-se de valores produzidos pelos vizinhos e ultrapassar competidores regionais. Tudo isso, como já dissemos, é propiciado, definitivamente, pelos esforços do Estado nacional subimperialista.

No próximo capítulo, veremos na nova etapa do capitalismo, que se forma a partir dos anos 1980, como se configura a operação das leis do desenvolvimento capitalista, ou seja, se o funcionamento do capitalismo nas economias dependentes, mais especificamente, a América Latina e o Brasil, tornou-se mais ou menos adequado ao funcionamento da lógica do capital.

CAPÍTULO 3

O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DAS ECONOMIAS DEPENDENTES

Este capítulo procura mostrar como se configura a dependência no capitalismo contemporâneo, a partir do emprego da proposta analítica em torno do padrão de reprodução. Para isso, nossa análise irá considerar a existência de uma nova dinâmica no capitalismo, que faz com que o imperialismo se apresente de novas formas, levando a um aguçamento da condição dependente das economias periféricas.

A proposta de análise, em torno do padrão de reprodução, abarca o desenho das relações capitalistas de produção e a operação das leis imanentes da teoria do valor de Marx⁹⁹, levando em conta a relação social imbricada na sociedade estudada, as condições para a sua reprodução e sua inserção no sistema global.

Diante do exposto, na primeira seção, apresentaremos como se dá o ciclo do capital dinheiro nas economias dependentes, buscando entender como o capital consegue resolver, em cada fase, as tarefas específicas para a sua reprodução. Com base nesse percurso, será possível verificar como os valores de uso produzidos tendem a converter-se em eixos de acumulação e são direcionados a atender determinadas demandas. Esta fase marca o distanciamento existente entre o atendimento das necessidades do capital e as necessidades da maioria da população. Nas economias periféricas, isso é levado às últimas consequências.

Tudo isso permite averiguar como que a força de trabalho, na fase produtiva, que é capaz de gerar valor, para além da reposição da própria força de trabalho, pode ser consumida de modo que amplie os níveis ou formas de exploração e as consequências desse mecanismo. A última fase desse caminho está relacionada aos mercados dos artigos produzidos e os destinos da mais-valia não consumida produtivamente. Nossa intenção também é de verificar por que essa é uma das fases mais propensas ao desencadeamento de crises.

Ao introduzir as crises em nosso estudo, entendidas como manifestações das contradições do modo de produção capitalista, é possível entender como esta é considerada

⁹⁹ Portanto, o capítulo oferece um maior nível de concentricidade para categorias e temáticas do processo de circulação do capital, por conseguinte, os ciclos do capital, rotação do capital e reprodução simples, que são desenvolvidos particularmente no livro II de *O Capital* e que está em um nível de abstração mais elevado, tendo como foco as economias dependentes latino-americanas e o Brasil.

uma condição para um novo processo de acumulação e, também, resultado necessário para o funcionamento das leis gerais do modo de produção capitalista. Isso é importante para a nossa análise, pois as crises podem propiciar o esgotamento de um certo padrão de produção e criar as condições de um outro padrão de reprodução, indicando a escala e o potencial do processo produtivo nas economias analisadas.

Na segunda seção, consideraremos o papel específico exercido pelo Estado das economias dependentes, para minimizar a condição menos favorável do capital nessas economias. O Estado, por meio da política econômica, concede o ambiente necessário para a reprodução ampliada do capital e, por consequência, da manutenção de um certo padrão de reprodução, mediante a política econômica e a espoliação da sociedade trabalhadora em favor de uma parcela cada vez menor da classe detentora de capital.

A redefinição necessária dos traços essenciais do imperialismo contemporâneo será importante para entendemos as novas formas de manifestação da condição dependente nos países periféricos, que será tratada na quarta seção. Nela, veremos como esses elementos levam as economias periféricas a certas modalidades de produção de valores de uso, indicando o papel particular dos países dependentes na divisão internacional do trabalho e, portanto, na dinâmica capitalista mundial.

Diante do exposto na última seção, levantamos a necessidade da conformação de concepções que levem em conta as contradições do capitalismo maduro, já que, no nosso entendimento, as ideias erradas, como as levantadas pelo Banco Mundial nos últimos anos, podem ter consequências devastadoras.

3.1 Padrão de reprodução: ciclos do capital, valores de uso e valorização do capital

O emprego da proposta analítica em torno do padrão de reprodução, inspirado em Ruy Mauro Marini¹⁰⁰ e desenvolvido por autores recentes, como Jaime Osorio (2012a, 2012b) e Nilson Araujo de Souza (2013), é extremamente apropriado para a compreensão das especificidades do capitalismo dependente, em distintas historicidades, diante das

¹⁰⁰ Marini (1977b), em *“Estado y crisis en Brasil”*, trabalha com a noção de reprodução do capital com o objetivo de apreender as particularidades da dinâmica econômica da economia brasileira na segunda metade do século XX. Além disso, nos anos 1980, Marini, no trabalho *“Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile”*, coloca em destaque as particularidades do ciclo do capital na economia chilena.

formas diversificadas de manifestação da relação de subordinação das economias dependentes ante a lógica de acumulação.

Seu uso é de grande importância para apreender a totalidade do processo de expansão do capital, suas crises inerentes e o seu caráter (SOUZA, 1980). É mais do que a unidade contraditória entre o processo de produção e de circulação, já que é a reprodução dos elementos materiais do capital, de um lado, e de outro, o valor do capital em escala ampliada. Abrange a reprodução e a expansão das relações capitalistas de produção¹⁰¹. Diante disso, Souza (1980) esclarece que este conceito permite assimilar melhor a sociedade que está sendo analisada, considerando-a dentro de um sistema global, no sentido dado por Arrighi (1996).

Nessa perspectiva, o padrão de reprodução pode ser definido como a forma com que o capital se reproduz em determinado tempo e espaço, em termos dos seus elementos materiais e, sobretudo, em termos de seu valor. O conceito evidencia que o capital se reproduz de determinada maneira em determinado período e espaço, distinta, portanto, de outros períodos e outros espaços. Isso quer dizer que o padrão de reprodução também considera a relação social imbricada na sua existência em determinado país ou espaço, assim, supõe as condições políticas para a sua reprodução. Conforme Souza (1980), isso tem a ver com os ambientes social, econômico, político e cultural em que o capital se desenvolve, portanto, é imperativo capturar essas particularidades da reprodução do capital, para melhor conhecer a sociedade que está sendo analisada.

Compreender o padrão de reprodução de uma determinada economia, em um determinado espaço de tempo, permite-nos distinguir sua forma fundamental de extração de mais-valia, se absoluta ou relativa, se pautada na superexploração das relações entre os processos produtivos, ou seja, se é pautada no setor I, II ou no setor III, se é baseada na existência de um setor I interno ou na importação de meios de produção¹⁰². Portanto, leva em conta a forma como ocorre o processo de circulação e os padrões de distribuição do ingresso e da sua realização, a forma de inserção da economia no sistema imperialista mundial, o processo de dominação imposta pela burguesia mundial, local e, assim, o caráter de controle da classe operária e dos setores dominados (SOUZA, 1980).

¹⁰¹ A partir de Marx (2008), em *O Capital*, sabemos que existem leis básicas no processo de produção do capital e que elas se mantêm no processo de reprodução.

¹⁰² O setor I é formado pelos meios de produção, o setor II é formado pelos bens necessários e o setor III por bens de consumo de luxo.

Isso denota que o entendimento da análise do padrão de reprodução oferece um maior nível de concretude para as categorias e as temáticas do processo de circulação do capital, por conseguinte, os ciclos do capital, rotação do capital e reprodução simples, que são desenvolvidos, particularmente, no livro II de *O Capital* e que estão em um nível de abstração mais elevado¹⁰³. Logo, abarcam as leis imanentes da teoria do valor em Marx, modo de produção capitalista e sistema mundial, até os níveis mais concretos, como a conjuntura e a formação econômico-social. Por isso, é um avanço da economia política, uma vez que, por meio dele, consegue-se desvendar as particularidades do processo de produção e reprodução das economias dependentes¹⁰⁴.

Diante desses elementos, para deslindar como se apresenta o capitalismo dependente ante as particularidades do desenvolvimento capitalista no século XXI, iremos percorrer os rastros do capital, a partir de Osorio (2012a), que desenvolve uma proposta de análise com base no padrão de reprodução, especificamente, das economias dependentes. Mediante a análise do padrão de reprodução, será possível entender os desdobramentos próprios do sistema capitalista no desenvolvimento latino-americano no século XXI.

3.1.2 Os caminhos necessários para o entendimento do padrão de reprodução

Osorio (2012a) orienta que, no caminho seguido por Marx para desenvolver sua teoria, existem duas fontes nas quais podem ser buscados elementos para construir uma trajetória de construção de análise em torno do padrão de reprodução do capital: a) esquemas de reprodução e b) ciclos do capital.

Marx, no desenvolvimento dos esquemas de reprodução, abandona, segundo Osorio (2012a), a visão do capital individual para adentrar na análise do capital social, que é decomposta em dois grandes departamentos: DI, formado pelos meios de produção (mercadorias que possuem uma forma em que têm de entrar ou podem entrar no consumo

¹⁰³ No entanto, é importante entender que essa maior abstração não quer dizer que as proposições levantadas por Marx (2008) são irreais, ao contrário.

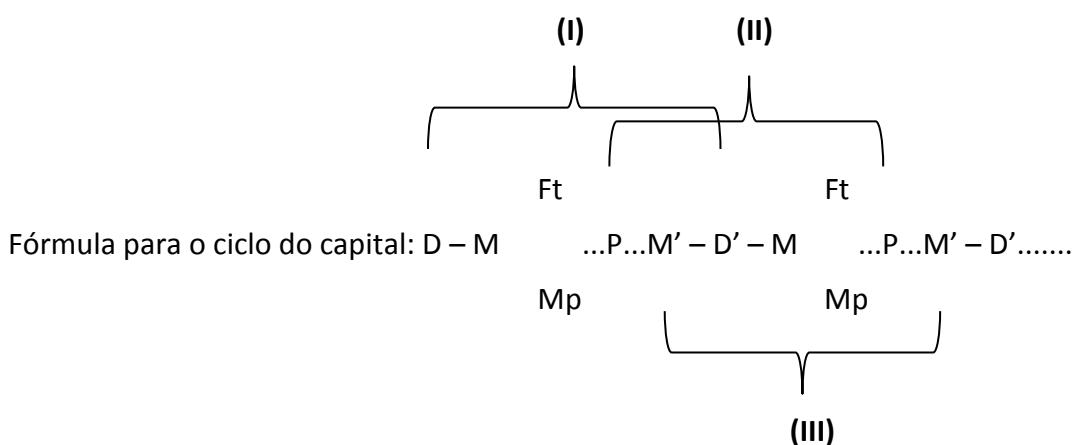
¹⁰⁴ O termo nos ajudará no entendimento de como se gera valor novo e quais valores de uso são produzidos. Será possível compreender que, em determinada conjuntura, se o capital valoriza-se produzindo carro serão necessárias tecnologias, conhecimentos e determinadas formas de organização para dar base a essa estrutura. A estrutura seria completamente diferente, caso o capital se valorizasse produzindo soja. Além disso, compreendem-se as consequências da decisão do capital em adquirir essa tecnologia em outras economias ou produzir internamente ou, até mesmo, estratificar a produção e deixar a montagem em outra economia. São formas particulares de valorizar-se, com consequências diferentes que resultam em capitalismos diferentes.

produtivo); e DII (mercadorias que possuem forma em que entram no consumo individual), formado por IIa e IIb (bens de consumo necessários e bens de consumo de luxo, ou DII e DIII¹⁰⁵, respectivamente).

Para Osorio (2012a), a contradição presente na produção capitalista, de produzir valor sob a forma de valores de uso, encontra, nos esquemas de reprodução, toda a sua complexidade. Os esquemas são ainda uma forma de solução, ao mesmo tempo, abstrata e simples, na qual os diferentes setores, lá esquematizados, devem atentar para repor o valor de seus elementos de produção, porém recorrendo a uma parte desses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada (OSORIO, 2012a). Conforme o autor, nos esquemas de reprodução, Marx, para buscar estabelecer as proporções em que se intercambiam as mercadorias, tomadas como unidade de valor e valor de uso, desconsidera as mudanças de produtividade e, portanto, o grau de exploração da força de trabalho. Essa exclusão impede, precisamente, a percepção das transformações da capacidade produtiva do trabalho.

Já no aporte dos Ciclos do Capital, essas transformações são abarcadas. Com isso, Osorio (2012) acredita que, por meio dele, é possível desenvolver uma proposta de análise em torno do padrão de reprodução. Porém as limitações dos esquemas de reprodução não fazem o autor abandonar alguns dos seus principais avanços, entre eles, o vínculo entre valor e valor de uso e as relações entre os departamentos.

Para entendermos a utilidade do ciclo do capital para os nossos propósitos, vamos à fórmula:



¹⁰⁵ Os estudos recentes sobre os esquemas de reprodução, para tratarem do departamento II, utilizam a divisão deste departamento feita por Kalecki (1977) em DII e DIII, para referir-se a bens de consumo necessários e bens de consumo de luxo.

Consideramos que D representa o dinheiro, M a mercadoria, Ft a força de trabalho, Mp os meios de produção, P a produção, M' a mercadoria com um valor novo e D' o dinheiro aumentado.

Para realizar seu ciclo, o capital sofre um processo de metamorfose, passando pelas esferas da produção e da circulação, assumindo as formas de capital-dinheiro ($D - D'$), representado pela chave I; o capital produtivo ($P...P$), representado pela chave II, e o capital mercadoria ($M' - M'$), representado pela chave III. Cada uma dessas formas do capital possui seu próprio ciclo, porém a unidade desses ciclos e a passagem do capital social de maneira simultânea por cada um deles é que caracterizam a produção capitalista.

O capital, sendo um valor que se valoriza, precisa passar por todas essas formas, ou seja, em determinados momentos, será visto como dinheiro na circulação, em outros, manifestar-se-á no processo produtivo como meios de produção e força de trabalho, mas também como mercadorias no processo de circulação, tudo isso de forma contínua, o que constitui o processo de reprodução. Assim, note-se que esses processos ocorrem como uma unidade, pois o capitalismo só existe porque todos esses processos operam se forma contínua e sucessiva, permitindo a realização da mais-valia.

Porém a contradição do capitalismo faz com que a continuidade desses processos seja bloqueada, deflagrando a existência de crises de realização. E, como veremos, o capitalismo, na própria contradição, encontra as suas formas de superação. Agora, interessanos apenas entender o padrão de reprodução e suas implicações na análise das economias, mas, antes, vamos finalizar o esclarecimento do uso do aporte dos ciclos do capital para, em seguida, apreender as particularidades do padrão de reprodução das economias dependentes.

Segundo Osorio (2012a), o ciclo do capital-dinheiro lança a essência do dinheiro, a de valorizar-se, portanto, funciona como capital. Já o ciclo do capital produtivo permite-nos ver não somente a produção, mas, em especial, a reprodução periódica da mais-valia, ou seja, “[...] não como função realizada uma única vez, mas como função periodicamente repetida” (OSORIO, 2012a, p. 45). No ciclo do capital mercadoria, aparece a valorização, como parte de um processo em que o capital, para alcançar esse objetivo, não pode desprender-se do valor de uso das mercadorias, assim, “[...] M' deve vender-se, porque tem uma utilidade, para realizar em dinheiro (D') o mais-trabalho que contém” (OSORIO, 2012a, p. 45).

O cerne do caminho¹⁰⁶ utilizado por Osorio (2012a), portanto, é considerar todos esses aspectos na análise do padrão de reprodução, mas historiando-os em dimensões que levam o capital a valorizar-se, assumindo determinadas encarnações de valores de uso¹⁰⁷ específicos em momentos determinados. Como resultando, ele nos irá possibilitar perceber a geração de formas de capital diversas, além das dimensões que levam ou exigem a emergência de auge e declínio de determinado padrão de reprodução do capital, o que, por sua vez, pode levar a novas categorias e à emergência de condições de um novo padrão de reprodução, com seu ciclo de ascensão, auge, queda e crise.

Osorio (2012a) esclarece que existem alguns entraves, na teorização de Marx dos ciclos do capital, para a análise da reprodução do capital, mas que pretende superar. Primeiramente, a integração dos três ciclos do capital feitos por Marx, no volume II, não leva em conta o lucro e os processos que conduzem à queda da taxa de lucro - e, consequentemente, a crises dos padrões de reprodução, que levam o capital a gerar novas modalidades de reprodução, sempre que se fizer necessário. Porém são processos que podem ser incorporados à análise dos ciclos.

Em segundo, a utilização dos ciclos possui uma limitação relacionada à forma material que o capital assume na produção e na valorização, que exige a incorporação de elementos como a procedência do dinheiro que se investe. Ou seja, se é estatal, privado nacional ou privado estrangeiro; além do tipo de máquinas e ferramentas que se empregam, dos mercados em que essas são adquiridas, se são nacionais ou estrangeiros; do nível de qualificação necessário da força de trabalho, ou seja, níveis intelectuais, níveis técnicos. Está

¹⁰⁶ Marini, em uma publicação de 1979, que foi reeditada recentemente (2012), explora o ciclo do capital na economia dependente. Neste trabalho, o autor indica como a dependência financeira e tecnológica e a persistente superexploração fazem parte da dinâmica subordinada das economias latino-americanas (MARINI, 2012a).

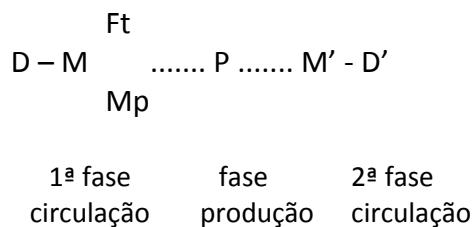
¹⁰⁷ Assim, determinados setores do capital que se transformam em eixos de acumulação, que por sua vez fazem com que outros setores do capital ocupem lugares subordinados, assim, existem razões econômicas e políticas para as transformações dos processos de reprodução do capital. Isso quer dizer que uma economia que se sustenta produzindo soja terá um desenvolvimento significativamente diferente, caso se sustente produzindo carros. Mas também será diferente conforme o tipo de automóvel (de luxo ou popular), o mercado a que pretende atender, a forma como será produzido o automóvel (importando componentes ou fabricando-os internamente), se afeta outros setores (no próprio país ou fora), em que tipo de mercado é construído (de baixos ou altos salários). Esses são fatores importantes para entender e identificar os elementos que direcionam a política econômica, já que existem interesses humanos, ou melhor, interesses de classes sociais, e isso influencia a dimensão da política econômica. Assim, caso o capital decida produzir milho, outros desenvolvimentos serão necessários, outras tecnologias serão estabelecidas, outros consumidores serão atendidos. Logo, são setores que possuem interesses diferentes e contraditórios seja no nível de salários seja no nível da política econômica. Além disso, as formas como esses setores são sustentados internamente (mercado de luxo ou popular, tecnologia importada ou desenvolvida nacionalmente, trabalhadores com baixos salários ou salários elevados etc.) também podem levar a interesses completamente diferentes.

relacionada ainda às formas de organização da produção, como, por exemplo, linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar; aos valores de uso que se produzem, soja ou carro, e aos mercados a corresponde, se são de bens de capital, bens salário ou bens de luxo; às economias a que os produtos são destinados, economias mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, economia interna; à mais-valia gerada, ao lucro e aos destinos de sua repartição; se são enviados para os mercados de origem, ou pagos pelas tecnologias e patentes, ou se ficam na economia local etc.

Esclarecido o caminho que iremos perseguir, além de suas contribuições e limitações para a proposta analítica em torno do padrão de reprodução, assumiremos o ciclo do capital dinheiro, assim como fez Osorio (2012a), para uma descrição mais detalhada, que contribua para o entendimento da forma em que se dão a reprodução do capital e as leis de funcionamento do capitalismo, especificamente, nas economias dependentes.

3.1.3 Ciclo do capital dinheiro

Conforme a fórmula do ciclo do capital vista anteriormente, o ciclo do capital dinheiro ($D - D'$) ocorre em três estágios:



Em cada um deles, há tarefas específicas para o capital a serem resolvidas. Primeiramente, o capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; assim, passa pelo ato da circulação em que seu dinheiro é convertido em mercadoria ($D - M$). Em segundo, no consumo produtivo dessas mercadorias, o capitalista atua como produtor capitalista de mercadorias. Seu capital percorre o processo de produção (P), fase em que cumpre a tarefa de intermediação da primeira e segunda fase de circulação, tendo como resultado uma mercadoria de maior valor do que seus elementos de produção. Por fim, o capitalista retorna à fase de circulação, porém, agora, como

vendedor, na qual sua mercadoria é convertida em dinheiro ou passa pelo processo de circulação ($M' - D'$).

Seguiremos a mesma sequência feita por Marx (1984) em “O Capital”, e Osorio (2012a), para o entendimento dos caminhos do capital e, portanto, da reprodução do capital,¹⁰⁸ mais especificamente, nas economias latino-americanas.

Na primeira fase da circulação ($D - M$), tem-se a conversão de uma soma de dinheiro em uma soma de mercadorias (força de trabalho ou meios de produção¹⁰⁹), assim, para o comprador, a transformação de seu dinheiro em mercadorias e, por consequência, para o vendedor, a transformação de suas mercadorias em dinheiro. Nesta fase, são tomadas as decisões de investimento, nas quais, portanto, é conhecido quem investe, quanto investe e em que investe. Consideramos investimentos o dispêndio de dinheiro para a aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias.

A partir deste esclarecimento, podemos indicar as implicações dessas diferentes escolhas sobre o investimento para o estabelecimento de um padrão de reprodução.

O entendimento da origem daqueles que investem, ou seja, se é capital privado nacional ou estrangeiro, se é capital público estatal e mesmo as proporções entre esses setores, podem indicar para onde serão direcionados, em última instância, os lucros desses investimentos. Por exemplo, Osorio (2012a) lembra que, no início da industrialização nos países latino-americanos, o Estado desempenhou um papel importante nos investimentos de infraestrutura e indústrias básicas, para atrair grandes investimentos do capital privado, mas, ao longo do tempo, essa estrutura foi sendo alterada, dado o crescente papel do capital privado, em especial, capital privado estrangeiro, atraído por novas políticas econômicas e pela formação de um novo padrão de reprodução do capital. Aqui, já é possível perceber a influência da política econômica para as transformações dos processos de reprodução do capital e que analisaremos em outra seção.

Além disso, o entendimento do montante investido e dos setores em que realizam, são elementos importantes, que contribuem para a determinação das esferas produtivas

¹⁰⁸ Conforme nota Osorio (2012a), Marini realiza esse mesmo exercício, porém, sem fazer a relação com a ideia do padrão de reprodução do capital, embora, em uma publicação anterior, tenha feito de maneira sucinta um trabalho que trata do padrão de reprodução do capital no Chile. Neste trabalho, o autor aponta que a noção do padrão de reprodução do capital remete à relação entre as estruturas de acumulação, produção, circulação e distribuição de bens.

¹⁰⁹ Essas duas séries de compras pertencem a mercados distintos e relações qualitativas particulares, portanto, seu emprego implica efeitos diferentes, que trataremos mais adiante.

que desempenham um lugar central na acumulação e, por consequência, na reprodução do capital (OSORIO, 2012a). Esses setores que concentram investimentos, em dado período, propiciam maiores lucros, sendo que o incremento dos investimentos favorece a concentração de capitais e a obtenção de lucros extraordinários, com custos cada vez mais abaixo da média social. Isto se relaciona à disposição, cada vez maior, de montantes de investimentos para compra de equipamentos, maquinários e tecnologias nesses mesmos setores, portanto, (elevam) “adaptam o capital constante, em detrimento do capital destinado ao capital variável (força de trabalho), o que propicia a elevação da composição orgânica do capital”, processo que, inevitavelmente, levará a tendência da queda da taxa de lucro (OSORIO, 2012a, p. 48).

Osorio (2012a) levanta, ainda, o peso do capital financeiro especulativo predominante sobre a lógica produtiva e sua volatilidade dos dias atuais. Vê-se, por exemplo, as aplicações no mercado de ações da Petrobrás, em que grande parte dos ‘investidores’ são especulativos e que, por pequenas manifestações do mercado, levam a grandes incertezas, sendo que essas manifestações possuem pouca ou nenhuma relação com fatores que levam à maior ou menor lucratividade do setor. Esse tipo de flutuação pode levar a mudanças repentinas das condições de reprodução do capital, em setores que seguem dentro desta mesma lógica e que dependem, fundamentalmente, dessa fonte de investimentos.

Paulani e Pato (2005) mostram a perversidade do funcionamento dessa dinâmica, em que prevalece a transformação arbitrária do valor de um ativo produtivo em ações. Elemento que carrega um forte movimento especulativo, já que sua dimensão, em cada momento, não está mais vinculada a esse capital, mas ao jogo das bolsas. Conforme os autores, o que ocorre é que essa duplicata de capital, como qualquer outro, reclama por seus direitos com ameaças, como um fantasma, visto que, no mundo real e concreto, a renda real produzida por seus ativos de origem pode não ser capaz de alimentá-lo. No que diz respeito ao domínio do capital fictício, não se pode deixar de indicar outra forma de manifestação, que são os títulos de dívida pública, que também reclamam por seus direitos, no entanto não há um capital capaz de atendê-los, pois esse atendimento é feito pela extração da renda real da sociedade (PAULANI; PATO, 2005).

Note-se que a valorização das ações parece não passar pela esfera produtiva ou não levar em conta o seu desempenho, porém não é exatamente isso o que acontece. Isso é o que é mais perverso desse sistema.

A dinâmica do capital na esfera financeira vem ganhando espaço nas economias dependentes desde os anos 1980, e, nos últimos anos, alcançou escalas importantes de forma como vem ganhando peso e transformando a dinâmica econômica desses países. Porém, essa é uma questão que será tratada mais ao final do capítulo. Assim, aqui é importante também levar em conta os efeitos que cada setor pode originar, pois existem setores que arrastam uma série de outros segmentos, direta ou indiretamente, necessários ao seu crescimento. Além disso, o autor atenta para os valores de uso produzidos pelos ramos centrais, ou seja, as indústrias que concentram os investimentos e que tendem a ser o eixo de acumulação do país em que estão imbricados. Seguindo como exemplo um país que produz soja e outro que produz carros, temos setores que demandam economias e mercados essencialmente díspares, assim como diferentes necessidades sociais dos consumidores¹¹⁰.

Antes disso, vamos seguir nosso entendimento dos caminhos do capital para apreender melhor as consequências do predomínio de um tipo de capital que parece estar desligado da esfera produtiva.

Ft
Primeira fase da circulação: D – M
Mp

Como esclarecemos anteriormente, D – M representa, para o comprador, a conversão de uma soma de dinheiro em soma de mercadorias e, para o vendedor, a transformação de suas mercadorias em dinheiro. No entanto, o que faz deste ato da circulação geral de mercadorias parte funcionalmente determinada do ciclo autônomo de um capital individual, não é, em primeira instância, a forma do ato, mas seu conteúdo

¹¹⁰ Mas, como já indicamos, não só isso, a quem destina esses produtos também é de grande importância para entender as características dos padrões de reprodução e, por consequência, as particularidades do desenvolvimento (desenvolvimento no sentido de processualidade) de cada nação. Dados de 2010, divulgados por um estudo recente do Banco Mundial (WORLD DEVELOPMENT REPORT ON JOBS, 2013), mostram que, nos Estados Unidos, o consumo de carros de passeio foi de 627 para cada 1000 residentes, no Brasil esse número não chegou próximo a um terço, 127 carros por 1000 residentes. Assim, embora o Brasil, seja uma importante plataforma de montagem de carros, a grande parte da população não possui acesso a um dos maiores setores de média tecnologia do país conforme a classificação feita por Lall (2000).

material, ou seja, o caráter particularmente útil das mercadorias que alteram de lugar com o dinheiro (MARX, 1981).

Assim, são compras ($D - M$) de força de trabalho ($D - Ft$) e meios de produção ($D - Mp$), fatores pessoais e materiais da produção de mercadorias, cuja espécie particular deve corresponder ao tipo de artigo a ser produzido. De tal modo, o dinheiro que precisa circular como capital industrial destina-se a mercados categoricamente distintos, mercado de trabalho (compra da força de trabalho vendida por parte do trabalhador) e mercado de mercadorias propriamente dito (espaços industriais, máquinas e ferramentas, matérias-primas, reposição de peças, computadores, softwares, tecnologias, licenças etc.), deste modo, são compras qualitativamente diferentes.

A divisão não é apenas qualitativa, mas também quantitativa. E essa divisão dependerá do setor da produção, do grau de tecnologia empregado e do grau de exploração empregado, de forma que a massa dos meios de produção, conforme alerta Marx (1983), precisa ser suficiente para absorver a massa de trabalho empregada, para ser transformada em produto por intermédio dela, pois caso não haja meios de produção suficientes, certamente, o comprador terá um trabalho excedente inutilizável, não levando a nada. Da mesma forma, sucede quando se tem mais meios de produção do que trabalho disponível – não seriam transformados em produção.

Aqui, já fica claro que o valor adiantado pelo capitalista na forma dinheiro, ao ser destinado para a compra de força trabalho e meios de produção, encontrar-se-á, agora, sob uma forma em que pode ser realizado o valor que gera mais-valia (na figura das mercadorias). Ou seja, encontra-se, na forma de capital produtivo, que possui a capacidade de atuar como criador de valor e mais-valia¹¹¹ (MARX, 1983).

Examinemos, em Osorio (2012a), as particularidades e as implicações para as economias do ato do capitalista da compra de meios de produção. A capacidade produtiva de uma empresa, formada pela compra dos meios de produção ($D - Mp$), é, geralmente determinada pelo estado de avanço de seus meios de produção em relação à média social. De tal modo, quanto mais um capitalista exceder a média social, mais possibilidades ele terá de apropriar-se de lucros extraordinários na hora da fixação dos preços de produção e

¹¹¹ Aqui vale ressaltar uma passagem em que Marx (1982) argumenta que o valor-capital, em estado monetário, só pode cumprir funções de dinheiro e nenhuma outra, o que faz destas últimas funções de capital descritas é seu papel determinado no movimento do capital e, daí, a conexão do estágio em que aparecem outros estágios do seu ciclo.

divisão da taxa média de lucro na economia. Isso explica, segundo Osorio (2012a), a precoce monopolização do setor secundário da economia latino-americana, que se apresenta apoiado por vultosos investimentos estrangeiros.

Por outro lado, isso coloca o capital diante de suas grandes contradições. A lei tendencial da queda da taxa de lucro, em que a necessidade individual de realizar avanços permanentes no campo da produtividade, para apropriar-se de maiores lucros, tem o ônus de gerar uma queda da taxa de lucro, dada a elevação da composição orgânica do capital, e diminuição do capital variável em relação ao capital total investido.

Percebe-se que esse processo, nas economias com características dependentes, é ainda mais agravante, quando se entende em quais mercados são adquiridos os meios de produção - equipamentos, maquinários e tecnologias tanto do setor I (meios de produção) quanto do setor II (meios de consumo): essencialmente, no mercado externo. No capítulo 1, fica nítida a crescente dependência das economias latino-americanas das importações de bens de capital.

Assim, aqui, a pergunta a se fazer é: os mercados de meios de produção necessários ao desenvolvimento dessas economias estão na economia interna ou são adquiridos no mercado externo? Além disso: em qual mercado externo? Osorio (2012a) alerta que o assunto é relevante, pois envolve consequências ao menos em duas direções: (a) se são adquiridos no exterior, como ocorre na América Latina, isso mostra, por um lado, o débil desenvolvimento interno do setor I; e (b), por outro, que uma parte importante do capital (D), levando em conta apenas no início do processo, sairá imediatamente para o exterior como forma de pagamento para compra desses bens.

Agora, passemos para a análise da compra da força de trabalho. Para Marx (1983), a compra de força de trabalho pelo capital ($D - Ft$) é considerada o traço característico do modo de produção capitalista, em que se dá a transformação do capital monetário em capital produtivo, pois é a condição essencial para que o valor adiantado em forma dinheiro se transforme realmente em capital, em valor que produz mais-valia.

Aqui, vale a pena recorrer ao livro I de “O Capital”, no qual Marx trata do processo de trabalho ou o processo de produzir valores de uso, para se entender o papel elementar da força de trabalho. Segundo Marx (2008), a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho, em que o comprador da força de trabalho a consome, fazendo seu vendedor trabalhar, sendo que este, ao trabalhar, torna-se, realmente, no que antes era apenas

potencialmente força de trabalho em ação, trabalhador. Marx (2008) argumenta que, para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregados valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza, assim, o que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor de uso particular, um artigo especificado.

A análise da compra da força de trabalho envolve implicações importantes, além destas de produzirem valores de uso. Essas implicações perpassam pelo valor da mercadoria força de trabalho, intensidade do uso dessa mercadoria, além de suas formas de reprodução, que são correlacionadas com a sua capacidade de consumir bens necessários não só para a sua reprodução, mas também para viver uma vida que se valoriza. Antes de nos atermos a essas questões vamos entender alguns elementos iniciais importantes para a apreensão que pretendemos abranger ao longo de todo o capítulo: a produção de valores de uso pode determinar o padrão de reprodução de uma nação. É isso que veremos na próxima seção.

3.1.4 A produção de valores de uso como determinante do padrão de reprodução

Aqui, é oportuno fazermos alguns esclarecimentos sobre o valor de uso e diferenciá-lo do valor de troca. Para isso, recorremos ao livro I de “O Capital” e ao trabalho desenvolvido por Carcanholo (1998), que desvenda a categoria valor de uso e valor de troca segundo pela teoria marxista. Primeiramente, Carcanholo (1998) nota que a mercadoria pode ser definida como uma riqueza mercantil e que se manifesta como unidade entre valor de uso e valor de troca. Uma mercadoria só é reconhecida como tal, se tiver essas duas propriedades, “qualquer produto que tenha a capacidade de satisfazer necessidades, mas não tenha a propriedade de ser trocado por outro, não pode ser levado para a troca [...], “logo, não é uma mercadoria” (CARCANHOLO, 1998, p. 19).

Assim, “nenhum produtor troca uma mercadoria sem reconhecer na mercadoria alheia um valor de uso”, “trata-se de uma pré-condição para a troca” (CARCANHOLO, 1998, p. 19). Desse modo, pode-se “[...] definir a mercadoria como uma unidade de dois elementos: valor de uso e valor de troca” (CARCANHOLO, 1998, p. 19). Além disso, Carcanholo (1998) salienta que o valor de uso é uma propriedade de riqueza independente

de sua forma histórica, pois a mercadoria é, antes de tudo, uma coisa que satisfaz às necessidades humanas.

Segundo Marx (1983), “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, e essa utilidade não paira no ar, ela é “determinada pelas propriedades do corpo mercadoria, ela não existe sem o mesmo [...]”, “[...] o corpo da mercadoria mesmo, como o ferro, trigo, diamante etc., é, portanto, um valor de uso ou bem”, deste modo, “[...] esse seu caráter não depende de que a aproximação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho” (MARX, 1983, p. 45 – 46). O autor completa argumentando que os valores de uso fornecem o material de uma especialidade própria, a mercadoria, assim, o valor de uso realiza-se apenas no uso ou no consumo.

O valor de troca, ao contrário do valor de uso, tem sua determinação histórica, pois, segundo Marx (1983, p. 46), o valor de troca nasce “como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente com o tempo e no espaço”. Isto faz caracterizar o valor de troca como algo puramente relativo, que muda com o tempo, porém existe uma aparente causalidade do valor de troca, uma vez que tanto o valor de troca de X, ou de Y, quanto o de Z estariam determinados pela relação de equivalência que existe entre as mercadorias.

De acordo com Carcanholo (1998), essa propriedade é algo intrínseco à mercadoria X, por exemplo - embora sua forma de expressão ou manifestação (o valor de troca) seja relativa, a propriedade que é imanente à mercadoria X denomina-se de valor. Logo, nota-se que o valor de uso não é uma substância do valor.

Já a causalidade da troca fica limitada às considerações do valor de troca, portanto, daquilo que é aparente. Assim, “como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso¹¹²” (MARX, 1983, p. 47).

¹¹² Carcanholo (1998) explica isso dando o exemplo de que quando um trabalhador leva a sua mercadoria para a troca, ela se encontra nessa situação enquanto um valor e um não-valor de uso para o seu produtor, neste momento, este último está alienando o valor de uso de sua mercadoria, pois o objetivo é apropriar-se de outra mercadoria, distinta daquela que produziu. O autor completa, “se essa mercadoria fosse reconhecida por ele como um valor se uso, ele não trocaria, visto que estaria interessado em suas propriedades materiais úteis, e não na sua capacidade de ser trocada”, portanto, nesse caso, a mercadoria seria um valor de uso e não um não-valor, ao mesmo tempo (CARCANHOLO, 1998, p. 06).

Como as mercadorias são, essencialmente, fruto do trabalho humano, vamos ver qual o papel do trabalho para a incorporação dessas propriedades da mercadoria.

Conforme Carcanholo (1998), o fundamento da riqueza e de qualquer forma histórica que ela assuma, isso inclui a mercadoria, apenas pode ser ato de sua produção e, portanto, do trabalho que o homem exerce para produzi-la, isso quer dizer que o trabalho é o responsável pelo duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor), para isso, utiliza-se do trabalho concreto e trabalho abstrato. Vamos entender melhor esse duplo caráter do trabalho.

Por ser um trabalho específico, distinto dos outros, conforme explica Carcanholo (1998), é uma atividade produtiva adequada a um fim. Ou seja, a um produto específico é um trabalho útil, e esse lado material do trabalho mercantil é definido como trabalho concreto, que é o responsável pelo fato de a mercadoria ter um valor de uso específico. Logo, em relação à satisfação das necessidades por um valor de uso qualquer, isso apenas é possível em função das propriedades materiais dele, que são resultado de um processo de trabalho humano – que lhe conferiu essa materialidade e não da utilidade do produto, dependendo da saciedade do consumidor, conforme prevê a teoria da utilidade¹¹³ (CARCANHOLO, 1998).

Como dissemos, uma vez que as mercadorias são fruto do trabalho¹¹⁴, o seu valor de uso resultado do trabalho concreto, apenas existe porque nela está materializado o trabalho humano abstrato (MARX, 1983). O trabalho abstrato é o trabalho humano desrido de suas especificidades, considerado trabalho como gasto da força de trabalho, como a simples despesa de energias humanas, físicas e intelectuais¹¹⁵.

¹¹³ Por isso que não se pode aplicar ao valor de uso a substância do valor, pois assim estaria sendo negligenciada a anteposição do trabalho.

¹¹⁴ A não ser que ela seja encontrada pronta na natureza.

¹¹⁵ Chagas (2011) ensina que o produto do trabalho é um valor de uso, como linho, fio, casado, cadeira, sapatos etc., desta forma, embora cadeiras e sapatos sejam úteis à sociedade, o capitalismo não os produz, tendo em vista apenas os seus valores de uso. Ou seja, a sociedade produz esses valores de uso por serem um substrato material do valor de troca, só produz um valor de uso que tenha um valor de troca, que seja destinado à venda – uma mercadoria de valor mais elevado do que o valor que foi necessário para produzi-la, portanto, superior à soma dos valores dos meios de produção (matéria-prima + desgaste de ferramentas) e da força de trabalho (salário), pelos quais o capitalista antecipou seu dinheiro no mercado (CHAGAS, 2011). O autor complementa, lembrando, que, no capitalismo, se produz não apenas valor de uso, mas mercadoria valor de troca, valor excedente, ou mais-valia, além disso, na medida em que a mercadoria é unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o trabalho deixa de ser exclusivamente útil-concreto, que produz valor de uso e se transforma em valor abstrato, ou trabalho simples, ou ainda trabalho médio que produz valor de uso e ao mesmo tempo valor de troca.

Assim, o valor de uso das mercadorias X, Y e Z, para seguir nosso exemplo, não pode ser determinante na troca, pois, como valores de uso, conforme Carcanholo (1998), tais mercadorias se diferenciam apenas qualitativamente na troca.

A substância comum, que é o valor, as torna qualitativamente iguais (CARCANHOLO, 1998). Isso demonstra que, quando são trocadas, suas especificidades são, aparentemente, suprimidas, pois o trabalho concreto nelas empregado, que produziu valores de uso distintos, passa a ser igualado no mercado.

Dessa forma, prevalece o trabalho abstrato, abstração das especificidades do trabalho (e que não é ideal), que reduz as diferentes formas do produto do trabalho a uma única coisa. Isso denota que, segundo Carcanholo (1998, p. 11), “a mercadoria, por ser um produto do trabalho humano, é um valor de uso por ser produto de um trabalho material específico e um valor por ser fruto de um trabalho humano indistinto, genérico e abstrato”, assim, mais uma vez, a substância do valor não pode ser o valor de uso. Logo, conforme o autor, do que Marx denomina de trabalho mercantil, o trabalho concreto (que produz valor de uso) e trabalho abstrato (produtor de valor), o processo de produção mercantil se desdobra em um processo de trabalho e um processo de formação de valor.

Porém o valor de uso não importa apenas quando subordinado pelo valor, a significação econômica do valor de uso aparece na sua relação com as condições sociais de produção, pois, ao mesmo tempo, é influenciado por ela e influí nessas condições. Como indica Carcanholo (1998), o valor de uso formal, por assim chamá-lo quando não apresenta unicamente em suas propriedades materiais, não pode ser tratado apenas como elemento subordinado ao valor. Para alcançarmos melhor essa relação, vamos nos aproximar um pouco da propriedade valor de uso, conforme investigado por Carcanholo (1998).

O autor lembra que, pelo fato de o trabalho mercantil, como apontamos acima, ser trabalho concreto, produtor de valor de uso, e trabalho abstrato, produtor de valor, no processo de produção mercantil se desdobra em um processo de trabalho e um processo de formação de valor, sendo que este último, em uma economia mercantil, se transforma em um processo de valorização, já que é caracterizado pela produção de um valor excedente. Além disso, segue nosso autor, o processo de trabalho consiste na atividade concreta que o homem exerce orientada para um fim específico, para a produção de um determinado produto.

Por conseguinte, o homem, a partir da utilização de instrumentos, denominados de meios de produção, que lhe possibilitam exercer sua atividade, transforma o objeto de trabalho. Assim, tanto o meio como o objeto de trabalho são entendidos como meios de produção. Isso faz com que a efetivação do trabalho concreto tenha como fim a produção de valores de uso. Em outra ponta, como o valor de uso é um suporte material para o valor, o processo de trabalho é um meio para a valorização – o processo de valorização diz respeito à criação de valor, ao valor abstrato -, portanto, a lógica do processo de trabalho se submete à do processo de valorização (CARCANHOLO, 1998). Como o objetivo é o aumento da produtividade¹¹⁶, buscar-se-á uma maior proporção entre os meios de produção e a força de trabalho empregada.

Conforme explica Carcanholo (1998), o aumento da produtividade implica a redução do tempo de trabalho para produzir uma mercadoria e, igualmente, do valor desta. Isto leva à maior competitividade do capital que conseguir implementar essa modificação no seu processo de trabalho, já que a mercadoria não é vendida pelo seu valor individual e, sim, pelo seu valor de mercado, portanto, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Quando o capital consegue diminuir o valor individual de sua mercadoria, será possível apropriar-se de um valor extra. Deste modo, “o lado material da produção influí de forma crucial na valorização do capital” (CARCANHOLO, p. 30). Trataremos melhor dessas implicações nas próximas seções.

A reprodução desses valores de uso, ou melhor, de valores de uso predominantes em cada economia, irá definir o padrão de reprodução da economia em questão. E não só isso, serão definidos os mercados em que se pretende atuar e as particularidades de sua realimentação.

Assim, a reprodução desses valores de uso é de suma importância, pois, para que um novo período de produção seja iniciado, o capital necessita, novamente, de meios de produção e força de trabalho em montantes ainda maiores, quando se trata de reprodução ampliada. Para isso, os meios de produção devem ser conseguidos tanto em termos de valor, quanto em termos de quantidades e requisitos necessários para tal reprodução, já a força de trabalho pode ser conseguida no exército industrial de reserva (CARCANHOLO, 1998).

¹¹⁶ E se o aumento da produtividade for possível nos setores que produzem as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho, o resultado será o aumento da taxa de mais valor, permitindo maior acumulação de capital (CARCANHOLO, 1998).

Soma-se a isso a necessidade da produção de meios de subsistência suficientes para dar conta da absorção de novos trabalhadores, tudo isso aponta que, para a reprodução do capital, interessam não apenas o valor, mas também os valores de uso.

Isso faz com que, para cada tipo de padrão de reprodução, fazem-se necessárias tecnologias específicas, que se diferenciem, em especial, pelo grau tecnológico necessário. Assim, existem padrões de reprodução que necessitam de maior grau tecnológico e, por consequência, melhores qualificações dos trabalhadores. Para dar cabo a esse padrão, as condições intelectuais e técnicas do trabalhador também precisam acontecer.

Por outro lado, conforme o valor de uso produzido e as condições de manutenção de sua reprodução, existirão especificidades na exploração do trabalho e nas classes que irão absorver esse padrão, se a economia nacional consegue absorver o padrão de reprodução interno, se os meios de produção compõem esse padrão de reprodução, ou seja, se são desenvolvidos interna ou externamente e isso tem implicações que veremos a seguir.

3.1.5 A valorização do capital e suas implicações no processo de superexploração da força de trabalho

Para a análise do padrão de reprodução, devemos partir do entendimento de que o modo de produção capitalista tem como alvo a constante valorização do seu capital (mais-valia) e não a simples produção de mercadoria, ou seja, seu objetivo é a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que foi pago por ele para produzi-la. Isso explica a afirmação de Souza (2013), que diz que “[...] o processo de produção capitalista não é a simples unidade contraditória do processo de trabalho e criação de valor, mas a unidade contraditória do processo de trabalho com a criação de mais-valia [...]”, ou seja, **valorização do capital** (SOUZA, 2013, p. 191).

Portanto, a forma específica como a lei do valor funciona sob o modo de produção capitalista é a produção de mais-valia, lei absoluta, deste modo, de produção. A lei do valor capitalista é a lei da mais-valia. Deste modo, o valor, que é uma relação social entre distintos possuidores privados de mercadorias, assume uma determinação específica no modo de produção capitalista: é sobretudo a relação entre o possuidor dos meios de produção e de vida e possuidor da força de trabalho; é a mais-valia que se extrai desta relação no processo de produção; é, de um lado, a valorização do valor, o acréscimo do capital e, de outro, a exploração do trabalho; é por conseguinte, o próprio capital, que só é capital na medida em que se

autovaloriza e explora. Neste sentido, o capital, como materialização do valor na sociedade burguesa é essencialmente uma relação social de produção e exploração (SOUZA, 2013, p. 191).

Vamos esclarecer melhor a importância do valor no processo de desenvolvimento capitalista e a influência do lado material na **valorização do capital**, para dar sequência ao nosso estudo dos rastros do capital.

Carcanholo (1996) informa que a lógica do processo de trabalho se submete ao processo de valorização, isso resulta em que as leis da acumulação de capital influem na evolução do trabalho. Como o objetivo primordial do capitalista é o ganho de produtividade, ele sabe que quanto maior for a proporção entre os meios de produção e a força de trabalho empregada, maior será a produtividade da força de trabalho, pois será possível transformar uma maior quantidade de meios e objeto de trabalho. Por sua vez, o aumento da produtividade implica na redução do tempo de trabalho para produzir uma mercadoria, consequentemente, do seu valor.

Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado (tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la) e não pelo valor individual, o aumento da produtividade estimula os capitalistas a programar essa mudança no seu processo de trabalho, pois, como reduziu o valor da sua mercadoria produzida individualmente, poderá apropriar-se de um valor extra (CARCANHOLO, 1998). Acrescenta-se a isso, conforme já identificamos na seção anterior, o fato de que, se a produtividade aumentada ocorre nos setores voltados para a produção de produtos que compõem os bens salários, ou seja, o valor da força de trabalho, este cairá, levando ao aumento da taxa de mais-valia, possibilitando uma acumulação de capital ainda maior (CARCANHOLO, 1998).

Marx (1989, livro II) mostra que existe uma mercadoria especial, que é o dinheiro que se comporta como um equivalente geral das demais mercadorias. Portanto, faz com que o dono da mercadoria X não precise esperar que o dono da mercadoria que deseja trocar (mercadoria Y, por exemplo) queira trocar certa quantidade de sua mercadoria por certa quantidade da que ele deseja. Carcanholo (1998) esclarece que o valor de uso formal do dinheiro (equivalente geral, pois todos desejam adquiri-los, já que é 'universalmente' aceito) é que o torna como mercadoria especial, ele representa valores porque ele é um valor, pois um valor só pode manifestar-se por meio do valor de troca - com essa mercadoria especial, que é o dinheiro, os valores das demais mercadorias continuam, expressando-se em um

valor de uso diferente dos seus, mas por meio de um valor de uso representante do valor, sendo que o preço é a expressão em dinheiro do valor.

A partir disso, Miranda (2011) declara que Marx não identificou apenas o valor como relação social de igualação quantitativa entre os muitos trabalhos úteis possíveis de qualidades diversas - sua forma de manifestação na troca por um equivalente geral – mas também o valor de troca e sua forma de manifestação na troca por equivalente em dinheiro, o preço.

Como já explicado na seção anterior, a força de trabalho é outra mercadoria elementar, em especial, por ser ela que tem a capacidade de gerar mais valor, isso é fruto da capacidade do seu valor de uso que se dá no processo de produção de mercadorias, produzir valores de uso em outras mercadorias ou acrescentar valor às mercadorias que são produzidas por ela. O capitalista, ao pagar pelo valor de uso da força de trabalho, consegue apropriar-se da mais-valia gerada por este último – este é o segredo da mais-valia.

Osorio (2012a), mais uma vez, dá um maior nível de concreticidade a essas questões, ao mostrar que a fase em que o capitalista compra força de trabalho resulta em implicações flagelantes para o vendedor da força de trabalho, em função das condições em que se dão a compra e o pagamento da força de trabalho. Isso ocorre porque, segundo Marx (1983), apesar de que no ato $D - Ft$, o detentor do dinheiro e o possuidor da força de trabalho só se relacionam em um primeiro momento como comprador e vendedor, respectivamente, portanto, apenas se encontram um com o outro em mera relação monetária, mesmo assim, o comprador, antecipadamente, aparece ao mesmo tempo como detentor dos meios de produção, que formam as condições materiais do dispêndio produtivo da força de trabalho por seu possuidor.

Isto quer dizer que os meios de produção se contrapõem ao possuidor da força de trabalho como propriedade alheia, por outro lado, o vendedor da força de trabalho se encontra, com seu comprador como força de trabalho alheia, que tem de repassar a seu domínio e ser incorporada a seu capital, para que este funcione efetivamente como capital produtivo (MARX, 1983).

Aqui vale ressaltar que a relação de classe entre capitalista e trabalhador assalariado já está posta, então, a compra e venda é considerada uma relação monetária, entretanto, uma compra e venda em que se pressupõem o comprador como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado. E essa relação está dada pelo fato de que as condições para a

realização da força de trabalho – meios de subsistência e meios de produção – estão separadas, como propriedade alheia, do ponto de vista do possuidor da força de trabalho (MARX, 1983).

Para além dos elementos teóricos a serem considerados na compra-venda da força de trabalho, em especial, sobre as dimensões na análise do valor da força de trabalho¹¹⁷, conforme desenvolvemos no capítulo 2, Osorio (2012a) salienta que devem ser assinalados outros pontos relevantes na hora do exame de um padrão de reprodução do capital. Entre eles, devem ser assinalados os setores, ramos ou indústrias que demandam força de trabalho em certas ocasiões históricas, as especificidades diferenciadas da força de trabalho e as condições em que se estabelece essa demanda, além da sua localização territorial.

O autor exemplifica parte dessas questões com a aparição dos corredores industriais durante o século XX, o que gerou a centralização das massas de trabalhadores em determinados ambientes urbanos, que gerou processos de proletarização, favorecendo a integração e a organização sindical e política. Um modelo importante dessa questão pode ser visto a partir da experiência do ABC Paulista, onde se formou grande concentração de trabalhadores que, reunidos em sindicados, conquistaram, em parte, melhores condições de trabalho. Apesar disso, em função da ferocidade do capitalismo maduro, estudos recentes indicam que, nas últimas décadas, as ações desses sindicatos não foram eficazes para combater desligamentos e a precarização ainda maior do trabalho (BORGES, 2011).

Sotelo Valencia (2007) complementa nosso exemplo com algumas das conclusões do seu estudo sobre o mundo do trabalho nos dias atuais. O autor constata que a desintegração da União Soviética, as desregulamentações propostas por empresas europeias e norte-americanas, estão se convertendo em verdadeiras fontes de obtenção de valor e acumulação de capital para as grandes empresas apoiadas em seus respectivos estados imperiais, onde, sem eles, não conseguiriam existir, logrando a pressionar os trabalhadores impondo-lhes condições de trabalho flexíveis e precárias, apesar das recorrentes manifestações da classe trabalhadora contra essa desestruturação.

Araujo (2012) faz um levantamento empírico que mostra um claro aumento, no Brasil, do grau de exploração da força de trabalho entre 1990 e 2007 (com exceção do

¹¹⁷ Entre eles, temos que o valor total da vida do trabalhador, conforme as condições de vida dominantes da época, é que determina seu valor diário, sendo que o valor total considera o tempo total de vida útil do trabalhador. Mas não só isso, temos ainda que considerar questões importantes sobre as condições do trabalhador em produzir e reproduzir sua força de trabalho.

período 2005-2007). Em um estudo mais recente, o autor destaca que a manutenção, nas economias dependentes, de um salário situado, em média, abaixo do valor da força de trabalho, tem como resultado um desestímulo do capital em investir no uso de maquinaria em larga escala e isso reduz a possibilidade para o aumento da produtividade (ARAUJO, 2013).

Outra questão relevante, considerada por Osorio (2012a), na hora do exame de um padrão de reprodução do capital, são temas como o montante de trabalhadores contratados, sua qualificação e os tipos de contratos que prevalecem na compra-venda - assuntos da maior importância. Em todos esses pontos, encontram-se diferenças ou semelhanças entre os padrões de reprodução dos diversos países, como a compra da força de trabalho sem contratos como acontece de maneira sistemática nos países periféricos, conforme identificado no primeiro capítulo.

Para dar sequência a nossa explicação das implicações no processo de superexploração da força de trabalho em virtude da valorização do capital, partiremos para a compreensão do que se dá na **fase do capital produtivo** (...P...). Mas, para isso, vamos fazer nossa última consideração sobre o ciclo do capital. Este, conforme indicamos anteriormente, começou pelo ato da circulação por meio da compra ($D - M$, a transformação do dinheiro em mercadoria), porém a circulação precisa ser complementada por meio da venda, dada a metamorfose oposta ($M' - D$, transformação de mercadoria em dinheiro).

Marx (1983) esclarece que, no entanto, o resultado imediato de $D - M < \frac{F_t}{M_p}$ é a interrupção da circulação do capital monetário em capital produtivo, o valor-capital recebeu uma forma natural, na qual não pode continuar circulando, mas tem de ingressar no consumo produtivo. E ainda, a utilização da força de trabalho, só poderá ser realizada no processo de trabalho, pois o capitalista não pode vender novamente o trabalhador como mercadoria, assim, utiliza a força de trabalho, deixando os meios de produção serem utilizados por ela como criadora de mercadorias (MARX, 1983). De tal modo, o resultado do primeiro estágio da circulação é a entrada no segundo estágio, o estágio produtivo.

Destarte, Osorio (2012a) informa que a mercadoria força de trabalho colocará em destaque sua habilidade de gerar um valor superior ao seu próprio valor, a valorização, ao mesmo tempo, permite repor seu valor e transfere ao produto final o valor dos meios de produção no qual intervém a criação do valor - com base nessa dimensão, a força de

trabalho se apresenta como capital variável, enquanto os meios de produção funcionam como capital constante¹¹⁸.

Assim, uma vez que o capital abandona a primeira fase da circulação e ingressa na fase produtiva, um dos primeiros aspectos a ser avaliado deverá estar relacionado às formas como o capital consome a força de trabalho, ou seja, as formas que o capital explora a força de trabalho. Conforme desenvolvido no segundo capítulo, Marini apreende que a superexploração pode se dar de quatro formas: i) intensificação do trabalho; ii) prolongamento da jornada de trabalho; iii) a apropriação por parte do capitalista do fundo de consumo do trabalhador – convertido, então, em fundo de acumulação capitalista; e iv) ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

A apropriação, por parte do capitalista, do fundo de consumo do trabalhador, que resulta na compra da força de trabalho abaixo de seu valor, realiza-se na primeira fase da circulação.

Osorio (2012a) dá maior concretude às formas de superexploração e entende que a extensão da jornada de trabalho tende a compor um mecanismo de acréscimo da mais-valia comumente em empresas com níveis tecnológicos atrasados e menores níveis de capitalização, saída empregada, geralmente, por médias e pequenas indústrias. Todavia, nos momentos de crise em que aumenta o exército industrial de reserva e a classe operária tende a perder ainda mais a sua força, contribuindo para a generalização do prolongamento da jornada de trabalho, fazendo com que sua diminuição dependa, sobretudo, de uma mudança nas correlações de força na sociedade.

O autor esclarece que, no capitalismo maduro, “[...] o prolongamento da jornada de trabalho constitui um mecanismo regular nas regiões dependentes, estreitamente associado à presença de salários muito inferiores ao valor da força de trabalho” (OSORIO, 2012a, p. 56). Acrescenta ainda que, dado o deslocamento de plantas produtivas para países periféricos que aceitam salários mais baixos, os trabalhadores dos países imperialistas são levados a sofrer desta mesma condição.

¹¹⁸ Aqui, podemos voltar às contribuições de Souza (2013) em que nota que o processo de produção capitalista não é a simples unidade contraditória do processo de trabalho e a criação de valor, mas a unidade contraditória do processo de trabalho e criação de mais-valia, ou seja, a valorização do capital. Isso leva ao que afirmamos no início desta seção, de que a produção de mais-valia é a forma específica como a lei do valor funciona sob o modo de produção capitalista.

O avanço das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho nos ramos que produzem meios de consumo dos trabalhadores permitem incrementar a massa de bens que passam a fazer parte da certa de bens da classe trabalhadora, ao baratear o valor unitário dos produtos como televisões, celulares etc., podendo levar até a um aumento do consumo do trabalhador sem que se incremente o pagamento da força de trabalho. Portanto, são elevados os valores da força de trabalho em função das necessidades humanas que são colocadas pela lógica do capital, porém ele não é pago na integra, mesmo que, aparentemente, o trabalhador acredite que ampliou o seu poder de compra¹¹⁹.

Osorio (2012a) faz um alerta ao lembrar que o capitalismo não existe para proporcionar melhores condições de vida, ao contrário, sua finalidade é a valorização, fazendo dos novos avanços na tecnologia e na organização do trabalho formas não para liberar, mas para submeter e explorar ainda mais.

Aqui, Osorio (2012a) ensina que, assim como o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade conjectura maior quantidade de trabalho dispendido, de maneira que precisa ser seguido de incrementos da remuneração para compensar o maior desgaste físico e mental. No entanto a exploração chega a um ponto em que as remunerações maiores tornam-se insuficientes para compensar tamanho desgaste. O resultado é a redução da vida útil do trabalhador, também por meio de problemas de ordem psicológica.

Osorio (2012a) ressalta, ainda, que a composição técnica do capital, ou seja, a forma de organização do trabalho, dando vida às noções de fordismo, neofordismo ou pós-fordismo, tayotismo etc., também incidem sobre a produção. Isso é importante em nossa análise, porque também desvenda inúmeros mecanismos para ampliar a exploração, a produção e, por consequência, incrementar a mais-valia. Porém a bibliografia tradicional reduz sua atenção a esses aspectos, trazendo conclusões limitadas e tendenciosas.

3.1.6 Reprodução das contradições: as crises cíclicas e o ciclo longo

Definidas as implicações da fase produtiva, veremos as contradições impostas pela lei do capital na segunda fase da acumulação, já que o capital, ao concluir a fase produtiva, está

¹¹⁹ Voltaremos a entender um pouco mais da forma particular que se dá a superexploração nos países dependentes, no capitalismo maduro, na penúltima seção deste capítulo.

sob a forma de mercadorias que precisam ser vendidas. Assim, a função de M' é, pois, a de todo o produto mercadoria, ou seja, transformar-se em dinheiro acrescentado, portanto, ser vendido, percorrer a **segunda fase da circulação** ($M' - D'$).

Essa fase coloca uma série de enigmas para a análise e que Osorio (2012a) esclarece. Primeiramente, é necessário ressaltar que, quando a mercadoria sai para a circulação, uma questão importante a ser avaliada diz respeito aos destinos dessas mercadorias, já que esta é considerada uma categoria social. Segundo o autor, faz-se necessário distinguir o mercado de meios de produção, a demanda gerada pelo capital em seus diversos setores (grande, médio e pequeno) para repor o desgaste desses meios, sejam ferramentas, máquinas, peças ou matérias-primas ou para ampliar a produção. Em segundo lugar, tem-se o mercado gerado pela mais-valia não consumida produtivamente, que o capital destina ao consumo individual e que se satisfaz com meios de consumo necessários e outros de luxo, em algumas categorias desse mercado, participam também setores da pequena burguesia, como profissionais com escritórios ou altos cargos de direção produtiva ou estatal.

A partir disso, o autor ressalta que de um mercado socialmente diferente participam o grosso da pequena burguesia e algumas camadas altas da classe trabalhadora, mais abaixo encontra-se a demanda das camadas do proletariado ativo e do proletariado temporariamente inativo, por último, os desempregados crônicos e o pauperismo em geral. Daí a pergunta: a quais desses mercados a produção se dirige predominantemente? A forma que assumem ou a forma como se constroem os mercados nos dão uma ideia do lugar que os setores e ramos da produção ocupam em uma economia e vice-versa. Porém ainda é necessário avaliar o problema dos mercados externos (diante do que já se assinalou em relação aos mercados internos).

Outro assunto de interesse, mas que retoma a primeira fase, diz respeito ao tipo e quantidade dos valores de uso lançados ao mercado, e isto é relevante por muitos motivos, entre eles,

[...] como o de nos dar uma ideia do nível de desenvolvimento de uma economia e dos ramos ou setores eixo da produção. Mas também ajuda a entender problemas derivados das flutuações dos mercados em relação a determinados valores de uso (OSORIO, 2012a, p. 60).

Assim, a segunda fase da circulação é a mais propensa a desencadear crises, pois, nesta fase, as mercadorias (M') podem não encontrar mercados para a sua transformação (D'), interrompendo o processo de realização da mais-valia. Essa questão pode ser exemplificada pelos momentos das crises generalizadas, quando as economias que produzem bens de consumo não indispensáveis (bens de luxo) ou matérias-primas (estanho, cobre etc.) são afetadas negativamente em função da queda da demanda desses bens, já aquelas que produzem os chamados bens de consumo salarial ou industrial indispensáveis (carne, trigo, petróleo etc.) são menos afetadas, já que são produtos que tendem a manter sua demanda mesmo durante as crises.

Aqui, interessa-nos aprofundar um pouco mais e fazer algumas observações sobre as crises. A partir de Marx, assimilamos que as crises são manifestações das contradições do modo de produção capitalista. Em *O Capital*, não há um capítulo ou uma sistematização sobre as crises capitalistas¹²⁰. Porém, como *O Capital* trata das contradições do capitalismo, desde os primeiros capítulos, a obra levanta questões que nos ajudam a entender as crises do capitalismo¹²¹.

A crise não significa o fim do capitalismo, ao contrário, são soluções com o objetivo de restabelecer a ‘normalidade’ do desenvolvimento capitalista. Possui um caráter cíclico já que se torna não só uma condição para um novo processo de acumulação, mas é o resultado necessário para o funcionamento das leis gerais do modo de produção capitalista. Conforme Carcanholo (1996), como, nesse sistema, a mercadoria é a forma elementar da riqueza, nela, está o germe da crise.

Isso remete, mais uma vez, à forma como opera a lei do valor sob o capital. Como vimos anteriormente, a mercadoria é a unidade de dois contraditórios, valor e valor de uso, e, nessa contradição, aparece a possibilidade de ocorrer o processo de produção, ou seja, criação de valor a partir do gasto trabalho na produção de uma mercadoria. Porém ela pode não ser aceita no mercado de forma que seu valor de uso não seja confirmado. Vamos ver como isso ocorre, incorporando, nessa análise, mais uma vez o dinheiro, pois, a partir disso,

¹²⁰ Conforme Carcanholo (1996) e Souza (2013), isso levou à várias interpretações equivocadas sobre as causas da crise.

¹²¹ Souza (2013) lembra que esse entendimento, ao partir de Marx, deve abranger a concepção materialista e a dialética da história, que são a medula do pensamento marxista. A essência desse método, conforme o autor, é analisar todas as formas como a lei econômica que preside o movimento da sociedade moderna em pleno movimento, isto significa examiná-la do ponto de vista das contradições de sua superação histórica.

entenderemos as peculiaridades desta segunda fase da circulação nas economias dependentes.

A mercadoria dinheiro formaliza a possibilidade da crise, pois, como já descrevemos, ela aparece como um equivalente de todas as outras mercadorias, uma vez que é aceito por todos. Esse é o ponto fulcral para a crise, pois a contradição que era interna à mercadoria, agora, se apresenta entre mercadoria e dinheiro. Carcanholo (1996) apreende esse fenômeno e explica que o dinheiro, por ser considerado como um equivalente geral do valor, pois o valor das mercadorias é representado por ele - o produtor X não precisa reconhecer o dinheiro como um valor de uso específico, como faz com qualquer outra mercadoria, já que ele possui um valor de uso social – aparece como se fosse o próprio valor em que todos os outros valores de uso se expressam. Assim, com o valor da mercadoria sendo manifestado externamente, a contradição entre valor e valor de uso traz uma nova unidade de polos contrários: a venda e a compra ou produção e realização.

Por exemplo, o produtor X, ao vender a sua mercadoria, ou seja, ao trocá-la pelo dinheiro ($M' - D'$), pode, em vez de comprar outra mercadoria, entesourar o dinheiro, deliberando, portanto, a possibilidade da crise de realização. Deste modo, a realização da produção, troca e consumo, está sujeita a variações decorrentes do funcionamento do próprio desenvolvimento capitalista.

O crédito poderia ser uma saída, já que permitiria o financiamento do capital para a produção, facilitaria a comercialização das mercadorias produzidas, reduziria o tempo de rotação do capital, pois o capital que está na produção não é o mesmo que está na circulação da mercadoria, conduzindo para o pleno funcionamento do sistema e uma possibilidade de maior taxa de lucro. Porém não é isso o que ocorre. Carcanholo (1996) adverte que existe um certo desligamento da produção em relação à demanda final, ou seja, a decisão da produção ocorre antes da realização da demanda final. Isso permite que esse capital potencialize os efeitos da crise, mesmo que eles sejam postergados.

Assim, a investigação das crises deve partir da investigação das contradições da sociedade capitalista e como operam, portanto, o que é e como operam as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalista (SOUZA, 2013).

Nessa fase, é necessário analisar mais uma vez as consequências do capital fictício, sendo ele considerado uma forma de capital-dinheiro. Ou seja, diz respeito aos títulos que,

mesmo que tenham um capital realmente existente em sua origem, possuem valores de face que flutuam conforme o humor do mercado especulativo. Em função disso, mesmo quando, indiretamente, concorrem para a produção de mais-valia, promovendo investimentos, como é o caso das ações de empresas produtivas, a quantidade de capital fictício acumulado (aparentemente) não possui relação alguma com a acumulação de capital na produção, a não ser pelo fato de que o portador dessa espécie de título tem o direito de apropriação de parte da mais-valia socialmente produzida (MIRANDA, 2012).

O capitalismo maduro tem como uma de suas especialidades o fato de acumular grande quantidade de capital que se especializa apenas na apropriação de mais-valia e que não vai para a produção, e isso tem consequências importantes.

Assim, podemos considerar que a crise desabrocha, uma vez que os processos de produção e realização do valor explicitam suas próprias contradições, deflagrando um período de recessão. No entanto, segundo Carcanholo (1996, p. 185),

As próprias consequências da crise - redução de preços, inovações induzidas pela concorrência, queda dos salários e reconstituição do exército industrial de reserva, desvalorização do capital em todas as suas formas, etc. – ganham condições para um novo processo de acumulação, para a retomada.

Destarte, as próprias leis do processo de funcionamento do sistema capitalista conduzem, em certos momentos, a economia para a direção de crise, mas os mesmos fatores que levam para a crise geram forças que a levam para uma direção oposta, portanto, de superação de suas próprias barreiras.

Como a capacidade de consumo da sociedade se dá pela distribuição e não pela produção - e nem pela própria capacidade do consumo, que está pautada, na sociedade capitalista, por relações sociais que tendem a direcionar o consumo da massa para o mínimo necessário para a sua sobrevivência, em especial, nas economias dependentes, o resultado é o subconsumo da grande maioria. Ou seja, do lado do consumo, o funcionamento do capitalismo proporciona uma capacidade de demanda limitada, menor do que seu potencial de produção (RIBEIRO, 2008). A conclusão desses fatores que levam à crise, foi sintetizada, por Carcanholo (1996, p. 186): “[...] produção ilimitada de mercadorias, consumidores abundantes e barreiras para o consumo, tudo isso provocado pelas mesmas leis, pela dinâmica do capitalismo, este é o conteúdo do fenômeno crise”.

Assim, a reprodução ampliada do modo de produção capitalista concebe um caráter cíclico à dinâmica capitalista e, por consequência, às crises. Vamos ver um pouco mais de perto como isso ocorre.

Até aqui, parece estar claro que o modo de produção capitalista tem como essência a reprodução ampliada, pois o objetivo dos capitalistas é acumular um pedaço cada vez maior da mais-valia, de tal forma, o valor total produzido tende a ampliar-se. Por conseguinte,

Para acumular, é necessário transformar parte do produto excedente em capital. Mas, sem fazer milagres, só se pode transformar em capital coisas que são aplicáveis no processo de trabalho, isto é meios de produção, e coisas das quais o trabalhador precisa para manter-se, isto é, meios de subsistência. Em consequência, parte do trabalho anual excedente tem de ser transformada para produzir meios adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital (MARX, 2008, p. 678 – 679).

Isso mostra que o modo de produção capitalista tem, na sua própria essência, a particularidade de expandir a produção ilimitadamente. No entanto, para isso, para que essa acumulação se processe, torna-se imprescindível o aumento da produção dos meios de produção e, mais do que isso, que exista força de trabalho disponível, expandida. Isso leva, por outro lado, à expansão e ou criação do exército industrial de reserva, - portanto essa elevação se dá pelo próprio processo de acumulação, pois, com a ampliação do capital constante, substitui trabalho vivo por trabalho morto. Eleva-se, desta maneira, a composição orgânica do capital. Ao mesmo tempo, a expansão do mercado de força de trabalho leva a uma ampliação do consumo dos chamados bens de consumo, portanto, possibilitando a sua reprodução ampliada.

Deste modo, percebemos que, para manter a sua própria existência, o capital busca sua valorização constantemente e, para que isso ocorra, eleva a produtividade do trabalho. O grau de produtividade “[...] se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, em um tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio da força de trabalho” (MARX, 2008, v. II, p. 725). Essa elevação da produtividade lhe permite baixar preços e ganhar posições na concorrência. Os restantes dos capitais tendem a seguir o mesmo caminho não só na busca de lucros extraordinários, mas, em especial, para a sua

sobrevivência. O aumento do capital constante impulsiona o capital a revolucionar de maneira recorrente a produção.

Conforme Osorio (2012a), essa dinâmica implica um renovado processo de elevação da composição orgânica do capital, pois destina quantidades cada vez maiores para a aquisição de capital constante, em detrimento do capital variável, e a consequência desse processo provoca a chamada lei da queda tendencial da taxa de lucro, em outras palavras, a redução relativa da mais-valia em relação ao montante total de capital que deve ser mobilizado para produzi-la¹²². Aqui, é possível, mais uma vez, perceber o caráter cíclico da dinâmica capitalista e das crises.

À medida que a dinâmica, que vimos, propicia a queda da taxa de lucro, existem mecanismos que neutralizam seus efeitos, entre eles, temos o aumento da taxa de exploração sem elevação da composição orgânica do capital, como o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, portanto, o capital pode recorrer à superpopulação relativa excedente para favorecer a sobrevivência do capital (OSORIO, 2012a). O capital também busca saídas que favorecem a elevação da taxa de lucro, a partir do barateamento de produtos que compõem o capital constante, entre eles a compra de equipamentos no exterior, que possibilita a ampliação da taxa de lucro.

Osorio (2012a) agrupa outros mecanismos concretos utilizados pelo capital para a superação da crise, entre eles, a incorporação da mulher e dos adolescentes ao trabalho, uma vez que toda a família tende a fornecer mais trabalho ao capital, influenciando o aumento da taxa de exploração, pois, por um lado, o capital pode obter de uma família uma massa maior de trabalho por salários relativamente menores, por outro, possui uma quantidade maior de trabalho disponível.

Aqui, é importante notar que os fatores que levam à queda tendencial da taxa de lucro são os mesmos que operam no incremento da massa de mercadorias que precisam ser vendidas para recuperar a mais-valia nelas contida, conforme vimos anteriormente, portanto, são fatores interdependentes e ligados.

Mandel (1982), ao criticar autores marxistas clássicos, como Hilferding, Luxemburg, Bukharin, Sweezy, Kalecki, que, segundo ele, elaboram teorias chamadas de “monocausais”

¹²² Note-se que a queda de lucro não implica a redução da massa de mais-valia, ao contrário, sua tendência é crescer, o que ocorre é a diminuição da sua proporção em relação ao capital total (OSORIO, 2012a).

de interpretação do capitalismo, apresenta seu esquema de interpretação denominado de “pluricausal”, que traz elementos importantes para nosso estudo.

Mandel (1982) traz uma interpretação do modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, em que, no modo de produção capitalista, torna-se essencial a aplicação de todas as suas leis básicas, para que se produza um resultado específico. Assim, a ação reciproca das diferentes variáveis e leis de desenvolvimento pode ser resumida em uma tendência ao desenvolvimento desigual das várias esferas da produção e das várias partes componentes do valor do capital, de forma que, para Mandel (1982),

O desenvolvimento desigual do Departamento I e do Departamento II é o início desse processo, que não é absolutamente redutível a esse único movimento. Ao mesmo tempo, teremos de investigar em que medida a lógica interna do modo de produção capitalista não apenas conduz a um desenvolvimento desigual nos dois Departamentos, mas também a um desenvolvimento desigual nas taxas de acumulação de mais-valia nos dois Departamentos e na economia como um todo, a um desenvolvimento do capital fixo e o capital constante circulante, a um desenvolvimento desigual entre taxa de acumulação e o exército industrial de reserva e a um desenvolvimento desigual entre o desperdício improdutivo de mais-valia e a crescente composição orgânica do capital (MANDEL, 1982, p. 27).

A partir da percepção da ação combinada de todas essas tendências desiguais do desenvolvimento capitalista, a causa do aparecimento de crise, conforme alcançou Carcanholo¹²³ (1996), é a divergência entre as contradições de produção e as de realização/apropriação, portanto, é a divergência do caráter social, de um lado, e a divergência do caráter privado, de outro, essa contradição está no cerne do modo de produção capitalista.

Essa totalidade de contradição engloba todas as outras contradições entre valor e valor de uso, entre produção e consumo, entre desenvolvimento das forças produtivas e menor participação do trabalho na produção, na anarquia da produção, na desproporção entre os departamentos etc., a crise, é, portanto, um desdobramento de todas essas contradições (CARCANHOLO, 1996). A forma como ela aparece está acoplada à fase da produção em que está sendo enfatizada, pois ela anuncia a unidade do capital e suas várias faces ou transformações em seus ciclos de reprodução.

¹²³ Carcanholo (1996) consegue apreender o que muitos autores chamavam de causas da crise que eram, na verdade, as formas que a crise se apresenta.

Isso implica entender uma das contradições mais importantes do modo de produção capitalista, quais sejam, as crises. Essas são manifestações de aspectos contraditórios de dois polos de uma mesma relação dialética, são soluções para restabelecer a normalidade, porém ela é transitória, pois logo uma nova crise seráposta. Assim, a crise não é terminal, não levará ao fim do capitalismo, ao contrário, é ela que o mantém vivo, pois cria novas condições e novos processos de acumulação para a manutenção da reprodução ampliada do capital.

Souza (1980) faz considerações importantes e que vamos incorporar à nossa análise. Ele sugere que não devemos confundir o padrão de reprodução com o ciclo econômico, pois, durante a vigência de um mesmo padrão de reprodução, podem ocorrer vários ciclos (aqui chamamos de ciclos a forma clássica como se manifestam a expansão e a crise no capitalismo), porém as particularidades do ciclo dependem do padrão de reprodução vigente.

O desdobramento dessa questão nos levará às crises estruturais do capitalismo, como é chamado por Mandel (1982), ou ao ciclo longo, como é chamado por Souza (2013), ou ainda, onda longa como é chamado por Osorio (2012a), e será importante para aprendermos como as escolhas no padrão de reprodução dos diferentes países trazem consequências diversas para essas economias no enfrentamento não só dos ciclos, mas também das crises estruturais.

As crises estruturais do capitalismo abarcam crises do padrão de reprodução (em que sua forma se dá após vários ciclos) e apenas são superadas a partir de modificações substanciais no padrão de reprodução. Dadas as particularidades dessas modificações, tais crises são mais longas que as crises cíclicas. Conforme Osorio (2012a), essas ondas longas expressam ciclos no movimento da taxa média de lucro, ou seja, de incremento e descenso em períodos relativamente longos, conforme o quadro 2, sendo que, uma vez recuperada, permite investimentos extremamente elevados. Essa passagem de uma onda para outra ocorre a partir de revoluções tecnológicas, ou seja, crescimento da composição orgânica do capital, que acarreta reestruturações dos processos de reprodução do capital em todas as extensões.

Mandel (1982) ressalta que esse acréscimo na composição orgânica do capital, ou seja, o processo de reprodução ampliada a um nível técnico mais elevado, não deve se limitar ao aumento do valor do capital constante e variável. Trata-se, também, da massa de

matérias-primas, materiais auxiliares, força de trabalho, independentes, sendo que a massa de valor destinado a esses elementos dependem essencialmente, não do valor aplicado em capital constante, mas da natureza do seu caráter técnico. Dado o objetivo de transição de um processo técnico menos produtivo a um mais produtivo, em alguns casos, são necessários pequenos aperfeiçoamentos na maquinaria e reorganizações produtivas, não havendo uma revolução na tecnologia que afete a totalidade do aparelho social de produção. Porém, para uma reorganização completa do processo técnico, são imprescindíveis novas máquinas, em alguns casos, novos materiais, sem os quais os novos ramos não podem vir a existir, saltos na reorganização nas formas de trabalho, energia, estrutura produtiva etc. de forma que altere qualitativamente, a produtividade do trabalho.

QUADRO 2 - Ondas longas na História do Capitalismo

Onda Longa	Totalidade Principal	Origem desse movimento
1) 1793 – 1825	Expansão da taxa de lucros em alta.	Máquinas artesanalmente produzidas, a agricultura se atrasa frente à indústria – alta de preços das matérias-primas. Queda nos salários reais com lenta expansão do proletariado industrial e desemprego maciço. Vigorosa expansão no mercado mundial (América do Sul).
2) 1826 - 1847	Enfraquecimento, taxa de lucros em estagnação.	Redução dos lucros ocorridas a partir da concorrência à produção pré-capitalista na Inglaterra e Europa ocidental. O valor crescente de Capital neutraliza a taxa de mais-valia. É desacelerada a expansão do mercado mundial.
3) 1848 - 1873	Expansão, taxa de lucros em alta.	A transição para a fabricação mecânica de máquinas reduz o valor de Capital fixo. Capital constante aumenta, mas sem acompanhar a queda de Capital fixo. Expansão maciça do mercado mundial em seguida à crescente industrialização e à expansão da construção de ferrovias na Europa e América do Norte, em resultado da revolução de 1848.
4) 1874 - 1893	Enfraquecimento, taxa de lucro cai, a seguir, permanece estagnada e, depois, aumenta levemente.	As máquinas de fabricação mecânica se generalizam, e as mercadorias produzidas com elas deixam de gerar superlucro. A crescente composição orgânica do capital conduz a um declínio na taxa média de lucros. Na Europa Ocidental, aumentam os salários reais. Os resultados da crescente exportação de capital e a queda nos preços de matérias-primas só gradualmente permitem expansão na acumulação de capital. Estagnação relativa do mercado mundial.
5) 1894 - 1913	Expansão, taxa de lucro em alta e, depois, estagnada.	Os investimentos de capital nas colônias, a arrancada do imperialismo, a generalização dos monopólios, beneficiados ainda mais pelos aumentos lentos no preço de matérias-primas, e estimulados pela segunda revolução tecnológica, com o subsequente aumento radical na produtividade do trabalho e na mais-valia, permitem um acréscimo geral da taxa de lucros, o que explica o rápido crescimento da acumulação de capital. Expansão vigorosa do mercado mundial (Ásia, África, Oceania).
6) 1914 – 1934	Retrocesso, taxa de lucros em queda abrupta.	A deflagração de guerra, a ruptura do comércio mundial e o retrocesso na produção material determinam dificuldades crescentes à valorização do capital, reforçadas pela vitória da Revolução Russa e pelo estreitamento do mercado mundial que esse fato ocasionou.
7) 1940 – 1966	Expansão, taxa de lucros em elevação e, a seguir, começando a declinar lentamente.	Enfraquecimento (e atomização parcial) da classe operária determinado pelo fascismo e pela segunda Guerra Mundial permitem uma alta maciça na taxa de lucros, o que favorece a acumulação do capital. De início, este é lançado na produção de armamentos e, a seguir, nas inovações da terceira revolução tecnológica, o que barateia consideravelmente o capital constante e, assim, promove uma elevação a longo prazo nas taxas de lucros. O mercado mundial se contrai por meio da autarquia, da guerra mundial e da ampliação das zonas não capitalista, mas, a seguir, é bastante ampliado pela intensificação da divisão internacional do trabalho nos países imperialistas e pelo inicio de industrialização nas semicolônias.
8) 1967 – (...)	Enfraquecimento, taxa de lucros em declínio.	A lenta absorção do “exército industrial de reserva” nos países imperialistas age como obstáculo a um aumento adicional da taxa de mais-valia, apesar da automação crescente. A intensificação da concorrência internacional e a crise monetária mundial trabalham no mesmo sentido. Diminuição do ritmo de expansão do comércio internacional.

Fonte: Mandel (1982, p. 92-93).

Souza (2013) busca esclarecer a relação entre o ciclo longo, que ele chama de onda longa e os ciclos. O autor considera que a profundidade da crise depende, sobretudo, do nível a que chegou seu auge anterior, assim como do grau de luta de classes no momento em que se inicia a crise. Os dois fatores, segundo Souza (2013), atuam de maneira oposta. Aqui, é possível utilizar o exemplo dado pelo autor para explicar melhor essa questão. Na fase depressiva da onda longa, tende a não haver auge fabris, isso explica o fato de não haver elevação brusca da composição orgânica e, portanto, por esta via, não há queda brusca da taxa geral de lucro. O efeito seria que a economia embarcaria em uma crise de maneira relativamente suave.

Por outro lado, ao contrário, nessa fase, a luta de classes tende a desenvolver-se de caráter mais intenso; assim, tende a dificultar o aumento do grau de exploração, o que pode levar a crises mais densas. Não é possível afirmar, previamente, que a crise vai ser mais ou menos profunda conforme a fase do ciclo, segundo o autor. Mas é possível prenunciar se será mais ou menos prolongada. Na fase depressiva, torna-se mais difícil para o capital recuperar suas condições de valorização anteriores à crise, em grande medida, porque o desenvolvimento da luta de classes tende a dificultar o aumento do grau de exploração do trabalho. Além disso, continua o autor, o baixo nível da taxa geral de lucro resulta na dificuldade de desenvolver processos produtivos que barateiam os elementos materiais do capital constante.

Osorio (2012) entende que as ondas longas expressam, fundamentalmente, ciclos da taxa média de lucro do mundo central¹²⁴, ou seja, os ciclos em seus padrões de reprodução, processo no qual intervêm elementos que extrapolam esse espaço geográfico e adentram nas economias dependentes, pela expansão do mercado mundial, mediante integração de novas áreas ou intensificação nas áreas já integradas, apropriação de valores gerados nessas economias etc. Assim,

[...] as tendências que levam à queda da taxa de lucro, apesar da presença de elementos que possam neutralizá-la, terminam impondo-se na reprodução capitalista no centro e no mercado mundial, provocando crises e recessões de longa duração (OSORIO, 2012a, p. 81).

¹²⁴ Fundamentalmente, porque nesses países estão concentrados os capitais que envolvem a maior taxa média de lucro.

Ou seja, essas ondas longas demonstram que as peculiaridades dos padrões de reprodução do centro e das economias dependentes estão conjugadas, porém, de forma hierárquica, pois os países centrais possuem maior poder de influência, atuando como eixos de acumulação em nível mundial. Isso demonstra a existência dos ciclos de reprodução do capital como sistema mundial capitalista e evidencia que o padrão de reprodução dos países dependentes não representa um mero reflexo daquilo que é gestado no centro, mas parte constituinte de uma dinâmica maior.

No entanto, segundo Souza (2013),

[...] na fase imperialista, [o padrão reprodução dos países dependentes] tende a estar condicionado pelo padrão de reprodução vigente nas economias centrais, o qual estabelece a lógica da reprodução mundial do capital (SOUZA, 2013, p. 226).

Isso leva o autor a entender que o ciclo longo aplica-se, com maior precisão, ao sistema mundial do capitalismo que a um país em particular. Assim, o que se desenvolve em cada país também possui sua dinâmica condicionada pelo ciclo longo da economia mundial, porém isso não se dá de forma direta e mecânica, mas ocorre conforme a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho. Isto é assim, pois, “[...] as condições gerais do ciclo longo somente se dão em nível mundial, ainda que possam se iniciar em determinado centro importante do sistema capitalista” (SOUZA, 2013, p. 226).

Isso faz com que, apesar de os países dependentes possuírem poder de influenciar em seus próprios padrões de reprodução, dadas as particularidades de sua inserção na divisão internacional do trabalho, “seu espaço de ação estará delimitado, em longo prazo, pelos movimentos da reprodução considerada de maneira sistêmica, embora em períodos curtos e conjunturais pareça ultrapassar tais delimitações” (OSORIO, 2012a, p. 82). Essa aparência pode ser observada até mesmo nas economias centrais, por exemplo, no capitalismo maduro, em que, ‘aparentemente’, os países centrais estão perdendo a sua força na dinâmica capitalista mundial.

Assim, o caráter das crises também é determinado pela situação em que se encontra o capitalismo no nível mundial.

Osorio (2012) consegue mostrar a relação dos padrões de reprodução do capital gestados na América Latina, ligados à periodização das ondas longas. Segundo o autor, a

primeira onda longa influencia os processos de independência na América Latina, lutas internas que conformaram Estados nacionais e integração das nações formalmente independentes no mercado mundial de maneira incipiente. Esse período é marcado pelo padrão primário exportador na região, que se estende até o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sobrepondo-se ao quarto ciclo em que as economias centrais apresentam. A queda deste ciclo, que termina em 1893, leva ao auge do padrão primário exportador, mas também com a ocorrência das primeiras crises localizadas que, segundo Osorio (2012), foram sinalizadoras da crise generalizada.

A longa etapa de prosperidade capitalista, que inicia na região com a emergência de um novo padrão industrial, abrange a sétima onda longa. A última onda de prosperidade se inicia na economia estadunidense e se estende para as economias europeias ocidentais e Japão, e leva a uma integração ainda maior das economias dependentes do capitalismo central.

A última onda longa, a onda longa recessiva, vivida pelos países centrais, coincide com a queda do padrão diversificado da América Latina, que será manifestada pela crise da dívida externa e pela crise de crescimento, que, de forma geral, se dá até o século XXI. Isso não denota que há apenas recessão, conforme Souza (2013), ao contrário, essa fase recessiva da onda longa, pressupõe uma tendência de que os ciclos curtos de crescimento tornam-se mais curtos e os de estagnação mais prolongados¹²⁵.

Nessa etapa, tem-se o que é denominado de Mundialização no sentido dado por Chesnais (2010), portanto, expansão intensiva do mercado mundial capitalista de uma forma jamais vista. Essa mundialização busca novas modalidades de reprodução e de recuperação da taxa de lucro, a partir de inovações tecnológicas, exigindo reorganização do mercado mundial e ampliação da exploração do trabalho.

Assim, essa fase descendente exacerba

[...] o fim de uma modalidade de reprodução do capital no centro, na semiperiferia e na periferia, assim como o fim da Divisão Internacional do Trabalho que acompanhou tal reprodução no sistema mundial capitalista e das correlações de forças que acompanham esses processos, com a abertura de um período de significativas perdas de posições do trabalho com relação ao capital (OSORIO, 2012a, p. 84).

¹²⁵ Assim, ao contrário, na fase de ascensão, os ciclos de crescimento são mais prolongados em comparação aos ciclos de crise.

Na América Latina, vê-se a conformação de um novo padrão de reprodução, chamado pelo autor de exportação primária e especialização produtiva, que toma forma a partir de 1970-1980. Para explorar melhor como se dá a formação desse padrão de reprodução, vamos entender, primeiramente, como a política econômica pode produzir as condições necessárias para a sustentação de determinado padrão de reprodução.

3.2 O padrão de reprodução como elemento condicionador da política econômica

Osorio (2012a) apresenta outros elementos importantes, ao avaliar a necessidade da reprodução de certas pautas, para que a reprodução do capital gere um padrão de acumulação que se reproduza. Essas pautas são mecanismos com os quais o capital conta para manter sua continuidade por um bom tempo, ou seja, para que possa passar das esferas da produção e da circulação continuamente, - apesar das contradições do próprio sistema, que levam às crises, garantindo a vigência de um mesmo padrão de reprodução, ou até a formação de um novo padrão. A política econômica é um dos mecanismos que o capital conta para manter seu objetivo de reprodução.

Assim, uma das formas de manter determinadas pautas que permitam a reprodução de um certo padrão de reprodução, segundo Osorio (2012a), é por meio da política econômica. Parte do argumento do autor está baseado no trabalho de Lichtensztein (2008), *“Enfoques y categorías de la política económica”*. Lichtensztein (2008) busca discernir a política econômica por meio de um prisma efetivamente econômico. Ou seja, o autor entende que existem propósitos econômicos que, a partir das necessidades impostas pelo sistema produtivo e financeiro, estimulam certas decisões governamentais.

A partir dessa perspectiva, o autor considera que a política econômica possui alguns componentes básicos que se relacionam e determinam o conteúdo desta. Esses componentes básicos são apresentados por Lichtensztein (2008):

- a) O poder de decisão (Estado, governo, poder central, autoridades ou agentes públicos responsáveis, Congresso etc.); b) as práticas ou mecanismos de decisão (referentes a instrumentos, meios, ações, variáveis instrumentais, medidas etc.); c) os propósitos das decisões (objetivos, fins, metas, comportamentos etc.), e d) os destinatários das decisões (setores,

grupos sociais, atividades etc.) (LICHTENSZTEJN, 2008, p. 11, tradução nossa).

Esses componentes indicam que a política econômica responde substancialmente a um conjunto de práticas sociais de poder, mas não reduz o papel de decisão ao Estado como único protagonista político, uma vez que é necessário conjugar a sua atuação dentro do sistema de relações de poder que caracterizam a sociedade.

O entendimento dos objetivos que a política econômica persegue é a chave para a compreensão do porquê econômico das ações adotadas pelo Estado. Ou seja, entender que as autoridades implementam a política econômica com referência à solução de uma problemática econômica, constitui um dos aspectos importantes que caracterizam a essência de seus objetivos. O outro aspecto diz respeito ao conteúdo da política econômica que está relacionado com sua expressão institucional ou social¹²⁶.

A partir desses elementos expostos, Osorio (2012a) esclarece que o campo de ação da política econômica é extenso e cobre grande parte dos terrenos que o capital percorre em busca de reprodução contínua em seu ciclo. Isso ocorre, pois o capital, em algum sentido, consegue fazer com que o Estado estabeleça políticas econômicas que favoreçam os interesses do capital, possibilitando a sua reprodução contínua. Portanto, “por meio de política dos instrumentos de política econômica é possível ajudar o capital para que seu trânsito pelo ciclo seja mais fluido e favorável a suas necessidades” (OSORIO, 2012a, p. 72).

O quadro 3 mostra alguns instrumentos que podem ser utilizados na política econômica, sendo que são usados de maneira diferenciada conforme a corrente econômica das quais derivam, considerando que essas correntes podem possuir uma ênfase na ação do Estado ou na ação do mercado. O importante desta distinção é perceber que cada uma dessas correntes de política econômica possui uma forma particular de aplicar os instrumentos da política econômica, conforme a ênfase correlacionada.

¹²⁶ [...] só pode ser entendida como a formulação de decisões emanadas de um poder ou poderes políticos constituídos. Tendo em vista esses aspectos, ainda que a especificidade da PE [política econômica] esteja representada pela busca de objetivos de caráter econômico, é impossível iludir-nos de que esses propósitos estejam simultânea e intimamente comprometidos com a proteção da estrutura ou com a coesão do dito poder político e da hegemonia social que a sustenta. Em consequência desse raciocínio, é perfeitamente lógico compreender que, se os objetivos econômicos tendem a superar ou a atenuar uma problemática econômica, por sua vez, a PE está integrada, de forma indissolúvel, ao objetivo político de preservar esse mesmo sistema político (LICHTENSZTEJN, 2008, p. 18, tradução nossa). Ao partir desse aspecto, Osorio (2012a) enfatiza que a política econômica conforme definido por Lichtensztein (2008), possui, ao mesmo tempo, um conteúdo econômico e político.

QUADRO 3 - Política Econômica – Campo de aplicação, instrumento e ênfase da ação

Campo de aplicação	Instrumento	Ênfase na ação estatal	Ênfase na ação do mercado
Monetário	Taxas de juros		
Fiscal	Impostos e Gasto Público	Keynesiana	Liberal
Comércio exterior	Câmbio, tarifas de importação		
Investimento	Taxa de juros, isenção de impostos, investimento público, abertura para investimentos estrangeiros, restrições de remessa de lucros e empréstimos	Estruturalista	Neoliberal
Consumo	Impostos de compra e venda, seguridade social		
Mão de obra	Taxas salariais	Neoestruturalista	Monetarista
Produção	Subsídios e controle de preços		

Fonte: Osorio (2012a, p. 71-72).

Osorio (2004) esclarece que cada padrão de reprodução de capital exige formas diferentes de intervenção do Estado e de políticas econômicas.

Assim se pode ver, por exemplo, se compararmos o padrão de industrialização que se instaurou entre os anos 1940 e 1970 na América Latina e o novo padrão exportador que teve início após as crises desde os anos 1980, que estão mais adequados à chamada mundialização (OSORIO, 2004, p. 72).

Privatização de empresas, abertura do comércio exterior, fomento das exportações, são apenas algumas medidas que apoiam o padrão exportador em curso, ao contrário das ações que prevaleciam no padrão anterior voltado para a industrialização, como investimentos diretos na indústria, protecionismo da indústria nacional, ações com o propósito de criação de emprego e mercado interno (OSORIO, 2004).

Isso que dizer que, em cada etapa do ciclo do capital dinheiro, por exemplo, existem diferentes formas que o Estado pode ajudar o capital a seguir seu curso. Osorio (2004) dá alguns exemplos em que fica clara essa operação: 1) na primeira fase da circulação, os problemas principais a resolver são: contar com capitais que incidem no ciclo, políticas que

incentivem os investimentos, sejam econômicos ou extraecononômicos (como, por exemplo, as questões sociais), intervenção no preço da força de trabalho (como a fixação de salários mínimos), fixação do preço de algumas matérias-primas básicas (como a energia elétrica), acesso a determinadas tecnologias, entre outras; 2) na fase da produção, os problemas principais referem-se à forma como será utilizada a força de trabalho (duração da jornada de trabalho e intensidade do trabalho), modalidades que podem implicar conflitos da classe trabalhadora com os empresários, abastecimento de matérias-primas e de fontes de energia; 3) a segunda fase da circulação, a intervenção do Estado, deve buscar a criação de mercados para as mercadorias produzidas, como mercados internos (por meio de distribuição regressiva ou progressiva da renda), ações para a atuação no mercado externo (acordos comerciais e pactos com o mercado mundial), impostos, entre outros. Todas essas fases devem ser apoiadas com infraestruturas necessárias (aeroportos, portos, estradas), políticas fiscais que favoreçam a conformação de parques industriais, acordos com o tipo de necessidade que o padrão de reprodução requisite (OSORIO, 2004).

Portanto, sobre a ação do Estado na reprodução do capital, podemos dizer que, conforme o padrão de reprodução, o capital demanda intervenções e políticas econômicas de natureza distinta.

Essa apreensão da ação e do direcionamento da política econômica, que é efetuado pelo Estado e apresentado por Osorio (2004 e 2012), parece ter uma forte relação com as proposições que Harvey (2005) traz do conceito de “acumulação por espoliação”.

Harvey (2005) desenvolve o conceito de acumulação por espoliação a partir de um aspecto da acumulação ressaltado por Marx (2008 - capítulo XXIV) e chamado de acumulação primitiva - uma acumulação que sustenta o capitalismo até os nossos dias, mas que não nasce do modo capitalista de produção e, sim, da estrutura econômica da sociedade feudal¹²⁷. Este termo indica um processo em que o capitalista possui suas raízes na sujeição do trabalhador, expropriação da população camponesa e, consequentemente, privatização da terra, direitos de propriedade privada, colonialismo, leis para rebaixar os salários, dívida pública, um sistema internacional do crédito, todos esses como meios de acumulação primitiva.

¹²⁷ Mesmo sabendo que nem todos os países passaram pela fase do feudalismo, como foi desenvolvido por Caio Padro Júnior (1966), a manutenção da forma predatória de dominação do capital e da ação do Estado se dá em qualquer que seja o sistema capitalista, apesar de que, podem ocorrer formas mais ou menos predatórias de acordo com a correlação de forças sociais existentes em cada país.

Marx (2008, p. 864 e 877) assinala que esses modos propulsores da acumulação primitiva se deram nos diferentes países e que utilizavam “[...] o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista [...]”, portanto, “[...] trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”.

O conceito demonstra que a ação do Estado, no processo de acumulação primitiva é importante para a permanência da burguesia (MARX, 2008). Assim, a burguesia utiliza o Estado para formar um conjunto sistemático de ações que mantêm a exploração capitalista. É claro que a acumulação primitiva, nos tempos de Marx, não era igual em todos os países e tampouco era a mesma daquele tempo. Pior do que isso, elas foram aprimoradas de forma que, hoje, desempenham um papel ainda mais forte do que no passado, de tal modo que a essência dessa acumulação permanece. Essa é a percepção de Harvey (2005) e que nos parece apropriada para a nossa análise.

Harvey (2005) dá alguns exemplos de como esse tipo de acumulação permanece até hoje e que tem como resultado, portanto, vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, que cria diferenciações geográficas, históricas e antropológicas. Entre esses exemplos, tem-se a forte onda de financeirização, domínio do capital financeiro a partir da década de 1970, em seu estilo especulativo e predatório, valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento, transformação em mercadorias de formas culturais, destruição de recursos naturais, corporativização e privatização de bens que, antes, eram públicos, como empresas e universidades, tudo isso indica uma nova onda de expropriações¹²⁸. “Tal como no passado, o poder do Estado é usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular”, deste modo, as devoluções de direitos comuns obtidos graças a processos que se deram durante anos de luta de classes, passam, cada vez mais, ao domínio privado, tornando-se “[...] uma das mais

¹²⁸ Harvey (2005) levanta outros exemplos de direcionamento das ações do Estado a favor do capital, como a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de comportamento de mercado na Coréia do Sul, Taiwan e China, que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos. O estado teve um papel ativo para permitir a financeirização e um comércio mais livre. Conforme o autor, o grande propulsor dessas mudanças foi a financeirização orquestrada pelos Estados Unidos. A África do Sul, pós-apartheid, foi a amostra do Banco Mundial de eficiência de direcionamento de políticas que visavam à privatização e liberalização dos mercados (HARVEY, 2005). Estes casos são pequenos exemplos de ações do Estado sendo usado para impor políticas que beneficiem o capital, mesmo que essas ações prejudiquem sobremaneira a população.

flagrantes políticas de espoliação em nome da chamada ortodoxia neoliberal”, isso é a acumulação por espoliação (HARVEY, 2005, p. 123).

Almeida Filho (2013b), a partir das proposições de Harvey (2005), entende que, na América Latina, a espoliação é estrutural. Isso ocorre em função das especificidades do desenvolvimento latino-americano, que deixam o capital dessa região em piores condições. Segundo o autor, o potencial do capital privado que opera na região é limitado, e isso é estrutural, em função da existência de superexploração da força de trabalho, que resulta em um consumo social dos trabalhadores relativamente menor comparado ao que ocorre nos países centrais. Ou seja, o capital dessa região é impossibilitado de fazer frente, sozinho, às exigências da acumulação, comparativamente, maiores às do Centro (ALMEIDA FILHO, 2013b). Assim, a espoliação, explica o autor, para além de ser um fenômeno típico de períodos de crises do capital, é parte do processo de desenvolvimento do capital na periferia, por intermédio de transferências de recursos do Estado, ou melhor, da sociedade ao capital privado (ALMEIDA FILHO, 2013b). E essa transferência acaba fazendo parte da dinâmica da acumulação dessas economias.

Almeida Filho (2013b) acrescenta, ainda, que, nessa atuação complementar e necessária do Estado, há limitações intrínsecas, que são somadas às limitações já apresentadas por Lichtensztein (2008). Os recursos estruturais do Estado dependem da escala da acumulação que ocorre pela via da receita de impostos (ALMEIDA FILHO, 2013b). Isso faz com que o alcance das funções complementares à acumulação feita pelo Estado também variem na proporção da complexidade e particularidade que cada economia dependente conseguiu alcançar.

Para dar sequência a essa discussão, vamos entender o papel e os limites da ação do Estado - que podem acabar por manter uma certa lógica de acumulação e viabilizar a manutenção de um certo padrão de reprodução.

3.2.1 O Estado e o padrão de reprodução do capital

Aqui, é necessário fazer algumas observações sobre o papel do Estado no processo de reprodução do capital. Primeiramente vamos entender como Harvey concebe o Estado. Harvey, em 1976, escreve o artigo “A teoria marxista do Estado”, que é republicado em 2006 como um capítulo no livro “A produção capitalista do espaço”, nele o autor estabelece sua

visão sobre o Estado e esclarece que ele não deve ser considerado como uma “coisa”, ele deve ser visto como uma relação, como um processo. Harvey (2006) corrobora a visão de Engels de que o Estado não é um poder de fora, imposto sobre a sociedade,

Em vez disso, ele [o Estado] é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, provavelmente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 2004, p. 157, tradução nossa).

Harvey (2006) adverte que, normalmente, esse Estado é o Estado da classe possuidora de recursos – classe dominante econômica e politicamente -, que obtém novos meios de controlar e explorar a classe trabalhadora oprimida. Mas, para isso, é necessário que essa classe domine também as ideias, ou seja, é necessário ganhar aceitação das suas idealizações como interesse comum, como se não tivessem um significado isolado, além disso, essas ideias precisam ser apresentadas como verdades universais, como se tivesse uma essência autônoma¹²⁹.

Ao mesmo tempo, segundo Harvey (2006), o Estado exerce um papel fundamental na regulação da competição, da exploração de trabalho, estabelecendo um piso para a exploração e acumulação capitalistas, na criação de condições, segundo as quais, cada cidadão é incluído nas relações de troca. Além disso, ele desempenha “um papel importante no provimento de ‘bens públicos’ e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia prover com lucro” (HARVEY, 2006, p.85).

¹²⁹ Assim, no modo capitalista de produção, as relações de troca se originam de noções específicas a respeito basicamente do “indivíduo”, da “liberdade”, dos “direitos”, da “justiça” e da “igualdade”. Harvey (2006) complementa dizendo que, necessariamente, o Estado capitalista ampara e aplica esse sistema legal que abrange conceitos correspondentes às relações sociais de troca sob o capitalismo. Deste modo, para o autor, a análise de Marx do modo capitalista de produção pode ser equiparada, em cada etapa, a uma derivação teórica relativa a certas funções mínimas do Estado – a igualdade e a liberdade de troca devem ser resguardadas, a mobilidade deve ser preservada, o direito da propriedade deve ser protegido, os acordos precisam ser cumpridos, os aspectos anárquicos e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações do capital precisam ser arbitrados para o bem comum do capital.

No trabalho mais recente, “O Novo Imperialismo”, Harvey (2005), qualifica melhor suas proposições sobre o Estado, porém mediante a discussão da relação dos poderes de Estado e a cumulação do capital no capitalismo contemporâneo. Neste trabalho, o autor reforça a ideia de que a acumulação do capital funciona melhor no âmbito de certas estruturas institucionais promovidas por intermédio do Estado. Assim, um Estado forte, e dotado de poderes de política e monopólio dos meios de violência, pode garantir ao capital tal estrutura institucional e ampará-lo com disposições institucionais definidas, em que, na ausência delas, encontram-se maiores riscos¹³⁰ (HARVEY, 2005).

Porém, para a acumulação existir, não requer absolutamente esse arcabouço para funcionar, pois “os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras [...]” (HARVEY, 2005, p. 80). Assim, como observaram Almeida Filho e Paulani (2009, p. 10) sobre as proposições de Harvey, “não se trata, portanto, de que a atividade capitalista seria impossível sem o Estado, mas de que ela funciona melhor com ele”, de forma que é limitador pensar na evolução do capitalismo e “[...] considerá-lo como mera expressão dos poderes do Estado no âmbito de um sistema caracterizado por lutas competitivas por posição e hegemonia”.

Harvey (2005) lembra, ainda, que o poder territorial pode influenciar na política do Estado e na dinâmica de acumulação de capital. Vamos nos aproximar um pouco mais dessa análise. Segundo o autor, o Estado de um determinado território, com frequência, vê-se, em cada momento histórico, capturado por algum interesse ou coalizão de interesses regionais dominantes, inclusive de outros Estados territoriais. Nesse processo, o Estado não é inocente e nem necessariamente passivo, em especial, quando busca laçar a dinâmica regional como fonte de seu próprio domínio, podendo até a influenciar essa dinâmica por meio de ações e políticas¹³¹.

¹³⁰ A condição perfeita para a atividade capitalista, conforme ressaltado pelo autor e citado anteriormente, é um Estado burguês que crie estruturas de regulação para conter subversões de classes e arbitrar entre as reivindicações de diversos grupos do capital (como exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas) (HARVEY, 2005).

¹³¹ Conforme Harvey (2004, p. 92), “como bem se sabe hoje, é provável que um clima de negócios atraente constitua um polo de atração de fluxos de capital, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus próprios poderes mediante a criação de paraísos para o investimento de capital. Assim agindo, usam, como sempre, os poderes de monopólio inerentes ao espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer que possa deles tirar proveito”.

Nesse caminho, temos a atuação dos Estados Unidos, que, por meio da sua influência, em especial, por meio das instituições multilaterais, impôs ao mundo uma ortodoxia econômica, que pressupunha a abertura internacional dos mercados de capital, exercendo, mundialmente, sua hegemonia financeira. O resultado foi o predomínio do interesse em atividades vinculadas ao capital financeiro, que transformou as operações dos empresários de instituições produtivas. Isso leva ao que observaram Almeida Filho e Paulani (2009, p.12),

[...] a ênfase de Harvey num papel ativo do Estado nesse processo parece permitir concluir que, para ele, na etapa que se inaugura no início dos anos 1970, o Estado vai paulatinamente se organizando de modo a viabilizar a operação de diferentes expedientes de espoliação, seja por meio da abertura de novos territórios de acumulação¹³² (como nos processos de privatização), seja através da criação exacerbada de capital fictício (principalmente dívida pública), seja, finalmente, como ‘facilitado’ dos processos de financeirização da riqueza (por conta de deter o monopólio da violência e a atribuição de formular leis).

Assim, entender como a busca de acumulação que se expressa na política do Estado, e, portanto, no entendimento dos seus alcances e limites, é o elo que nos permitirá apreender a influência do Estado na sustentação de um determinado padrão de reprodução. Para isso, vamos dar continuidade ao entendimento do Estado no processo de reprodução do capital.

Segundo Almeida Filho e Paulani (2009), as ideias de Hirsch qualificam a formulação de Harvey sobre o Estado. A formulação de Hirsch sobre o Estado possui um escopo bem mais amplo do que os dos teóricos da escola da regulação francesa (HIRSCH, 2007), isso, segundo Almeida Filho e Paulani (2009), indica a complexidade do processo de regulação social, uma vez que dá uma importância elevada ao processo de acumulação de capital. Primeiramente, para Hirsch (2010, p.32), não se trata apenas de explicar como o Estado funciona ou deve funcionar, mas que relação social ele apresenta e como pode ser superada, assim, o Estado “[...] está diretamente ligado às relações de produção capitalistas, das quais é parte”.

¹³² Nesse processo, a expansão geográfica e a reorganização espacial tornam-se, sobretudo, uma saída para o capital excedente, problema inerente à lógica de acumulação. Portanto, o capital busca perpetuamente criar e destruir uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades (HARVEY, 2005).

Segundo o autor, a forma de socialização capitalista, caracterizada por produção privada, trabalho assalariado e troca de mercadorias, “não conhece nenhum centro de direção social, tampouco há um ‘sujeito’, quer dizer, não há nenhum ator da regulação socialmente definido” (HIRSCH, 2010, p.32). Diante disso, a sociedade não é regulada, mas se regula por meio de ações e lutas de grupos e classes, atadas às determinações sociais formais. “Por isso, é impossível transformar profundamente essas relações de produção através do Estado” (HIRSCH, 2010, p.32). Esses são, basicamente, os elementos que fazem com que o autor não atribua ao Estado uma elevada autonomia ou capacidade própria de modificações estruturais diante da acumulação¹³³. Apesar disso, o Estado não é considerado um elemento neutro, que se encontra fora da economia, ao contrário, está intimamente ligado às relações de produção capitalistas, das quais é parte (HIRSCH, 2010).

Com isso, pode-se também definir o caráter de classe do Estado capitalista. Ele não é nem a expressão de uma vontade geral, nem o mero instrumento de uma classe, mas a objetivação de uma relação estrutural de classes e de exploração. Ele só pode manter-se enquanto esteja garantido o processo de reprodução econômica como processo de valorização do capital. Nesse sentido, o ‘interesse do Estado em si mesmo’ – ou, mais precisamente: o interesse próprio de seus funcionários burocráticos e políticos –, é que faz com que ele tenha relativa independência frente a influências diretas, tornando-se o garantidor das relações de produção capitalista (HIRSCH, 2010, p. 32).

Sobre esses elementos, interessa-nos entender que o ‘pessoal’ do Estado vê-se levado a afiançar os parâmetros para o êxito dos processos de acumulação e de valorização. Isso ocorre porque o Estado é um Estado “capitalista por razões estruturais” e não apenas porque está submetido à influência direta do capital, ainda que não haja alguma influência existente por parte do capital.

Esclarecendo um pouco mais sobre o papel do Estado, o autor caminha em um nível de abstração mais elevado, ao ponderar que a relação de reprodução do capitalismo, alimentada pelo efeito da lei do valor, é portadora de crise: o processo de acumulação do capital, que é, ao mesmo tempo, luta de classes, luta pela produção e apropriação da mais-valia, está em sua essência, sujeito a paralisações e colapsos. Assim, o processo de acumulação é ancorado nas condições sociais e precondições da natureza que não podem

¹³³ Isso não significa dizer o fim do Estado-Nação, como fez Ohmae (1999) ou Hardt e Negri (2002). Sobre esse debate, ver Barros e Garlipp (2011).

ser instituídas e nem avalizadas pelo processo mercantil capitalista (HIRSCH, 2010). As precondições a que Hirsch (2010) refere-se tem a ver com requisitos da produção e da vida, tradições culturais, orientações valorativas e relações sociais não mercantis. Diante disso, o capital necessita de certas condições e ordenações que estão fora do processo de valorização imediata, ou seja, por meio do Estado. Isso não contradiz o que afirmamos antes, que Estado e mercado não são opostos.

Desses elementos, Hirsch (2010) chega à conclusão de que as formas econômica e política da sociedade capitalista são caracterizadas por contradições complexas: a aparente “autonomização” do Estado - que se forma não apenas porque determinadas funções devem ser cumpridas, mas como reflexo da implantação de um modo de produção definido – e a aparente separação entre política e economia¹³⁴ – Estado e sociedade, não estabelecem uma relação funcional autorregulada, sem costuras. Assim, o Estado não é uma superestrutura que possa ser explicada em relação à base econômica, pois é uma forma histórica específica das relações sociais (HIRSCH, 2007). Ou seja, “a relação política da sociedade permeada pela concorrência e por antagonismos de classe manifestam-se em uma instância separada dela [...]” (HIRSCH, 2007, p. 19).

Por isso, para o autor, o sistema de regulação, que surge do modo de regulação, consiste em uma variedade de instituições, organizações e conexões sociais, que pertencem as empresas e suas federações, os sindicatos, a malha de organizações de interesses em geral, as instituições de ensino, os meios de comunicação, a família (como lugar de reprodução da força de trabalho) e o conjunto do aparato do sistema político administrativo (HIRSCH, 2007). Assim, ele envolve não apenas o Estado, mas também, uma rede complexa de meios sociais, orientações culturais e modos de vida e é dominado pelas determinações contraditórias das relações de socialização capitalista (HIRSCH, 2007). Diante disso, o Estado é considerado o lugar especial, em que são definidas as formas de expressão dessas contradições¹³⁵.

¹³⁴ É, antes, um produto próprio do modo de socialização material (HIRSCH, 2007).

¹³⁵ Em função do funcionamento próprio da dinâmica capitalista, o autor exclui uma reprodução social apenas definida pela forma econômica e regulada pela lei do valor, em que o processo de autovalorização do valor não garante a permanência do desenvolvimento da sociedade capitalista. Suas contradições internas e externas garantem uma atividade própria fora do processo de valorização, voltada para a ordem e a manutenção da sociedade para garantir a reprodução material. “Esta é somente possível na medida em que a comunidade política pode se formar sob as condições do capitalismo: por meio do Estado” (HIRSCH, 2007, p. 20). A partir disso, para o autor, nessas duas formas básicas coisificadas e objetivadas (a economia e a política), se

Para o entendimento das contradições operadas no capitalismo atual, podemos recorrer às proposições de Offe (1984), que nos ajudam a entender a prioridade das políticas voltadas para a macroeconomia, que contribuem no comprometimento de políticas, em especial, na América Latina, e que estimulam um tipo de reprodução pautado na indústria. E isso se relaciona com o que foi levantado por Hirsch (2010) sobre a influência do Estado como garantidor das relações de produção capitalistas.

Isso ocorre, pois existe uma primazia da ação do Estado pautada na regulação e sustentação do processo de acumulação de capital sobre as demais funções (OFFE, 1984), que pode ser entendida e visualizada, nos termos da fase atual do capitalismo, pela primazia da política de estabilização sobre as demais políticas de Estado. Segundo Offe (1984), existe uma hierarquização da política de Estado que está baseada nas deliberações de funcionamento do Estado. A partir dela, é possível deduzir que o poder político, a que está sujeito o Estado capitalista, é constituído por uma dupla determinação: 1) em sua forma institucional, este poder é determinado de acordo com as diretrizes e regras do governo, seja ele democrático ou não; 2) em seu conteúdo, a determinação é gerada pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação, uma vez que a estratégia geral de ação do Estado consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca.

Como o poder estatal depende do processo de acumulação capitalista, sem ser ele mesmo capaz de organizar este processo, o interesse supremo e mais geral dos detentores do poder do Estado consiste em manter as condições de exteriorização de seu poder através da constituição de condições políticas que favoreçam o processo privado de acumulação (OFFE, 1984, p. 125).

Sobre essa formulação proposta por Offe (1984), Almeida Filho e Paulani (2009) explicam que é aproximativa da natureza do Estado capitalista, não se propondo a dar conta do processo geral de regulação, assim, pode ser compatível com a formulação de Hirsch (2010) feita anteriormente. De tal modo, consideramos que, embora existam diferenças importantes, os autores nos ajudam a entender os alcances e limites da ação do Estado no estabelecimento e na manutenção de um padrão de reprodução.

expressam a coesão e a reprodução da sociedade capitalismo burguesa, ao mesmo tempo em que se relacionam de modo contraditório em si.

Segundo Almeida Filho e Paulani (2009), esses elementos sobre a compreensão do Estado levam a uma avaliação do debate histórico, no âmbito do marxismo, sobre as concepções de Estado. Parece não haver consenso teórico sobre essas concepções, mesmo no âmbito do marxismo (CARNOY, 1994).

Aqui, vale complementar nossa formulação sobre o Estado utilizando as ideias de Souza (1980), que também destaca o papel do Estado no desenvolvimento capitalista e, em especial, o seu papel na manutenção de uma superestrutura que possibilita, de forma particular, a reprodução do capital. Souza (1980) entende que esse Estado não só contribui decisivamente para essa reprodução, mas também é produto dela.

A reprodução não ocorre somente na esfera da economia. É nela que tem sua origem, mas ela ocorre também como consequência da superestrutura, particularmente por meio do Estado. Esse, além de ser produto dessa reprodução, contribui decisivamente para com ela. O Estado é, ao mesmo tempo, objeto e agente da reprodução do capital, por isso, ela não pode se estudada sem que se estude o Estado. Por outro lado, das contradições inerentes à reprodução do capital nasce a luta de classes, da mesma forma que uma afeta a outra (Souza, 1980, tradução nossa).

Essa perspectiva relaciona-se àquela desenvolvida por Gramsci¹³⁶ (1980). Pansardi (2012) considera que o Estado para Gramsci é arquitetado como uma estrutura própria de um grupo, voltado, sobretudo, para criar as condições favoráveis ao seu próprio crescimento. Aparentemente, as proposições de Gramsci estariam distantes das de Hirsch (2007), especialmente, pelo fato de o autor colocar o Estado em uma posição de superestrutura, mas, conforme ressaltado por Almeida Filho e Paulani (2009, p. 10), ao notarmos que, “[...] para Gramsci, o conceito de Estado que importa é muito mais amplo, englobando a própria sociedade civil, então, a distância entre os dois autores, pelo menos deste aspecto, pode ser considerada como meramente semântica”.

¹³⁶ Para Gramsci, existe uma diferença importante de hegemonia e imperialismo. Para ele, a hegemonia não é restrita ao campo nacional, uma vez que possui uma conotação educacional, verificada além do interior de uma nação, portanto, em todo campo internacional e mundial em qualquer tempo, já o imperialismo é visto por Gramsci como um momento econômico-financeiro, assim como identificou Lênin. Destarte, para Gramsci, o imperialismo não pode ser visto como um conceito válido para todas as épocas e fases do capitalismo, essa posição se assemelha à de Lênin, pois considera o imperialismo como uma fase superior do capitalismo. Segundo Pansardi (2012), Gramsci mostra que os destinos de uma nação estão tão dependentes da história de suas classes dominantes, como a história dos estados periféricos está entrelaçada com a história dos estados centrais, a partir disso, uma primeira conclusão pode ser firmada “a questão da predominância do elemento nacional sobre o internacional, ou vice-versa, não é uma questão epistemológica (...), mas é fruto das relações complexas entre a estrutura social e a agência humana (classes e luta de classes)” (PANSARDI, 2012, p.7).

De acordo com Gramsci (1980), o que caracteriza o processo de construção desse crescimento é, exatamente, a capacidade dessas classes (dominantes) em expandirem seu domínio para além das fronteiras nacionais, porém este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como uma energia de alcance universal, assim, há a possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados¹³⁷.

Portanto, observa-se, em Gramsci, o entendimento da existência de uma dialética nacional-internacional, pois o autor observa que podem ocorrer que os elementos internos prevaleçam sobre os fatores externos, ou ao contrário, isso se relaciona com o entendimento da predominância de uma ampla diferença entre o Estado de uma grande potência e o Estado de países periféricos, pois os primeiros têm uma maior capacidade de ação independente, e os segundos se colocam em relações de dependência (PASARDI, 2012). Ou seja, para Gramsci (1984), a luta de classes ocupa um papel importante também na dialética nacional-internacional, pois as relações entre países centrais e periferia e o papel de cada Estado-nação no sistema internacional não são apenas fruto dessa própria estrutura, mas das relações de classes internas a cada Estado e da capacidade dirigente das classes dominantes em exercem aí um papel fundamental (PANSARDI, 2012).

Conforme apontado por Harvey (2005) e indicado por Hirsch (2010), para as potências capitalistas imperialistas, como os Estados Unidos, isso significa orquestrar esses procedimentos, ou seja, as políticas econômicas dos Estados Nacionais, em seu benefício específico. Assim, proclamam um tipo de política econômica, diante de seu papel como líder nobre que organiza a dinâmica mundial, de tal forma que beneficie a mobilidade financeira, deixando os Estados subalternos na via, supostamente, régia do desenvolvimento capitalista, a fim de manter a acumulação da forma que o mantenha no poder. Assim, podem prevalecer, em especial, em países com uma estrutura dependente, em primeira instância, as motivações externas no direcionamento da política econômica. Isso ocorre de maneira particular na maior parte dos países latino-americanos, em especial, no Brasil.

¹³⁷ Segundo Gramsci (1980), os países periféricos incorporam as ideologias estabelecidas nos países dominantes, trazendo para o local as combinações lá estabelecidas, assim, os países periféricos congregam subsídios ideológicos dos países dominantes, isso é o que Gramsci chamou de “revolução passiva”, que será visto mais adiante. O modo por meio do qual se exprime a grande potência é dado pela potência hegemônica - chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão.

Ao mesmo tempo, em países dependentes, conforme Almeida Filho (2013b), onde o potencial do capital privado que opera na região é estruturalmente limitado, incapaz de fazer frente sozinho às exigências da acumulação, comparativamente maiores que às do Centro, pela existência de superexploração da força de trabalho e, portanto, de um consumo social dos trabalhadores relativamente menor, a ação do Estado, na direção da acumulação por espoliação, ocorre de uma forma ainda mais exacerbada.

De tal modo, a fragilidade característica desses países é estruturalmente superada por uma função do Estado específica na região, de forma que é parte das funções estruturais desses Estados a organização da produção e, portanto, da reprodução de um determinado padrão de reprodução vigente (ALMEIDA FILHO, 2013b).

Porém, necessariamente, o âmbito do Estado¹³⁸ capitalista precisa ser confrontado por elementos da formação social de cada um dos países, mas os diversos Estados dos diferentes países civilizados, mesmo com suas diversidades de forma, possuem certos aspectos essenciais em comum. É possível que muitos dos aspectos particulares sejam inteiramente conjunturais, mas seu efeito líquido é facilitar a obtenção da formação e superação dos desequilíbrios do ciclo do capital e entre o dominante e os dominados¹³⁹.

A fase contemporânea do capitalismo trouxe novas necessidades e novas reivindicações para a dinâmica capitalista, e os Estados dos países dependentes tiveram um papel importante nesse processo. Vamos apreender melhor esses elementos nas próximas seções.

3.3 A nova fase do imperialismo e as implicações nas economias dependentes

¹³⁸ Em geral, a concepção do Estado como forma superestrutural, que possui sua base em um modo particular de produção, é perfeitamente adequada para o propósito de uma análise teórica. Porém, conforme as perspectivas apresentadas acima, é preciso ter cuidado ao transferir essas categorias teóricas para o estudo das sociedades capitalistas reais. Muitos autores dão uma conotação extremamente forte ao Estado de forma que, nele, estará todo desastre ou solução do capitalismo. Isso não significa dizer que o Estado é estimado como elemento passivo da história, já que é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal, sem a criação de instituições da estrutura estatal que preparam a arena para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas.

¹³⁹ Além disso, para que seja possível desempenhar seu posto de instituição reguladora da ordem social, cabe ao Estado uma função coletiva (pública) de cumprimento dos requisitos mínimos de funcionamento da sociedade, compensando, articulando e construindo as condições mínimas de reprodução social (ALMEIDA FILHO, 2006). “Para isto, é indispensável uma aceitação pelo conjunto dos indivíduos das suas funções coletivas. Em outras palavras, para cumprir suas funções, o Estado precisa legitimar-se perante a sociedade como uma instituição voltada para o interesse geral” (ALMEIDA FILHO, 2006, p.21).

A ideia de que o capitalismo, a partir dos anos 1970-1980, ingressou em uma fase nova, porém em um sentido de processualidade e não de avanço, sobressaindo a importância histórica da valorização fictícia do capital, induz a uma redefinição indispensável dos traços essenciais do imperialismo contemporâneo. Implica o reconhecimento de que o capitalismo está em uma nova fase do imperialismo. Essa defesa é feita por Amaral (2013) e nos parece bastante apropriada, dadas as transformações do capitalismo nos últimos anos. Vamos entender os elementos teóricos que levam a essa conclusão.

Conforme Hobsbawm (2009), a economia do capitalismo da Era dos Impérios penetrou e transformou, praticamente, todas as partes do globo, mesmo tendo, após a Revolução de Outubro, parado nas fronteiras da URSS. Este é o motivo pelo qual a Grande depressão de 1929-33 iria ser um marco milenar na história do capitalismo. Fossem quais fossem as economias, a riqueza, as culturas e sistemas políticos dos países, antes de chegarem ao alcance das grandes potências, foram todos sugados para dentro do mercado mundial, quando não descartados, por serem entendidos como desinteressantes economicamente pelos homens de negócios. Os valores dessas economias eram, basicamente, como fornecedoras de produtos primários – matérias-primas para a indústria, energia e produtos agrícolas – eram uma saída para os capitais, sobretudo, em empréstimos a governos para infraestrutura, modernização, comunicação e cidades, sem os quais os recursos dos países dependentes não podiam ser eficazmente explorados (HOBSBAWM, 2009).

Além disso, passavam a ser ocidentais as ideologias, os programas e mesmo os métodos e formas de organização política que inspiraram a tentativa de “emancipação” dos países periféricos de sua dependência e atraso.

Já na segunda metade do século XX, parecia, para alguns autores, que esses acontecimentos não correspondiam a um movimento de anexação e conquista por parte das economias centrais, o imperialismo surgiu como etapa encerrada ou não possuía a conotação¹⁴⁰ dada pelos autores clássicos do imperialismo visto no capítulo anterior.

¹⁴⁰ Entre as principais obras que renegavam a teoria clássica do imperialismo, temos a de Schumpeter (1951). Schumpeter, em um artigo feito em 1919, mas com republicação de maior extensão em 1951, entendia que o imperialismo era fruto de resíduos culturais do passado, impulsos atávicos e irracionais provenientes de um passado histórico. Arendt (1973) é outra autora que não vê o imperialismo na mesma linha dos clássicos. Para ela, o imperialismo é entendido como uma busca ilimitada de poder, sem qualquer finalidade definida, sem alvo nacional e territorialmente delimitado, sem nenhuma direção previsível. Gallagher e Robinson (1953) também desenvolvem seus estudos em grande desacordo com as proposições clássicas sobre o imperialismo.

Foster (2002) alerta que, durante parte do século XX, o conceito do Imperialismo foi, praticamente excluído do conjunto dos discursos políticos aceitáveis para os círculos dominantes do mundo capitalista¹⁴¹. Autores como Hard e Negri (2000) declararam que os Estados Unidos não constituíam e nenhum outro Estado-Nação poderia constituir o centro de um projeto imperialista. Portanto, possuíam uma posição que negava a relação entre Estados Unidos e o Imperialismo.

Patnaik (1990) defende que não era estranho observar uma importante transformação no discurso marxista naquele período, pois ninguém mais falava mal do imperialismo, segundo ele, muitos jovens estudantes discutiam os avanços imperialistas sem qualquer referência ao termo e, em trabalhos de muitos autores marxistas, o tema praticamente desapareceu das páginas. Porém, para Patnaik (1990), isso não ocorreu porque o imperialismo desapareceu e, sim, porque a sua exacerbão não necessitava de qualquer menção.

Essa não é percepção de Panitch e Gindin (2004). Segundo os autores, o silêncio da esquerda ante o imperialismo refletia sérios problemas analíticos da teoria clássica do imperialismo. Para os autores, ainda é surpreendente a atual falta de uma análise séria da economia política que explique o surgimento e a reprodução do império norte-americano, além das dimensões estruturais da opressão e exploração pertencentes àquele país¹⁴².

Mas a ação imperialista, chamada por alguns autores recentes de “novo imperialismo”, vai além de ocupações de território e ataques antiterroristas. Por meio da difusão das relações sociais capitalistas a todos os recantos do mundo, a economia norte-

Definem o imperialismo como uma função política do processo de integrar regiões novas em uma economia em expansão.

¹⁴¹ No entanto, nos anos 1960, autores como Christian Palloix (1981), Samir Amin (1981), Charles Bettelheim (1981) e Arghiri Emmanuel (1981) tentaram voltar às discussões sobre o imperialismo, após cerca de cinquenta anos de suas primeiras discussões. O intuito era retomar a temática do capitalismo como um sistema mundial, na tentativa de propor novas aproximações teóricas adaptadas aos novos tempos. Porém todos eles reconheceram que suas obras não levaram a discussão do imperialismo e seus efeitos no chamado terceiro mundo sem capacidade de levar a discussão a um novo patamar teórico. Outros autores, já citados nos dois primeiros capítulos, como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, também seguiram no intuito de entender o processo de expansão imperialista e seus efeitos nos países dependentes.

¹⁴² Os autores lembram que, no final dos anos 1990, os intelectuais membros da elite política norte-americana abraçaram calorosamente uma aberta missão imperialista ou neo-imperialista dos Estados Unidos, reintegradamente declarada nos meios escritos como o *New York Times* e o *Foreign Affairs*, em especial, devido à guerra contra o terrorismo. Panitch e Gindin (2004) lembram a capa do *New York Times Magazine*, de 1999, que exibia um punho gigante com as estrelas e listras da bandeira dos EUA, acima as palavras: “*What the world Needs Now: for globalization to work America can't be afraid to act like the almighty superpower that it is*”. Porém, no berço do discurso, a regra era mostrar as motivações excepcionalmente benévolas dos Estados Unidos e eram evitados quaisquer sentidos de imperialismo econômico e de exploração.

americana desenvolveu a capacidade de incorporar seus rivais e vigiar o mundo, mesmo declarando que não era imperialista, formando um império, que alguns autores chamam de império informal.

Para Panitch e Gindin (2004), hoje, fica expresso que os teóricos do imperialismo clássico não observaram a fase superior do imperialismo e sim uma fase relativamente precoce do capitalismo, não somente em termos de padrões de consumo, fluxos financeiros e competição, mas também o grau limitado de investimento estrangeiro direto da época e com meios muito rudimentares que haviam sido desenvolvidos para manejar as contradições associadas à internacionalização do capitalismo. Mais do que isso, não viram o papel do Estado. Segundo Panitch e Gindin (2004), o papel do Estado deve ser levado em conta para se entender o imperialismo hoje, em razão das suas capacidades administrativas de assegurar as condições de acumulação de capital, como manter as suas determinações de classes, culturais e sociais¹⁴³. Para os autores, os Estados Unidos ocupam um lugar central no capitalismo global que está relacionado a sua capacidade de conjugar seu poder de articular como uma tarefa global e coordenar uma nova forma econômica e cultural do capitalismo voltada para sustentar uma acumulação internacional.

Aqui, vamos recorrer a alguns autores que sustentam a ideia de que existe uma dinâmica econômica nova no capitalismo mundial, ou seja, uma nova forma econômica no capitalismo. Esses elementos são a base para se entender, posteriormente, a conotação nova que se dá ao imperialismo, a partir da segunda metade do século XX, que será denominado de novo imperialismo.

3.3.1 A instauração de uma nova forma econômica do capitalismo

Chesnais (2003), no trabalho intitulado “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”, parte do pressuposto de que existem mudanças na essência da economia capitalista nas últimas décadas, sendo que estas estão relacionadas à existência de um certo tipo de dominância financeira, que tem como ponto de partida e como base principal os países capitalistas avançados. O estudo é centrado na configuração

¹⁴³ Segundo Panitch e Gindin (2006, p. 26), “O imperialismo capitalista, portanto, precisa ser compreendido mediante uma extensão da teoria do estado capitalista e não como uma derivação direta da teoria econômica das fases ou da crise”.

de um sistema de acumulação financeira, em que possui grande importância o capital fictício e a consequente formação de bolhas financeiras. O autor mantém, na análise, um peso forte e necessário nos Estados Unidos, em decorrência da situação única que essa nação desfruta no interior da própria economia e das relações mundiais. Porém, apesar disso, o autor não comete o erro de perder de vista a economia mundial abarcada em seu todo.

Para Chesnais (2003, p. 46), o regime em que vivemos, atualmente, é um regime com dominância financeira, que “[...] designa uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro”. Os Estados Unidos são o centro desse regime de acumulação e tentam impor-se mundialmente, provocando novas formas de concentração do capital-dinheiro (fundos de pensão e fundos de aplicação financeira), em estruturas de captação e de centralização de frações de valor e mais-valia e a sua disposição em instituições que garantam segurança financeira das operações, permitindo ao capital financeiro desfrutar da chamada “autonomia financeira” (CHESNAIS, 2003). Somam-se a isso a mundialização da concorrência e as tecnologias de informação e comunicação como fatores decisivos que permitiram às organizações responder às normas dos gestores, a flexibilização ainda maior salarial¹⁴⁴ e do mercado de trabalho.

Segundo Chesnais (2003), esse regime de acumulação com dominância financeira é mundializado, no sentido de que seu funcionamento exige um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação nas finanças, do investimento externo direto e das trocas comerciais. Esses devem ser impostos em todos os países e lugares. Isso é feito mediante um processo de construção institucional internacional, levando à “adesão” dos países obrigatória e minimizando o poder de escolha quando à sua inserção internacional, tudo isso é conduzido pelos Estados Unidos, G7, FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) (CHESNAIS, 2003).

O objetivo último da mundialização financeira, segundo o autor, é garantir a apropriação em escala mundial das rendas financeiras (juros e dividendos) em condições seguras e regulares. As reformas “sugeridas” aos países pelas instituições citadas acima possuem, portanto, a finalidade de favorecer a valorização do capital em qualquer país,

¹⁴⁴ Essa é também um elemento central constitutivo da alta da taxa de exploração, referente àquilo que as empresas devem extrair e/ou centralizar como massa de mais-valia, seja nas nações de origem das matrizes seja nas nações em que as filiais são implantadas, para que as normas de rentabilidade possam ser satisfeitas, ao menos transitoriamente (CHESNAIS, 2003).

permitindo, consequentemente, que esses países possam atrair capitais de investimento estrangeiro.

O crescimento desse regime de acumulação com dominância financeira, para Chesnais (2003), à luz daquilo que ocorre com os Estados Unidos ao longo dos últimos anos, pressupõe a capacidade de satisfazer quatro condições: 1) possuir um grande contingente de empresas engajadas de maneira obstinada na tarefa de maximizar a produtividade do trabalho e do capital, no interior de um processo fortemente desregulamentado; 2) possuir mercados acionários com bases bastante amplas, permitindo-lhes produzir rendas financeiras e expectativas positivas de altos rendimentos; 3) estar igualmente em condições de assegurar e de apoiar a formação de um montante bastante elevado de capital fictício, sendo capaz de alimentar essa dinâmica por muito tempo tendo autoridades monetárias dispostas e capazes de impedir qualquer *crash* na bolsa; 4) poder dispor de um conjunto de mecanismos internos e externos que garantam às empresas os recursos em ciência e tecnologia e mão de obra qualificada, recursos estes que seus investimentos por si só são incapazes de assegurar. Essas são medidas que qualquer país deve buscar, mas que, certamente, somente os Estados Unidos são capazes de alcançar em grande escala e em sua totalidade. Conforme Chesnais (2003), são com base, em especial, na segunda e terceira condição que os aspectos determinantes do crescimento dos Estados Unidos são centrados e são beneficiados pelo papel do dólar no sistema financeiro mundial e pela preferência do país, em última instância, dos destinos dos investimentos.

Para esse crescimento, foi fundamental a formação de uma demanda financeira sem precedentes e um encadeamento do circuito econômico global que foi reconfigurado para transitar na esfera financeira, que implicam a formação de uma bolha financeira que se configura pela formação de um montante significativo de capital fictício. Porém Chesnais (2003) nota que essa bolha precisa ser alimentada e é nesse ponto que os Estados Unidos intervêm nos fluxos exteriores, com a finalidade de manter essa estrutura.

Por si só, o capital fictício, engajado nas bolsas de valores, não possui a capacidade de imprimir mais valor, desta forma, para que a bolha financeira tenha capacidade de adquirir uma permanência, é imprescindível que haja a dominação parasitária da finança sobre a economia real. Aqui, está o papel dos países dependentes na alimentação dessa dinâmica. Conforme Chesnais (2003), a economia real dos Estados Unidos, tomada isoladamente, é incapaz de sustentar essa alimentação. De tal modo, esse sistema precisa,

fundamentalmente, de um conjunto de países com uma economia real capaz de alimentar o movimento da alta finança e, então, oferecer esse “apoio” à bolha, mediante uma conformação bastante variada de estruturas de centralização de frações de valor e mais-valia rumo a Wall Street e à Nasdaq, com capacidade da economia real de alimentar o movimento da alta finança.

Duménil e Lévy (2003), no mesmo quadro teórico de Chesnais (2003), acentuam o poder da finança. Os autores defendem que a mundialização é um processo muito antigo e que Marx já havia identificado como uma grande tendência do capitalismo (a construção do mercado mundial). Porém acreditam que estamos vivendo, desde os anos 1980, uma nova fase do capitalismo, que foi delineada por dois elementos: um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras esboçando aquilo que se convencionou a chamar de “nova economia” e o desenvolvimento de instituições financeiras, a exemplo dos investidores institucionais, cuja influência na economia é crescente.

Os autores vislumbram que as crises do século XX tiveram como saída o não acompanhamento do crescimento do salário real em relação à produtividade do trabalho, o que aumenta a parte dos lucros das organizações. Porém existe outro fator utilizado para a superação das crises atuais, que é a capacidade do aumento da produtividade do capital, isso ocorre porque uma quantidade maior da produção pode ser implementada a partir de um mesmo capital fixo. Essa é uma feição efetiva das tendências recentes, “que não constitui unicamente a expressão das concessões feitas pelos trabalhadores obtidas graças a muito desemprego [...]”, mas também um “[...] ganho de eficiência na utilização do capital” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 21).

Isso, realmente, vem ocorrendo desde a década de 1980, e faz com que a drenagem da renda dos trabalhadores beneficie as camadas mais favorecidas em proporções surpreendentes, resultando em aprofundamento das desigualdades patrimoniais. Essas camadas mais favorecidas ou as chamadas finanças são um vasto conjunto de indivíduos e de instituições (que possuem indivíduos por traz delas), detentores de muito dinheiro (capitais monetários e financeiros), que, por sua vez, fixam as regras do seu próprio jogo em termos de renda, emprego e macroeconomia. Esse setor financeiro mudou sua relação com o sistema produtivo: a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações, para tornar-se a encarnação do capital como propriedade (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

No que tange à mutação das relações de produção, os processos fundamentais, apresentados pelos autores, são resumidos em três categorias: 1) O movimento que se desenrola entre a finança e os gestores nada mais é do que a transformação da relação de propriedade capitalista, em um sentido amplo. Ou seja, aquilo que concerne à parte principal e dinâmica do sistema produtivo, a propriedade individual, está ultrapassado. Os proprietários se desincumbiram da gestão, progressivamente, de sua outra função crucial, a de agentes da mobilidade do capital, isto é, de arbitrar a aplicação de seus fundos, restando-lhes apenas a possibilidade de impor regras de funcionamento próprias ao capitalismo; 2) Ocorre o desenvolvimento das políticas econômicas voltadas para assegurar a estabilidade monetária e financeira do sistema; 3) A natureza capitalista do sistema se exprime na existência de uma classe de dirigentes proprietários¹⁴⁵, que pode ser percebida em vários aspectos: a maximização da taxa de lucro como critério de gestão, apropriação privada da mais-valia, por meio de rendas dessa classe, a concentração da propriedade dos capitalistas nas mãos de uma minoria, o controle das políticas econômicas como aspecto particular do controle geral do Estado.

Nessa linha, Guttman (2008), ressalta que estamos vivendo um “capitalismo patrimonial”, ou seja, um regime de crescimento dominado pelas finanças. O autor faz algumas ponderações importantes das particularidades do capitalismo maduro. Para Guttman (2008), o rápido crescimento dos assim chamados investidores institucionais, no último quarto de século transformou os acionistas principais de grandes empresas em todo o mundo¹⁴⁶. Os gerentes passaram, portanto, a se sujeitar à pressão intensa do mercado, priorizando resultados de curto prazo em vez de atividades de longo prazo, que seriam muito mais produtivas para o crescimento, como pesquisa e desenvolvimento – com isso, as fusões e aquisições passaram a ser o método de crescimento predileto em detrimento do investimento em recursos adicionais e de maior produção. Além disso, com um mercado ativo de controle corporativo, as corporações de baixo desempenho passaram a se preocupar com especulações de acionistas, tomadas agressivas do controle acionário por concorrentes, entre outros. O preço da ação passa a ser a variável-chave em torno da qual a

¹⁴⁵ A despeito das mutações que afetam as formas jurídicas dessa propriedade, bem como seu conteúdo – cujas prerrogativas são mantidas.

¹⁴⁶ Eles, normalmente, utilizam o direito de propriedade para impor uma lógica financeira arraigada em rendimentos trimestrais por ação como indicador de desempenho, uma lógica que permeia as diretorias e normas de governança corporativas (GUTTMANN, 2009)

gestão corporativa organiza a sua atuação, incitando reaquisições frequentes de ações, o uso de ações como moeda, o afrouxamento das normas contábeis e a manipulação de demonstrações financeiras (Guttmann, 2008). Em sequência, temos, também, a ocorrência de repartição dos lucros, um grande número de investidores que apanhavam a sua fatia do bolo.

Guttmann (2008) ressalta, ainda, que essa lógica é acrescida do declínio constante da porção dos lucros retidos para reinvestimento e um aumento concomitante na porção dos lucros pagos as acionistas na forma de dividendos. Dessa forma, segundo o autor, começamos a perceber que os rendimentos financeiros aumentaram de forma contínua como parcela do total, obrigando os industriais a forçar maiores lucros à custa da estagnação, muitas vezes, com redução da parte salarial.

Essa redistribuição de partes do rendimento funcional de salários, pela transferência do lucro industrial para o rendimento financeiro, está vinculada à alteração paralela da distribuição da renda favorável aos mais ricos, nas mãos dos quais, a maior parte dos **ativos** financeiros está concentrada, bem como na distribuição ainda mais desigual da riqueza, uma tendência geral nas nações mais industrializadas.

[...] a porção em declínio da parte salarial foi, durante o último quarto de século, compensada pelas taxas de poupança em declínio e o aumento dos níveis da dívida do consumidor, outro aspecto importante da dinâmica de crescimento no capitalismo dirigido pelas finanças (GUTTMANN, 2008, p.14).

As alterações estruturais do sistema de crédito têm sido, em grande medida, conformadas por inovações financeiras em escala maciça. As inovações financeiras mais importantes, conforme Guttmann (2008), criaram novas redes de intermediação financeira, que moveram os sistemas de crédito para além dos confins dos bancos comerciais tradicionais¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Entre elas, o autor destaca quatro inovações que tiveram papel crucial no surgimento do capitalismo dirigido pelas finanças. Primeiramente, nos anos 1960, ocorreu a introdução de instrumentos do mercado monetário, as chamadas obrigações de empréstimo, que liberaram os bancos a buscar empréstimos muito mais agressivos do que quando dependiam somente das obrigações de depósito como fonte de fundos. Em segundo, uma obrigação de empréstimo, em particular, os eurodólares, deu origem a uma verdadeira rede de bancos supranacionais que ultrapassavam a jurisdição de qualquer banco central nacional. Uma terceira alternativa de intermediação, que, no início, estava em competição direta com os bancos comerciais, atingiu o ponto de massa crítica na década de 1980, quando os fundos mútuos e fundos de pensão tornaram-se veículos populares para poupança habitacional e a investiram em valores mobiliários - esses investidores institucionais, como eram chamados, proporcionaram liquidez a muitos mercados financeiros cujo crescimento, como resultado, foi enormemente impulsionado, os bancos venceram este desafio, estabelecendo os seus próprios fundos mútuos, assumindo o controle dos fundos de pensão e ajudando a lançar fundos de hedge. Por fim, o

Lapavitsas (2011), que possui uma perspectiva baseada no marxismo clássico, faz uma análise da financeirização, entendida como uma transformação sistêmica das economias capitalistas maduras, e identifica três traços distintivos dessa fase: 1) as grandes corporações não financeiras conduzem sua dependência de empréstimos bancários, pois passam a possuir capacidade financeira; 2) os bancos expandem suas atividades de mediação nos mercados financeiros e de empréstimos para as famílias; e 3) as famílias tornam-se cada vez mais envolvidas nas esferas das finanças, tanto quanto outros devedores de ativos.

A partir do desenvolvimento desses três traços, o autor busca mostrar que a financeirização possui analogias evidentes com o que foi desenvolvido por Hilferding (1985) e Lênin (1982), porém, hoje, temos o capitalismo em um estágio superior. Hoje, as corporações multinacionais dominam a economia mundial, além disso, naquele tempo, o imperialismo não era uma estratégia política na dimensão que se tem hoje, era visto como um fenômeno com um conteúdo histórico específico enraizado nos processos econômicos (LAPAVITSAS, 2011). Segundo o autor, soma-se a isso o recuo da provisão pública, em habitação, saúde, educação, pensões e assim por diante que tem facilitado a financeirização da renda individual, assim como os salários reais estagnados. O resultado tem sido a extração de lucros dos bancos por meio de transferências diretas de renda pessoal, um processo chamado de expropriação financeira.

O trabalho de Brenner (2003) também traz apontamentos importantes para a apreensão das particularidades do capitalismo contemporâneo, pois procura revelar os efeitos da financeirização indicada pelos autores citados. Sua análise é feita na economia norte-americana, mas dela é possível ter uma aproximação importante dos efeitos de medidas que visam à abertura da economia e atrações de investimentos externos tão proclamados nas economias dependentes.

Conforme Brenner (2003), o declínio da atividade industrial dos Estados Unidos foi compensado por um dinamismo maior no mercado de ações estimulado pelo *Federal Reserve*. Assim, o *Federal Reserve* substituiu o aumento do déficit público, que fora tão indispensável para o crescimento econômico dos Estados Unidos na década de 1980, pelo

autor ressalta que os bancos então desenvolveram ainda uma outra fonte de renda lucrativa com a securitização, a nova embalagem dos empréstimos em valores mobiliários lastreados pelos fluxos da renda gerada por aqueles contingentes de empréstimos, que decolaram nos anos 1990, quando os títulos lastreados em empréstimos começaram a atrair um número cada vez maior de investidores de todo o planeta.

aumento do déficit privado na segunda metade da década de 1990, que o autor chama de um tipo de “keynesianismo do mercado de ações”. Assim que os preços das ações subiram, afirma o autor, as empresas viram-se com acesso fácil e sem precedentes a financiamentos, fosse por meio de empréstimos com garantia ostensiva de sua capitalização no mercado acionário, fosse pela emissão de ações. O resultado foi a ampliação do endividamento das empresas não financeiras nunca visto antes. As famílias com alto poder aquisitivo viram-se beneficiadas com o aumento do preço das ações, que resultou, conforme assegura Brenner (2003), em um aumento do consumo por parte das famílias e a redução da poupança.

Como resultado, entre 1995 e 2000, viu-se, na economia norte-americana, uma expansão da produção, porém, alerta o autor, sempre atrelada à alta do mercado acionário (bolha do mercado de ações), que não tinha apoio algum no lucro das empresas. Ou seja, os preços das ações cresciam sem, necessariamente, estar atrelados a ampliações de lucros. Conforme Brenner (2003), nem a ascensão da economia real, nem a representação de sua reprodução do papel sob a forma de preço das ações conseguiram resistir, por muito tempo, à atração gravitacional da queda de lucro do período, além disso, o fardo implacável do pagamento de juros sobre o imenso passivo da dívida empresarial comprimiu ainda mais o lucro. Assim, o autor aponta que a expansão do setor financeiro, dado o *boom* da bolha financeira, não é capaz de alavancar o setor real de forma sustentada e, portanto, não sustenta, em bases reais, um aumento do PIB nacional.

Essa é a característica destruidora do capitalismo contemporâneo, a economia norte-americana que, por meio do seu poder supremo em todos os níveis, conseguiu impor uma dinâmica pautada pelo setor fictício, que, para se sustentar, suga de todas as maneiras do setor real, sem dar a ela a sustentação para tal dinâmica.

3.3.2 O novo imperialismo

O que podemos notar com a subseção anterior é que o capitalismo já não possui a mesma dinâmica percebida por Bukharin (1988), Lênin (1982), Luxemburgo (1984) ou Hilferding (1985). A mundialização do capital e a disseminação de formas fictícias do capital lideradas pela economia norte-americana elevaram o imperialismo para um patamar ainda mais pujante e complexo do que aquele apontado pelos teóricos clássicos do imperialismo. Vamos, agora, voltar-nos para autores que subsidiam essa ideia.

Harvey (2005), em “O novo imperialismo”, na mesma linha que Panitch e Gedin (2004), identifica a forma personalizada de imperialismo dos Estados Unidos, solidificada fundamentalmente, após a segunda guerra mundial, quando passaram a ser os líderes da tecnologia, do aparato militar, da produção e do dólar. Mais do que isso, usaram todo o seu poder econômico para construir economias fortes e fundadas dentro de seus princípios capitalistas. Puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando a Organizações das Nações Unidas (ONU), alianças militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com o objetivo de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater as influências da União Soviética.

Os Estados Unidos usam seu poder militar para operações secretas e pressões, para dar continuidade aos governos amigos. Instauraram um arcabouço internacional de comércio e desenvolvimento econômico no interior dos Estados independentes por meio do acordo de Bretton Woods, com a finalidade de estabilizar o sistema financeiro mundial, acompanhado de instituições que garantiram essa estabilidade, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Além disso, os Estados Unidos passaram a ser vistos como a principal máquina de acumulação de capital, capaz de arrastar o mundo em seus trilhos, segundo Harvey (2005), tornando-se a referência civilizatória do mundo capitalista. Porém, após os anos 1970, os Estados Unidos, ameaçados no campo da produção, assumiram a esfera financeira de forma cada vez mais predatória. Foi necessária maior penetração dos capitais financeiros em todo o mundo, para isso, os países precisavam estar abertos a essa nova lógica de acumulação.

Portanto, essa lógica, que Harvey (2005) chama de sobreacumulação, fica cada vez mais evidente, sendo necessária a incorporação de novos espaços geográficos e a reorganização espacial, para evitar a desvalorização e descobrir novas maneiras de absorver os excedentes de capital. Para o autor, na sobreacumulação estão as causas das crises do capitalismo contemporâneo, e a expansão geográfica viria resolver a tendência da formação das crises no âmbito do capitalismo. Assim, seriam imperiosas novas oportunidades lucrativas para o capital e, para isso, seria fundamental a ação dos Estados para a construção de infraestruturas físicas para, portanto, dar vazão a expansão dos processos de acumulação. Esse é o pano de fundo do imperialismo, segundo Harvey (2005). Aqui, é possível perceber a

reação dialética da política feita pelo Estado, Império e os movimentos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço.

Gowan (2003), em “A Roleta Global”, segue essa mesma linha e mostra que as mudanças internas e transnacionais dos Estados consolidam um novo regime, fazendo com que governanças de, praticamente, todo o mundo queiram aquilo que as elites governamentais e empresariais norte-americanas querem. Esse novo regime se dá pela liberalização das finanças. Gowan (2003) mostra que o sistema financeiro internacional que se forma no capitalismo maduro, ancorado no regime dólar Wall Street, tornou-se uma alavanca política para abrir economias locais, fluxos de capital especulativo e interesses da hegemonia norte-americana. O autor esclarece que as crises financeiras dos últimos anos induzem a reengenharias econômicas na maior parte do globo, levando, cada vez mais, os países a ficar reféns de uma dinâmica especulativa que, em última instância, mantém o imperialismo norte-americano.

A partir dos clássicos da teoria imperialista e deste trabalho de Harvey, Fontes (2010) desenvolve a noção de capital-imperialismo. De um lado, a autora percebe, na atualidade, a concentração de capitais já vislumbrado pelos autores clássicos (entre eles, Lênin), porém com características distintas, pois o capital financeiro já não se forma da junção do capital bancário e o capital produtivo, aproximando-se do capital sob forma monetária, como capital portador de juros. Em outra ponta, Fontes (2010, p. 51) se utiliza do conceito de espoliação desenvolvido por Harvey (2005), que faz referência à descrição de Marx sobre a acumulação primitiva. A autora quer ressaltar que estamos diante de uma formidável expansão das bases primárias sobre as quais se assenta a relação social capitalista, configurando em um quadro extremamente desigual e em que a população não consegue encontrar colocação nos mercados formais de força de trabalho. Para Fontes (2010), a expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida, atinge sobre direitos tradicionais, relação familiar, cultura, ideologia e política. Esse capital-imperialismo é uma fase contemporânea do capitalismo em sua busca pela expansão, e incorpora, desta forma, novos espaços de forma ainda mais fragmentada, hierárquica e desigual.

A partir desses aspectos, concordamos com Amaral (2013, p. 107), quando argumenta que o imperialismo é hoje muito mais vigoroso do que foi no passado, em particular, por apresentar-se sob a camuflagem do discurso globalizante. Nesse processo, os

Estados Unidos possuem uma posição de liderança no direcionamento da dinâmica capitalista e a “[...] financeirização aparece como a transformação da esfera econômica de maior proeminência no sentido de justificar as pretensões que indicam a constituição de uma nova fase do capitalismo [...]” (AMARAL, 2013, p. 208).

Assim, a suposta homogeneização propalada por muitos autores como reflexos da globalização, ou para nos aproximar do conceito de Chesnais (2003, 2010), da mundialização, no fundo, trata-se de uma integração das diversas economias à dinâmica de acumulação norte-americana, que traz profundas desigualdades em todas as dimensões da vida humana. O problema dessa dinâmica, segundo Osorio (2013), é que, no meio da profunda mundialização, os fluxos de capitais se movem em múltiplas direções, porém, no momento da distribuição dos lucros, estes capitais mundializados terminam nas economias centrais. O fetiche da aparência de que, nos países dependentes, existem momentos ou bolsões de acelerada riqueza e de que, nos países centrais, existam momentos ou bolsões de pobreza, não faz com que o sistema mundial seja homogêneo e muito menos que a hierarquia mundial tenha sido alterada (OSORIO, 2013).

Veremos, na próxima seção, como a nova fase do capitalismo, marcada pela mundialização, pela ampliação do capital fictício e por uma nova fase do imperialismo, apesar de manter a sua essência, modifica a forma como a dependência se expressa.

3.4 A noção do padrão de reprodução e a dependência contemporânea

A consideração de que o capitalismo contemporâneo se apresenta em uma nova etapa, que também chamaremos de capitalismo maduro, e, por consequência, traz uma nova fase do imperialismo - pelos motivos expostos na seção anterior - que introduz um contíguo conjunto de questões de expressiva importância para o tema que nos ocupa, neste capítulo, sobre o padrão de reprodução das economias dependentes.

Conforme apontado pelo trabalho de Amaral (2012), já que a teoria da dependência é entendida como um complemento necessário às teses do imperialismo, como temos agora uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, por consequência, temos uma nova fase da dependência¹⁴⁸. Isso ocorre pois o sistema capitalista constitui-se em uma unidade desigual, que resulta em imbricações que estabelecem diferenciações entre os

¹⁴⁸ Ou melhor uma forma contemporânea de manifestação das condições de dependência.

países, marcados, sobretudo, pela formação de um centro que possui a capacidade de influenciar mais na lógica do desenvolvimento capitalista, fazendo com que os países dependentes fiquem cada vez mais reféns da dinâmica criada no capitalismo central em que a superexploração é a forma encontrada para o capitalista se contrapor à lógica prevalecente.

Com efeito, conforme Osorio (2012a), o resultado é uma desigualdade própria do sistema mundial capitalista, que se gesta em diferentes formas de desenvolvimento capitalista, seja com referência às regiões ou nações que possuem a capacidade de atrair valores, seja aquelas que não possuem a capacidade de retê-los. Isso denota que essas diferentes formas de atração de valores refletem-se, por consequência, em diferentes formas de reprodução do capital, implicando diferentes fatores que incidem na reprodução do capital e, portanto, em diferentes níveis de acumulação, condições de exploração e superexploração da força de trabalho, tamanhos e modalidades de constituição do mercado interno e externo.

Osorio (2012b) lembra que isso remete às noções de economias imperialistas, economias dependentes, economias subimperialistas, sendo que essas últimas, conforme visto no capítulo anterior, situam-se em uma posição que lhes permite a subtração de valor de economias periféricas, sendo despojadas dele pelas economias centrais, assim, operam e se reproduzem de formas distintas. Ao mesmo tempo existem, por consequência, modalidades diferentes de produção e reprodução de valores de uso, que possuem como resultado a distribuição de valor na divisão internacional do trabalho. Toda essa dinâmica é gestada de forma particular em cada momento histórico¹⁴⁹.

Aqui é necessário ressaltar o que entendemos ser o ponto fulcral desta seção: a observação das mudanças na divisão internacional do trabalho, conforme lembra Osorio (2012a), ou seja, as mudanças na organização da produção capitalista - arquitetada como produção ou fábrica mundial de valores de uso. Isso deve ser complementado com a análise da produção de valor e com as oscilações de apropriação-expropriação que o sistema mundial capitalista gera, de forma particular, em cada momento histórico.

Para fazer essa interligação entre produção de valores de uso, valor e apropriação-expropriação, iremos, mais uma vez, recorrer a Osorio (2012a), que apresenta uma

¹⁴⁹ No entanto, isso deve ser considerado, lembrando que o capitalismo possui uma estrutura desigual em que os países possuem importâncias distintas e específicas que tende a se reproduzir de diferentes formas.

importante enumeração dos padrões-eixo da reprodução do capital que a região latino-americana percorreu - e, por consequência, o Brasil - , a partir de sua independência¹⁵⁰. Essa enumeração pode ser vista no quadro 4.

QUADRO 4 – Caracterização da inserção internacional, formas de manifestação da dependência e padrão de reprodução dominante no Brasil

Caracterização da inserção internacional - Paulani (2012)	Manifestações da dependência - Dos Santos (1970) , Valencia (2004) e Amaral (2012)	Padrão de reprodução dominante - Osório (2012)	Período de abrangência
1) Produtor de bens primários de baixa intensidade tecnológica - alavanca de acumulação do centro		1) Padrão agromineiro exportador	Final do século XIX até a segunda década do século XX
Etapa de transição - Processo de acumulação determinado pela economia doméstica	1) Dependência financeiro industrial	2) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
		3) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
		Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
2) Dinâmica da economia comandado pelos imperativos do capital de fora - receptora do capital externo para investimento na indústria destinada ao consumo interno		Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
3) Brasil: destino de capitais externos em busca de valorização - crise de sobreacumulação no centro e crise da dívida e alta inflação na periferia latino-americana	2) Dependência Tecnológico industrial	4) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
4) País configura-se como uma plataforma internacional de valorização financeira - submissão de sua política econômica às exigências dos credores e a consequente reprimarização da pauta de exportação e desindustrialização	3) Dependência neoliberal financeira-tecnológica	5) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: Elaboração própria a partir de Amaral (2012), Dos Santos (1970), Osorio (2012), Paulani (2012) e Sotelo Valencia (2004).

Nota: Entre as formas de manifestação da dependência desenvolvidas por Dos Santos (1970) não estamos considerando a chamada dependência colonial.

Vale ressaltar que cada padrão, assim como ocorre em cada país que possui um determinado padrão de reprodução, possui uma lógica interna própria. A cooptação desses padrões indica o papel particular do padrão de reprodução desses países na divisão internacional do trabalho e, portanto, na dinâmica capitalista mundial.

Sobre o padrão instaurado nas economias dependentes, ao longo dos anos, Osorio (2012a, p. 79) ensina que “[...] sua análise deve integrar-se aos processos que marcam o curso de tal sistema, das etapas que vão tendo curso e da lógica que rege cada uma de suas

¹⁵⁰ Ou seja, após o período colonial até o século XXI.

periodizações”, portanto, “o particular da análise não deve separar-se, então dos processos gerais do qual faz parte”.

Assim, a identificação desses padrões deve ser apreendida levando em conta que eles integram um movimento mais geral do sistema capitalista mundial. Como o sistema capitalista mundial é dinamizado pelos países centrais e, portanto, pelo padrão de reprodução dos países centrais, os padrões de reprodução dos países dependentes são gestados para alimentá-los e sustentá-los¹⁵¹, em especial, por meio da superexploração. Isso significa, portanto, assumir as características que o processo de acumulação de capitais envolve, a forma desigual de inserção da divisão internacional que esse processo produz, implicando a geração de centros, periferias, semiperiferias, países subimperialistas, economias periféricas etc. e as relações que daí resultam.

Em cada etapa do capitalismo, são estabelecidas, em seu curso, diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais a América Latina e o Brasil possuem elevada importância, fundamentalmente, como região produtora de bens primários até os dias atuais. Porém isso não quer dizer que a relação dessas economias com o exterior se deu da mesma maneira, ao contrário, essas relações, desde a colonização, se deram de diferentes formas. A inserção dessas economias foi caracterizada pelos teóricos da TMD como particularmente, dependente, mas, em cada etapa essa dependência, manifesta-se de formas diversas. Essas diferentes formas da dependência foram caracterizadas por Dos Santos (1970) e atualizadas por Sotelo Valencia (2007) e Amaral (2012) e também foram reproduzidas no quadro 4.

Paulani (2012) traz, para a nossa análise, as formas diferenciadas de inserção internacional da economia brasileira¹⁵² na divisão internacional do trabalho, que foi acrescentada, no nosso quadro. A autora traz uma análise bastante apropriada e nos ajudará a mostrar como, em particular, o Brasil chegou à forma de manifestação da dependência atual e as consequentes influências para o atual padrão de reprodução.

Nossa pretensão com a análise do quadro 4 é manter uma visão sistêmica das transformações do padrão de reprodução no Brasil, com a dinâmica que se configura no

¹⁵¹ Em alguns períodos, isso ocorre de forma mais direta e visível, em outros, nem tanto.

¹⁵² Apesar da autora tratar o Brasil de forma particular, entendemos que sua apreensão dá uma ideia muito próxima do que ocorre, de forma geral, com a América Latina.

capitalismo contemporâneo, marcando o novo imperialismo e a forma de inserção internacional do país e as consequentes formas de manifestação da dependência.

A primeira fase da inserção internacional da economia Brasileira foi marcada pela produção de matérias-primas e produtos agrícolas para a reprodução capitalista dos países centrais, resultando na conformação de um padrão de reprodução agromineiro exportador (OSORIO, 2012a). Marcava, portanto, a inserção da economia brasileira - e das economias latino-americanas - na divisão internacional do trabalho, configurando aquilo que Dos Santos (1970) chamou de dependência financeiro-industrial, já que havia, no país, o domínio do grande capital dos países centrais.

Nos esquemas de Osorio (2012a), a primeira metade da década de 1930 é caracterizada como uma etapa de transição, caracterizada pela crise do padrão de reprodução agromineiro exportador, resultado da combinação de fatores políticos internos e externos, dada a gravidade da crise econômica mundial do período. Osorio (2012a) considera que essa etapa gerou a posterior conformação do padrão industrial na América Latina, que, no seu início, passava a conformar-se, a partir de uma lógica interna, porém que se articulava com a crise do mercado mundial, derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exige do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução.

Portanto, a partir da segunda metade dos anos 1930, conforme Osorio (2012a) configura-se, nos países latino-americanos, o padrão industrial de reprodução. Esse período abriu a possibilidade para outra fase, em que o processo de acumulação passou a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica sendo pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica. Assim, foi um período que preparou o país para a segunda fase de inserção internacional da economia brasileira, segundo a classificação de Paulani (2012), no movimento mundial de acumulação que identifica um período de dependência tecnológico industrial (DOS SANTOS, 1970). A dependência, nessa fase, foi pautada na instalação de plantas industriais nas economias latino-americanas, com o objetivo atual do mercado consumidor interno desses países.

Paulani (2012) defende que, nos anos 1950, compelido já pelo problema da sobreacumulação, o capital do Centro do sistema vai encontrar, na economia brasileira, o mercado necessário para a sua valorização. Pois o mercado do mundo desenvolvido começara a ficar escasso, fazendo com que o Brasil se tornasse objeto do deslocamento

espacial do capital do Centro. Já em 1964, especificamente no Brasil, conforme explicado por Luce (2011), tem-se o fenômeno chamado de subimperialismo, o qual se materializou como forma do padrão industrial diversificado. Essa inauguração no cenário das economias dependentes latino-americanas possibilitou a criação de um mercado de consumo para a produção industrial brasileira na própria região, resolvendo, em parte, os problemas do ciclo do capital da economia subimperialista.

Nesse processo, o Estado foi fundamental na criação dessa demanda, atuou, também, como promovedor de subsídios e como agente de política de hegemonia regional sul-americana e Africana na baliza de relações de cooperação antagônica com o imperialismo (LUCE, 2011). Consoante Marini (2012b), a extensão da atuação das exportações brasileiras, que possibilitou a manutenção da diversificação da indústria nacional, deu forma à chamada “sociedade de consumo à moda da casa”. O termo “sociedade de consumo à moda da casa” está vinculado à ideia do estímulo ao consumo suntuário, em função das limitações do mercado nacional¹⁵³ e das dificuldades da realização da produção do valor, uma vez que prevalece, na economia brasileira, a superexploração e a desigualdade de renda¹⁵⁴.

Aqui, podemos verificar a gravidade dos valores de uso que são produzidos na economia brasileira e a dificuldade de realização decorrente das limitações do mercado consumidor. Marini (1977b) deixa isso bastante claro na seguinte passagem:

Com efeito, o esquema de realização implantado pela ditadura militar e/ou pelo grande capital, para esta fase de desenvolvimento que caracterizamos como subimperialista, se baseou em três elementos fundamentais. O primeiro deles (que, cronologicamente, é o último, já que só se configurou plenamente a partir de 1968, enquanto que os demais já se haviam tornado visíveis no curso da crise de 1962-67) é o consumo de luxo. Ele se explica à medida que os setores dinâmicos da economia brasileira, no período, são aqueles que produzem bens mistos: automóveis, aparelhos eletrodomésticos, etc., o que tornou indispensável dinamizar o mercado interno. A superexploração do trabalho em que se baseia o modelo de reprodução, e que fez com que, desde 1965, o salário real o trabalhador se tenha reduzido a, aproximadamente, a metade não é obstáculo para ele. Mas também permite uma redistribuição regressiva, não só em favor da classe capitalista, mas também das classes médias, conformando um

¹⁵³ Ressalta-se que as limitações do mercado nacional são referidas a sua extensão, neste período, dada a distribuição regressiva da renda, a classe média e classe alta mantinham o crescimento do seu consumo.

¹⁵⁴ O consumo suntuário ou consumo de bens de luxo não faz parte da cesta de bens de consumo da grande massa de trabalhadores naquele período.

mercado limitado, mas dinâmico para a produção de bens mistos e de outros produtos de luxo. Essa intensificação do abismo entre a classe alta e a baixa no que tange à circulação nacional implica no agravamento da separação entre o desenvolvimento e o aparelho produtivo e as necessidades de consumo das massas, traço inerente do capitalismo dependente (MARINI, 1977b, tradução nossa).

Sobre o papel do mercado externo vizinho no esquema de realização do subimperialismo, temos uma passagem que marca sua função categórica - como um vínculo - que possibilita a realização:

Acaso não chama atenção o fato de que, entre 1968 e 1970, as exportações de manufaturas para a América do Sul tenham crescido de 182 milhões de dólares para 284 milhões, havendo ainda casos – como as exportações para o Paraguai – nos quais a cifra inicial se duplica? E não seria significativo que as exportações para a África, naqueles três anos, tenha, passado de 39 milhões de dólares para 60 milhões, e que em países como Moçambique (por pequenos que sejam os dados absolutos) as cifras sejam, respectivamente, de 92 mil e 968 mil dólares? Se relacionarmos essa expansão comercial com o dinamismo da estrutura industrial brasileira – que como vimos, desfavorece a indústria de bens-salário – e a incapacidade do sistema para incorporar as massas à produção e ao consumo, fica difícil entender o motivo de tanta resistência a admitir a existência de problemas de realização no interior da economia brasileira (MARINI, 2012B, p. 34)

Luce (2011) adverte que o que deve ser levado em conta não é apenas a visão contábil, mas a estreita relação entre os ramos, que se mostram dinâmicos internamente no plano da produção, mas que, no plano da realização, precisam do mercado externo. Por outro lado, segundo Marini (2012b), com a finalidade de ampliar a taxa de exploração e, portanto, a mais-valia, por meio de uma maior produtividade do trabalho, recorreu-se às importações de tecnologia e capitais estrangeiros, que, como deve ser lembrado, estão voltados a padrões de consumo acessíveis apenas aos grupos de alta renda, de modo que se mantém a tendência ao aperto do consumo popular e se aguça o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas.

Segundo Marini (2012b), no plano da produção, a industrialização que se deu no período operava no sentido de ampliar as brechas que iam se estabelecendo: a) entre as indústrias ditas “dinâmicas” (produtoras, basicamente, de bens de consumo de luxo – nas condições latino-americanas – e de bens intermediários e equipamentos destinados a essa produção) e as indústrias “tradicionais” (que são produtoras de bens-salário); b) entre as

grandes empresas, em sua maioria, estrangeiras ou relacionadas ao capital estrangeiro, e as pequenas e médias empresas, sendo que as primeiras predominaram, numericamente, nos ramos dinâmicos e as segundas nos ramos tradicionais¹⁵⁵.

Assim, o processo de acumulação “determinado desde dentro” passara a ser comandado, nos setores mais eficazes da economia, mas em razão das necessidades e imperativos do capital do centro capitalista. Apesar disso, conforme Paulani (2012), foi nesse período que se gerou a primeira possibilidade efetiva da economia brasileira deixar sua crônica dependência e ganhar autonomia na determinação da forma e do conteúdo do processo de acumulação.

Paulani (2012) lembra que, apesar da possibilidade de abandonar a dependência crônica, ela não foi concretizada, pois a crise que se deslocara, entre outros expedientes, pelo deslocamento espacial dos capitais do Centro, tornou-se inevitável nos anos 1970, engendrando uma série de transformações que viriam alterar a feição da acumulação tanto dentro, quanto fora do Brasil. Essa fase deu forma à quarta etapa do padrão de reprodução da região, chamada, por Osorio (2012a), de etapa de transição.

Nela, começava a ser constituído aquilo que viria a ser chamado de financeirização, em que a lógica do processo de acumulação passava a operar sob os ditames da lógica de valorização financeira. Esse novo regime de acumulação mundial vai encontrar, no Brasil, a demanda de empréstimos que faltava a um capital financeiro faminto por aplicações no contexto de uma crise de sobreacumulação irresolvida no Centro (PAULANI, 2012).

Segundo Amaral (2012), esse é um período que rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica calcada na ocorrência de uma espécie de ciclo ocioso, em vista da recorrência do endividamento para dar conta de um endividamento anterior, que gera uma nova dívida e, assim, sucessivamente. A autora lembra que em função da recorrência ao capital externo, durante esse período, e da forte entrada de capitais voltados, sobretudo, para o endividamento público, fruto da elevada liquidez internacional e do processo de “reciclagem dos petrodólares”, o endividamento externo salta para níveis nunca antes vistos na região. Inicialmente, por conta das

¹⁵⁵ Conforme Marini (2012b), tem-se, com isso, uma industrialização dependente, que apresenta duas características básicas: é desigual, ou seja, dá lugar a diferentes graus de desenvolvimento industrial e, portanto, de composição orgânica do capital nos países dependentes; e reorienta o capital estrangeiro ao setor industrial desses países, devido às elevadas taxas de mais-valia que ali se apresentam, quanto à possibilidade que oferece para os países avançados de exportar aos países dependentes não apenas bens de consumo corrente, mas também bens intermediários.

necessidades criadas pelo choque do petróleo de 1973, depois, pelo processo de realimentação produzido pelo chamado “choque dos juros internacionais” (AMARAL, 2012).

Esse período deflagra a recente configuração da acumulação de capital dos países latino-americanos. Segundo Paulani (2012), é o modo de inserção da economia brasileira nessa nova fase que o torna um dos principais personagens da chamada “crise das dívidas dos países latino-americanos”, que acontecera nos anos 1980 e que foi responsável por duas décadas de estagnação do Brasil. Uma estrutura favorável foi constituída, nos anos 1980: uma política econômica dentro do discurso do novo imperialismo, mas sem a roupagem que marca seus objetivos, que favorece a formação de uma grande financeirização da economia brasileira.

O Brasil, portanto, passava a atuar como uma plataforma do capital internacional financeirizado. Esse quadro levou à quinta e nova fase da inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação, sobretudo, a partir dos anos 1990.

De acordo com Paulani (2012), para o país escapar da armadilha que marcou a fase anterior - formada pela crise da dívida e hiperinflação -, seguiu em uma completa submissão de sua política econômica às reivindicações dos credores¹⁵⁶. Como resultado, o país concretiza-se como uma fonte de ganhos financeiros ao capital mundial, que busca, incessantemente, valorização rápida. Nesse período, prevaleciam elevadas taxas de juros que ficam ainda mais elevadas nos momentos de crise, garantindo o ganho dos ativos financeiros. A sobrevalorização da moeda nacional também manteve esse processo de valorização, que em função da entrada constante desses capitais, que reforçou a dinâmica de ganhos extraordinários dos ativos financeiros. Essas políticas constituem-se na contrapartida das exigências e condicionamentos das empresas transnacionais e dos estados imperialistas para decidirem investir nos países da periferia do capitalismo (SOTELO VALENCIA, 2007).

¹⁵⁶ Amaral (2012) acrescenta que as ações pautadas nessa fase que se apresentam completamente diferentes daquelas vigentes até o início da abertura comercial na região latino-americana. Segundo nossa autora, todas as formas de regulação conformadas no período anterior foram, gradativamente, desativadas, o Estado deixava de ter um papel de regulador da demanda efetiva e dos fluxos internacionais de capital. Deixa também de regular o mercado de trabalho e a indústria local. Para que o processo de abertura comercial e financeira tivesse sucesso, foi necessário manter a valorização e a estabilização da moeda nacional, o que levou a indústria local a uma concorrência desleal, contribuindo para a sua estagnação e retração. Para a estabilidade da moeda, fez-se necessária a implementação do regime de metas de inflação, que possui como instrumento elementar a elevação da taxa de juros, que passam a ser funcionais também no sentido de manterem a garantia de remuneração atrativa para os capitais especulativos de curto prazo que vem em busca de valorização rápida e garantida (AMARAL, 2012).

Moeda sobrevalorizada e taxas de juros elevadas, a consequência inevitável de tudo isso recai sobre a estrutura produtiva, levando à desindustrialização e à consequente e desastrosa inserção produtiva no comércio mundial, marcada pela reprimarização da pauta de exportação do país e pela manutenção de exportações de produtos ligados aos recursos naturais, além de produtos de média tecnologia, que, na sua maioria, apenas são montados no país. Essa reprimarização e especialização produtiva¹⁵⁷ são verificadas pela pauta de exportação que foi vista no primeiro capítulo e ilustram um quadro real da economia nacional que compromete ainda mais o futuro da indústria nacional. Em torno desses eixos, temos a produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis, extração e processamento de cobre e outros minerais, produção eletrônica etc. “Em essência, o novo padrão exportador apoia-se sobre matérias-primas [...] e em alimentos, com algum grau de processamento, assim como em bens industriais nos quais predominam a atividade de *maquila* e, em menor medida, a produção em si” (OSORIO, 2012b, p. 116). Portanto, o êxito exportador do Brasil, e também dos países latino-americanos, está na presença de uma demanda mundial de valores de uso possíveis de produzir no país e na possibilidade de uma rápida resposta a tal demanda, elevando a oferta desses bens (OSORIO, 2012b).

Conforme Nassif (2012), é possível que o Brasil se torne meramente um montador de produtos de mais alta complexidade tecnológica e que sofra da doença Holandesa, que tem esse nome, pois vem seguindo os passos dos Países Baixos na década de 1960, quando o aumento acelerado dos preços do gás ampliou fortemente as receitas de exportação daquele país em um primeiro momento, mas que, posteriormente, afetou a sua competitividade do setor industrial. Assim, não se deve cair no erro de entender que a pauta da exportação é neutra na estrutura produtiva do país, ao contrário. Ela é um reflexo daquilo que prevalece na estrutura produtiva do país.

De acordo com Sotelo Valencia (2009), assiste-se a um processo de desindustrialização dos países dependentes, que se relaciona com a privatização das empresas públicas, com a quebra de empresas medianas e pequenas e imposições pelo

¹⁵⁷ Segundo Osorio (2012b), usa-se o termo de especialização produtiva com o objetivo de diferenciá-lo do padrão agromineiro exportador que a região conheceu no século XIX e no início no século XX. Os novos bens de exportação exigem, em muitos casos, algum grau de elaboração que ele não queria ou não conheceu e também porque integra a maquila e a produção de partes industriais diversas. O autor alerta ainda que a noção de “manufaturas baseadas em recursos naturais” leva ao equívoco de pensar em produtos que passaram por processos industriais propriamente ditos, quando na verdade não passam de frágeis intervenções que processam recursos naturais, como a atividade de enlatar produtos do mar e frutas ou de engarrafar vinhos

capital de trabalho flexível e desregulado. Segundo o autor, o resultado desse processo, no mundo do trabalho é a formação de empregos de baixa qualidade, a baixa produtividade e a remuneração, o que culmina na conformação do emprego informal, elevação das taxas de desemprego aberto, manutenção de pobreza e extrema pobreza. Assim, a desindustrialização e as políticas econômicas, dentro dos preceitos do neoliberalismo, consideradas por Sotelo Valencia (2007) as duas caras do padrão de acumulação da forma de dependência atual, eliminam a industrialização latino-americana que havia operado como um símbolo de progresso econômico e de modernização dessas sociedades.

Tudo isso leva a uma inserção internacional em um grau de subordinação ainda maior que o identificado pela TMD em fases anteriores, tendo cada vez menores poderes de influenciar essa lógica a favor de sua economia. Com isso, agora,

[...] a política monetária torna-se peça fundamental do ponto de vista da financeirização, já que eleva os ganhos rentistas, e, com isso, faz com que a acumulação de capital produtivo perca sua sensibilidade à taxa de lucro, tendo em vista que, por mais que haja recuperação desta taxa, a acumulação produtiva pode não acompanhar esse crescimento, pois volta seus olhos para as possibilidades de valorização dadas pela esfera financeira (AMARAL, 2012, p.114).

Nessa análise, Amaral (2012) traz elementos importantes para a configuração dessa nova etapa da dependência: o que se vê é que as economias passam a ter um novo guia ou novo fator determinante e condicionador da capacidade de crescer das economias periféricas, que são a própria esfera financeira ou grupo rentista.

Os ganhos financeiros são as prioridades, mesmo que isso leve a prejuízos no lado produtivo. Porém isso não retira o entendimento de que os ganhos dos rentistas possuem base real de existência, ou seja, são produzidos na esfera real, pois, necessariamente, atravessam o circuito D – M – D' (AMARAL, 2012). De tal modo, mesmo que predomine a lógica da acumulação financeira, a esfera produtiva é que alimenta todo esse processo.

Soma-se a isso o fato de que os agravantes desse processo de financeirização possuem consequências ainda mais graves para as economias dependentes do que para as economias centrais. Nas primeiras, os processos estruturais que são característicos da condição dependente se reforçando, em especial, pela subordinação financeira, “[...] que amordaça os braços da política econômica [...]” e que “[...] subsume todas as demais esferas

da política aos seus ditames [...]” (AMARAL, 2012, p. 131). Portanto, as políticas ficam subordinadas àquilo que o capital entende ser o essencial, a manutenção da estabilidade da moeda e do país, de forma que seja garantida a sua valorização. Isso faz com que os traços característicos da dependência sejam ampliados por meio da financeirização.

Esse ponto leva à característica principal da atual configuração da dependência latino-americana, conforme Sotelo Valencia (2007)

Na fase contemporânea, identificamos a dependência neoliberal financeiro-tecnológica sob o predomínio do capital fictício especulativo que se projeta em direção aos serviços financeiros e à informática; ao mercado mundial como eixo de acumulação e de obtenção de lucros [...]. Essa moderna estrutura de dependência não significa que os ciclos do capital, particularmente o produtivo e mercantil, já não tenham sua própria dinâmica, mas é o capital fictício e o peso da tecnologia que o subordinam e têm marcado sua dinâmica (SOTELO VALENCIA, 2007, p. 35, tradução nossa).

Amaral (2012) acrescenta, ainda, que isso faz com que economias dependentes se afastem cada vez mais de transações que possibilitavam algum tipo de consequência no lado real da economia, de forma que elevem a geração de emprego e renda - apesar de gerarem a necessidade de reinserir excedentes de capital na circulação internacional, mediante o pagamento de lucros e juros referentes a investimentos diretos e à contração de dívidas pró-investimento produtivo. Além disso, essas transações propiciavam a incorporação tecnológica, apesar das suas limitações estruturais. Na nova fase, ao contrário, aproximamo-nos de uma inserção que vai rompendo cada vez mais os vínculos entre o financeiro e o produtivo (mesmo que isso pareça contraditório), e quaisquer benfeitorias que essa relação possa derivar por parte das economias dependentes ficam cada vez menos certos e arriscados, apesar de toda a contradição que essa afirmação gera (AMARAL, 2012).

Com base nesses apontamentos, Amaral (2012) faz um levantamento das particularidades percebidas na forma de dependência atual - a partir daquilo que caracterizou a dependência latino-americana formulada pelos teóricos da TMD: 1) Em relação ao exército industrial de reserva, ele continua, conforme apontado por Sotelo Valencia (2007), desempenhando papel elementar na dinâmica dos países dependentes, empurrando a racionalidade do capitalista para o mundo da superexploração; 2) no que diz

respeito à exclusão dos trabalhadores no consumo de bens suntuários, isso já não ocorre hoje, pois o consumo dos trabalhadores já incorpora produtos da indústria eletroeletrônica (celulares, micro-ondas entre outros), considerados, portanto, suntuários, de forma que o dinamismo tecnológico destes setores afetou os valores desses bens, possibilitando a elevação da mais-valia relativa; 3) o crescimento intrafirmas, que apenas torna-se viável dado o elevado grau de padronização de partes e componentes que as novas tecnologias possibilitam, implica uma homogeneização da produtividade do trabalho, levando, também em função da revolução tecnológica no campo das comunicações, a uma base mais efetiva para conhecer as condições de produção e estabelecimento de preços em nível mundial, dificultando a imposição de preços superiores ao seu valor, na tentativa de burlar a lei do valor; 4) esse quadro leva a um agravamento do papel destacado da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes, que é acelerado ainda mais pela incorporação de tecnologias e o desemprego que elas produzem; 5) a crescente participação das despesas das famílias com os juros configura-se na financeirização dos rendimentos do trabalho - conforme foi identificado por Lapavitsas (2011) -, dado o retorno daquilo que foi pago como salário para o domínio da mais-valia. Esse fenômeno pode ser entendido como uma espécie de expropriação financeira dos salários, resultando no direcionamento das rendas do trabalho aos bancos e às instituições financeiras em forma de juros, pagamento de taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros.

Nessa configuração, a autora acrescenta que o monopólio das nações mais avançadas ainda prevalece, pois ainda são essas nações que possuem o controle das tecnologias e superioridade nos campos da pesquisa e desenvolvimento, agravando a condição dependente nos demais países, fazendo com que os países dependentes não tenham acesso sobre uma base estável, existindo um esforço de investimento impossível de ser feito a partir das forças nacionais de acumulação dos países dependentes, como aquela que existia desde o fim da segunda guerra mundial, ponto que já havia sido identificado por Marini (1995) em suas últimas obras: a volta de formas de dependência como a reprimarização.

Aqui devemos ressaltar que Marini (1995) - em uma de suas últimas obras - e Sotelo Valencia (2007) entendem que, em virtude da crescente exploração da mão de obra barata que vai desde os países dependentes até os países avançados como os Estados Unidos, faz com que a superexploração não seja mais identificada como um traço distintivo das economias dependentes, marcando o capitalismo maduro com uma superexploração

generalizada do trabalho. Assim, o traço distintivo seria a inferioridade tecnológica, que faz com que os países dependentes apenas reproduzam, sem capacidade inovativa alguma, os padrões de produção e consumo que o desenvolvimento tecnológico e autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do mundo (AMARAL, 2012).

Sobre a generalização da superexploração, nosso entendimento segue a mesma linha de Osorio (2013, p. 63), que esclarece que mesmo que existam regiões e economias onde a superexploração constitui o fundamento da reprodução do capital, isso não pressupõe que a superexploração não possa existir em todo o sistema mundial capitalista, pois “a civilização capitalista tem seu correlato de barbárie no próprio interior dos países imperialistas”. O autor acrescenta nessa análise a expressão da pobreza, exército de trabalhadores desempregados ou subempregados. Para o autor, são justamente as relações entre as nações e entre capitais que fazem com que algumas economias se desenvolvam e outras se subdesenvolvam. O que o autor quer esclarecer é que a superexploração, forma de violação do valor da forma de trabalho, expande-se por todos os cantos do mundo, mas isso não elimina a característica essencial da desigualdade do sistema capitalista, o papel diferenciado que jogam suas formas na reprodução do capital no mundo imperialista e central ante as regiões e economias dependentes.

Osorio (2013) esclarece como a superexploração se dá no mundo central imperialista e nas economias dependentes, em que a principal diferenciação está na importância dos trabalhadores como geradores de mais-valia e como realizadores/consumidores desta mais-valia. Nos primeiros, o autor considera que as formas predominantes de superexploração estão relacionadas com o prolongamento da jornada de trabalho e, em maior medida, com a intensificação do trabalho (aumento da produtividade de trabalho). Isso quer dizer que o esgotamento dos trabalhadores possui, como uma de suas expressões, as doenças ligadas ao estresse e depressão. Segundo Osorio (2013), os maiores salários no tempo de vida útil para o capital permitem rendimentos maiores na aposentadoria, não alterando as formas de reprodução do capital nas quais os assalariados, dado o montante de seus rendimentos, mantêm um papel dinâmico na realização da mais-valia e no mercado interno, assim, os trabalhadores importam para o capital como produtores e como consumidores.

Aí está uma das diferenças da dinâmica econômica dos países dependentes. Nesses últimos, a forma de superexploração é expressada justamente na conformação de um salário abaixo do valor da força de trabalho, ou seja, apropriação por parte do capitalista do

fundo de consumo do assalariado. Isso estimula o prolongamento da jornada de trabalho como mecanismo para alcançar um salário diário necessário para a sua sobrevivência. Segundo Osorio (2013), o custo desse quadro é um esgotamento prematuro dos trabalhadores, sem que os anos de sua aposentadoria ou vida útil possam desempenhar um papel importante no consumo e na realização da mais-valia. Assim,

a reprodução do capital (dinâmico, heterogêneo, eixo da acumulação) cria estruturas produtivas que desconsideram as necessidades dos produtores, e a realização se dá mediante a abertura aos mercados externos e por meio da criação de reduzidos mercados com alto poder de consumo (OSORIO, 2013, 65).

Destarte, nesse padrão de reprodução, os trabalhadores são importantes para o capital apenas como geradores de mais-valia e não como realizadores desta mais-valia.

Se isso é verdade, então, devemos fazer algumas reconsiderações sobre a inclusão dos trabalhadores no consumo de bens suntuários, na última tipologia do padrão de reprodução da América Latina e do Brasil. O que parece estar ocorrendo é uma generalização do conjunto de bens duráveis, classificando-os da mesma natureza. Conforme alerta Luce (2011, p. 124), há “[...] eletrodomésticos que representam bens suntuários e há outros que, a partir de um certo momento, massificam-se e são incorporados na cesta de consumo do trabalhador, passando a integrar o valor histórico-moral da força de trabalho”. Além disso, existem grupos diferentes dentro de uma mesma categoria de produtos, é o caso dos carros, existem carros de luxo que resultam de maior tecnologia e que ainda não foram incorporados ao grupo de automóveis populares, além disso, não parece que haja uma generalização do poder de compra desses bens. O mesmo pode ser dito de bens de maior tecnologia como computadores e televisores.

Segundo Araujo (2012), que faz um estudo especificamente para o Brasil, mas que no nosso entendimento, de forma geral, suas conclusões podem ser estendidas aos demais países da América Latina, o prolongamento da crise estrutural ampliou a dependência e exigiu o aumento da superexploração da força de trabalho:

Esse aumento do grau de exploração, porém, tornou-se possível graças, por um lado, ao aumento dos níveis de desemprego no país; por outro, à instabilidade generalizada que passou a presidir as condições de compra e de consumo da força de trabalho, fenômeno difundido pelo eufemismo da

“flexibilização” das relações capita-trabalho e que resultou de um amplo processo de desregulamentação do mercado de força de trabalho. [...] [S]eja pela escalada do desemprego aberto, seja pelo crescimento de formas precárias de ocupação da força de trabalho, registrou-se no país uma expansão do EIR [Exército Industrial de Reserva], que tornou-se possível ao capital elevar a taxa de mais-valia (ARAUJO, 2012, p. 23).

Assim, parece que caímos em uma contradição que marca a forma de dependência atual dos países latino-americanos: existe um aumento da mais-valia, porém mantém-se um salário que não permite que toda a massa de trabalhadores seja capaz de consumir aquilo que se produz internamente. De tal modo, ainda se faz necessária a formação de uma massa de consumidores que seja capaz de absorver aquilo que se produz internamente, por isso, o direcionamento da economia nacional para um modo de produção que não esteja pautado, sobretudo, na superexploração e que garanta uma proteção ao trabalhador que possibilite a maior remuneração da sua força de trabalho é um elemento fundamental para a reconstrução de uma indústria nacional sustentável. No entanto, as políticas econômicas voltadas para os interesses do capital fictício, como vimos, abortam qualquer intenção de investimento produtivo. Soma-se a isso a manutenção de uma estrutura que não proporciona a formação de fontes inovativas no país, de forma que a indústria nacional ainda dependa das inovações dos países centrais.

Os elementos apresentados neste capítulo levam-nos àquilo que mostra o capítulo 1, que o sistema capitalista se dá de forma desigual em cada país e, por isso, as operações das leis do capitalismo nas economias dependentes ocorrem de forma particular. Vale voltar àquilo que desenvolvemos no início desse capítulo, à produção de valores de uso e, portanto, produção de valor. Isso nos leva à observação de que, nos dias atuais, se exacerba, em algum modo, o que se observava na década de 1960 pelos teóricos da TMD, nas economias dependentes: dada a sua forma de inserção internacional caracterizada pela submissão de sua política econômica às exigências dos credores internacionais, tem-se como consequência no modo de reprodução a reprimarização das exportações e a desindustrialização, pautada, sobretudo, pela superexploração da força de trabalho. Portanto, não mudam a características dessas economias de serem vítimas da expropriação de valores de uso a favor das economias centrais que mantêm, mesmo com a financeirização recente, um padrão de acumulação industrial.

3.5 É possível mudar o curso do desenvolvimento dependente?

Seria possível pensar em uma homogeneidade do desenvolvimento capitalista, assim como acreditam Anderson (2009), Brahmhatt e Da Silva (2009), Canuto (2010a, 2010b), El-Erian (2009), Rodrik (2009) e Moreno-Dodson e Bayraktar (2011), que esteja havendo? As crises do capitalismo, inerentes a ele e cada vez mais aguçadas, em algum ponto da história, seriam capazes de destruir a sua própria existência? Seria possível, um mundo menos desigual, em que as condições de um modo de vida que se valorize seja mais próximo em uma parcela considerável do mundo?

Conforme lembra Harvey (2011), as ideias possuem consequências e as ideias erradas podem ter consequências devastadoras, de modo que as falhas políticas, com base em um pensamento errôneo, desempenham um papel elementar tanto na preparação quanto para o desastre de uma ideia fora de seu lugar, levando à incapacidade de encontrar uma saída adequada. Mesmo que não haja consenso entre os teóricos críticos sobre qual foi o erro da economia brasileira em meados do século XX, quando, conforme identificado por Paulani (2012), a economia brasileira passara a ter uma possibilidade real de abandonar sua crônica dependência e auferir autonomia na decisão da forma e do conteúdo do processo de acumulação, era consenso que a estrutura de conhecimento predominante naquele período precisava ser revolucionada.

A estrutura de pensamento predominante no meio acadêmico, nos dias de hoje é, como declara Harvey (2011), disfuncional e ilegítima, pois não é capaz de enxergar as diferenças entre essência e aparência.

Segundo reforçado por Harvey (2011), a acumulação por espoliação assume uma variedade infinita de formas em diferentes lugares e épocas, a lista dos espoliados é imensa e crescente: inclui camponeses, indígenas, populações imensas privadas aos seus modos de vida por meios ilegais ou sancionados pelo Estado, imersas na degradação de recursos naturais, na conversão de direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra, e que se transformam em mercadoria. Todas essas formas de expropriação foram amplamente observadas por Marx nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, mas evidenciam fortes equivalentes atuais. Por meios legais e ilegais, as pressões financeiras de pagamentos de impostos desproporcionais são exercidas sobre populações miseráveis e

vulneráveis, “parece, por vezes, como se houvesse um plano sistemático para expulsar as populações de baixa renda e indesejáveis da face da terra” (HARVEY, 2011, p. 197).

Isso remete à necessidade da conformação de novas concepções sobre o novo mundo em que vivemos, mas essas não podem ser desvinculadas, de forma nenhuma, de um pensamento crítico que leve em conta as contradições do capitalismo maduro, pois, sem ela, pode-se chegar novamente ao erro de que a implementação das políticas propaladas pelo centro podem resultar no alcance de seu desenvolvimento. No nosso entendimento, a TMD é o caminho que deve ser seguido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese mostrou a natureza do desenvolvimento dependente latino-americano como parte orgânica e subordinada do desenvolvimento capitalista global a partir das categorias da Teoria Marxista da Dependência. A intenção foi a de contestar as teses do campo hegemônico da economia, subsumidas nas posições do Banco Mundial, FMI e de diversos autores ligados de algum modo a essas agências multilaterais, que concebem o desenvolvimento nacional com um grau de autonomia suficiente para que os níveis econômico, político e social dos países e economias considerados por eles desenvolvidos estejam abertos a todos os demais.

Vimos que, ao mesmo tempo em que as diferentes economias possuem dinâmica própria, estão interligadas em múltiplas escalas pelos processos econômicos, político e cultural. O sistema, assim articulado, configura uma totalidade em que os países centrais desenham a dinâmica do desenvolvimento global e os periféricos e os semiperiféricos inserem-se pelas determinações estruturais de dependência, produto do processo histórico de suas transições ao capitalismo. Assim, existe relação histórica orgânica entre países centrais e dependentes, que tende a se reproduzir.

Essa dependência quer dizer menores graus de liberdade ou autonomia na definição dos rumos do desenvolvimento social, traduzindo a ideia de subordinação. Da mesma forma, há limites ao desenvolvimento dos países avançados, porém com graus de liberdade comparativamente maiores e, sobretudo, com a possibilidade de liderança do processo de desenvolvimento global, evidentemente com hierarquia, que o conceito de império apreende.

Dessa maneira, a dinâmica da dependência é um desdobramento próprio das leis de funcionamento do capitalismo global, que é ao mesmo tempo, causa e consequência de uma organicidade da estrutura do capitalismo e que não é algo exclusivo das economias latino-americanas. Indicamos, por meio dos dados analisados, que o resultado dessa estrutura é a formação de países com composição econômica pautada em produtos de menor conteúdo tecnológico, consequentemente, dependente de importação de produtos de maior valor agregado, com produção nacional e estrutura social, significativamente, distante das economias centrais.

De tal modo, ao contrário daquilo que vem sendo defendido pelo Banco Mundial, essas características são estruturais, determinadas pela condição de dependência, não

sendo passíveis de superação pelo mero manejo adequado de um instrumental de política econômica. Diante desse quadro, sustentamos que se mantém a organicidade do sistema capitalista e desigualdade econômica e social, intrínsecas às economias periféricas. Portanto, uma possível melhora da evolução dos indicadores econômicos identificados nos últimos anos pelas agências multilaterais não possuem a capacidade de aproximar o desenvolvimento dessas economias às economias centrais.

Ao aprofundarmos nas particularidades internas aos países latino-americanos, foi possível apreender que a condição dependente restringe as possibilidades de desenvolvimento, constituindo sua realidade socioeconômica. Assim, a dependência é marcada pela determinação dos limites e das possibilidades de desenvolvimento nesses países, que não são avaliados como estagnados, pois estão inseridos em uma lógica de funcionamento da economia capitalista mundial que é redefinida continuamente. A partir desses elementos, entendemos que os diferentes desenhos da manifestação da dependência ocorrem sem que sejam rompidas as relações que configuram a essência da condição dependente.

Diante dessa lógica, apreendemos que, nos marcos do capitalismo, a dependência pode ser apenas reorientada, mantendo a sua essência (por exemplo, da dependência financeiro-industrial e dependência tecnológico-industrial). Essas reorientações são constituídas a partir da configuração do desenvolvimento capitalista mundial, que possui uma lógica de funcionamento, pelo tipo de relações econômicas predominantes nos centros capitalistas, pelo modo como influenciam a dinâmica mundial, pelas relações econômicas existentes no interior dos países dependentes e no seio das relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista. O entendimento da complexidade dessa dinâmica, o papel e a influência das diferentes economias permitem apreender como se estruturam as economias nacionais dependentes dentro e em função deste sistema mundial, bem como as leis que regem o desenvolvimento dessas sociedades.

O resultado dessa dinâmica é que as economias dependentes são obrigadas a competir em condições de desigualdade com o capital internacional na lógica mundial de acumulação. Essa desigualdade é refletida em transferências de valor, produzidos internamente pelas economias periféricas a favor das economias centrais. A transferência acaba por fazer parte da lógica de acumulação tanto nas economias dependentes, quanto das economias centrais. A troca desigual foi uma das primeiras formas percebidas pela TMD

de transferência de valor. Ela se dá em função dos diferentes graus de produtividade de uma determinada mercadoria em um mesmo setor, mas também em setores diferentes, o que, por sua vez, pode resultar, em alguns casos, em certo grau de monopólio que possibilita a manutenção de um preço acima do mercado por um período maior.

O primeiro resultado dessa desvantagem das economias dependentes é o uso de uma modalidade de compensação dessa transferência: a superexploração. Isso demonstra que são impostas relações de superexploração da força de trabalho nas economias latino-americanas para dividir o excedente econômico para o capital interno e externo.

Seguimos na mesma linha de Marini (2000), que emprega o conceito da superexploração da força de trabalho com um grau de abstração menor que em Marx (2008), isso implica considerá-lo como categoria característica das economias dependentes. Assim, a superexploração da força de trabalho, para Marini (2000), que é exploração da força de trabalho para Marx (2008), é o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que resulta no aumento da taxa de mais-valia, quando o valor produzido pela mercadoria força de trabalho, em um determinado período, é apropriado pelo capitalista, sob a forma de lucro. Assim, a superexploração é um aprofundamento da taxa de mais-valia, em função do pagamento da força de trabalho pelo capitalista abaixo de seu valor ou consumida pelo capital além dos limites normais, levando a um esgotamento da força vital do trabalho. Assim, a categoria superexploração da força de trabalho é uma das características centrais da dinâmica das economias dependentes latino-americanas.

Em função da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação, vimos que toma corpo, nas economias periféricas, um tipo particular de organização interna do trabalho, que trará problemas de realização no seu próprio ciclo de capital: cisão entre as fases do ciclo do capital. O que é produzido internamente passa a ser realizado internacionalmente - a produção interna não depende, para a sua realização, da capacidade interna de consumo. Isso ocorre porque o mercado nacional não foi construído para atender à classe trabalhadora e, como ele foi arquitetado sobre a compensação incessante do consumo da classe trabalhadora, resultou em uma indústria fraca, ao mesmo tempo em que manteve forte vinculação com a dinâmica do mercado externo, em decorrência da manutenção da dependência das importações de bens de capital.

Assim, a superexploração, a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital configuram as principais características das economias dependentes percebidas pelos teóricos da TMD, no início da sua formulação. No capitalismo contemporâneo, esses mecanismos se mantêm, porém, em alguma medida, com algumas especificidades características do período atual. Para entender as particularidades da manifestação da dependência no século XXI, seguimos a proposta analítica em torno do padrão de reprodução.

Ao utilizarmos esse caminho, foi possível entender como se gera valor novo, quais valores de uso são produzidos, como as leis imanentes do capitalismo operam em uma economia dependente no capitalismo maduro e seu papel na manutenção desse sistema. Ou seja, como atuam as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas nas economias dependentes.

Por meio da noção do padrão de reprodução, mostramos as particularidades do ciclo do capital-dinheiro nas economias latino-americanas, entendendo como o capital consegue resolver, em cada fase, as tarefas específicas para a sua reprodução, dando forma a um padrão de especialização produtiva de reprodução readequado às mudanças produzidas no sistema mundial.

Na primeira fase da circulação, em que se tem a conversão do capital-dinheiro em bens de produção e força de trabalho, têm-se várias implicações nos países latino-americanos. Primeiro, uma parte importante desses investimentos são provenientes de capitais estrangeiros, isso denota que parte importante dos lucros auferidos por esse capital voltará ao seu país de origem. Outra implicação importante é que boa parte desses bens de capital são importados, assim, mais uma vez, parte importante do capital será transferido para os países exportadores desses bens, em geral, os países centrais.

Outro elemento importante nessa etapa é a decisão de qual setor será investido, o que, por sua vez, influencia na decisão de quais valores de uso serão produzidos e para quais mercados eles serão destinados. Em geral, os setores que concentram investimentos, em dado período, mantêm maiores lucros, isto se relaciona à disposição cada vez maior de montantes de investimentos para compra de equipamentos, maquinários e tecnologias, nesses mesmos setores.

As implicações dos destinos do capital-dinheiro nessa fase devem ser não só qualitativa, mas também quantitativa. Nas economias latino-americanas, os capitalistas

apropiam-se da mais-valia gerada pela força de trabalho em um grau bastante elevado, mantendo a superexploração característica dessas economias e as condições flagelantes da classe trabalhadora. Isso se reflete na baixa capacidade de compra da massa empregada, que passa a ser mantido, pois, nas economias latino-americanas, os setores mais dinâmicos não contemplam a grande maioria da classe trabalhadora.

Vimos que a crise, que é um desdobramento próprio da dinâmica contraditória do ciclo do capital e, por sua vez, do capitalismo, abarca as crises do padrão de reprodução. Como os países centrais possuem maior poder de influência, atuando como eixos de acumulação em nível mundial, as crises são crises dos seus padrões de reprodução. Esse processo lança elementos que extrapolam o espaço geográfico das economias centrais e adentram nas economias dependentes, pela expansão do mercado mundial, mediante a integração de novas áreas ou intensificação nas áreas já integradas, apropriação em escalas superiores de valores gerados nessas economias, o que provoca crises e recessões de longa duração.

A partir disso, entendemos que, nas economias dependentes, o poder de influenciar e de dinamizar seu próprio padrão de reprodução é baixo, pois está inserido pelos movimentos da reprodução considerados de maneira global e sistêmica. Como resultado, o capital das nações periféricas possuem condições inferiores, comparadas do capital do centro, de fazer frente à acumulação.

Apreendemos que o capital, dentro de certos limites, consegue fazer com que o Estado estabeleça políticas econômicas que o favoreçam, possibilitando ao máximo sua capacidade de reprodução. O Estado, por meio do mecanismo denominado de espoliação, auxilia o capital mediante a transferência de recursos da sociedade ao capital. Esse mecanismo, que é utilizado pelo Estado, tipicamente nos períodos de crise, nas economias dependentes, faz parte do processo de desenvolvimento do capital.

Na fase contemporânea do capitalismo, o Estado é a principal ferramenta para a engorda dos recursos de rentistas internos e externos. Essa dinâmica é resultado da nova etapa do imperialismo que está em curso, marcada pela financeirização das economias nacionais em um grau nunca antes visto. Como os países centrais possuem uma posição que dinamiza todo o mundo dentro da sua lógica de acumulação, essa nova dinâmica de acumulação mundial vai encontrar, nas economias periféricas, o local ideal para suas aplicações no contexto de uma crise de sobreacumulação irresolvida no Centro. Assim, a

nova etapa dá corpo a uma nova forma de manifestação da dependência nas economias latino-americanas, denominada por dependência neoliberal financeiro-tecnológica, como consequência, temos a formação de um padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, que marca o atual estágio de desindustrialização nacional na América Latina. De tal modo, a identificação do padrão de reprodução nos países latino-americanos leva em conta que a produção de valores de uso dessas economias integra um movimento mais geral do sistema capitalista mundial,

Nesse contexto, entendemos que não há alterações da condição internacional das economias latino-americanas como países que estão condicionados pelo desenvolvimento do centro e como países que alimentam a acumulação de capital do centro do sistema. Na atual fase do capitalismo, deixaram de ser exclusivamente fornecedores de bens-salários e matérias-primas, pois diversificaram a sua indústria, mas mantiveram, essencialmente, as exportações de bens primários complementando-as com bens mais sofisticados. Tudo isso mantém uma dinâmica interna limitada, pois a forma de compensação dessa transferência não deixa de ser pela via da superexploração, mantendo as dificuldades da realização da produção do valor. Essa é a natureza das economias dependentes latino-americanas.

Finalizamos com a observação de que o conteúdo desta tese foi direcionado à contestação de uma perspectiva do campo dominante da economia, que é seguidamente recolocada, de realçar os avanços do capitalismo e dissimular os seus percalços, como conquistas abertas a todos. Há, contudo, uma tarefa importante que é aprofundar as pesquisas na perspectiva crítica da economia, no nosso caso, seguindo a trilha aberta pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência. Nossa expectativa é que esta tese tenha contribuído, de algum modo, para isto, procurando atualizar elementos dessa interpretação que foram formulados em outro contexto histórico. Muito há para ser feito, mas temos a convicção que as bases teóricas do marxismo são muito sólidas e abrangentes, dando-nos a segurança para seguir em frente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. . O debate atual sobre a dependência. In: *Encontro Nacional de Economia Política*, 2004, Uberlândia. Anais do IX Encontro Nacional da SEP, 2004. v. 1.
- ALMEIDA FILHO, N. A Busca pela estabilidade e seus impactos sobre o Projeto Fome Zero - uma proposta de Segurança Alimentar para o Brasil. In: *XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza. 2006. v.1, p. 01 - 20
- ALMEIDA FILHO, N. . Roda viva brasileira: dependência e servidão. In: *I Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo.*, 2007, Florianópolis. Anais do I Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2007. v. 1.
- ALMEIDA FILHO, N.; PAULANI, L. M . (2009). Regulação social e acumulação por espoliação - reflexão sobre as teses da financeirização e a caracterização do capitalismo contemporâneo. In: *XIV Encontro Nacional de Economia Política*, São Paulo. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009. v. 1. p. 1-22
- ALMEIDA FILHO, N. Os países em desenvolvimento estão se tornando desenvolvidos? In: *III Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira* (AKB), São Paulo, 2010.
- ALMEIDA FILHO, N. A revigoração da teoria marxista da dependência – ensaio em homenagem aos 40 anos da Dialética da Dependência. No prelo (com publicação prevista para 2013a).
- ALMEIDA FILHO, N. The distinctive importance of the state in a dependent capitalist economy. In: *Anais do WAPE*, UFSC, Florianópolis, 2013b.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. In: *Rev. Katálysis*. 2009, vol. 12, n.2, pp. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2013.
- AMARAL, M. S. Teorias do Imperialismo e da dependência: atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2012.
- AMIN, S. Comércio internacional e os fluxos internacionais de capitais. In: EMMANUEL, A.; BETTLHEIM, C.; AMIN, S.; PALLOIX, C. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- ANDERSON, J. The Real Decoupling. In: *UBS Emerging Economic Perspectives*, Ago. 2009. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/17389986/2092549030/name/UBS-The+real+decoupling.pdf>>. Acesso em: março de 2012.
- ARAUJO, E. S. . A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). In: *XVII Encontro Nacional de Economia Política*, 2012, Rio de Janeiro - RJ. XVII Encontro Nacional de Economia Política. Caderno de resumos, 2012

ARAUJO, E. S. . Os mecanismos da superexploração do trabalho. In: *XVIII Encontro Nacional de Economia Política*, 2013, Belo Horizonte - MG. Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013.

ARAUJO, F. A. S. A Nova etapa da luta de libertação nacional dos povos da Índia. In: *Problemas - Revista mensal de cultura Política*. nº 29 - Ago-Set de 1950. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/29/india.htm. Acesso em: março de 2013.

ARENKT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistemamundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, 2007. v. 28, n. 1, p. 99-126.

ARRIGHI, G. . *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Editora UNESP, São Paulo, 1996.

BAMBIRRA, V. El capitalismo dependiente latinoamericano. México: Siglo Veintiuno, 15^a edição. Editores, 1999.

BAMBIRRA, V. *Teoria de la dependência: Una anticrítica*. México: Ediciones Era, 1978.

BARAN, P. A. *On the political economy of backwardness*. In JAMESON, K.P. e WILBER, C.K. (eds.) *The Political Economy of Development and Underdevelopment*. 6^a edição; New York: McGraw-Hill, 1996. p. 93-105.

BARROS, H.; GARLIPP, J. R. D. Notas sobre o discurso do fim do Estado-Nação: o império de ilusões de Hardt e Negri. In: *XVI Encontro Nacional de Economia Política*, 2011, Uberlândia. Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: SEP, 2011. v. 1. p. 1-20.

BETTLHEIM, C. Troca internacional e desenvolvimento regional. In: EMMANUEL, A.; BETTLHEIM, C.; AMIN, S.; PALLOIX, C. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981.

BIELSGHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: BIELSGHOWSKY, Ricardo. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 13-63.

BONENTE, B. A. I. D. M. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: Por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese (Doutorado em Economia) Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BORGES, M. M. de C. *Pacto territorial e emprego na indústria do grande ABC Paulista (1990-2008)*. Tese de Doutorado, UFU, 2011.

BRAHMBHATT, M.; PEREIRA DA SILVA, L. The global financial crisis: comparisons with the Great Depression and scenarios for recovery. In: *PREM Notes*, The World Bank, n. 141, 2009. Disponível em:< <http://www1.worldbank.org/prem/PREMNotes/premnote141.pdf>>. Acesso em: novembro de 2012.

BRENNER, R. *O Boom e a Bolha – os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

BUKHARIN, N. Toward a theory of the Imperialist State. In: DAU, Richard (Ed.). *Selected writings on the state and the transition to socialism*. 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm>>. Acesso em 18 de setembro de 2012.

CANUTO, O. Decoupling, reverse coupling and all that jazz. In: *The day after tomorrow: a handbook of the future of economic policy in de developing World*. WASHINGTON: The World Bank, September 27, 2010a.

CANUTO, O. *Recoupling or switchover: developing countries in the global economy*. Washington: Banco Mundial, 2010b. Disponível em <<http://go.worldbank.org/2U94VVZFN0>>. Acesso em: novembro de 2012.

CANUTO, O. *Connecting Wagons: why and how to help lagging regions catch up*. 2012 Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/growth/connecting-wagons-why-and-how-help-lagging-regions-catch>>. Acesso em: novembro de 2012.

CANUTO, O.; GIUGALE, M. (Org.) *The day after tomorrow: a handbook of the future of economic policy in de developing World*. WASHINGTON: The World Bank, September 27, 2010.

CANUTO, O; LEIPZIGER, D. M.; PINTO. B. The challenges of groth. In: CANUTO, O; LEIPZIGER, D. M. (Org.) *Ascent after decline: regrowing global economies after the great recession*. WASHINGTON: The World Bank, 2012.

CARCANHOLO, M. *Causas e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1996.

CARCANHOLO, M. *A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx*. In: *Pesquisa & Debate*. São Paulo, 1998. v. 9, n. 2(14). p. 17-43.

CARCANHOLO, M. D. Apontamentos críticos sobre a teoria da crise em Rosa Luxemburgo. In: *V Colóquio Internacional Marx e Engels*, Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2007.

CARCANHOLO, M. D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E. & VALÊNCIA (Orgs). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: E. PUC – Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

CARCANHOLO, M. D. Crise Econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. In: *Aurora* (UNESP. Marília), 2010. v. 4, p. 1-10

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. In: *Revista economia contemporânea*. 2008, vol.12, n.2, pp. 247-272. ISSN 1415-9848. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482008000200003>. Acesso em: 04 de novembro de 2012.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho In: ALMEIDA FILHO (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, p. 49-68, 2013a.

CARCANHOLO, M. D. . O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. In: *Trabalho, Educação e Saúde* (Online), 2013b. v. 11, p. 69-96.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, F. H. E FALETO E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação e sociologia. Rio de Janeiro 7^a edição. Guanabara, 1969.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas: Paripus, 1994.

CHAGAS, E. F. A determinação dupla do trabalho em marx: trabalho concreto e trabalho abstrato. In: *Outubro*. São Paulo, 2011. v. 1, p. 1-14.

CHESNAIS, F. A nova economia: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, S.; CHESNAIS, F.; DUMÉNIL G.; LÉVY, D.; HUSSON, M. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CHILCOTE, R. H. Tendências trotskistas sobre a teoria do desenvolvimento na américa latina. In: *Revista de Ciências Sociais*. v.1 n. 1, 2009. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v40n1/ras_v40n1a6.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2011.

COMTRADE, U. N. *United Nations commodity trade statistics database*. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em janeiro de 2013.

CORRÊA, H. F. de S. O status da categoria imperialismo na teoria marxista: notas preliminares a partir do debate clássico. In: *Anais do Seminário Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. 28 de novembro a 01 de dezembro, Niterói: NIEP/UFF, 2011.

DE PAIVA, B. A; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? In: *Democracia e políticas sociais na América Latina*, 2006. p. 121.

DOS SANTOS JÚNIOR, R. *Exposição de motivos*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2011.

DOS SANTOS, T. *A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, T. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

DOS SANTOS, T. *Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico*. 1997.

DOS SANTOS, T. The struture of dependence. In: *American Economic Review*, maio., New York, 1970. p. 231 – 236.

DUMÉNIL G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL G.; LÉVY, D. WALLERSTEIN, I. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

EL-ERIAN, M (2009). *A new normal. Secular Outlook, PIMCO*, Mai 2009. Disponível em: <<http://www.pimco.com/LeftNav/PIMCO+Spotlight/2009/Secular+Outlook+May+2009+El-Erian.htm>>. Acesso em janeiro de 2013.

EMMANUEL, A. O problema da troca desigual. In: EMMANUEL, A.; BETTLHEIM, C.; AMIN, S.; PALLOIX, C. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981.

ENGELS, F. *The origin of the Family, private property and the state*. Australia: Resistense Book. 2004.

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: RIORI, J. L. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ; EPSJV, 2010.

FOSTER, J. B. The Rediscovery of Imperialism. In: *Monthly Review*, 2002. v. 54.

FRANK, A. G. The development of underdevelopment. In JAMESON, K.P. e WILBER, C.K. (eds.) (1996) *The political economy of development and underdevelopment*. 6^a edição; New York: McGraw-Hill, 1966. P. 105-115.

FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en America Latina*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1976, 345 p.

FRANK, A. G. *Dependence is dead, long live dependence and the class struggle*. *World Development*, 1977. v.5 (4), April.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

GALLAGHER, J.; ROBINSON, R. The imperialism of free trade. In: *The Economic History Review*, v. VI, n. 1, 1953. Disponível em: <<http://vi.uh.edu/pages/buzzmat/imperialism%20of%20free%20trade.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

GLYN, A., HUGHES, A., LIPIETZ, A., SINGH, A. (1988). *The rise and fall of the Golden Age* (No. 884). Faculty of Economics, University of Cambridge. Disponível em: <www.wider.unu.edu/publications/.../WP43.p> Acesso em: dezembro de 2012.

GOWAN, P. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUERRIERI, P; PADOAN, P. C. Innovation-Driven growth: analytical issues and policy implications. In: CANUTO, O; LEIPZIGER, D. M. (Org.) *Ascent after Decline: Regrowing Global Economies after the Great Recession*. WASHINGTON: The World Bank, 2012.

GUTTMANN, R. 2008. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, p. 11-33.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HARVEY, D. *Limits to Capital*. London, Verso, 1982.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: ANNABLUME. 2006.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo. 2011.

HILFERDING, R. *A era dos impérios*. São Paulo: Nova Cultural. 1985

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado. In: *Crítica Marxista*, n. 24 e 25 (publicado em duas partes), 2007. p. 9-36 e p. 47 – 73.

HIRSCH, J. *Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HIRSCHMAN, A. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBSON, J. A. A principal raiz econômica do imperialismo. In: TEIXEIRA. A. (Org.), *Utópicos, herédicos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 417-437.

IMF, International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/02/weodata/index.aspx>. Acesso em: fevereiro de 2013.

KALECKI, M. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. São Paulo: HUCITEC, 1977.

KAUTSKY, K. O imperialismo. In: TEIXEIRA. A. (Org.), *Utópicos, herédicos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 443-463.

KAUTSKY, K. Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA. A. *Utópicos, herédicos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002b. p. 465-490.

KAY, Cristobal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres y Nueva York: Routledge, 1989.

KRUGMAN, P. R. & OBSTFELD, M. *Economia internacional - teoria e política*. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

LALL, S. The technological struture and performance of developing contry manufactured exports, 1985-1998. In: *QEH Working Paper Series*. nº 44. Oxford: jun. 2000.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. In: *Work, Employment & Society*, n. 4 p. 611 – 626, dez. 2011. v. 25. Disponível em: http://www.countdowninfo.net/uploads/6/7/3/6/6736569/theorizing_financialization.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2013.

LÊNIN, V. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Parma. 3ª edição, 1982.

LEWIS, W.A. Economic development with unlimited supplies of labour. In RAJANI, K. *paradigms in economic development*. London, M.E. Sharpe, pp 59-98, 1994.

LICHTENSZTEJN, S. *Enfoques y categorías de la política económica*. México: UNAM, 2008.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: Evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento e dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

LUCE, M. S. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução. A História de uma categoria. Tese de doutorado: UFRGS, 2011.

LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v 2.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Estado y crisis en Brasil. In: *Cuadernos Políticos*, número 13, Ediciones Era, México, julio-septiembre de 1977b, p. 76-84. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/017_estado_crisis_es.htm>. Acesso em: janeiro de 2013.

MARINI, R. M. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos, n.12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977a.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo. In: Archivo de Ruy Mauro Marini. Publicado en Revista Mexicana de Sociología, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. In: *Cuadernos Políticos*, número 20, Ediciones Era, México, abril-junio de 1979, pp. 18-39. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

MARINI, R. M. América Latina: *Dependência e Integração*. São Paulo: Editora Página Aberta. 1992.

MARINI, R. El desarrollo del capitalismo mundial y su impacto en América Latina. In: *Comunicación presentada para Memoria Puebla*, 1993. v. 93.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la Globalización Capitalista. In: MARINI, R. M. e MILLÀN, M. (Orgs.). *La Teoría Social Latinamericana*, 4 tomos, México: El Caballito. 1995. Disponível em: <<http://lahaine.org/amauta/b2-img/Mariniglobalizacion.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2013.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C; OSORIO, J.; LUCE, M (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Bointempo: 2012a.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 3ed. Florianópolis: Insular, 2012b.

MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia (USP), 2003.

MARTINS, C. E. Um panorama de la obra de Theotonio dos Santos. In: DOS SANTOS, T. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

MARX, K. ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MÉSZÁROS, I. Século XXI: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

MIRANDA, F. F. de. Marx e as crises cíclicas do capitalismo: aspectos teóricos. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2012.

MORENO-DODSON, B.; BAYRAKTAR, N. (2011). How public spending can help you grow: an empirical analysis for developing countries. In: *The World Bank Economic Primise*, nº 48, Fev. 2011.

MUSSE, R. Kautsky e a revolução de 1905. In: *Crítica Marxista* (São Paulo), 21, p.p 154-166, 2005.

MYRDAL, G. *Aspectos políticos da teoria econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

NASCIMENTO; C. A.; DILLENBURG; F. F.; SOBRAL; F. M. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013. p. 187-228. 2013.

NASSIF, M. I. A economía está se reprimarizando? In: IPEA. Desafios do desenvolvimento, Brasília: Ipea. 2011. p. 40-46.

NURKSE, R. Some international aspects of the problem of economic development. In RAJANI, K. *Paradigms in economic development*. London, M.E. Sharpe, 1994. p. 47-58.

OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo. 1984

OHMAE, K. *O fim do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus, São Paulo: Publifolha, 1999.

OLIVEIRA, F. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

O'NEILL, J. *Building better global economic BRICs*. Goldman Sachs, 2001.

OSORIO, J. *El Estado em el centro de la mundialización*. México: FCE, 2004.

OSORIO, J. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. In: *Seminário REGGEN*, 2005. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf> >. Acesso em: abril de 2013.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E. & SOTELO VALENCIA (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: E. PUC – Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E; SOTELO VALENCIA, A. (Orgs.) *América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Boitempo, 2009.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C; OSORIO, J.; LUCE, M (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Bointempo: 2012a.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C; OSORIO, J.; LUCE, M (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Bointempo, 2012b.

OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013. p. 49-68.

PAIVA, B. A. de ; OURIQUES, N. D. . Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? In: *Revista Katalysis*, 2006. v. 09, p. 166-175.

PALLOIX, C. A questão da troca desigual: uma crítica da economia política. In: EMMANUEL, A.; BETTLHEIM, C.; AMIN, S.; PALLOIX, C. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981.

PANITCH, L.; GINDIN, S. *Global capitalism and American empire*. London: Merlin Press, 2004.

PANSARDI, M. V. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. In: *VII Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2012, Campinas. VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2012. v. 1.

PATNAIK, P. Whatever happened to imperialism? In: *Monthly Review*, 42 (6), 1990. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/130927042/PRABAIT-Patnaik-Whatever-Happened-With-Imperialism-Monthly-Rewiew-06-1990>>. Acesso em: 01 de abril de 2013.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no comércio mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: *Boletim de Política Internacional*, n. 10, abr./jun. 2012. p. 89-102.

PAULANI, L. M.; PATO, C. G. G. *Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século*. In: DE PAULA, J. A. (Org) . *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. São Paulo: Autêntica Editora, 2005. p. 37-68.

- PAVITT, K. (1984). Sectorial patterns of technical change : towards a taxonomy and a theory. In: *Research Policy*. Amsterdã, v. 13, p. 343 - 373.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2001. Indicadores de Desenvolvimento Econômico. 2001.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. 2008.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 — Edição do 20º Aniversário. A verdadeira riqueza das Nações: Caminhos para o Desenvolvimento Humano. 2010.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Sustentabilidade e equidade: Um futuro melhor para todos. 2011.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. A Ascenção do Sul: Processo Humano num Mundo Diversificado. 2013.
- PRADO Jr. C. (1966). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PREBISCH, R. Estudo Econômico da América Latina. In BIELSCHOWSKY, R. *Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000b. v. 1, p. 179-216.
- PREBISCH, R. O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, R. *Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000a. v. 1, p. 69-136.
- REVENGA, A. & SAAVEDRA-CHANDUVI, J. (2010) *Poverty, equity, and jobs*. In CANUTO, O. e GIUGALE, M. (editors) *The day after tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world*. Washington: World Bank, p. 253-274.
- RIBEIRO, E. J. J. ; MORAES, R. F. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. In: *Boletim de economia e política internacional*. Brasília: Ipea, 2010.
- RIBEIRO, N. R. *A crise econômica: uma visão marxista*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.
- RODRIGUEZ, O. O pensamento da Cepal: síntese e crítica. In: *Novos estudos Cebrap*, nº 16, dez, 1986.
- RODRIK, D (2009). *Growth after crisis. presentation at the conference on financial crisis and its impact on developing countries growth strategies and prospects*. Cambridge, Abr. 2009.
- ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 6ª edição; São Paulo: Zahar, 1978.
- ROSTOW, W. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Coord.) (2010). *A Economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Celso Furtado. 2010. P. 181-214.

SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1951.

SOTELO VALENCIA, A. *El mundo del trabajo en tensión: flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdés, 2007.

SOTELO VALENCIA, A. *A reestruturação do mundo do trabalho: a superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. In: *Quarterly Journal of Economics* 1956. p. 65-94.

SOUZA, N. de A. *Crisis y lucha de clases in Brasil – 1974/1979*. Tesis de Douctorado, UNAM, 1980.

SOUZA, N. de A. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”. In: ALMEIDA FILHO (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013. p. 187-228.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSGHOWSKY, Ricardo. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. I, p. 13-63.

TEIXEIRA. A. (Org.), *Utópicos, herédicos e malditos*. Rio de Janeiro: Record. 2002.

UNDP - United Nations Development Programme. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/>>. Acesso em: novembro de 2012.

WALLERSTEIN, I. The modern world-system, vol. In: *capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. New York/London: Academic Press, 1974.

WORLD BANK. Work Development Indicators. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=1&id=4>>. Acesso em: dezembro de 2013.

WORLD DEVELOPMENT REPORT ON JOBS. Work Banck, 2013.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK (2013). *Gradual upturn in global growth during 2013*. washington: international monetary Fund, january 23, 2013. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/update/01/pdf/0113.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

APENDICE A - CLASSIFICAÇÃO TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES

Classificação tecnológica das exportações conforme Lall (2001) - SITC 3 - dígitos (adaptado para a revisão 3).

A - PRIMARY PRODUCTS

Código	Descrição – PRIMARY PRODUCTS (PP)
1	LIVE ANIMALS OTHER THAN ANIMALS OF DIVISION 03
11	MEAT OF BOVINE ANIMALS, FRESH, CHILLED OR FROZEN
25	BIRDS' EGGS AND EGG YOLKS, FRESH, DRIED OR OTHERWISE PRESERVED, SWEETENED OR NOT; EGG ALBUMIN
34	FISH, FRESH (LIVE OR DEAD), CHILLED OR FROZEN
36	CRUSTACEANS MOLLUSCS, AQUTC INVRTBRTS FRSH (LVE/DEAD) CH SLTD ETC.; CRUSTACEANS IN SHLL CKD BY STM R BLNG WTR WH R NT CH FZ DRD FLR MLS PLLTS HUM CNSMP
41	WHEAT (INCLUDING SPELT) AND MESLIN, UNMILLED
42	RICE
43	BARLEY, UNMILLED
44	MAIZE (NOT INCLUDING SWEET CORN) UNMILLED
45	CEREALS, UNMILLED (OTHER THAN WHEAT, RICE, BARLEY AND MAIZE)
54	VEGETABLES, FRESH, CHILLED, FROZEN OR SIMPLY PRESERVED; ROOTS, TUBERS AND OTHER EDIBLE VEGETABLE PRODUCTS, N.E.S., FRESH OR DRIED
57	FRUIT AND NUTS (NOT INCLUDING OIL NUTS), FRESH OR DRIED
71	COFFEE AND COFFEE SUBSTITUTES
72	COCOA
74	TEA AND MATE
75	SPICES
81	FEEDING STUFF FOR ANIMALS (NOT INCLUDING UNMILLED CEREALS)
91	MARGARINE AND SHORTENING
121	TOBACCO, UNMANUFACTURED; TOBACCO REFUSE
211	HIDES AND SKINS (EXCEPT FURSKINS), RAW
212	FURSKINS, RAW (INCLUDING FURSKIN HEADS, TAILS AND OTHER PIECES OR CUTTINGS, SUITABLE FOR FURRIERS' USE)
222	OIL SEEDS AND OLEAGINOUS FRUITS USED FOR THE EXTRACTION OF SOFT FIXED VEGETABLE OILS (EXCLUDING FLOURS AND MEALS)
223	OIL SEEDS AND OLEAGINOUS FRUITS, WHOLE OR BROKEN, OF A KIND USED FOR EXTRACTING OTHER FIXED VEGETALBE OILS (INCLUDING THEIR FLOURS AND MEALS, N.E.S.)
231	NATURAL RUBBER, BALATA, GUTTA-PERCHA, GUAYULE, CHICLE AND SIMILAR NATURAL GUMS, IN PRIMARY FORMS (INCLUDING LATEX) OR IN PLATES, SHEETS OR STRIP
244	CORK, NATURAL, RAW AND WASTE (INCLUDING NATURAL CORK IN BLOCKS OR SHEETS)
245	FUEL WOOD (EXCLUDING WOOD WASTE) AND WOOD CHARCOAL
246	WOOD IN CHIPS OR PARTICLES AND WOOD WASTE
261	SILK TEXTILE FIBERS
263	COTTON TEXTILE FIBERS
268	WOOL AND OTHER ANIMAL HAIR (INCLUDING WOOL TOPS)
272	FERTILIZER, CRUDE, EXCEPT THOSE OF DIVISION 56, (IMPORTS ONLY)
273	STONE, SAND AND GRAVEL
274	SULFUR AND UNROASTED IRON PYRITES
277	NATURAL ABRASIVES, N.E.S. (INCLUDING INDUSTRIAL DIAMONDS)
278	CRUDE MINERALS, N.E.S.
291	CRUDE ANIMAL MATERIALS, N.E.S.

292	CRUDE VEGETABLE MATERIALS, N.E.S.
321	COAL, PULVERIZED OR NOT, BUT NOT AGGLOMERATED
322	BRIQUETTES, LIGNITE AND PEAT
333	PETROLEUM OILS AND OILS FROM BITUMINOUS MINERALS, CRUDE
342	LIQUEFIED PROPANE AND BUTANE
343	NATURAL GAS, WHETHER OR NOT LIQUEFIED
344	PETROLEUM GASES AND OTHER GASEOUS HYDROCARBONS, N.E.S.
681	SILVER, PLATINUM AND OTHER PLATINUM GROUP METALS
682	COPPER
683	NICKEL
684	ALUMINUM
685	LEAD
686	ZINC
687	TIN

B - RESOOURCE BASED MANUFACTURES

Código	Descrição – AGRO-BASED (RB 1)
12	MEAT, OTHER THAN OF BOVINE ANIMALS, AND EDIBLE OFFAL, FRESH, CHILLED OR FROZEN (EXCEPT MEAT AND MEAT OFFAL NOT SUITABLE FOR HUMAN CONSUMPTION)
16	MEAT AND EDIBLE MEAT OFFAL, SALTED, IN BRINE, DRIED OR SMOKED; EDIBLE FLOURS AND MEALS OF MEAT OR MEAT OFFAL
17	MEAT AND EDIBLE MEAT OFFAL, PREPARED OR PRESERVED N.E.S.
22	MILK AND CREAM AND MILK PRODUCTS OTHER THAN BUTTER OR CHEESE
23	BUTTER AND OTHER FATS AND OILS DERIVED FROM MILK
24	CHEESE AND CURD
35	FISH, DRIED, SLTD R IN BRINE; SMKD FISH (WHETHR R NT COOKD BEFORE OR DURNG THE SMOKNG PROCESS); FLOURS, MEALS N PELLETS R FISH, FIT F HUMAN CONSUMPTN
37	FISH, CRUSTACEANS, MOLLUSCS AND OTHER AQUATIC INVERTEBRATES, PREPARED OR PRESERVED, N.E.S.
46	MEAL AND FLOUR OF WHEAT AND FLOUR OF MESLIN
47	CEREAL MEALS AND FLOURS, N.E.S.
48	CEREAL PREPARATIONS AND PREPARATIONS OF FLOUR OR STARCH OF FRUITS OR VEGETABLES
56	VEGETABLES, ROOTS AND TUBERS, PREPARED OR PRESERVED, N.E.S.
58	FRUIT PRESERVED, AND FRUIT PREPARATIONS (EXCLUDING FRUIT JUICES)
59	FRUIT JUICES (INCL. GRAPE MUST) AND VEGETABLE JUICES, UNFERMENTED AND NOT CONTAINING ADDED SPIRIT, WHETHER OR NOT CONTAINING ADDED SWEETENING MATTER
61	SUGARS, MOLASSES, AND HONEY
62	SUGAR CONFECTIONERY
73	CHOCOLATE AND OTHER FOOD PREPARATIONS CONTAINING COCOA, N.E.S.
98	EDIBLE PRODUCTS AND PREPARATIONS, N.E.S.
111	NONALCOHOLIC BEVERAGES, N.E.S.
112	ALCOHOLIC BEVERAGES
122	TOBACCO, MANUFACTURED (WHETHER OR NOT CONTAINING TOBACCO SUBSTITUTES)
232	SYNTHETIC RUBBER; RECLAIMED RUBBER; WASTE, PAIRINGS AND SCRAP OF UNHARDENED RUBBER
247	WOOD IN THE ROUGH OR ROUGHLY SQUARED
248	WOOD, SIMPLY WORKED AND RAILWAY SLEEPERS OF WOOD
251	PULP AND WASTE PAPER
264	JUTE AND OTHER TEXTILE BAST FIBERS, N.E.S., RAW OR PROCESSED BUT NOT SPUN; TOW AND WASTE OF THESE FIBRES (INCLUDING YARN WASTE AND GARNETTED STOCK)

265	VEGETABLE TEXTILE FIBERS (OTHER THAN COTTON AND JUTE), RAW OR PROCESSED BUT NOT SPUN; WASTE OF THESE FIBERS
269	WORN CLOTHING AND OTHER WORN TEXTILE ARTICLES; RAGS
421	FIXED VEGETABLE FATS AND OILS, SOFT, CRUDE, REFINED OR FRACTIONATED
422	FIXED VEGETABLE FATS AND OILS (OTHER THAN SOFT), CRUDE, REFINED OR FRACTIONATED
431	ANIMAL OR VEGETABLE FATS AND OILS PROCESSED; WAXES AND INEDIBLE MIXTURES OR PREPARATIONS OF ANIMAL OR VEGETABLE FATS OR OILS, N.E.S.
621	MATERIALS OF RUBBER, INCLUDING PASTES, PLATES, SHEETS, RODS, THREAD, TUBES, ETC.
625	RUBBER TIRES, INTERCHANGEABLE TIRE TREADS, TIRE FLAPS AND INNER TUBES FOR WHEELS OF ALL KINDS
629	ARTICLES OF RUBBER, N.E.S.
633	CORK MANUFACTURES
634	VENEERS, PLYWOOD, PARTICLE BOARD, AND OTHER WOOD, WORKED, N.E.S.
635	WOOD MANUFACTURES, N.E.S.
641	PAPER AND PAPERBOARD

Código	Descrição – OTHER (RB 2)
281	IRON ORE AND CONCENTRATES
282	FERROUS WASTE AND SCRAP; REMELTING INGOTS OF IRON OR STEEL
283	COPPER ORES AND CONCENTRATES; COPPER MATTES; CEMENT COPPER
284	NICKEL ORES AND CONCENTRATES; NICKEL MATTES, NICKEL OXIDE SINTERS AND OTHER INTERMEDIATE PRODUCTS OF NICKEL METALLURGY
285	ALUMINUM ORES AND CONCENTRATES (INCLUDING ALUMINA)
286	Uranium or thorium ores and concentrates
287	ORES AND CONCENTRATES OF BASE METALS, N.E.S.
288	NONFERROUS BASE METAL WASTE AND SCRAP, N.E.S.
289	ORES AND CONCENTRATES OF PRECIOUS METALS; WASTE, SCRAP AND SWEEPINGS OF PRECIOUS METALS (OTHER THAN GOLD)
325	COKE AND SEMICOKE (INCLUDING CHAR) OF COAL, OF LIGNITE OR OF PEAT, AGGLOMERATED OR NOT; RETORT CARBON
334	PETROLEUM OILS AND OILS FROM BITUMINOUS MINERALS (OTHER THAN CRUDE), AND PRODUCTS THEREFROM CONTAINING 70% (BY WT) OR MORE OF THESE OILS, N.E.S.
335	RESIDUAL PETROLEUM PRODUCTS, N.E.S. AND RELATED MATERIALS
411	ANIMAL OILS AND FATS
511	HYDROCARBONS, N.E.S. AND THEIR HALOGENATED, SULFONATED, NITRATED OR NITROSATED DERIVATIVES
514	NITROGEN-FUNCTION COMPOUNDS
515	ORGANO-INORGANIC COMPOUNDS, HETEROCYCLIC COMPOUNDS, NUCLEIC ACIDS AND THEIR SALTS
516	ORGANIC CHEMICALS, N.E.S.
522	INORGANIC CHEMICAL ELEMENTS, OXIDES AND HALOGEN SALTS
523	METALLIC SALTS AND PEROXYSALTS OF INORGANIC ACIDS
524	INORGANIC CHEMICALS, N.E.S.; ORGANIC AND INORGANIC COMPOUNDS OF PRECIOUS METALS
531	SYNTHETIC ORGANIC COLORING MATTER AND COLOR LAKES AND PREPARATIONS BASED THEREON
532	DYEING AND TANNING EXTRACTS, AND SYNTHETIC TANNING MATERIALS
551	ESSENTIAL OILS, PERFUME AND FLAVOR MATERIALS
592	STARCHES, INULIN AND WHEAT GLUTEN; ALBUMINOIDAL SUBSTANCES; GLUES

661	LIME, CEMENT, AND FABRICATED CONSTRUCTION MATERIALS, EXCEPT GLASS AND CLAY MATERIALS
662	CLAY CONSTRUCTION MATERIALS AND REFRactory CONSTRUCTION MATERIALS
663	MINERAL MANUFACTURES, N.E.S.
664	GLASS
667	PEARLS, PRECIOUS AND SEMIPRECIOUS STONES, UNWORKED OR WORKED
689	MISCELLANEOUS NONFERROUS BASE METALS EMPLOYED IN METALLURGY AND CERMETS

C - LOW TECNOLOGY MANUFACTURES

Código	Descrição – TEXTILE, GARMENT AND FOOTWEAR (LT 1)
611	LEATHER
612	MANUFACTURES OF LEATHER OR COMPOSITION LEATHER, N.E.S.; SADDLERY AND HARNESS
613	FURSKINS, TANNED OR DRESSED (INCLUDING PIECES OR CUTTINGS), ASSEMBLED OR UNASSEMBLED WITHOUT THE ADDITION OF OTHER MATERIALS, OTHER THAN APPAREL, ETC.
651	TEXTILE YARN
652	COTTON FABRICS, WOVEN (NOT INCLUDING NARROW OR SPECIAL FABRICS)
654	WOVEN FABRICS OF TEXTILE MATERIALS, OTHER THAN COTTON OR MANMADE FIBERS AND NARROW OR SPECIAL FABRICS
655	KNITTED OR CROCHETED FABRICS (INCLUDING TUBULAR KNIT FABRICS, N.E.S., PILE FABRICS AND OPEN-WORK FABRICS), N.E.S.
656	TULLES, LACE, EMBROIDERY, RIBBONS, TRIMMINGS AND OTHER SMALL WARES
657	SPECIAL YARNS, SPECIAL TEXTILE FABRICS AND RELATED PRODUCTS
658	MADE-UP ARTICLES, WHOLLY OR CHIEFLY OF TEXTILE MATERIALS, N.E.S.
659	FLOOR COVERINGS, ETC.
831	TRUNKS, SUITCASES, VANITY CASES, BINOCULAR AND CAMERA CASES, HANDBAGS, WALLETS, ETC. OF LEATHER, ETC.; TRAVEL SETS FOR PERSONAL TOILET, SEWING, ETC.
841	MEN'S OR BOYS' COATS, JACKETS, SUITS, TROUSERS, SHIRTS, UNDERWEAR ETC. OF WOVEN TEXTILE FABRICS (EXCEPT SWIMWEAR AND COATED OR LAMINATED APPAREL)
842	WOMEN'S OR GIRLS' COATS, CAPES, JACKETS, SUITS, TROUSERS, DRESSES, SKIRTS, UNDERWEAR, ETC. OF WOVEN TEXTILES (EXCEPT SWIMWEAR AND COATED ETC. APPAREL)
843	MEN'S OR BOYS' COATS, CAPES, JACKETS, SUITS, BLAZERS, TROUSERS, SHIRTS, ETC. (EXCEPT SWIMWEAR OR COATED APPAREL), KNITTED OR CROCHETED TEXTILE FABRIC
844	WOMEN'S OR GIRLS' COATS, CAPES, JACKETS, SUITS, TROUSERS, DRESSES, UNDERWEAR, ETC. (EXCEPT SWIMWEAR AND COATED ETC. APPAREL), KNITTED OR CROCHETED
845	ARTICLES OF APPAREL, OF TEXTILE FABRICS, WHETHER OR NOT KNITTED OR CROCHETED, N.E.S.
846	CLOTHING ACCESSORIES, OF TEXTILE FABRICS, WHETHER OR NOT KNITTED OR CROCHETED (OTHER THAN THOSE FOR BABIES)
848	ARTICLES OF APPAREL AND CLOTHING ACCESSORIES OF OTHER THAN TEXTILE FABRICS; HEADGEAR OF ALL MATERIALS
851	FOOTWEAR

Código	Descrição – OTHER PRODUCTS (LT2)
642	PAPER AND PAPERBOARD, CUT TO SIZE OR SHAPE, AND ARTICLES OF PAPER OR PAPERBOARD
665	GLASSWARE
666	POTTERY
673	IRON OR NONALLOY STEEL FLAT-ROLLED PRODUCTS, NOT CLAD, PLATED OR COATED
674	IRON AND NONALLOY STEEL FLAT-ROLLED PRODUCTS, CLAD, PLATED OR COATED

675	ALLOY STEEL FLAT-ROLLED PRODUCTS
676	IRON AND STEEL BARS, RODS, ANGLES, SHAPES AND SECTIONS, INCLUDING SHEET PILING
677	IRON AND STEEL RAILS AND RAILWAY TRACK CONSTRUCTION MATERIAL
691	METAL STRUCTURES AND PARTS, N.E.S., OF IRON, STEEL OR ALUMINUM
692	METAL CONTAINERS FOR STORAGE OR TRANSPORT
693	WIRE PRODUCTS (EXCLUDING INSULATED ELECTRICAL WIRING) AND FENCING GRILLS
694	NAILS, SCREWS, NUTS, BOLTS, RIVETS AND SIMILAR ARTICLES, OF IRON, STEEL, COPPER OR ALUMINUM
695	TOOLS FOR USE IN THE HAND OR IN MACHINES
696	CUTLERY
697	HOUSEHOLD EQUIPMENT OF BASE METAL, N.E.S.
699	MANUFACTURES OF BASE METAL, N.E.S.
821	FURNITURE AND PARTS THEREOF; BEDDING, MATTRESSES, MATTRESS SUPPORTS, CUSHIONS AND SIMILAR STUFFED FURNISHINGS
893	ARTICLES, N.E.S. OF PLASTICS
894	BABY CARRIAGES, TOYS, GAMES AND SPORTING GOODS
895	OFFICE AND STATIONERY SUPPLIES, N.E.S.
897	JEWELRY, GOLDSMITHS' AND SILVERSMITHS' WARES, AND OTHER ARTICLES OF PRECIOUS OR SEMIPRECIOUS MATERIALS, N.E.S.
898	MUSICAL INSTRUMENTS, PARTS AND ACCESSORIES THEREOF; RECORDS, TAPES AND OTHER SOUND OR SIMILAR RECORDINGS (EXCLUDING PHOTOGRAPHIC FILM, ETC.)
899	MISCELLANEOUS MANUFACTURED ARTICLES, N.E.S.

D - MEDIUM TECHNOLOGY MANUFACTURES

Código	Descrição – AUTOMOTIVE (MT 1)
781	MOTOR CARS AND OTHER MOTOR VEHICLES PRINCIPALLY DESIGNED FOR THE TRANSPORT OF PERSONS (NOT PUBLIC TRANSPORT), INCLUDING STATION WAGONS AND RACING CARS
782	MOTOR VEHICLES FOR THE TRANSPORT OF GOODS AND SPECIAL PURPOSE MOTOR VEHICLES
783	ROAD MOTOR VEHICLES, N.E.S.
784	PARTS AND ACCESSORIES FOR TRACTORS, MOTOR CARS AND OTHER MOTOR VEHICLES, TRUCKS, PUBLIC-TRANSPORT VEHICLES AND ROAD MOTOR VEHICLES N.E.S.
785	MOTORCYCLES (INCLUDING MOPEDS) AND CYCLES, MOTORIZED AND NOT MOTORIZED; INVALID CARRIAGES

Código	Descrição – PROCESS (MT 2)
266	SYNTHETIC FIBERS SUITABLE FOR SPINNING
267	MANMADE FIBERS, N.E.S. SUITABLE FOR SPINNING AND WASTE OF MANMADE FIBERS
512	ALCOHOLS, PHENOLS, PHENOL-ALCOHOLS AND THEIR HALOGENATED, SULFONATED, NITRATED OR NITROSATED DERIVATIVES
513	CARBOXYLIC ACIDS AND ANHYDRIDES, HALIDES, PEROXIDES AND PEROXYACIDS; THEIR HALOGENATED, SULFONATED, NITRATED OR NITROSATED DERIVATIVES
533	PIGMENTS, PAINTS, VARNISHES AND RELATED MATERIALS
553	PERFUMERY, COSMETICS, OR TOILET PREPARATIONS, EXCLUDING SOAPS
554	SOAP, CLEANSING AND POLISHING PREPARATIONS
562	FERTILIZERS (EXPORTS INCLUDE GROUP 272; IMPORTS EXCLUDE GROUP 272)
571	POLYMERS OF ETHYLENE, IN PRIMARY FORMS
572	POLYMERS OF STYRENE, IN PRIMARY FORMS
573	POLYMERS OF VINYL CHLORIDE OR OTHER HALOGENATED OLEFINS, IN PRIMARY FORMS
574	POLYACETALS, OTHER POLYETHERS AND EPOXIDE RESINS, IN PRIMARY FORMS; POLYCARBONATES, ALKYD RESINS AND OTHER POLYESTERS, IN PRIMARY FORMS

575	PLASTICS, N.E.S., IN PRIMARY FORMS
579	WASTE, PARINGS AND SCRAP, OF PLASTICS
581	TUBES, PIPES AND HOSES OF PLASTICS
582	PLATES, SHEETS, FILM, FOIL AND STRIP OF PLASTICS
583	MONOFILAMENT WITH A CROSS-SECTIONAL DIMENSION EXCEEDING 1 MM, RODS, STICKS AND PROFILE SHAPES OF PLASTICS, NOT MORE THAN SURFACE-WORKED
591	INSECTICIDES, FUNGICIDES, HERBICIDES, PLANT GROWTH REGULATORS, ETC., DISINFECTANTS AND SIMILAR PRODUCTS, PUT UP OR PACKED FOR RETAIL SALE, ETC.
593	EXPLOSIVES AND PYROTECHNIC PRODUCTS
597	PREPARED ADDITIVES FOR MINERAL OILS ETC.; LIQUIDS FOR HYDRAULIC TRANSMISSIONS; ANTIFREEZES AND DEICING FLUIDS; LUBRICATING PREPARATIONS
598	MISCELLANEOUS CHEMICAL PRODUCTS, N.E.S.
653	WOVEN FABRICS OF MANMADE TEXTILE MATERIALS (NOT INCLUDING NARROW OR SPECIAL FABRICS)
671	PIG IRON AND SPIEGELEISEN, SPONGE IRON, IRON OR STEEL GRANULES AND POWDERS AND FERROALLOYS
672	IRON OR STEEL INGOTS AND OTHER PRIMARY FORMS, AND SEMIFINISHED PRODUCTS OF IRON OR STEEL
678	IRON AND STEEL WIRE
679	IRON AND STEEL TUBES, PIPES AND HOLLOW PROFILES, FITTINGS FOR TUBES AND PIPES
786	TRAILERS AND SEMI-TRAILERS; OTHER VEHICLES, NOT MECHANICALLY PROPELLED; SPECIALLY DESIGNED AND EQUIPPED TRANSPORT CONTAINERS
791	RAILWAY VEHICLES (INCLUDING HOVERTRAINS) AND ASSOCIATED EQUIPMENT
882	PHOTOGRAPHIC AND CINEMATOGRAPHIC SUPPLIES

Código	Descrição – ENGINEERING (MT 3)
711	STEAM OR OTHER VAPOR GENERATING BOILERS, SUPER-HEATED WATER BOILERS AND AUXILIARY PLANT FOR USE THEREWITH; AND PARTS THEREOF
713	INTERNAL COMBUSTION PISTON ENGINES AND PARTS THEREOF, N.E.S.
714	ENGINES AND MOTORS, NONELECTRIC (OTHER THAN STEAM TURBINES, INTERNAL COMBUSTION PISTON ENGINES AND POWER GENERATING MACHINERY); PARTS THEREOF, N.E.S.
721	AGRICULTURAL MACHINERY (EXCLUDING TRACTORS) AND PARTS THEREOF
722	TRACTORS (OTHER THAN MECHANICAL HANDLING EQUIPMENT)
723	CIVIL ENGINEERING AND CONTRACTORS' PLANT AND EQUIPMENT
724	TEXTILE AND LEATHER MACHINERY, AND PARTS THEREOF, N.E.S.
725	PAPER MILL AND PULP MILL MACHINERY, PAPER CUTTING MACHINES AND MACHINERY FOR THE MANUFACTURE OF PAPER ARTICLES; PARTS THEREOF
726	PRINTING AND BOOKBINDING MACHINERY, AND PARTS THEREOF
727	FOOD-PROCESSING MACHINES (EXCLUDING DOMESTIC)
728	MACHINERY AND EQUIPMENT SPECIALIZED FOR PARTICULAR INDUSTRIES, AND PARTS THEREOF, N.E.S.
731	MACHINE TOOLS WORKING BY REMOVING METAL OR OTHER MATERIAL
733	MACHINE TOOLS FOR WORKING METAL, SINTERED METAL CARBIDES OR CERMETS, WITHOUT REMOVING MATERIAL
735	PARTS AND ACCESSORIES SUITABLE FOR USE SOLELY OR PRINCIPALLY WITH METAL WORKING MACHINE TOOLS, WHETHER OR NOT REMOVING METAL; HAND HELD TOOL HOLDERS
737	METALWORKING MACHINERY (OTHER THAN MACHINE TOOLS) AND PARTS THEREOF, N.E.S.
741	HEATING AND COOLING EQUIPMENT AND PARTS THEREOF, N.E.S.

742	PUMPS FOR LIQUIDS, WHETHER OR NOT FITTED WITH A MEASURING DEVICE; LIQUID ELEVATORS; PARTS FOR SUCH PUMPS AND LIQUID ELEVATORS
743	PUMPS (NOT FOR LIQUIDS), AIR OR GAS COMPRESSORS AND FANS; VENTILATING HOODS INCORPORATING A FAN; CENTRIFUGES; FILTERING ETC. APPARATUS; PARTS THEREOF
744	MECHANICAL HANDLING EQUIPMENT, AND PARTS THEREOF, N.E.S.
745	NONELECTRICAL MACHINERY, TOOLS AND MECHANICAL APPARATUS, AND PARTS THEREOF, N.E.S.
746	BALL OR ROLLER BEARINGS
747	TAPS, COCKS, VALVES AND SIMILAR APPLIANCES FOR PIPES, BOILER SHELLS, TANKS, ETC. (INCLUDING PRESSURE AND TEMPERATURE CONTROLLED VALVES)
748	TRANSMISSION SHAFTS AND CRANKS; BEARING HOUSINGS AND PLAIN SHAFT BEARINGS; GEARS AND GEARING; BALL SCREWS; GEAR BOXES, CLUTCHES, ETC.; PARTS THEREOF
749	NONELECTRIC PARTS AND ACCESSORIES OF MACHINERY, N.E.S.
762	RADIO-BROADCAST RECEIVERS, WHETHER OR NOT INCORPORATING SOUND RECORDING OR REPRODUCING APPARATUS OR A CLOCK
763	SOUND RECORDERS OR REPRODUCERS; TELEVISION IMAGE AND SOUND RECORDERS OR REPRODUCERS
772	ELECTRICAL APPARATUS FOR SWITCHING OR PROTECTING ELECTRICAL CIRCUITS OR FOR MAKING CONNECTIONS TO OR IN ELECTRICAL CIRCUITS (EXCLUDING TELEPHONE ETC.)
773	EQUIPMENT FOR DISTRIBUTING ELECTRICITY, N.E.S.
775	HOUSEHOLD TYPE ELECTRICAL AND NONELECTRICAL EQUIPMENT, N.E.S.
793	SHIPS, BOATS (INCLUDING HOVERCRAFT) AND FLOATING STRUCTURES
811	PREFABRICATED BUILDINGS
812	SANITARY, PLUMBING AND HEATING FIXTURES AND FITTINGS, N.E.S.
813	LIGHTING FIXTURES AND FITTINGS, N.E.S.
872	INSTRUMENTS AND APPLIANCES, N.E.S., FOR MEDICAL, SURGICAL, DENTAL OR VETERINARY PURPOSES
873	METERS AND COUNTERS, N.E.S.
884	OPTICAL GOODS, N.E.S.
885	WATCHES AND CLOCKS
891	ARMS AND AMMUNITION

E - HIGH TECHNOLOGY MANUFACTURES

Código	Descrição – ELECTRONIC AND ELECTRICAL (HT 1)
716	ROTATING ELECTRIC PLANT AND PARTS THEREOF, N.E.S.
718	POWER GENERATING MACHINERY AND PARTS THEREOF, N.E.S.
751	OFFICE MACHINES
752	AUTOMATIC DATA PROCESSING MACHINES AND UNITS THEREOF; MAGNETIC OR OPTICAL READERS; MACHINES TRANSCRIBING CODED MEDIA AND PROCESSING SUCH DATA, N.E.S.
761	TV RECEIVERS (INCLUDING VIDEO MONITORS & PROJECTORS) WHETHER OR NOT INCORPORATING BROADCAST RECEIVERS OR SOUND OR VIDEO RECORDING OR REPRODUCING APPARATUS
764	TELECOMMUNICATIONS EQUIPMENT, N.E.S., AND PARTS, N.E.S., AND ACCESSORIES OF APPARATUS FALLING WITHIN DIVISION 76
771	ELECTRIC POWER MACHINERY (OTHER THAN ROTATING ELECTRIC PLANT OF POWER GENERATING MACHINERY) AND PARTS THEREOF
774	ELECTRO-DIAGNOSTIC APPARATUS FOR MEDICAL, SURGICAL, DENTAL OR VETERINARY SCIENCES AND RADIOLOGICAL APPARATUS
776	TERMIONIC, COLD CATHODE OR PHOTOCATHODE VALVES AND TUBES; DIODES, TRANSISTORS AND SIMILAR SEMICONDUCTOR DEVICES; INTEGRATED CIRCUITS, ETC.; PARTS
778	ELECTRICAL MACHINERY AND APPARATUS, N.E.S.

Código	Descrição – OTHER (HT 2)
525	RADIOACTIVE AND ASSOCIATED MATERIALS
541	MEDICINAL AND PHARMACEUTICAL PRODUCTS, OTHER THAN MEDICAMENTS (OF GROUP 542)
542	MEDICAMENTS (INCLUDING VETERINARY MEDICAMENTS)
712	STEAM TURBINES AND OTHER VAPOR TURBINES, AND PARTS THEREOF, N.E.S.
792	AIRCRAFT AND ASSOCIATED EQUIPMENT; SPACECRAFT (INCLUDING SATELLITES) AND SPACECRAFT LAUNCH VEHICLES; AND PARTS THEREOF
871	OPTICAL INSTRUMENTS AND APPARATUS, N.E.S.
874	MEASURING, CHECKING, ANALYSING AND CONTROLLING INSTRUMENTS AND APPARATUS, N.E.S.
881	PHOTOGRAPHIC APPARATUS AND EQUIPMENT, N.E.S.

Note: Excludes 'special transactions' dectric current, cinema film, printed matter, special transactions, gold, works of art, coins, pets.

Fonte: Elaboração própria baseado em Lall (2001).

APENDICE B - PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS TECNOLÓGICAS NAS EXPORTAÇÕES

TABELA B.1 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) - 1995

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	13,83	8,03	6,51	2,71	7,01	8,73	8,22	18,54	17,55	8,88	100
Alemanha	10,07	6,74	5,98	4,26	10,21	14,21	10,96	22,58	9,30	5,68	100
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	12,84	11,38	7,28	6,90	7,11	25,03	7,62	12,63	6,01	3,21	100
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	16,71	13,50	6,76	14,01	19,01	4,47	7,29	13,22	3,39	1,65	100
Rússia	60,06	5,19	12,59	0,96	5,83	1,31	7,75	3,80	1,41	1,10	100
Economia Chinesa											
China	9,45	6,02	5,97	31,21	16,18	0,97	7,07	11,01	9,86	2,27	100
País Subimperialista Dependente											
Brasil	21,72	22,75	10,97	7,29	7,65	5,71	9,79	10,82	2,16	1,15	100
Economias Dependentes											
Chile	53,52	21,24	18,59	1,16	0,83	0,75	2,53	1,03	0,17	0,19	100
Peru	59,96	4,55	24,28	7,77	0,83	0,08	1,58	0,46	0,12	0,38	100
Africa do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índia	20,88	3,61	23,09	29,88	7,20	2,77	5,55	2,86	1,72	2,43	100
Economias Periféricas											
Etiópia	85,26	0,65	3,26	10,78	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,04	100
Nigéria	98,53	0,15	0,25	0,36	0,15	0,01	0,23	0,30	0,00	0,01	100
Rep. Cetral Africana	51,51	3,24	34,42	0,19	1,36	7,61	0,45	0,70	0,21	0,31	100
Argélia	77,87	0,34	19,65	0,44	0,44	0,02	0,85	0,32	0,06	0,02	100

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.2 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) - 2000

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	10,68	6,06	6,15	2,74	7,37	7,94	7,46	19,91	20,65	11,03	100
Alemanha	11,48	5,95	5,57	3,46	8,74	16,25	9,56	21,00	10,59	7,41	100
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	11,55	10,22	8,79	6,25	9,20	23,94	7,91	12,17	6,26	3,70	100
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	9,93	12,13	5,86	9,88	19,62	9,45	7,13	17,96	6,56	1,48	100
Rússia	60,67	4,85	13,86	0,68	5,41	0,77	5,95	4,06	1,31	2,44	100
Economia Chinesa											
China	7,23	4,25	5,11	26,37	16,22	1,57	5,82	12,86	18,07	2,50	100
País Subimperialista Dependente											
Brasil	20,83	16,98	12,22	6,56	5,93	7,94	8,33	8,88	4,95	7,36	100
Economias Dependentes											
Chile	50,19	20,51	19,47	0,95	2,02	1,14	3,74	1,32	0,24	0,42	100
Peru	54,47	5,97	21,85	11,16	3,01	0,11	1,82	0,80	0,46	0,33	100
Africa do Sul	29,90	8,91	21,59	2,43	9,05	6,42	10,43	7,29	1,97	2,01	100
Índia	16,16	2,65	26,37	29,81	9,29	1,95	5,45	3,62	1,67	3,03	100
Economias Periféricas											
Etiópia	86,17	3,16	0,92	9,64	0,01	0,07	0,00	0,02	0,00	0,01	100
Nigéria	99,774	0,020	0,015	0,022	0,032	0,001	0,042	0,092	0,001	0,000	100
Rep. Cetral Africana	21,65	9,68	64,99	0,69	0,37	0,94	0,08	1,30	0,25	0,06	100
Argélia	83,299	0,110	15,772	0,063	0,128	0,009	0,382	0,136	0,011	0,089	100

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.3 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) - 2003

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	12,00	6,10	7,12	2,50	7,41	8,96	8,48	18,70	16,72	12,00	100
Alemanha	11,00	6,22	5,07	3,26	8,91	17,99	9,34	20,95	9,56	7,71	100
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	12,31	10,61	7,82	6,30	9,04	23,83	8,25	11,81	5,39	4,63	100
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	7,50	12,72	5,93	7,24	19,96	9,66	6,97	21,84	6,92	1,27	100
Rússia	62,46	5,08	14,10	0,57	4,26	0,84	5,94	2,67	1,28	2,80	100
Economia Chinesa											
China	5,78	3,70	4,94	22,42	14,40	1,68	5,19	14,65	24,90	2,33	100
País Subimperialista Dependente											
Brasil	25,49	19,32	11,67	5,73	5,84	7,85	7,74	8,98	3,93	3,46	100
Economias Dependentes											
Chile	46,58	20,12	21,04	1,63	2,56	1,08	4,41	1,58	0,58	0,43	100
Peru	47,93	6,48	27,23	11,34	3,34	0,13	2,20	0,88	0,22	0,24	100
Africa do Sul	27,92	8,61	18,01	2,24	9,99	9,43	11,82	8,95	1,84	1,18	100
Índia	13,66	3,34	29,04	22,99	11,58	2,41	6,30	4,61	2,35	3,71	100
Economias Periféricas											
Etiópia	83,05	4,88	0,73	10,04	1,22	0,00	0,03	0,02	0,00	0,02	100
Nigéria	97,90	0,08	0,04	0,07	0,04	0,01	0,06	1,79	0,01	0,00	100
Rep. Cetral Africana	38,71	24,19	35,97	0,51	0,12	0,14	0,02	0,13	0,07	0,14	100
Argélia	87,18	0,15	11,93	0,07	0,17	0,01	0,40	0,07	0,01	0,01	100

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.4 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) - 2010

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	19,29	6,11	12,80	1,55	6,96	7,53	9,37	16,81	12,44	7,14	100
Alemanha	11,28	6,64	5,68	2,79	9,41	15,55	8,99	20,83	8,55	10,28	100
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	10,97	11,68	10,51	6,30	10,18	18,46	9,78	9,78	5,35	7,00	100
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	8,32	13,17	6,76	3,82	15,95	12,96	7,70	16,86	12,17	2,29	100
Rússia	64,66	3,40	20,77	0,14	2,30	0,28	5,68	1,53	0,86	0,38	100
Economia Chinesa											
China	3,35	3,18	5,11	16,27	13,99	2,28	5,31	17,14	30,00	3,36	100
País Subimperialista Dependente											
Brasil	28,05	19,34	21,56	2,40	3,66	5,86	7,18	6,50	2,33	3,13	100
Economias Dependentes											
Chile	51,34	12,65	28,06	0,85	1,45	1,14	2,54	1,29	0,45	0,23	100
Peru	34,77	4,67	49,37	5,47	2,26	0,07	2,06	0,84	0,29	0,19	100
Africa do Sul	31,09	6,43	23,58	0,65	6,58	8,94	12,12	8,02	1,57	1,03	100
Índia	14,38	2,67	36,33	11,57	9,36	3,97	7,43	7,05	3,01	4,23	100
Economias Periféricas											
Etiópia	85,42	3,24	0,88	5,01	0,31	0,58	0,44	2,64	1,07	0,40	100
Nigéria	85,37	3,24	0,88	5,01	0,31	0,58	0,44	2,64	1,14	0,40	100
Rep. Cetral Africana	68,60	28,41	0,08	0,00	0,46	0,34	0,15	1,15	0,28	0,53	100
Argélia	83,134	0,519	16,116	0,029	0,084	0,001	0,084	0,018	0,005	0,009	100

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.5 - Participação das categorias tecnológicas nas exportações (%) - 2011

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	19,25	6,14	15,21	1,52	6,65	7,88	9,31	16,27	11,39	6,38	100
Alemanha	9,84	6,75	5,93	2,89	9,51	16,27	9,17	21,52	8,09	10,02	100
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	13,62	11,43	12,37	5,85	9,37	17,14	8,98	10,36	4,72	6,16	100
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	8,43	13,52	7,63	3,78	16,48	12,47	8,48	17,69	9,46	2,06	100
Rússia	65,20	3,28	21,37	0,13	2,03	0,32	5,48	1,11	0,76	0,32	100
Economia Chinesa											
China	3,55	3,45	5,33	16,12	14,78	2,44	6,12	16,75	28,20	3,26	100
País Subimperialista Dependente											
Brasil	30,74	17,43	23,14	1,93	3,15	5,13	7,39	6,78	1,78	2,52	100
Economias Dependentes											
Chile	51,32	13,36	26,68	1,01	1,58	1,15	2,82	1,45	0,40	0,23	100
Peru	35,74	4,66	48,83	5,41	2,08	0,10	1,98	0,79	0,22	0,19	100
Africa do Sul	31,78	5,79	26,50	0,65	5,25	8,32	10,76	8,23	1,52	1,20	100
Índia	16,26	2,84	35,92	10,67	10,41	3,15	6,28	7,04	3,23	4,21	100
Economias Periféricas											
Etiópia	84,52	4,20	1,42	8,04	0,25	0,52	0,36	0,33	0,12	0,25	100
Nigéria	84,49	4,20	1,41	8,03	0,25	0,52	0,36	0,33	0,16	0,25	100
Rep. Cetral Africana	68,85	26,40	0,61	0,01	0,02	1,61	0,19	2,29	0,03	0,01	100
Argélia	82,42	0,48	16,85	0,04	0,07	0,00	0,11	0,02	0,00	0,00	100

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.6 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – 1995

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	1,043	0,606	0,491	0,204	0,529	0,658	0,620	1,399	1,324	0,670	7,545
Alemanha	2,021	1,352	1,200	0,855	2,049	2,854	2,201	4,534	1,868	1,141	20,075
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	1,844	1,634	1,045	0,991	1,021	3,594	1,094	1,813	0,864	0,461	14,360
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	2,721	2,198	1,101	2,281	3,095	0,727	1,187	2,153	0,553	0,268	16,283
Rússia	13,467	1,163	2,823	0,216	1,306	0,293	1,738	0,852	0,315	0,247	22,420
Economia Chinesa											
China	1,895	1,206	1,196	6,259	3,244	0,194	1,417	2,208	1,977	0,455	20,052
País Subimperialista Dependente											
Brasil	1,302	1,364	0,658	0,437	0,458	0,342	0,587	0,649	0,130	0,069	5,994
Economias Dependentes											
Chile	11,447	4,543	3,976	0,249	0,177	0,160	0,541	0,221	0,036	0,040	21,389
Peru	1,892	0,143	0,766	0,245	0,026	0,003	0,050	0,014	0,004	0,012	3,156
Africa do Sul	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Índia	1,795	0,310	1,985	2,569	0,619	0,238	0,477	0,246	0,148	0,209	8,598
Economias Periféricas											
Etiópia	4,658	0,035	0,178	0,589	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,002	5,463
Nigéria	31,804	0,049	0,082	0,118	0,048	0,004	0,074	0,097	0,001	0,002	32,277
Rep. Cetral Africana	5,444	0,342	3,638	0,020	0,144	0,805	0,047	0,074	0,022	0,033	10,570
Argélia	17,415	0,075	4,396	0,097	0,098	0,004	0,191	0,072	0,013	0,005	22,365

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.7 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – 2000

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	0,798	0,453	0,459	0,205	0,551	0,593	0,558	1,487	1,543	0,824	7,472
Alemanha	3,270	1,695	1,587	0,985	2,492	4,631	2,724	5,982	3,017	2,111	28,494
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	2,083	1,844	1,586	1,127	1,660	4,317	1,427	2,195	1,130	0,667	18,037
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	1,773	2,167	1,047	1,764	3,505	1,688	1,273	3,208	1,172	0,264	17,861
Rússia	2,083	1,844	1,586	1,127	1,660	4,317	1,427	2,195	1,130	0,667	18,037
Economia Chinesa											
China	1,457	0,855	1,029	5,312	3,269	0,317	1,172	2,592	3,640	0,504	20,147
País Subimperialista Dependente											
Brasil	1,763	1,437	1,034	0,555	0,502	0,672	0,705	0,751	0,419	0,623	8,461
Economias Dependentes											
Chile	11,281	4,609	4,375	0,214	0,453	0,256	0,840	0,296	0,055	0,095	22,475
Peru	2,020	0,221	0,810	0,414	0,112	0,004	0,068	0,030	0,017	0,012	3,708
Africa do Sul	5,876	1,752	4,245	0,478	1,779	1,263	2,050	1,432	0,387	0,396	19,657
Índia	1,434	0,235	2,339	2,645	0,824	0,173	0,484	0,321	0,148	0,269	8,872
Economias Periféricas											
Etiópia	4,826	0,177	0,051	0,540	0,000	0,004	0,000	0,001	0,000	0,001	5,601
Nigéria	58,756	0,012	0,009	0,013	0,019	0,001	0,025	0,054	0,001	0,000	58,889
Rep. Cetral Africana	1,875	0,838	5,630	0,060	0,032	0,082	0,007	0,113	0,021	0,005	8,663
Argélia	33,488	0,044	6,341	0,025	0,052	0,004	0,154	0,055	0,004	0,036	40,202

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.8 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – 2003

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	0,748	0,381	0,444	0,156	0,462	0,559	0,529	1,166	1,043	0,748	6,234
Alemanha	3,331	1,884	1,536	0,986	2,697	5,448	2,828	6,345	2,894	2,334	30,282
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	3,252	2,804	2,067	1,665	2,388	6,297	2,181	3,121	1,424	1,224	26,422
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	1,794	3,042	1,419	1,732	4,774	2,310	1,667	5,223	1,654	0,305	23,920
Rússia	2,135	1,841	1,357	1,093	1,568	4,135	1,432	2,049	0,935	0,804	17,349
Economia Chinesa											
China	1,472	0,943	1,256	5,705	3,665	0,428	1,320	3,728	6,336	0,592	25,445
País Subimperialista Dependente											
Brasil	3,355	2,543	1,536	0,754	0,769	1,034	1,019	1,182	0,518	0,455	13,164
Economias Dependentes											
Chile	12,752	5,509	5,760	0,447	0,700	0,295	1,208	0,432	0,158	0,118	27,379
Peru	5,393	0,729	3,064	1,275	0,376	0,015	0,247	0,099	0,025	0,027	11,251
Africa do Sul	5,193	1,602	3,349	0,417	1,857	1,754	2,198	1,665	0,342	0,220	18,598
Índia	1,298	0,318	2,759	2,184	1,100	0,229	0,599	0,438	0,224	0,352	9,499
Economias Periféricas											
Etiópia	4,985	0,293	0,044	0,603	0,073	0,000	0,002	0,001	0,000	0,001	6,002
Nigéria	34,843	0,029	0,013	0,024	0,016	0,003	0,023	0,637	0,002	0,001	35,589
Rep. Cetral Africana	2,231	1,394	2,073	0,030	0,007	0,008	0,001	0,007	0,004	0,008	5,762
Argélia	31,596	0,053	4,323	0,027	0,062	0,003	0,144	0,027	0,002	0,004	36,241

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.9 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – 2010

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	2,387	0,755	1,583	0,191	0,861	0,932	1,159	2,080	1,539	0,884	12,370
Alemanha	4,251	2,501	2,139	1,053	3,547	5,862	3,390	7,850	3,221	3,874	37,687
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	1,841	1,961	1,764	1,057	1,708	3,099	1,641	1,641	0,897	1,174	16,784
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	2,733	4,321	2,218	1,252	5,237	4,254	2,528	5,534	3,995	0,752	32,824
Rússia	17,201	0,904	5,525	0,036	0,612	0,075	1,511	0,407	0,230	0,101	26,602
Economia Chinesa											
China	0,867	0,822	1,320	4,204	3,617	0,589	1,373	4,430	7,755	0,869	25,846
País Subimperialista Dependente											
Brasil	2,55	1,76	1,96	0,22	0,33	0,53	0,65	0,59	0,21	0,28	9,10
Economias Dependentes											
Chile	16,56	4,08	9,05	0,28	0,47	0,37	0,82	0,42	0,15	0,07	32,25
Peru	5,38	0,72	7,64	0,85	0,35	0,01	0,32	0,13	0,05	0,03	15,48
Africa do Sul	6,06	1,25	4,60	0,13	1,28	1,74	2,36	1,56	0,31	0,20	19,49
Índia	1,87	0,35	4,73	1,51	1,22	0,52	0,97	0,92	0,39	0,55	13,02
Economias Periféricas											
Etiópia	6,89	0,26	0,07	0,40	0,02	0,05	0,04	0,21	0,09	0,03	8,07
Nigéria	30,78	0,26	4,44	1,58	0,21	0,00	0,14	0,43	0,01	0,01	37,86
Rep. Cetral Africana	3,05	1,26	0,00	0,00	0,02	0,02	0,01	0,05	0,01	0,02	4,45
Argélia	29,27	0,18	5,67	0,01	0,03	0,00	0,03	0,01	0,00	0,00	35,21

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).

TABELA B.10 - Exportações por categorias tecnológicas (% do PIB) – 2011

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total
Países Imperialistas											
EUA	1,814	0,579	1,433	0,144	0,626	0,742	0,877	1,533	1,073	0,602	9,423
Alemanha	3,950	2,709	2,378	1,160	3,818	6,528	3,681	8,638	3,248	4,021	40,132
Semiperiferia Imperialista											
Espanha	2,691	2,260	2,446	1,156	1,851	3,388	1,774	2,047	0,934	1,217	19,763
Economias de Capitalismo Tardio											
Polônia	3,025	4,851	2,738	1,357	5,912	4,475	3,044	6,349	3,394	0,738	35,884
Rússia	18,093	0,910	5,930	0,036	0,565	0,089	1,522	0,307	0,211	0,088	27,749
Economia Chinesa											
China	0,900	0,873	1,352	4,084	3,744	0,618	1,550	4,245	7,144	0,827	25,338
País Subimperialista Dependente											
Brasil	3,138	1,779	2,362	0,197	0,322	0,524	0,755	0,692	0,181	0,257	10,207
Economias Dependentes											
Chile	16,483	4,290	8,569	0,325	0,509	0,368	0,907	0,465	0,130	0,074	32,120
Peru	7,192	0,938	9,824	1,088	0,418	0,021	0,398	0,158	0,044	0,039	20,120
Africa do Sul	6,641	1,210	5,538	0,136	1,098	1,738	2,248	1,721	0,317	0,252	20,898
Índia	2,639	0,461	5,831	1,731	1,689	0,511	1,020	1,143	0,524	0,683	16,233
Economias Periféricas											
Etiópia	6,952	0,345	0,116	0,661	0,021	0,043	0,030	0,027	0,010	0,020	8,225
Nigéria	43,757	0,169	6,290	0,407	0,157	0,027	0,113	0,525	0,017	0,030	51,492
Rep. Cetral Africana	3,181	1,220	0,028	0,000	0,001	0,074	0,009	0,106	0,001	0,000	4,620
Argélia	32,077	0,187	6,558	0,017	0,028	0,000	0,041	0,007	0,002	0,002	38,920

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE (2013).